

Prologo en el tratado llamado defenſſi de
 vir tuosſis mugeres compueſto por moſen die
 go de viteri ala muy ceceleute 2 muy yluſtre
 yngeſa doña maria reyna de caſtilla 2 de
 leon

Como yo fueſſe carteficado
 muy yndita eterna 2 ſento
 ta aver algunos que dela fe
 menil naſcon gerent mēte
 venian mouido con zelo de
 veritat. penſe la tenia coſſi deſta aſſortu caſ
 trando la por el abſentamiento gober
 el ſolacio ala pena. Se averda muchas ve
 ces vello duboſe. noſciento la g. oza 2
 yndia. angri de m. 2 aſe miſmo temento las le
 guas de aqllas que aparehados ſon yndigua
 merite judgar. E deſpues de tanto ſe me
 nos mal ental caſſo eſtrem que del m. to ſo di
 ſimulacion paſielo. la e. y. de obra presente
 e. ten. la qual como penſiſſe. aquien ma



Veredas da História, [online], v. 11, n.1, jul., 2018, ISSN: 1982-4238

EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Leandro Duarte Rust, UFMT
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Priscila Henriques Lima, UERJ

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA
Beatriz Galvão Abrantes, UFBA

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Leandro Duarte Rust, UFMT
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRJ
Priscila Henriques Lima, UERJ
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Vidotte, UFG
Alessander Mário Kerber, UFRGS
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF
André Pereira Botelho
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ
António Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
Beatriz Helena Domingues, UFJF
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT
Célia Maia Borges, UFJF
Cláudio Batalha, Unicamp
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRJ
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP
João Fragoso, UFRJ
João Klug, UFSC
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRJ
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRJ
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRJ
Lia de Aquino Carvalho, UCP
Lia Zanotta Machado, UnB
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRJ
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRJ
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Priscila Henriques Lima (UERJ)
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

CAPA

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Imagem: Diego de Valera (1412-ca. 1488), *Tratado en defensa de virtuosas mujeres*, Manuscrito (séc. XV), Biblioteca Digital Hispánica (<http://bdh.bne.es>)

CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

SUMÁRIO

4

APRESENTAÇÃO

Lucas Vieira de Melo Santos (UFBA)
Marcelo Pereira Lima (UFBA)

ARTIGOS

10

HISTÓRIA DO CORPO NA IDADE MÉDIA: REPRESENTAÇÕES, SÍMBOLOS E CULTURAL POPULAR

André Silva Ranhel (Secretaria de Educação de Batatais/SP)

32

O CINEMA CLÁSSICO-NARRATIVO EM HITCHCOCK: COMENTÁRIOS SOBRE O FILME "JANELA INDISCRETA

Andréia Rosin Caprino (UFPR)

43

SEGUINDO OS PASSOS DE UM MITO: LÚCIO QUINTO CINCINATO, GEORGE WASHINGTON E A PERPETUAÇÃO DO IDEAL DE VIRTUDE ROMANA

Breno Teles Pereira (UNESP/Franca)

58

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A BATALHA DE AGINCOURT NAS CRÔNICAS INGLÊSAS DO SÉCULO XV

Caio de Barros Martins Costa (UFF)

76

AS HISTÓRIAS DE UM LIVRO CATEDRAL: RELAÇÕES ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA INTERPRETAÇÃO DO *DRAGMATICON* DO MESTRE GUILHERME DE CONCHES (1080-1154)

Carlile Lanzieri Júnior (UFMT)

96

FÉ, PODER E PROPAGAÇÃO: A IGREJA CATÓLICA NA IDADE MÉDIA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO TEATRO DE GIL VICENTE

Francisco Wellington Rodrigues Lima (UFC)

- 134** **DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO SEXO FRÁGIL A
EXEMPLO DA GOVERNANÇA NA PENÍNSULA IBÉRICA**
Janaina Reis Alves (UNIFAL)
- 155** **JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: DO ENTENDIMENTO DA
OBRA AO ESTUDO DE SUA RECEPÇÃO**
Krisley Aparecida de Oliveira (UFG)
- 178** **SOBREVIVÊNCIA JUDAICA NA *EPÍSTOLA SOBRE A
APOSTASIA* DE MAIMÔNIDES (1162-1665 E.C.)**
Layli Oliveira Rosado (UFES)
- 194** **A REPORTAGEM FOTOGRÁFICA A
EXPLOÇÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA NA REVISTA *A BOMBA
EM CURITIBA* (1913)**
Luana Camargo Genaro (UFPR)
- 227** **MING SHI LU OU HISTÓRIA OFICIAL DA DINASTIA
MING: POSSIBILIDADES DE ESTUDO SOBRE O MUNDO PORTUGUÊS
MODERNO NA ÁSIA**
Maria Clara Porto Lima (UFBA)
- 241** **“[...] PALAVRAS DE CONSTITUIÇÃO E BRASILEIRISMO
NA BOCA, [...] PORTUGUÊS E ABSOLUTO DE CORAÇÃO [...]”: O
PROGNÓSTICO HISTÓRICO DE BARBACENA E A CRISE DO 7 DE
ABRIL DE 1831**
Rafael Cupello Peixoto (UERJ)
- 273** **TEORIAS SOBRE NACIONALISMO: UM DEBATE
CONCEITUAL E TEÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE NAÇÃO E HISTÓRIA**
Rafael Macedo da Rocha Santos (UFRJ)
- 285** **A ESTAÇÃO COMO LUGAR DA SENSIBILIDADE NA
CANÇÃO DE ROBERT JOHNSON**
Rui Gonçalves Santos Júnior (UFG/Regional Catalão)

300 NOTICIÁRIO CRIMINAL: A REPRESENTAÇÃO DO MORRO DA FAVELA NAS PÁGINAS DOS IMPRESSOS CARIOCAS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

Thiago Torres Medeiros da Silva (UFRRJ)

318 EM NEGÓCIO & CLIENTELA: A TRAJETÓRIA DE UMA COMERCIANTE DA ILHÉUS OITOCENTISTA

Zidelmar Alves Santos (UESC)

RESENHA

343 COMO PRODUZIR ILUMINAÇÕES PARA CRIANÇAS? FILOSOFIA DA HISTÓRIA E AS NARRATIVAS RADIOFÔNICAS DE WALTER BENJAMIN

Leopoldo Guilherme Pio (UFRJ)

EDITORIAL



Lucas Vieira de Melo Santos
Universidade Federal da Bahia

Marcelo Pereira Lima
Universidade Federal da Bahia

Ao invés de uma edição temática como tivemos nas duas anteriores, a *Veredas da História* reúne agora uma variedade de investigações históricas e historiográficas que contemplam as mais diversas temporalidades, perspectivas, abordagens, documentações e objetos. Os artigos aqui reunidos se preocupam desde a Inglaterra e Península Ibérica medieval, ao Brasil Colonial, Imperial e Republicano, passando antes pelos Estados Unidos dos séculos XVIII e XX, até a Ásia do século XVII. Entre outros temas, debateu-se sobre as concepções e representações do corpo na Idade Média, o Cinema, a memória, o mundo judeu medieval, as relações entre fé e poder, as representações femininas medievais em livros didáticos, capítulos da História do *blues*, os discursos jornalísticos e os conceitos de nação e nacionalismo. A edição de 2018.1, portanto, é um *pot-pourris* de textos que poderão ser úteis para diversas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

O primeiro texto deste dossiê é de autoria de André Silva Ranhel, intitulado **História do Corpo na Idade Média: representações, símbolos e cultura popular**, e tem o objetivo de analisar as concepções e representações sobre o corpo no período medieval. Para isso, discorre sobre a dualidade entre corpo e alma na Idade Média, assim como as concepções acerca das doenças e da fisiologia simbólica existente no período e a relação dos vivos com os mortos, sobretudo com os corpos dos mortos. Em seguida, **O Cinema clássico-narrativo em Hitchcock: comentários sobre o filme "Janela Indiscreta"**, de Andréia Rosin Caprino discute sobre a construção cinematográfica no cinema clássico-narrativo a partir da análise do filme "Janela

Indiscreta" (1954), de Alfred Hitchcock. O objetivo da autora é discutir "a construção cinematográfica no cinema clássico-narrativo, datado do final da década de 1900 até o pós Segunda Guerra, mas que estende suas influências até os dias atuais". Para isso, ela elenca o filme "Janela Indiscreta" (1954), grande produção do "mestre do suspense".

Seguindo os passos de um mito: Lúcio Quinto Cincinato, George Washington e a perpetuação do ideal de virtude romana é de autoria de Breno Teles Pereira. O autor demonstra como George Washington construiu um ideal de virtude baseado em Cincinato e como tal isso colaborou na elaboração dele como uma das maiores figuras republicanas nos Estados Unidos. A ideia foi demonstrar como "como George Washington construiu um ideal de virtude baseado em Cincinato, e como tal empreitada edificou-o como uma das imagens republicanas sacralizadas nos Estados Unidos, a qual foi perpetuada pela historiografia contemporânea a Washington e que hoje é progressivamente desconstruída pela historiografia atual".

Do quarto ao sétimo artigo, as análises concentram-se no medievo. Em **A construção da memória sobre a Batalha de Agincourt nas crônicas inglesas do século XV**, Caio de Barros Martins Costa preocupa-se com a interlocução entre os usos discursivos da memória e a construção da identidade inglesa. Investiga como as crônicas do século XV produzidas na Inglaterra construíram uma memória sobre a Batalha de Agincourt que justificava os direitos do rei Henrique V e dos ingleses ao trono francês. Neste caso, a discussão girou em torno do processo de elaboração da imagem do rei que se tornou um elemento unificador das virtudes do próprio povo, representado pelo contexto da Guerra dos Cem Anos.

O quinto artigo intitulado **As Histórias de um livro catedral: relações entre passado, presente e futuro na interpretação do Dragmaticon do Mestre Guilherme Conches (1080-1154)** é de autoria de Carlile Lanzieri Júnior. A partir da análise do *Dragmaticon*, o autor busca identificar as conexões entre as tradições intelectuais estabelecidas nesta obra a fim de compreender a concepção de tempo (passado, presente, futuro) de Guilherme Conches e a cultura intelectual dos séculos XI e XII. Trata-se de uma esmerada análise das complexas percepções hierárquicas do tempo, levando em conta a maneira como Conches entendia "as experiências

passadas e expectativas futuras diante de um presente que considerava decadente e que teria pouco a ensinar aos que a ele se inclinavam”.

Francisco Wellington Rodrigues Lima, em **Fé, poder e propagação: a Igreja Católica na Idade Média e suas representações no teatro de Gil Vicente**, analisa, a partir do Teatro Medieval Vicentino, as representações da Igreja, sobretudo da fé e do poder, assim como a propagação dos dogmas e imagens criados e difundidos pelo catolicismo durante a Idade Média nos séculos XV e XVI. O pressuposto fundamental do artigo é que o teatro religioso, em especial o vicentino, tornou-se uma espaço de disputas ideológicas, tornando-se a mais importante e ativa criação da literatura religiosa da época.

A partir de um levantamento de livros didáticos de História publicados nos últimos anos no Brasil, Janaina Reis Alves dedica-se à análise da noção de sexo frágil. O artigo intitula-se **Desconstrução do conceito sexo frágil a exemplo da governança na Península Ibérica** e visa identificar como as personagens históricas femininas são representadas, discutindo, em particular, o papel de Urraca (que atuou como governante na Península Ibérica medieval), destacando até que ponto ela pode ser pertinente na desconstrução do imaginário que associa as mulheres à noção de debilidade ou fragilidade.

Krisley Aparecida de Oliveira elabora um trabalho de história da historiografia. O objetivo de preservar e compreender a produção acadêmica de José Honório Rodrigues encontrou guarida no artigo intitulado **José Honório Rodrigues: do entendimento da obra ao estudo de sua recepção**. Ele foi pesquisador e autor de numerosos livros sobre diversos assuntos e acontecimentos marcantes na história do Brasil. Estudá-lo, portanto, torna-se uma tarefa importante, especialmente quando se leva em conta as apropriações de sua produção. Com isso em mente, Krisley Oliveira busca “pensar como foi, e é, a recepção, análise e estudo da obra de José Honório na academia”.

O nono artigo discorre sobre problemáticas relativas à Idade Média. **Sobrevivência judaica na Epístola sobre a apostasia de Maimônides (1162-1665 E.C)**, de Layli Oliveira Rosado, busca identificar o posicionamento e a orientação de Maimônides sobre os judeus presente na *Epístola sobre a apostasia*, evidenciando o

discurso de sobrevivência e de resistência judaica, assim como o contexto de produção do documento.

Luana Camargo Genaro assina o décimo texto do dossiê, intitulado **A reportagem fotográfica A explosão na praça Euphrasio Correa na revista A Bomba em Curitiba (1913)**. Este artigo tem o objetivo de identificar o alinhamento de ideias da revista *A Bomba*, a autoria das fotografias analisadas na reportagem fotográfica *A explosão na praça Euphrasio* e interpretar a narrativa e o discurso resultante desta sequência jornalística para compreender os sentidos produzidos pela reportagem.

Em **Ming Shi Lu ou História oficial da Dinastia Ming: possibilidades de estudo sobre o mundo português moderno na Ásia**, Maria Clara Porto analisa a expansão portuguesa sob o olhar da documentação produzida na China, a fim de entender as suas peculiaridades e, assim, mostrar outras possibilidades de estudos sobre o mundo português moderno na Ásia. É um estudo pioneiro, especialmente se levarmos em conta a falta de tradição historiográfica brasileira para se estudar o extremo oriente colonial.

Já “[...] **palavras de Constituição e brasileirismo na boca, [...] português e absoluto de coração [...]**”: o prognóstico histórico de Barbacena e a crise do 7 de abril de 1831, de Rafael Cupello Peixoto, visa debater a missiva de 15 de dezembro de 1830, escrita pelo marquês de Barbacena para o imperador D. Pedro I, indo para além do debate tradicional promovido sobre esse documento. Para o autor, a missiva de Caldeira Brant serve como importante instrumento analítico que ajuda a elucidar as intrigas palacianas na corte de D. Pedro I e a identificar a disputa pela hegemonia do “campo político” imperial por parte das “facções” partidárias que compunham o quadro político do Primeiro Reinado.

Nação, Nacionalidades, Nacionalismo e Estado-Nação são as palavras-chave e os conceitos a serem investigados no próximo texto. **Teoria sobre nacionalismo: um debate conceitual e teórico das relações entre Nação e História**, de Rafael Macedo da Rocha Santos, oferece um debate teórico entre as ascendências do conceito de nacionalismo concomitante com a própria trajetória do conhecimento histórico com enfoque a partir do século XIX.

A estação como lugar da sensibilidade na canção de Robert Johnson, de autoria de Rui Gonçalves Santos Júnior, tem o objetivo de tratar a relação entre o *blues* e a modernidade por meio das canções de Robert Johnson (uma das figuras mais célebres da história do blues) no início do século XX. Buscou-se discutir a correlação metafórica entre o *blues* e a ferrovia na complexa e profunda sensibilidade de Johnson. Como aponta o próprio Rui Santos, essa “relação pode também ser vista como uma metáfora da modernidade, pois a ferrovia possibilita às pessoas, no período, começarem a se deslocar, umas partindo, indo embora e outras chegando, aumentando assim a prática de uma vida social e conseqüentemente um aumento na intensidade e na efemeridade das relações humanas”.

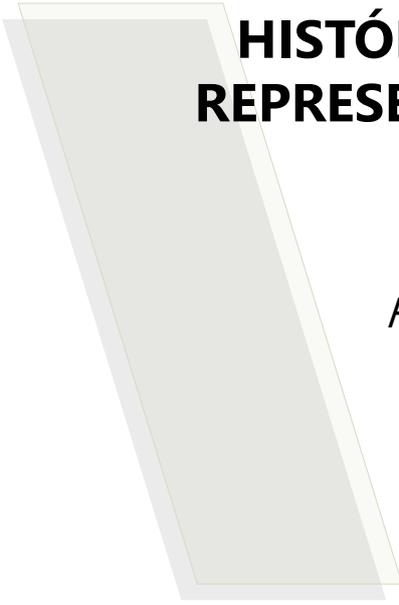
Já Thiago Torres Medeiros é autor de **Noticiário criminal: a representação do Morro da Favela nas páginas dos impressos cariocas na primeira década do século XX**. Ele analisa como o Morro da Favela era representado pelos jornais da cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Assim, destaca como as grandes empresas jornalísticas descreviam os habitantes da Favela, à associava como “reduto da malandragem carioca” e como isso interagiu nas narrativas jornalísticas sobre os crimes cometidos na Favela.

Em Negócio & clientela: a trajetória de uma comerciante da Ilhéus oitocentista, a Zidelmar Alves Santos discute a composição do capital de Joaquim José da Costa Seabra e sua atuação como comerciante em Ilhéus na primeira metade do século XIX. O autor concentra sua atenção especialmente nos registros notariais dessa vila, no testamento e inventário de Seabra, procurando identificar os seus bens e suas práticas comerciais e creditícias. A meta principal, como assinala Zidelmar Santos é compreender as principais estratégias de preservação e expansão do patrimônio e de manutenção da sua estirpe familiar.

Por fim, Leopoldo Guilherme Pio assina uma resenha crítica intitulada **Como produzir iluminações para crianças? Filosofia da História e as narrativas radiofônicas de Walter Benjamin**, sobre o livro *A hora das crianças. Narrativas radiofônicas de Walter Benjamin* de autoria de Walter Benjamin, publicado pela Nau Editora em 2016.

Com 16 artigos e 1 resenha, mais uma vez, a *Revista Veredas da História* apresenta uma coletânea em defesa da pluralidade, da crítica e do debate intelectual.

Em tempos cada vez mais incertos e ameaçadores, mas também revigorantes e de mobilização contra o anti-intelectualismo intolerante, lançar mais uma edição com a contribuição de muitos(as) professores(as) e pesquisadores(as) do Brasil (em diferentes fases de formação e com perspectivas distintas), contribui para garantirmos a difusão de saberes qualificados. Agradecemos a todos(as) autores(as) pelas contribuições e convidamos(as) interessados(as) a folhearem virtualmente nossa revista. Ela também é sua!



HISTÓRIA DO CORPO NA IDADE MÉDIA: REPRESENTAÇÕES, SÍMBOLOS E CULTURA POPULAR¹

*HISTORY OF THE BODY IN MIDDLE AGE:
REPRESENTATIONS, SYMBOLS AND POPULAR
CULTURE*

André Silva Ranhel ²

Secretaria de Educação de Batatais/SP

Resumo: O presente trabalho visa analisar as concepções e representações sobre o corpo no período medieval. De forma geral, pretende-se identificar representações simbólicas sobre o corpo e as mudanças que essas sofreram ao longo da Idade Média, revelando por vezes facetas distintas entre a cultura erudita e a cultura popular, ou mesmo da cultura clerical em relação à cultura laica. Trabalharemos o corpo e sua complexa relação dual com a alma, como ela era utilizada de forma simbólica e como essa relação mudou a partir do século XIII. Veremos também como as doenças eram tratadas de forma espiritual e a fisiologia simbólica dentro das representações sociais. Por fim, como se dava a relação dos vivos com os mortos, principalmente com os corpos dos mortos e como a Igreja se esforçou para espiritualizar essa relação.

Abstract: The objective of this article is to analyze the conceptions and representations about the body in medieval period. In a general way, the purpose is to identify symbolics representations about the body and the changings that those suffered during the middle age, sometimes it shows different aspects between erudite culture and popular culture, or even of priestly culture in relation to laic culture. We will study the body and its dual complex relationship with the soul, how it was used in a symbolic way and how this relation changed from the thirteenth century. We will also see how diseases were treated in a spiritual way and the symbolic physiology within the social representations. Finally, we will verify

¹ Trabalho apresentado como Conclusão de Curso de Especialização em História Cultural pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais/SP em 2017.

² Especialista em História Cultural pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais/SP, graduado em História pela Unesp Franca/SP, atualmente professor de Educação Básica II – História – em Batatais/SP.

Palavras-chave: História do Corpo, Idade Média, Representações do Corpo.

how the relation of the living with the dead happened, especially, with the bodies of dead and how the Church strove to spiritualize this relationship.

Keywords: History of the Body, Middle Age, Body Representations.

Introdução

A História do Corpo se enquadra dentro dos estudos recentes sobre História Cultural, ao considerar o corpo, suas percepções culturais e sociais como parte da história da humanidade. Segundo Roy Porter, historiador especialista em História da Medicina, tais percepções não podem ser desvinculadas da história das concepções físicas e biológicas do corpo.³ Complementando tal proposição, Jacques Le Goff e Nicolas Troung apresentam a seguinte questão em seu livro *História do Corpo na Idade Média*:

Na disciplina histórica reinou por muito tempo a idéia de que o corpo pertencia à natureza, e não à cultura. Ora, o corpo tem uma história. Faz parte dela. E até a constitui, assim como as estruturas econômicas e sociais ou as representações mentais, das quais ele é, de certa maneira, o produto e o agente.⁴

Visto isso, a História do Corpo vem com a proposta de enriquecer, complementar e preencher lacunas sobre a História, valendo-se muitas vezes de diálogos com disciplinas como Antropologia, Arte e Sociologia.⁵ Ainda segundo os autores citados anteriormente, especialistas em Idade Média, a história tradicional passou por um longo tempo “desencarnada” e o movimento dos Annales no século XX trouxe uma nova proposta, uma proposta de uma história total do homem, e para tanto foi preciso dar corpo à história.⁶ Voltando nosso olhar para a História do Corpo podemos cumprir melhor o ofício do historiador que Marc Bloch, expoente central dos Annales, nos instiga a alcançar afirmando que o historiador deve ser como “o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.”⁷

³ PORTER, Roy. A História do Corpo. In. BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 307.

⁴ LE GOFF, Jacques, TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 16.

⁵ PORTER, op. cit., p. 299-300.

⁶ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 9-10.

⁷ BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 54.

Impossível seria, ainda segundo Bloch, um historiador produzir tal história total em um esforço solitário. Por mais que dar corpo a história seja essencial, a análise total da história do corpo na humanidade pode se tornar algo impossível de ser alcançado. Por isso, o historiador deve fazer recortes e delimitações de seu trabalho, a fim de fazer a correta análise do que se propõe, para depois unir seu trabalho em uma história total.⁸ Desta forma, selecionamos a História do Corpo na Idade Média, nos valendo novamente das palavras de Jacques Le Goff e Nicolas Troung:

Primeiramente porque a Idade Média, desde o triunfo do cristianismo nos séculos IV e V, provocou quase uma revolução nos conceitos e nas práticas corporais. Em seguida, porque a Idade Média aparece, mais do que qualquer outra época - ainda que situemos seu término no final do século XV -, como a matriz de nosso presente.⁹

Dentro desse contexto de herança cultural que a Idade Média nos propicia, pretendemos analisar as concepções e representações do corpo nesse período, focando nas formas simbólicas, nas correspondências sociais e nas possíveis discordâncias entre cultura erudita e popular, ou clerical e laica. Analisaremos como o cristianismo se estruturou no período medieval e como, tanto por uma herança romana tanto como por novas concepções cristãs, iniciou-se um controle do corpo, sendo esse considerado local de pecado e danação, já a alma sempre relacionada à pureza e considerada superior. Discorreremos como as concepções sobre o corpo se tornaram cada vez mais vinculadas a religião. Doenças, imperfeições, estariam vinculados a esquemas religiosos, da mesma forma que hábitos alimentares, sexualidade, gestos etc., estariam regrados e regulados pela Igreja. Dentro desse contexto, analisaremos as representações do corpo e da alma e sua dualidade. Focaremos também nas mudanças graduais que são percebidas a partir do século XIII e que mudaram a relação e até a hierarquia existente entre corpo e alma, onde houve uma nova valorização dos aspectos corporais. Inserida nessa mudança, perceberemos a estruturação do saber médico e uma abertura para o entendimento anatômico do corpo, não mais apenas religioso. Permeando nossa análise, teremos as concepções sobre a morte ou os corpos mortos, principalmente os santos, e como o corpo se

⁸ BLOCH, op.cit., p. 128-135.

⁹ LE GOFF, TRUONG, op. cit, p. 29.

tornou um elemento de ligação do homem tanto com Deus como com o espaço em que vivia.

Para uma melhor organização de nosso artigo, dividimos o desenvolvimento em três partes, que se complementam a todo instante, facilitando o diálogo da bibliografia a respeito do tema. São essas partes: Corpo e Alma, Doenças e Fisiologia Simbólica, Mortos e seus Corpos.

O corpo na Idade Média

Corpo e Alma

A principal consideração a fazermos a respeito do corpo na Idade Média é sua concepção em relação a alma, que se trata de uma relação extremamente complexa e ao mesmo fundamental no pensamento medieval. Corpo e alma se constituíam em uma concepção dual, e não dualista, sobre o ser humano, daí derivando diversas representações a respeito da religiosidade, sociedade, cultura, política, etc. Quem nos expressa tal característica "dual" no lugar do termo "dualismo" é Jérôme Baschet, afirmando que o termo "dualismo" se refere a sistemas onde corpo e alma estariam definitivamente em planos opostos, como no maniqueísmo e no catarismo considerados heresias no período medieval. O que ocorreu em regra na Idade Média, ao contrário, foi uma forte relação dialética entre corpo e alma, com hierarquias estabelecidas, mas sem uma separação clara, onde dependem um do outro dentro do esquema de salvação cristã.¹⁰

A Idade Média herdou das tradições culturais antigas as concepções e separações entre corpo e alma. Segundo Jean-Claude Schmitt, para Platão a alma seria eterna, não criada e o corpo seria sua habitação, havendo uma clara desvalorização do corpo, que devia obedecer aos impulsos da alma. O cristianismo medieval recebeu tal concepção de corpo e alma, porém modificando a ideia da alma não criada: para o cristianismo a alma seria eterna e criada, criada por Deus. Já Aristóteles trouxe uma concepção mais dinâmica e igualitária, onde a alma seria a forma do corpo, interpretada por St. Agostinho como o impulso racional que rege o corpo. Tal concepção se fez presente principalmente depois do século XIII, onde a

¹⁰ BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006, p. 409.

observação empírica começou a se reestabelecer na Idade Média. Em ambos os casos, a tradição judaica, herdada também pelo cristianismo medieval, inseriu todas essas relações entre corpo e alma em um mito universal do devir humano, que para o cristianismo passou a ser a salvação.¹¹

Assim sendo, podemos perceber durante a Alta Idade Média (séculos V-X) um grande esforço em hierarquizar corpo e alma, tornando a alma superior ao corpo, sendo esse apenas uma prisão carnal e imperfeita. Através de uma grande reviravolta, o cristianismo transformou o corpo em vilão, alterando o pecado original. De um pecado da alma (orgulho e desobediência), o pecado original passou a ser um pecado do corpo (sexual, da concupiscência da carne).¹² Sobre esse tema Jacques Le Goff e Nicolas Troung argumentam que:

A transformação do pecado original em pecado sexual é tornada possível por meio de um sistema medieval dominado pelo pensamento simbólico. Os textos da Bíblia, ricos e polivalentes, se prestam de bom grado a interpretações e deformações de todos os gêneros. A interpretação tradicional afirma que Adão e Eva quiseram encontrar na maçã a substância que lhes permitiria adquirir uma parte do saber divino. Já que era mais fácil convencer o bom povo de que a ingestão da maçã decorria da copulação mais que do conhecimento, a oscilação ideológica e interpretativa instalou-se sem grandes dificuldades.¹³

Graças a essa nova representação do pecado original, a Idade Média passou por um momento de desvalorização do corpo perante a alma, pois no corpo se encontrariam as fontes do pecado. Porém, isso não significa que havia uma desconsideração pelo corpo, pois ele era fundamental dentro da lógica da salvação. No nascimento havia a união do corpo com a alma e na morte se observaria a separação desses dois, deixando o corpo à decomposição natural e por isso prezava-se pela salvação da alma.¹⁴ Entretanto, a salvação das almas se realizaria plenamente no dia da ressurreição dos corpos, onde haveria uma nova união entre o corpo e a alma, com o corpo agora purificado. Na dinâmica da salvação o corpo não poderia ser excluído, o ideal ascético da Idade Média, ou seja, a recusa pelo que é corporal e mundano, era considerado apenas um meio para a salvação, já que o corpo possuía

¹¹ SCHMITT, Jean-Claude. Corpo e Alma. In. LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. I. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 254.

¹² Ibid., p. 255.

¹³ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 51.

¹⁴ BASCHET, op. cit., p. 256.

extrema importância. Até mesmo nos lugares de castigo e sofrimento eterno, no caso do inferno e, depois do século XIII, o purgatório, as almas receberiam sofrimentos e castigos físicos, o que nos mostra uma clara valorização do papel do corpo dentro do esquema de salvação e da condenação eterna.¹⁵

Assim sendo, a ressurreição resultaria no corpo glorioso, que não estaria mais sujeito as regras materiais. Mas, como alcançar a graça do corpo glorioso no fim dos tempos? A resposta é simples: submetendo o corpo, imperfeito, às regras da alma, tomada como perfeita; pela dominação da alma o corpo se aperfeiçoaria.¹⁶ Por essa razão a alma sempre foi considerada superior ao corpo, estando localizada literalmente em cima, primeiro na cabeça e depois ganhou seu lugar no coração, por mais que St. Tomás de Aquino a tenha visto, no século XIII, preenchendo o corpo todo.¹⁷ Essa lógica se insere dentro dos sistemas de tensões duais da Idade Média, como *dentro/fora*, *cheio/vazio*, *perto/longe*, sendo o valor simbólico do *alto/baixo* um dos mais fortes no período, não escapando o corpo dessa dualidade.¹⁸ A alma seria alta, superior, estando presente na cabeça, enquanto o corpo seria inferior, vindo das partes baixas os desejos da carne e fontes do pecado, como o ventre.¹⁹ Para Paul Zumthor, tal sistema dual se conecta com a percepção do homem medieval em relação ao espaço, ligando-o ao próprio corpo, local de sua manifestação, exteriorização do invisível, que se rende a percepção sensorial e integrando a experiência coletiva. Desde modo o alto, até nossos dias, é pensado como lar de seres sobre-humanos, da vida, do amor, do Bem; já o baixo está associado aos demônios, à morte, às funções sexuais, ao Mal.²⁰ O local da alma no corpo só poderia ser no *alto*, e o local das tentações e dos pecados localizado em *baixo*.

Por mais que tal relação seja mais dialética do que o exposto, tendo a alma partes baixas (fatores fisiológicos) e o corpo partes altas (faculdades psíquicas)²¹, podemos dizer que a alma exerceu essa função hierárquica superior ao corpo, e esta serviu de representação para todo um modelo de sociedade, principalmente às

¹⁵ SCHMITT, op. cit., p. 256-258.

¹⁶ BASCHET, op. cit., p. 420.

¹⁷ Ibid., p. 411.

¹⁸ ZUMTHOR, Paul. **La Medida del Mundo, representación del espacio em la Edad Media**. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A. 1994. p. 20.

¹⁹ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 158-161.

²⁰ ZUMTHOR, op. cit., p.19-20.

²¹ SCHMITT, op. cit., p. 258.

justificativas da superioridade do clero na Idade Média. O clero desenvolveu todo um sistema de representação social que ligava a alma a eles e o corpo aos laicos. Desta forma, dentro da unidade cristã, o clero tinha o caráter espiritual dominante, e a sociedade só estaria salva se fosse guiada pelo clero, assim como o corpo só seria salvo se guiado pela alma.²² Para além disso, houve o desenvolvimento de uma concepção da Igreja como a comunidade dos fiéis, tendo Cristo como cabeça, como líder. Tal concepção é o que chamamos de corpo místico, que se desenvolveu plenamente no século XII, mas que está presente desde o império carolíngio, onde o império era visto como um corpo, encarnação da Igreja, do qual Cristo era a cabeça, dirigindo a terra por intermédio de duas pessoas: o papa e o rei. O corpo místico, a comunidade cristã, tinha como base então a Igreja como corpo espiritual, que regia o corpo material para fins tanto materiais como celestes. No final da Idade Média essa visão se secularizou, passando a definir o modelo político do rei como cabeça e os súditos como os membros.²³

Visto que a relação entre *corpo/alma* e *Igreja/comunidade*, ou *clero/laicos*, provinha da ideia de salvação, nos compete analisar como se deu a lógica da salvação dentro da superioridade da alma sobre o corpo. Como já analisado acima, o pecado original foi transformado em um pecado sexual, um pecado corporal, colocando a alma como vítima de um desvio do corpo. Desta forma, estendeu-se todo um esforço pelo controle do corpo na Idade Média, pois só assim a alma poderia ser salva, principalmente em seus primórdios onde havia uma necessidade de controlar e cristianizar antigas práticas pagãs. Segundo Jacques Le Goff e Nicolas Troung, a ideologia anticorporal do cristianismo institucionalizado se esforçou em conter as práticas populares, mesmo que com resistências. Aos poucos a Igreja passou a dominar o corpo, através de calendários onde se instituíam jejuns, restrições (tanto alimentares como sexuais), períodos de oração e reclusão. Visto isso, os autores anteriormente citados afirmam que os homens na Idade Média oscilaram entre a Quaresma, período de jejum e abstinências, e Carnaval, marcado por banquetes e gula.²⁴

²² BASCHET, op. cit., p. 421.

²³ LE GOFF, op. cit., p.162-168.

²⁴ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p.35.

O controle do corpo pode ser entendido como mais antigo que a Idade Média. Jacques Le Goff e Nicolas Troung, citando o grande historiador Paul Veyne, especialista em história antiga, afirmam que desde a antiguidade tardia, mais especificamente no século II d.C. pode se observar o início do controle e desprezo pelo corpo entre os romanos. Sendo assim, a moral cristã do controle do corpo na Idade Média é fruto também de tempos mais antigos.²⁵ No período medieval temos uma clara derrocada do corpo até o século XIII e, como já vimos, a sexualidade desponta entre o principal mal do corpo. Há uma repressão das pulsões e dos desejos carnis, ao ponto de o casamento se constituir como uma tentativa de conter a concupiscência, para controlar a cópula, sendo essa compreendida apenas para o fim de procriação. Aquele que se apaixonava demais por sua mulher também era considerado um adúltero. Ainda segundo Le Goff e Troung: “Estabelece-se uma hierarquia entre os comportamentos sexuais lícitos. No mais alto grau está a virgindade, que, em sua prática, é denominada castidade. Depois vem a castidade na viuvez e, enfim, a castidade no interior do casamento.”²⁶

Aprofundando no tema do casamento, podemos completar com as ideias de Jérôme Baschet que afirmou que este se localizava dentro da lógica da representação da Igreja como encarnação de Cristo na terra, detentora dos poderes espirituais no plano material. Desta forma, ela justificou seu esforço em realizar a espiritualização dos corpos por meio dos sacramentos, que também tinham claras relações corporais: no batismo havia a graça divina para os nascidos da carne pecadora; na eucarística o corpo e sangue verdadeiros (de Cristo) nutriam a alma e o casamento legitimava a atividade reprodutora e formava uma aliança espiritual, que também podemos entender como uma espiritualização da aliança carnal.²⁷ Tal noção do casamento como cópula justa se amplificou dentro da Reforma Gregoriana do século XII, que tendeu a diferenciar e separar o que era devido aos clérigos e o que era devido aos laicos, segundo Le Goff e Troung:

Os primeiros, em especial a partir do primeiro Concílio de Latrão, deverão, no seio do novo modelo que é o monaquismo, abster-se de

²⁵ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 47-48.

²⁶ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 43.

²⁷ BASCHET, op. cit., 429-430.

verter o que provoca a corrupção da alma e que impede o espírito de descer: o esperma e o sangue. Instala-se, desse modo, uma ordem, um mundo de celibatários. Quanto aos segundos, deverão se servir de seus corpos de maneira salutar e salvadora no interior de uma sociedade aprisionada no casamento e no modelo patrimonial, monogâmico e indissolúvel.²⁸

Dentro desse esquema de contenção do corpo a mulher saiu como a maior perdedora. Após a transformação do pecado original em pecado sexual a mulher foi inferiorizada, e por vezes até culpada, estando a humanidade dividida novamente dentro da lógica *alto/baixo*: "a parte superior (a razão e o espírito) está do lado masculino a, parte inferior (o corpo, a carne), do lado feminino."²⁹ Os teólogos medievais elaboram diversas explicações sobre a inferioridade da mulher. St. Agostinho afirmou que o corpo do homem é mais perfeito e St. Tomás de Aquino tentou estabelecer uma igualdade entre corpo e alma da mulher e homem no momento da criação, para ele, porém, conforme Aristóteles, a mulher era mais imperfeita, mais suscetível ao erro. Mas, Tomás de Aquino ainda tentou elaborar uma igualdade teórica, afirmando que se a mulher fosse superior teria sido criada da cabeça, se fosse inferior teria sido criada dos pés. Ainda assim, a mulher não teve voz na história medieval, sendo o homem guia dessa pecadora. Mesmo a reprodução foi tida como papel somente do homem, devido o desconhecimento da ovulação da mulher.³⁰

Porém, para Le Goff e Troung, tal controle do corpo não foi tão eficiente ao menos até meados do século XII, segundo eles:

Antes do século XII, ainda é possível ver - o fenômeno, entretanto, permanece limitado - clérigos brigando, ainda que por mulheres e concubinas e não com elmos e armas. Da parte dos leigos, abundam rixas e combates, e os prazeres da carne - irredutíveis apenas à sexualidade - caminham bem. A aristocracia permanece o que era então quando de seu período "bárbaro", isto é, polígama. [...] As aventuras extraconjugais brilham nas grandes famílias nobres. Do lado dos ricos, a poligamia é praticada e, na verdade, admitida. Do lado dos pobres, a monogamia instituída pela Igreja é mais respeitada.³¹

²⁸ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p.42.

²⁹ Ibid., p.53

³⁰ Ibid., p. 53-54.

³¹ Ibid.,p. 45.

Já a partir do século XIII, os autores concordam em uma mudança na postura em relação ao corpo. Inúmeras críticas satíricas contra a castidade dos clérigos começaram a ferver na Idade Média, a virgindade passou a ser questionada e, principalmente já no século XIV, houve uma naturalização dos valores sexuais.³² Parte dessa reviravolta se deve em específico a crítica do sistema monástico no século XIII, que resultou em uma valorização do corpo, advindo de uma visão Aristotélica.³³ Como veremos adiante, escritos árabes e traduções das obras gregas, principalmente de Aristóteles, chegaram na Europa a partir do século XI e transformaram toda uma forma de concepção do corpo.³⁴ St. Tomás de Aquino foi um dos herdeiros desse novo pensamento, afirmando que a alma e corpo não eram distintos, mas unidos. A alma era considerada encarnada, dando forma ao corpo, chegando Aquino a afirmar que a alma não teria consciência de si mesma fora do corpo. Percebemos assim uma nova valorização do corpo, ainda que dentro de moldes cristãos.³⁵

Já Le Goff e Troung enxergam no período até mesmo uma volta as práticas pagãs, ideias contra a contenção do corpo surgem e ganham força na Idade Média a partir do século XIII, expressadas principalmente no Carnaval. Houve uma volta das danças obscenas, dos grandes banquetes, do burlesco no Carnaval, festa que se instaura no século XII, em plena Reforma Gregoriana, e se intensifica no século XIII, com um avanço da urbanização na Idade Média.³⁶ Devido a essa pressão dos laicos, Jérôme Baschet vê nessa nova forma de aceitação do corpo pela Igreja, como tentou fazer Tomás de Aquino, uma resposta aos anseios e críticas dos laicos frente ao clero. Houve evidentemente uma valorização e aceitação do corpo, desde que o conhecimento material e natural levasse a Deus. O autor ainda não considera tal aspecto como um processo de laicização, mas sim como uma articulação entre os poderes eclesiásticos com as realidades do mundo material, ou seja, uma resposta a pressão dos laicos, embora prevalecessem os valores espirituais.³⁷

³² LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 46-47.

³³ SCHMITT, op. cit., p. 264.

³⁴ Idem., **Les Corps, Les Rites, Les Rêves, Les Temps: essais d'anthropologia medieval**. Paris: Gallimard, 2001. p. 340.

³⁵ Idem., Corpo e Alma. In. LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. I. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 264.

³⁶ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 59-61.

³⁷ BASCHET, op. cit., p. 442-443.

Doenças e Fisiologia Simbólica

Dentro dessa lógica da superioridade das questões espirituais, deixando o corpo em um segundo plano, um plano de impurezas e imperfeições, há um importante ponto a considerar: o da medicina, principalmente no quesito das doenças. Podemos afirmar claramente que as doenças no período medieval tinham um caráter moral³⁸, vinculadas diretamente com algum pecado cometido. As doenças na Idade Média estavam sempre relacionadas a transgressões espirituais, sendo a lepra o maior exemplo: considerada como doença da alma, resultante de uma cópula nos dias de jejum e penitência (Quaresma, vigílias de dias santos etc.), sendo produto de um pecado sexual. Assim, não há doença na Idade Média que não seja simbólica. A lepra era considerada como uma heresia: as duas eram como doenças da alma, simbolizadas pelo corpo doente, que deveriam ser extirpadas do corpo sadio da Igreja. Em contrapartida, a metáfora é polivalente: o beijo em um leproso praticado por Cristo foi tomado como um grande exemplo de piedade, sendo seguido por São Luís. Por isso, a maior parte dos milagres atribuídos aos santos são, em geral, milagres de cura.³⁹

O cuidado com os doentes passou a ser de responsabilidade, durante muito tempo, dos religiosos (frades, freiras, etc.), sendo o local de acolhimento desses doentes mais um espaço de cura espiritual do que corporal. Havia um grande paradoxo referente aos doentes, pois se sua doença era fruto de pecados, poderiam ser considerados impuros, castigados pela cólera divina e pela justiça humana (no caso dos inválidos), e tais fatores causavam certa aversão ao seu contato. Porém, segundo Marie-Christine Pouchelle, é nítido que grande parte da população medieval se dedicava ao trato com os doentes em locais de acolhimento que mais tarde se tornaram os hospitais.⁴⁰ Para Jean-Claude Schmitt, tal aspecto se deve ao caráter social da doença na Idade Média. Ela atingia o doente como indivíduo, onde o mal (doença) capturava seu corpo, deixando-o impedido de trabalhar, mergulhando-o na miséria e na indigência. Além disso, a doença se tornava uma carga para o doente

³⁸ SCHMITT, Jean-Claude. Corpo e Alma. In. LE GOFF, SCHMITT, op. cit., p. 260.

³⁹ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 106-108.

⁴⁰ POUCHELLE, Marie-Christine. Medicina. In. LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. II. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 153-154.

que não podia mais comer e o deixava insuportável aos seus próximos graças a suas crises, seus odores ou sua violência. Porém, em um nível social mais amplo o doente desempenhou um papel social de “indigente”, pois padecia como Cristo padeceu, oferecendo aos outros a chance da salvação de suas almas através da caridade.⁴¹ O doente sofria com seus pecados como Cristo sofreu carregando os pecados do mundo em seu corpo. Assim, a doença passou a ser sinônimo de penitência para o doente, que se valia do medicamento do espírito, pois Cristo era médico dos corpos e das almas.⁴²

A medicina medieval foi uma grande herdeira da medicina antiga, principalmente a medicina grega e a teoria dos humores de Hipócrates, onde os quatro humores (sangue, fleuma, bile amarela e bile escura) deveriam estar bem equilibrados entre si para uma boa saúde.⁴³ Tal equilíbrio, depois da sistematização de Galeno no século II, se realizava por meio de uma adequada alimentação para “equilibrar a dinâmica vital dos indivíduos – de acordo com seu temperamento particular (fleumático, sanguíneo, colérico ou melancólico).”⁴⁴ Podemos ver que dentro dessa explicação médica inserida no cristianismo, os elementos pagãos não desapareceram totalmente, mesmo que a Igreja tenha se esforçado nesse sentido. Tais elementos pagãos sempre foram justificados de acordo com a lógica cristã pois, segundo Schmitt, a desordem dos humores e dos temperamentos passaram a ser resultantes do pecado de Adão. Sendo assim, a humanidade nunca estaria perfeita até a restituição definitiva pela ressurreição.⁴⁵

Porém, essa explicação médica da doença esteve conectada, e por vezes subordinada, às explicações religiosas, que segundo Schmitt realizavam uma função generalizante e fundadora, explicando a causa da doença e fazendo dela um signo. Assim a doença estava ligada a um poder sobrenatural, seja Deus, diabo ou santos, ou a um poder humano, como feiticeiros e feiticeiras. Como já mostramos, ela exercia uma função ambígua dentro da lógica cristã, pois era símbolo do pecado e castigo justo, incitando para conversão individual ou coletiva, e ao mesmo tempo era

⁴¹ SCHMITT, Jean-Claude. **Les Corps, Les Rites, Les Rêves, Les Temps: essais d'anthropologia medieval**. Paris: Gallimard, 2001, p. 324.

⁴² LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 108-109.

⁴³ Ibid., p. 109-111.

⁴⁴ POUCHELLE, Marie-Christine, Medicina. In. LE GOFF, SCHMITT, op. cit., p. 152.

⁴⁵ SCHMITT, Jean-Claude. **Les Corps, Les Rites, Les Rêves...**, op. cit., p. 326.

símbolo da virtude e amor de Deus que colocava o cristão a prova, sobretudo o santo. Nos dois casos ela era vista como benção, pois ela preserva no caminho da salvação, além de favorecer as obras de caridade. Ainda segundo Jean-Claude Schmitt, havia uma “metaforização” da doença, pois ela e o pecado eram indissociáveis, assim como a cura era para a salvação. Além disso, havia associação das transgressões religiosas e morais com doenças coletivas graves, como a peste e a lepra no século XIII que foram associadas as heresias, principalmente dos cátaros e valdenses.⁴⁶ Visto isso, a única forma eficaz de cura era a proporcionada pela Igreja, que se exercia tanto sob a forma dos sacramentos como, principalmente, pelos milagres.

Os milagres eram a forma mais eficaz de cura, sendo atribuídos aos santos, tanto os vivos como os mortos. Por isso eles dependiam da relação entre o homem doente, o santo e Deus. Para Schmitt⁴⁷:

No caso dos milagres póstumos, que são os mais numerosos, um corpo morto – mas um corpo santo, supostamente para manter as marcas da vida – implorava em benefício de um corpo doente, para torna-lo saudável: a cura consistia em uma transferência de poder entre dois corpos, a incorruptibilidade de um lutando contra a corrupção de outro.⁴⁸

Assim, a cura se passava em torno de um ritual, seja da doença para com uma relíquia de algum santo (peregrinação) ou de uma relíquia para a doença (transação de relíquias). Nesse contexto, ainda segundo Schmitt, aristocracia e classes populares lidavam de forma diferente com os milagres de cura. Enquanto a aristocracia viajava para os locais santos onde repousavam as relíquias, na forma de peregrinação, as classes pobres faziam seu clamor a distância por conta dos dispêndios da viagem. Além disso, pedidos como cura de doenças internas ou que tinham avanço rápido, comuns ao estilo de vida violento dos cavaleiros, eram os pedidos comuns da

⁴⁶ SCHMITT, op. cit., p. 326-327.

⁴⁷ Segue-se a tradução livre do texto, realizada por nós. Texto original: *“Dans le cas des miracles posthumes, qui étaient les plus nombreux, un corps mort – mais un corps saint, censé conserver les marques de la vie – était imploré au profit d’un corps malade, afin de lui rendre la santé: la guérison consistait en transfert de pouvoir entre deux corps, l’incorruptibilité de l’un venant combattre la corruption de l’autre.”*

⁴⁸ SCHMITT, Jean-Claude, **Les Corps, Les Rites, Les Rêves...**, op. cit., p. 332.

aristocracia, em contraste com clamores pela cura de cegueira, surdez, mudez, paralisia que eram comuns às camadas populares.⁴⁹

Entretanto, não só a doença tinha um caráter metafórico e simbólico, mas também toda a concepção fisiológica da época. Já citamos o exemplo da cabeça, considerada local da alma e das decisões racionais, estando no alto representava Cristo como cabeça da Igreja, como líder da sociedade. Dentro da concepção do corpo representando todo o Estado, a cabeça representava tal comando, onde os outros órgãos representavam diferentes partes da sociedade, diretamente subordinados à cabeça. Temos também a presença do coração, disputando com a cabeça o privilégio de receptáculo da alma e das decisões racionais, da consciência moral e da fé. Tamanha foi sua importância que, alongando nossa visão para um pouco além do fim da Idade Média (séculos XV ao XVII), podemos ver a crescimento do culto ao Sagrado Coração de Jesus e uma mudança em relação a chaga da crucificação, que deixou o lado direito para se localizar no lado esquerdo, o lado do coração. Ao mesmo tempo, o coração da virgem passou a ser representado perfurado pelos gládios das sete dores. Segundo Le Goff e Troung a dualidade *corpo/alma* passou a ser *corpo/coração*, pois "O coração absorveu tudo o que há de espiritual no homem."⁵⁰

Assim como as partes altas do corpo, como a cabeça, representavam o comando e a perfeição de Cristo, as partes baixas passaram a representar o pecado e os pecadores. Ainda segundo Le Goff e Troung, o fígado foi o maior perdedor, pois a prática antiga de utilizá-lo em adivinhações o faz cair em descrédito no cristianismo, que passou a condená-la. Além disso, os escritos antigos sobre a medicina o identificavam o fígado como produtor de sangue e de calor, que passaram ser considerados fontes do pecado no cristianismo medieval. Desta forma, tal órgão, ou entranhas e ventre, foi "transferido para um ponto inferior, para abaixo da cintura, ao lado das partes vergonhosas do corpo. E torna-se a sede da luxúria, dessa concupiscência que, desde São Paulo e Santo Agostinho, o cristianismo persegue e reprime."⁵¹

⁴⁹ SCHMITT, Jean-Claude, **Les Corps, Les Rites, Les Rêves...**, op. cit., p. 333.

⁵⁰ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 158.

⁵¹ Ibid., p. 160.

Em algumas descrições do corpo do século XII, podemos encontrar as representações da cabeça como o rei (ou príncipe), sendo os homens honrados como juízes e representantes das cidades vistos como olhos, orelhas etc. Já os funcionários e guerreiros eram representados pelas mãos e pelos braços, exercendo função ambígua pois desempenhavam o desconsiderado trabalho manual e ao mesmo tempo eram o braço secular. Por fim os camponeses eram obviamente representados pelos pés, partes mais baixas, mas que carregavam e moviam todo o resto, já manifestando determinada inconformidade pela miserável situação das massas rurais, que eram desprezadas e exploradas pelas ordens superiores. Porém, aqueles que lidavam com a economia, em específico a administração do dinheiro, eram considerados os mais mal localizados: nas entranhas. Em razão do desprezo medieval pelo acúmulo de riqueza, essa classe ficou “situada nas dobras ignóbeis do ventre e dos intestinos, definitivamente degradadas, caldeirão de cultura das doenças e dos vícios [...]”⁵²

Tal concepção simbólica da fisiologia humana nos revela um certo conhecimento do corpo em sua forma anatômica, mesmo que não fosse utilizado para fins científicos, onde permaneceu por muito tempo a visão dos escritos de Hipócrates e Galeno. Ainda que as dissecações de corpos não fossem totalmente proibidas pela Igreja, que tentava impedir somente a violação de túmulos⁵³, as primeiras dissecações para fins de estudo, segundo Pouchelle, iniciaram-se no século XIII, principalmente da iniciativa dos reis em formar melhor os médicos de suas cortes. Devido a crescente necessidade de observação provinda do naturalismo de Aristóteles, que permeou o Ocidente Medieval com os escritos gregos e árabes presentes nas universidades a partir do século XI, observar o corpo por dentro, de forma anatômica, se tornou uma necessidade já na Idade Média.⁵⁴ Em um primeiro momento, tais dissecações foram feitas somente para confirmar e ilustrar o saber produzido pelos antigos, principalmente por Galeno no século II. Porém, mesmo dentro dessa necessidade de confirmar os saberes antigos é possível encontrar inovações, já que muitos conhecimentos novos que se produziam eram atribuídos a

⁵² LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 166-167.

⁵³ Ibid., p. 119.

⁵⁴ POUCHELLE, op. cit., p. 163.

Galeno, como forma de validação das descobertas.⁵⁵ Segundo Pouchelle, a dissecação:

[...] continha em germe uma série de rupturas, tanto na simbiose do corpo e do universo quanto na própria unidade do corpo, se não até da pessoa, prelúdio ao que viria a caracterizar o progresso científico no Ocidente: separar, isolar o objeto de pesquisa, reduzi-lo, enfim.⁵⁶

Entretanto, Schmitt nos alerta para as complexidades desse processo que, a princípio, se parece com uma certa laicização da medicina. Para ele, médicos e cirurgiões passam a criticar cada vez mais as curas estritamente religiosas, mas sem negar a própria religião. Tal atitude também teve relação com sua visão filosófica, quase herética, que se aproximava do averroísmo ou das duas verdades: a aceitação da revelação, mas a crença de que ela não implica nas leis naturais para a prática da medicina. Visto isso, o pensamento médico no final da Idade Média não pode ser dissociado totalmente do discurso religioso. Na civilização medieval é possível encontrar críticas à autoridade da Igreja, mas é impossível se pensar fora do esquema religioso, ainda mais na prática simbólica da medicina onde há a uma relação entre o corpo humano e o macrocosmo da criação.⁵⁷

Mortos e seus Corpos

Por fim, o corpo na Idade Média serviu de símbolo e elemento cultural importantíssimo até mesmo em sua fase final: a da decomposição. O corpo dos mortos foi extensamente retratado e referido em lições e sermões dentro do esquema religioso cristão. Segundo Le Goff e Troung falava-se mais da morte na Idade Média que em nossos tempos, mas isso não significa que ela fosse mais tranquila, o medo da morte era evidente. Mas, o estudo da morte não se faz por essa perspectiva, a morte na Idade Média é antes uma passagem para o mundo além. Deve-se pensar no lugar dos mortos, dos corpos dos mortos, e o papel que os vivos atribuíam a eles.⁵⁸ Dialogando com essa visão, Michel Lauwers afirma que a morte era vista como uma passagem para o outro mundo, um acontecimento feliz dentro da lógica da salvação, porém:

⁵⁵ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 114-115.

⁵⁶ POUCHELLE, op. cit., p. 164.

⁵⁷ SCHMITT, Jean-Claude. **Les Corps, Les Rites, Les Rêves...**, op. cit., p. 340-343.

⁵⁸ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 120-121.

Ao mesmo tempo, a angústia diante da morte física e o medo do julgamento da alma foram explorados em uma perspectiva penitencial, enquanto a descrição da morte corporal era a ocasião de denunciar as realidades terrenas, de suscitar o “desprezo do mundo”, de provocar uma “conversão”.⁵⁹

Assim, podemos considerar que a morte serviu a um propósito religioso dentro do cristianismo medieval de simbolizar a finitude de todas as coisas. Ainda segundo Lauwers, a Igreja se esforçou, principalmente depois do século VIII no período carolíngio, em controlar e espiritualizar as relações entre os vivos e os mortos, que eram guiadas principalmente pelas antigas concepções pagãs familiares de culto aos mortos. Aos poucos as imposições de que o cuidado do defunto, seu velório e enterro, fosse responsabilidade da Igreja foi se fortalecendo e instituindo. Junto com essas imposições temos o surgimento e organização das rezas pelos mortos, onde todos os cristãos em união rezariam juntos pelos que se foram, criando uma comunhão entre os vivos e os mortos. Mesmo a criação do dia dos mortos, 2 de novembro, em 1030 foi claramente uma forma encontrada pela da Igreja de padronizar a liturgia referente ao culto aos mortos e espiritualizá-la, onde nenhum, teoricamente, escaparia.⁶⁰

Dentro desse controle cristão ao culto aos mortos, somente os corpos dos santos e suas tumbas poderiam ser venerados. Rezava-se pelos mortos, mas por intercessão dos santos, que como já vimos, realizavam milagres mesmo após a morte.⁶¹ Os corpos dos santos mantinham sua santidade, tanto é que não se decompunham e suas tumbas exalavam o odor da santidade.⁶² Por conta disso realizavam-se rituais de desmembramento dos corpos dos santos, para se tornarem relíquias e distribuídas em santuários. Porém, no século XIII houve algumas proibições contra esse costume, fixando-se a ideia de incorruptibilidade dos corpos, desenvolvendo-se rituais aristocráticos de embalsamamento dos corpos e confecções de esfinges quando os corpos não podiam ser mantidos em bom estado.⁶³

⁵⁹ LAUWERS, Michel. Morte e os Mortos. In. LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. II. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 245.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 247-252.

⁶¹ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 122.

⁶² SCHMITT, Jean-Claude. Corpo e Alma. In. LE GOFF, SCHMITT, op. cit., p. 260.

⁶³ LAUWERS, op. cit., p. 255.

Entretanto, para Johan Huizinga, todo esse cuidado com os corpos dos mortos vinha diretamente de um sentimento de aversão da decomposição e da própria morte que se estabeleceu principalmente no fim da Idade Média. Tal aversão à decomposição foi acompanhada de um espírito materialista que insistia em não se livrar do pensamento voltado para o corpo. Huizinga exemplifica esse espírito materialista pela existência de “um hábito de, imediatamente após o falecimento de uma pessoa estimada, retocar os traços do rosto para que não houvesse nenhum sinal vivível de putrefação antes do enterro.”⁶⁴ O autor ainda nos oferece a descrição de mais um ritual peculiar referente ao cuidado dos corpos, que foi diversas vezes proibido e autorizado pelas autoridades papais no final da Idade Média:

Amplamente difundida, no caso de cadáveres de pessoas importantes falecidas longe de onde moravam, era a prática de cortá-los em pedaços e cozinhá-los durante o tempo necessário para que a carne se soltasse dos ossos, que em seguida eram limpos e remetidos em uma mala para que pudessem ser enterrados solenemente, enquanto as entranhas e a carne eram enterradas no local da morte. Nos séculos XII e XIII isso estava tão em voga que alguns bispos e vários reis tiveram esse tratamento.⁶⁵

Desta forma, podemos observar que a morte e a presença dos mortos foram temas recorrentes na Idade Média, e que em seus momentos derradeiros serviram para expor a condição frágil da vida humana. Dentro desse esquema religioso, os corpos dos mortos serviram para expor a todos a perecibilidade humana em formas culturais específicas, como o exemplo da dança macabra. Esse tema, que foi tanto proclamado como pintado e gravado, consistia no encontro de três jovens vivos e três mortos que travavam um diálogo onde os mortos afirmavam aos vivos: “O que vós sois, nós o fomos. O que nós somos, vós o sereis.”⁶⁶ Segundo Le Goff e Troung a dança macabra “infunde nos espíritos o terror da morte e a aversão ao cadáver que se desenvolve no século XIV, isto é, na Idade Média tardia”, servindo de indicação de que ninguém escapava a morte.⁶⁷ Huizinga nos afirma que a mais popular das danças

⁶⁴ HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 229-230.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 230.

⁶⁶ LE GOFF, TRUONG, op. cit., p. 126.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 127.

macabras foi a retratada no Cemitério dos Inocentes em Paris no ano de 1424, que se perdeu devido sua posterior demolição. Afirma o autor que:

Em nenhum outro lugar aquela morte de caráter simiesco podia estar tão em casa, ela, que rindo com todos os dentes, com os passos enferrujados de um velho mestre de dança, arrasta consigo o papa, o imperador, o nobre, o trabalhador, o religioso, a criança pequena, o louco e todas as profissões e posições sociais existentes.⁶⁸

Assim, a dança macabra exemplifica tal exposição dos corpos mortos como advertência para o fim último da vida: a putrefação dos corpos. Independentemente da posição social, a angústia da morte e a horrível decomposição dos corpos seria inevitável. Por isso, ainda segundo Huizinga, "A dança macabra não era somente uma advertência piedosa, mas também uma sátira social, e existe uma leve ironia nos versos que a acompanham."⁶⁹

Considerações finais

Exposta a análise proposta em relação à dualidade entre corpo e alma na Idade Média, das concepções sobre as doenças e da fisiologia simbólica existente no período e da relação dos vivos com os mortos, principalmente com os corpos dos mortos, podemos chegar a algumas considerações finais sobre o tema. Primeiramente, a presença do corpo na Idade Média se mostra extremamente complexa, com diversas nuances e variações de representações em relação ao período e localização em questão, que um pequeno artigo não seria capaz de suprir em sua totalidade. Porém, em nossa análise podemos inferir que a Idade Média se valeu do corpo como fonte de símbolos e representações, onde se realizavam ligações entre o terreno e o sagrado. A Igreja, como um poder instituído, se esforçou para que antigas concepções sobre o corpo, provindas da cultura pagã, se espiritualizassem e ficassem cada vez mais dependentes da cultura clerical.

O corpo se tornou local de desejos, profanação e danação, fonte dos pecados e da decadência humana, mas, ao mesmo tempo, essencial dentro da lógica da salvação eterna e da ressurreição em Cristo. Por isso, ele deveria ser purificado pela

⁶⁸ HUIZINGA, op. cit., p. 234.

⁶⁹ Ibid., p. 236.

alma, mais especificamente pelo controle da alma (que era considerada pura, perfeita e eterna), sobre o corpo. Nesse esquema, somente a Igreja, encarnação dos valores espirituais no mundo, poderia conduzir os homens ao pleno controle do corpo e exaltação da alma. As doenças e males passaram a ter um sentido mais espiritual do que fisiológico, pois todo o mal que afligia os homens provinha do pecado, da ira divina ou de práticas diabólicas de feiticeiros. Por isso, para além de intervenções médicas, somente a misericórdia de Deus ou a ação dos santos poderia realmente curar uma enfermidade. Mesmo com todo o cuidado com o corpo, com todo o controle e vigilância, o fim último dos homens seria a morte, a horrível putrefação dos corpos, que atingiria ricos senhores, coléricos, laicos, camponeses e toda a sorte de seres vivos. Por isso, a Igreja se esforçou no controle de antigas práticas de culto aos mortos e espiritualizou tal relação entre os vivos e os que já se foram. As orações aos mortos e o trato com os defuntos, principalmente com os corpos santos, passaram invariavelmente pelas mãos da Igreja, que controlava as orações e o contato com as relíquias dos corpos santos. Por mais que a morte fosse um jubilo daqueles que entram na esperada eternidade, o ato de morrer era considerado terrível, toda a beleza dos corpos se esvaia e o horror pela degradação corporal mostrava o sofrimento, no final da Idade Média, de uma população que perdera o contato com os mortos para o controle da Igreja.

O corpo também passou a ser símbolo da organização político-social da Idade Média, onde a dualidade corpo e alma, estando o corpo abaixo e a alma elevada, se valia para distinguir laicos e clérigos e justificar a posição de superioridade desses últimos, pois lidavam com questões espirituais, referentes a alma. A Igreja também se tornou corpo de Cristo, que era a cabeça comandando toda a sociedade. Nesse contexto, a fisiologia ganhou um caráter simbólico, onde clérigos e pessoas justas seriam relacionados aos órgãos presentes na cabeça, local da alma e das coisas elevadas. Senhores e guerreiros, como braços seculares do poder espirituais seriam associados aos braços e mãos, enquanto os camponeses que carregavam o resto seriam os pés, inferiores, mas vitais para a condução do corpo. Já todos aqueles que administravam riquezas eram localizados no ventre, nas entranhas, no intestino e no fígado, local de podridão e origem dos pecados.

Podemos notar também que o corpo, além se servir de símbolo e representação para a afirmação do poder instituído, primeiro da Igreja e depois do poder os príncipes, foi utilizado como certa crítica social. Como no caso anteriormente citado, a fisiologia simbólica retratou os camponeses, essenciais para a condução do corpo, como injustiçados e explorados pelas partes mais altas do corpo. Já aqueles que administravam as cidades e os comércios, por lidar com o dinheiro, eram associados aos órgãos identificados como geradores dos pecados, como o fígado, que pela teoria dos humores produziria calor e sangue, fonte dos pecados. Essas associações mostram o desprezo medieval em relação ao acúmulo de riquezas e uma sensibilidade em relação a condição dos camponeses. Porém, a simbologia máxima em relação à crítica social seria a da dança macabra, onde independentemente da posição ocupada pelo indivíduo, a morte e a putrefação alcançariam seu corpo, destruindo toda a glória em vida ou fazendo os anos de trabalho pesado parecerem vãos.

Desta forma, o corpo na Idade Média se tornou uma fonte de representações entre o homem e o além. Assim como cosmos criado haveria a diferenciação entre as coisas elevadas (espirituais) e as baixas (mundanas e pecaminosas), o mesmo acontecia no corpo humano, que era microcosmos da criação, sendo a alma elevada e o corpo rebaixado. A organização social se refletiu e exemplificou nessas representações corporais. O corpo passou a ser símbolo do pecado e a Igreja se instituiu como símbolo do corpo santo de Cristo na Terra. A cultura popular, ainda que com resistências, foi sendo suprimida pela cultura clerical, como podemos ver no exemplo do culto aos mortos, que aos poucos foi espiritualizado e passou para o controle da Igreja. Porém, o domínio eclesiástico foi gradualmente sendo contestado pelos laicos. Principalmente depois do século XIII, vemos a Igreja flexibilizar e recolocar o corpo ao lado da alma dentro da hierarquia cristã. O trato com o corpo doente deixou as mãos dos clérigos e passou a ser realizado pelos laicos que estudavam nas universidades erguidas após o século XIII, a profissão do médico ganhou espaço. Toda essa revitalização do corpo e as críticas sociais que surgiram no fim da Idade Média nos mostram a pressão da cultura laica frente a Igreja, que passou a ceder a tais críticas para não perder totalmente o controle sobre o corpo social e político em que estava inserida.

Referências

- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRAET, H. e VERBEKE, W. (org). **A Morte na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- LAUWERS, Michel. Morte e os Mortos. In. LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. II. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 243-261.
- LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Editora Brasiliense s.a, 1988.
- LE GOFF, Jacques, TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PORTER, Roy. A História do Corpo. In. BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. P. 297-333.
- POUCHELLE, Marie-Christine. Medicina. In. LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. II. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 151-165.
- SCHMITT, Jean-Claude. Corpo e Alma. In. LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. I. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 253-267.
- _____. **Les Corps, Les Rites, Les Rêves, Les Temps: essais d'anthropologia medieval**. Paris: Gallimard, 2001.
- VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ZUMTHOR, Paul. **La Medida del Mundo, representación del espacio em la Edad Media**. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A. 1994.

Recebido em: 30/06/2018

Aprovado em: 28/07/2018

O CINEMA CLÁSSICO-NARRATIVO EM HITCHCOCK: COMENTÁRIOS SOBRE O FILME “JANELA INDISCRETA”

*THE CLASSICAL-NARRATIVE CINEMA IN
HITCHCOCK: COMMENTS ABOUT THE FILM “REAR
WINDOW”*

Andréia Rosin Caprino¹

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo: O tema proposto no presente artigo versa sobre a construção cinematográfica no cinema clássico-narrativo, datado do final da década de 1900 até o pós Segunda Guerra, mas que estende suas influências até os dias atuais. O cineasta Alfred Hitchcock (1899-1980) é um grande representante do auge desse cinema, ao mesmo tempo em que possui elementos modernos na sua elaboração fílmica. Almejamos apresentar o afirmado acima através do filme “Janela Indiscreta” (1954), grande produção do “mestre do suspense”.

Palavras-chave: Cinema clássico-narrativo; Alfred Hitchcock; Janela Indiscreta.

Abstract: The theme proposed in this article concerns the cinematographic construction in the classical-narrative cinema, dating from the late 1900s until after World War II, but extending their influence to the present day. The film director Alfred Hitchcock (1899-1980) is a great representative of the heyday of this cinema, and at the same time displays modern elements in its filmic development. We aim to present the stated above through the film “Rear Window” (1954), a great production of the “master of suspense”

Keywords: Classical-narrative cinema; Alfred Hitchcock; Rear Window.

Introdução

Um dos componentes elementares da história é a problematização. Quando nos deparamos com o estudo sobre o cinema, percebemos a mesma característica. Há diferentes teorias, análises fílmicas e referências cronológicas. Robert Stam afirma

¹ Doutoranda em História. Mestrado em História pela UFPR (2017) e Graduação em História-Licenciatura e Bacharelado pela UFPR (2014). Email: andreiarosincaprino@gmail.com.

que "... o cinema torna quase imprescindível o uso de múltiplas molduras teóricas para a sua compreensão" (STAM, 2003, p.15). Além disso, não podemos pensar no cinema como uma categoria impenetrável; é o que defende o autor a respeito da teoria do cinema: "A teoria do cinema raramente é 'pura', vinculando-se, geralmente, a uma mescla de crítica literária, comentário social e especulação filosófica." (STAM, 2003, p.19)

Embora a diversidade do conhecimento cinematográfico não seja nosso tema aqui, é interessante mencioná-lo para que firmemos a não exclusividade de abordagens de determinadas ideias e autores, mesmo que haja implicitamente a preferência por um ou outro. No presente trabalho, voltamo-nos especialmente ao cinema clássico hitchcockiano, dando primeiramente um panorama geral e, em seguida, observando o filme "Janela Indiscreta".

Cinema clássico-narrativo

O cinema clássico se formou no período de 1908 a 1919, consolidou-se na década de 20 e manteve-se preeminente na indústria cinematográfica até o final dos anos 50 (XAVIER, 2003, p.60). Em Robert Stam, aquele pode ser definido como:

[...] "transparente", no sentido de que buscava apagar todos os traços do "trabalho do filme", fazendo-se passar por natural. [...] A precisão representacional dos detalhes importava menos que seu papel na criação de uma ilusão ótica de verdade. Por meio do apagamento dos sinais de sua produção, o cinema dominante persuadia os espectadores a tomar, por traduções transparentes do real, o que nada mais era que efeitos deliberadamente construídos. (XAVIER, 2003, p.166)

Para o autor, essa caracterização vincula-se ao campo literário:

No campo da literatura, "realismo" designa um mundo ficcional caracterizado por coerência interna, causalidade plausível e plausibilidade psicológica. O realismo tradicional, baseado em uma narrativa unificada e coerente, foi visto como obscurecedor das contradições, projetando uma unidade "mítica" ilusória. O texto

modernista, em contraste, trazia a primeiro plano a contradição e permitia ao que era silenciado manifestar-se. (XAVIER, 2003, p.164)

A colocação mencionada diverge do que configura uma obra modernista. Ismail Xavier, quando fala a respeito de "No Caminho de Swan", que está no "Em busca do tempo perdido", de Marcel Proust, exprime que:

Trata-se de um romance reflexivo que pensa a sua própria condição enquanto se faz [...]. O narrador não deixa a ação "correr" nem se empenha em permanecer à sombra, isento de comentários, para que o efeito de uma ação contínua possa alcançar a força de uma visão direta, não mediada, como se estivéssemos diante do fato. (XAVIER, 2003, p.15)

Isso não significa que podemos categorizar inflexivelmente o que é 'clássico' e o que é 'moderno', bem como definir precisamente uma cronologia separativa para ambos. Jacques Aumont (AUMONT, 2008) já nos alerta com o questionamento do que é o moderno, indicando que é mais um processo do que um estado ou condição.

A despeito disso, a verossimilhança almejada pelo cinema clássico-narrativo é construída por práticas de montagem, trabalho de câmera e som, as quais fornecem efeitos de continuidade temporal e espacial. Segundo Stam, no filme hollywoodiano clássico, essa continuidade era alcançada por meio de regras para a introdução de novas cenas, procedimentos convencionais para marcar a passagem do tempo, técnicas de montagem para suavizar a mudança de um plano para outro e procedimentos para provocar subjetividade. Xavier argumenta:

Tudo neste cinema caminha em direção ao controle total da realidade criada pelas imagens - tudo composto, cronometrado e previsto. Ao mesmo tempo, tudo aponta para a invisibilidade dos meios de produção desta realidade. Em todos os níveis, a palavra de ordem é "parecer verdadeiro"; montar um sistema de representação que procura anular a sua presença como trabalho de representação. (XAVIER, 2005, p.41)

Tendo como base as colocações de Ismail Xavier no livro “O olhar e a cena - Melodrama, Hollywood, Cinema Novo, Nelson Rodrigues”, percebemos que o cinema é constante construção e esta não existe sem a participação ativa do espectador. É ele quem confere sentido ao que vê (e ao que não vê), é ele que completa a ficção e interpreta o significado das imagens. Mais do que imagens - como é no caso das fotografias - a arte cinematográfica é constituída pela sucessão delas, as quais conferem impressão de realidade através da “expressividade” da câmera e da montagem (XAVIER, 2003, p.21), tendo como papel central o movimento.

A aparência do real, portanto, é codificada e gerada pela testemunha a partir dos signos recebidos. Poderíamos denominar tal “processo cinematográfico” como interpretativo; é o relacionamento entre a mediação e sua leitura - intencional ou não. A mimesis do cinema requer a fidelidade do assistente diante do espetáculo, esse é um pacto entre os dois, pois a realização fílmica cria o seu próprio mundo e é plausível dentro da sua proposta.

Nesse contexto ilusionista, ou seja, “[d]a encenação tal e qual o real”, destacamos o papel do olhar, o qual tem forte atuação no gênero do melodrama. Este deriva do drama burguês de Diderot, ele “queria um teatro dirigido à sensibilidade por meio da reprodução integral das aparências do mundo, queria um método de ‘dar a ver’ as situações, os gestos, as emoções” (XAVIER, 2003, p.38-39). Tal modelo torna-se muito popular em 1800 e se instala no cinema e na televisão, nos alcançando atualmente, mesmo que com atualizações e demandas do público e da sociedade. Para Xavier, o cinema clássico é a modernização do “olhar melodramático”.

A dinamicidade do cinema culmina na relação do cinematógrafo - espectador; antes disso, existe a correspondência do primeiro com a própria produção. A função técnica com a qual o cinematógrafo trabalha engloba inovações tecnológicas anteriores e é como se ele as aperfeiçoasse em uma nova arte/espetáculo/tática e fosse também parte da mecanicidade; o produtor como parte da produção: é o paradigma cinematográfico, do qual fala François Albera:

A eficiência do cinematógrafo - e a razão de seu alcance imediato, desse “contágio” que se espalha por todos os setores da vida social -

provém de sua coincidência com quadros intelectuais, cognitivos, mas também imaginários, que formam as condições de existência em um campo de discurso e de práticas indexadas sobre parâmetros como exatidão, automatismo, velocidade, instantaneidade, simultaneidade, fugacidade, memorização, reprodução, informação. O uso de um utensílio que modifica a visão (luneta, telescópio, microscópio) e o ouvido (telefone, fonógrafo), a elaboração de aparelhos de medida da cinemática animal e humana e dos movimentos fisiológicos (esfigmógrafo), o advento de aparelhos de imagens em movimento (brinquedos ópticos), de captação-restituição da imagem (fotografia) e do som (gramofone), de transmissão (telégrafo, telefone), se cruzam e se combinam na *máquina* do cinematógrafo, que parece agrupar a todos como se fossem membros dispersos que se reúnem sob seu nome. (ALBERA, 2012, p.22)

Ismail Xavier fala sobre a decupagem clássica (XAVIER, 2005), a qual consiste em um processo fragmentado de cenas, sequências e planos, que têm como resultado final a noção de uma continuidade (*continue system*) de um roteiro, uma história. Nela, o espectador identifica o espaço e a cronologia. O autor afirma que:

O que caracteriza a *decupagem clássica* é seu caráter de sistema cuidadosamente elaborado, de repertório lentamente sedimentado na evolução histórica, de modo a resultar num aparato de procedimentos precisamente adotados para extrair o máximo rendimento dos efeitos de montagem e ao mesmo tempo torná-la invisível. [...] a decupagem será feita de modo a que os diversos pontos de vista respeitem determinadas regras de equilíbrio e compatibilidade, em termos da denotação de um espaço semelhante ao real, produzindo a impressão de que a ação desenvolveu-se por si mesma e o trabalho da câmera foi "captá-la". (XAVIER, 2005, p.32-33)

De acordo com Xavier, o plano refere-se a cada tomada de cena, compreendida está entre dois cortes. Ele pode ser geral (a câmera mostra todo o espaço da ação), médio ou de conjunto (a câmera mostra o conjunto de elementos que fazem parte da ação), americano (personagens são exibidas até a cintura), primeiro plano ou close-up (um detalhe é exposto, ocupando quase a tela toda). Além disso, há no processo de filmagem diferentes posições da câmera (mais alta, mais baixa), as quais proporcionam ângulos variados, também existe o salto, a elipse,

que marcam a passagem de uma cena a outra, as técnicas sonoras, os pontos de vista, entre outros tantos elementos constituintes desse *continue system*.

Janela Indiscreta

Alfred Hitchcock (1899-1980) é um marco no cinema clássico e um ícone na história do cinema. Ficou conhecido como o “mestre do suspense” e empreendeu uma enorme filmografia; notamos sua fortíssima influência até os dias atuais nos filmes do gênero. Começou a dirigir e produzir filmes no final da década de 1920 e seu primeiro longa-metragem de grande repercussão, já nos Estados Unidos, foi “Rebecca, a mulher inesquecível” (1940), que ganhou o Oscar de melhor filme e recebeu a indicação de melhor diretor.

“Janela Indiscreta”, nome original “Rear Window”, é um filme de suspense/mistério produzido em 1954 sob o roteiro de John Michael Hayes, baseado no conto de Cornell Woolrich, e filmado pelo estúdio Paramount. Dispôs dos atores James Stewart (protagonista), Grace Kelly, Thelma Ritter e Wendell Corey, e foi nomeado para 4 Oscars (direção, roteiro, som/gravação e cinematografia/cor), recebeu 6 prêmios e outras 8 indicações. Possui essencialmente o tempo de execução de 1 hora e 52 minutos (112 minutos) e proporção de tela de 1.66:1.

O filme se inicia com a câmera aproximando-se da janela e pouco depois mostrando o espaço no qual a história se desenvolve: um conjunto de apartamentos, com diferentes moradores. Exceto por este e mais poucos momentos, a câmera que observa as atividades vivenciadas pelos ‘condôminos’ representa o próprio olhar do protagonista: Jeff (James Stewart). O fotógrafo Jeff teve um acidente de trabalho, que resultou na imobilidade de uma de suas pernas, estando agora preso a uma cadeira de rodas. Sua distração e diversão consistem em viver espionando os afazeres dos vizinhos. Dessas espionagens, um personagem lhe chama particular atenção: Thorwald (Raymond Burr), o qual, tudo indica aos olhos de Jeff, assassinou a esposa.

A trama principal se desenvolve em torno de tal enigma, e o enredo paralelo, mas não desconectado, é a relação dele com Lisa (Grace Kelly). O laço entre eles nos

parece confuso, uma vez que a entrega e comprometimento de Lisa mostram-se muito mais profundos, ao passo que Jeff demonstra querer fugir do relacionamento. Entretanto, nota-se que há sentimento de afeição por parte dos dois amantes, e o que ele provavelmente faz é "inventar desculpas" para não estreitar o vínculo através do casamento, instituição/estado do qual se esquiva.

Voltando ao 'crime', o fotógrafo recorre à ajuda de um antigo amigo, o detetive Thomas (Wendell Corey), mas sem muito sucesso, pois este não acredita no que Jeff lhe conta - os indícios do delito. Há também a enfermeira diarista de Jeff: Stella (Thelma Ritter), a qual fornece consultoria de vida, inclusive chamando sua atenção com a intenção de ajudá-lo e corrigi-lo. A princípio nem ela nem a namorada se fiam no que o protagonista narra sobre o suposto crime, com a evolução da história, porém, as duas tornam-se participantes indispensáveis de sua crença.

Nas cenas há a impressão de continuidade a quem assiste, pois os planos e os cortes são estruturados de forma a não percebermos as interrupções. Isso ocorre nos diálogos e, talvez, principalmente, quando a câmera se confunde com o personagem que espia o mundo lá fora. Esse universo observado por Jeff se assemelha à estrutura teatral, com seu ponto fixo; a diferença aqui é que há 'vários pontos', múltiplos espetáculos se exibindo concomitantemente para o fotógrafo, e para nós.

O enredo se passa de maneira progressiva (cronologicamente), as falas e o som são sincronizados, e há a presença de músicas que acompanham o "clima" das cenas: entretenimento, dinamicidade, mistério, etc. Uma delas é claramente diegética, pois provém de um músico que toca em um dos apartamentos.

A impressão do real de que tanto falamos aparece em Hitchcock, com o papel ativo do espectador que identifica as ações. O suspense o é porque quem assiste realiza processos cognitivos que o levam a ter medo, receio, angústia, ansiedade e até mesmo diversão. É o "espectador que espera", que almeja ver, ouvir e sentir o ápice e as resoluções ou não da história, é o *voyeur*. Ele adentra o universo da ficção, como defende Xavier:

A técnica tem suas inclinações, seus efeitos ideológicos e, nesse sentido, é ela mesma que impele o cinema industrial a desenvolver

seu ilusionismo e trazer o espectador para dentro do mundo ficcional. A força de encantamento desse cinema persiste na história porque o dado crucial em jogo não é tanto a imitação do real na tela - a reprodução integral das aparências -, mas a simulação de um certo tipo de sujeito-do-olhar pelas operações do aparato cinematográfico. (XAVIER, 2003, p.48)

Nesse sentido, Marcelo Moreira Santos cita François Truffaut:

A arte de criar o suspense é ao mesmo tempo a de botar o público "por dentro da jogada", fazendo-o participar do filme. Nesse terreno do espetáculo, um filme não é mais um jogo que se joga a dois (o diretor + seu filme) e sim a três (o diretor + seu filme + o público), e o suspense [...] transforma-se em um elemento poético, já que seu objetivo é nos emocionar mais, é levar nosso coração a bater mais forte. (TRUFFAUT, 2004: 26). (SANTOS, 2008, p.98-99)

Em relação ao olhar de que fala Xavier, ele é fundamental em "Janela Indiscreta", não que não seja em outros filmes de Hitchcock, contudo aqui se torna evidente a função do olhar que observa e constrói uma narrativa. O olhar que interpreta, que contempla ilicitamente, o olhar que enxerga, o ponto de vista. Faria o filme uma delicada alusão à aliança entre o cinematógrafo e sua produção fílmica, enquanto selecionador de imagens e criador de uma história; e/ou referenciaria implicitamente à relação do indivíduo/público com o espetáculo?

Hitchcock expõe o processo de montagem, divergindo do cinema tradicional. Nela, o espectador participa do enredo de forma a dar sentido ao que 'presencia', muitas vezes subentendendo o que o personagem entende, como é o caso do hipotético assassinato em "Janela Indiscreta", pois nós vemos o que o protagonista, sobretudo, vê (a não ser um pouquinho mais, quando ele adormece...), sem termos certeza de nada, tão somente sendo levados pelas conjecturas dele. Também há esse princípio em "Um corpo que cai" (1958), quando supomos junto a Stewart que Madeleine morreu, ou ainda na conjunção de "Psicose" (1960), ao parecer-nos que a mãe de Norman Bates está viva.

Com Jeff, é natural que façamos ligações entre o visto e o não-visto a fim de criar um crime, acabamos buscando com ele, então, as razões para o suposto acontecimento. Queremos o assassinato, assim como desejamos entendê-lo; “O crime perfeito, como um filme clássico, é uma simulação de mundo que exige um espectador determinado, enquanto posição do olhar mas também enquanto desejo [...]” (XAVIER, 2003, p.82).

Em Hitchcock o imaginário, a fantasia e o inconsciente ganham notoriedade. O espectador torce por coisas que são consideradas imorais, ilegais e trágicas, como que tenha realmente ocorrido o assassinato da esposa de Thorwald, ou que Lisa encontre alguma prova no cenário do crime, que John Scottie fique com Madeleine, quando ainda era identificada como tal, em “Um corpo que cai”.

Isso se distingue do cinema de D.W.Griffith (1875-1948), gestor do melodrama clássico, que idealizava em seus espetáculos a redenção e a moral (embora haja vários aspectos de continuidade do cinema de Hitchcock em relação ao de Griffith). Trata-se da função social do cinema de que fala Ismail Xavier (XAVIER, 2003). Através do “mestre do suspense”, portanto, a psique humana é revelada, já em contexto em que a Psicanálise ganha forte projeção. O desejo entra enfaticamente em jogo, e pode ser tanto a aspiração por uma mulher quanto por um crime, por exemplo. Xavier defende:

A vitória da corrupção, tão comum no cinema e na TV de hoje, não significa propriamente um mergulho substancial no realismo, quando comparada com a antiga justiça poética que punia bandidos e premiava inocentes. Se o bem triunfante sugeria a tranqüilidade sob uma figura protetora, o mal triunfante pode também confortar, notadamente quando se encarna numa figura de bode expiatório cuja culpa nos purifica, pois ela reúne em si todos os sinais de iniquidade. (XAVIER, 2003, p.96)

A respeito do elemento psicanalítico, afirma Marcelo Moreira:

Seu método era simples, através de uma ironia incomum, tratou de colocar o dedo nos temas mais angustiantes e inquietantes do homem moderno, nunca dando uma resposta definitiva a este. Mesmo porque Hitchcock não buscava responder nada, sua intenção

era trazer o público para brincar, para jogar, mantendo o bom humor de quem dá as cartas, prendendo a atenção de todos a cada rodada. (SANTOS, 2008, p.99)

Sobre a questão da moralidade, Truffaut documenta o que Hitchcock diz:

[...] A imprensa londrina foi elogiosa com *Janela indiscreta*, mas uma crítica considerou que era um filme horroroso por causa da idéia do voyeur. Mesmo se alguém tivesse me dito isso antes que eu iniciasse o filme, isso jamais me impediria de fazê-lo, pois devo lhe dizer que meu amor pelo cinema é mais importante que qualquer moral. (TRUFFAUT, 2004: 316) (SANTOS, 2008, p.93)

Conforme dizem Jacques Aumont e Michel Marie (AUMONT; MARIE, 2011, p.39), não há um método universal para a análise de filmes, nem esta é interminável, “num filme sempre sobra algo de analisável”. Na realidade, esses são alguns apontamentos que espero propiciarem um entendimento futuro mais aguçado.

Considerações finais

A produção fílmica de Alfred Hitchcock inovou, chocou e agradou, desde sua época até os dias atuais. O cineasta reflete o auge do cinema clássico, mas também aponta para/contém diversos elementos modernos. Está aí sua peculiaridade (não exclusividade): o clássico e o moderno interagindo, mesmo que não em igual grau. Hitchcock moderniza tanto em suas técnicas, que implicam na própria narratividade fílmica, quanto na expressão da psique humana. “*Janela Indiscreta*” teatraliza a ironia, o humor, o medo, a expectativa; e nos faz pensar sobre o nosso papel enquanto observadores e participantes de um espetáculo.

Referências

ALBERA, François. **Modernidade e vanguarda do cinema**. RJ: Azougue, 2012.

AUMONT, Jacques. **Moderno? Por que o cinema se tornou a mais singular das artes**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

AUMONT, Jacques; Marie, Michel. **A análise do filme**. 1ª ed. Lisboa: Texto & Grafia, 2011.

SANTOS, Marcelo Moreira. **A construção sígnica no cinema de Hitchcock** (dissertação de mestrado). PUC SP, 2008.

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. Trad. Fernando Mascarello. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico – a opacidade e a transparência**. SP: Paz e Terra, 2005.

XAVIER, Ismail. **O olhar e a cena – Melodrama, Hollywood, Cinema Novo, Nelson Rodrigues**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. Site: <http://www.imdb.com.br> Acesso em 19/06/2018.

Recebido em: 19/06/2018

Aprovado em: 20/07/2018

SEGUINDO OS PASSOS DE UM MITO: LÚCIO QUINTO CINCINATO, GEORGE WASHINGTON E A PERPETUAÇÃO DO IDEAL DE VIRTUDE ROMANA

FOLLOWING THE STEPS OF A MYTH: LUCIUS QUINTUS CININNATUS, GEORGE WASHINGTON AND THE PERPETUATION OF THE IDEAL OF ROMAN VIRTUE

Breno Teles Pereira¹

UNESP-Franca

Resumo: Expomos a seguir as linhas tênues entre George Washington e Lúcio Quinto Cincinato. Partindo do pressuposto que Washington seguiu conscientemente muitos dos passos de Cincinato, argumentamos que as diferenças entre ambos se faz no sentido em que Washington, personagem histórica, está sujeito à falibilidade característica de um ser humano real, enquanto Cincinato, personagem mítica, possui um histórico intocável de virtude devido à sua própria natureza mitológica e à falta de acesso de documentos que descrevam sua biografia. Assim, demonstramos como George Washington construiu um ideal de virtude baseado em Cincinato, e como tal empreitada edificou-o como uma das imagens republicanas sacralizadas nos Estados Unidos, a qual foi perpetuada pela historiografia contemporânea a Washington e que hoje é progressivamente desconstruída pela historiografia atual.

Abstract: We expose hereafter the tenuous lines between George Washington and Lucius Quintus Cincinnatus. Starting from the assumption that Washington followed consciously most of the steps of Cincinnatus, we argue that the differences between both are made in the sense that Washington as a historical character is bound to the characteristic fallibility of a real human being, while Cincinnatus, a mythical character, has an untouchable historic of virtue due to its own mythical nature and to the lack of access to documents that describe his biography. Therefore, we show how George Washington build an ideal of virtue focusing on Cincinnatus, and how that endeavor made him as one of the sacred republican images of the United States, image that has been perpetuated by Washington's contemporary historiography and that nowadays is being progressively deconstructed by the current historiography.

¹ Mestrando CAPES do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP-Franca). E-mail: brenotelesp@gmail.com

Palavras-chave: Cincinato; George Washington; Virtude.

Keywords: Cincinnatus; George Washington; Virtue.

Delineamentos iniciais sobre Washington: primeiros passos em direção à virtude romana

Após a primeira publicação da Declaração da Independência em 1776, entre seus signatários e delegados, a história assinalou o papel fundamental dos Pais Fundadores dos Estados Unidos nesta empreitada e nos anos seguintes. Os quatro que possuem maior ênfase, sendo Benjamin Franklin, George Washington, John Adams e Thomas Jefferson, dispunham cada um seus ideais, valores e virtudes que os marcaram como personagens cruciais à época e também como inspiradores de atitudes correntes até os dias atuais nos Estados Unidos.

Com personalidades distintas e histórias de vida diferentes, cada um destes homens foi mistificado pelas suas contribuições com a manutenção da república ainda jovem no período. Como aponta Caitlin Fitz (2016, p. 1-2), os estadunidenses monitoravam cuidadosamente os levantes republicanos que estavam acontecendo em outros lugares do mundo, orgulhosos na crença de que sua própria revolução havia iniciado uma tendência. Ao contrário disso, ao sul da fronteira os eventos se desenvolveram mais devido às especificidades relacionadas aos franceses, espanhóis e portugueses; entretanto, os estadunidenses, com a primeira república do hemisfério, nutriam noções desproporcionais de sua própria importância.

Igualmente desproporcional se tornou a imagem de uma das personagens dessa república: George Washington. Gordon Wood (2006, p. 32-3) exprime que Washington era o modelo tradicional de herói e, o que contribui para esta imagem, é a consciência que o mesmo tem de sê-lo. Ele reconhecia sua reputação e sua grandiosa fama como comandante supremo das forças revolucionárias americanas e esse reconhecimento de seu status heroico foi crucial: afetou praticamente todos os seus atos pelo resto de sua vida.

O gênio e a grandiosidade de Washington se alicerçavam em seu caráter. Tornou-se um grande homem e foi aclamado como um herói clássico devido à forma como ele se conduzia durante períodos de tentação com o poder. Foi seu caráter moral que o diferenciou de outros homens (WOOD, 2006, p. 34). De acordo com Wood (2006, p. 36), Washington apreciava a peça de Joseph Addison, *Cato* (1713), a qual presenciou inúmeras vezes e incorporou algumas de suas passagens em suas cartas. A peça, que retratava bem o período do Iluminismo, ajudou a ensiná-lo o que significava ser liberal e virtuoso, ou seja, como se portar como um herói estoico clássico. Ademais, como destaca Christian Wilson (2014, p. 6), duas outras obras marcam sua vida: *The Rules of Civility*, tradução do francês para o inglês feita por Francis Hawkins (ca. 1640); e *Seneca's morals, by way of abstract*, por Roger L'Estrange (1746). Baseado na forma como Washington conduziu sua vida, é notório o impacto de tais obras na maneira em que ele buscou representar sua virtude² e conduta perante a sociedade.

Apesar de, como retrata William M. Ferraro (2012, p. 545), a educação de Washington não ter avançado além do nível elementar, sua mente desenvolveu-se por meio de experiências de vida. Ademais, destacado por Paul K. Longmore (*apud* FERRARO, 2012, p. 547), ao lado de tais experiências, os livros e panfletos lidos por Washington possuíam o intuito único de preparar uma liderança pública virtuosa e eficaz. Em resumo, suas leituras não eram eruditas ou especulativas, muito menos recreativas: eram deliberadas e com intuítos comerciais, seja com temas de agricultura ou história, ciência política ou militar.

Similarmente e, não surpreendente, é o que Stanley M. Burstein (1996, p. 34) narra sobre o papel dos clássicos da antiguidade grecorromana na República Americana. O que mais atraía a atenção dos leitores à época, de acordo com o autor, eram as obras de tradição republicana que ilustravam a resistência à tirania, como a

² Virtude, no caso aqui apresentado, provém do latim *uirtus*. Essa virtude romana, relacionada intrinsecamente às ideias de virilidade masculina, retratava valores como a masculinidade, coragem, caráter e valor. O homem virtuoso, portanto, é aquele que age com temperança perante as decisões que precisa tomar; não cede às tentações do poder e, acima de tudo, é senhor de si.

obra *Vidas Paralelas* de Plutarco, que retrata várias biografias de homens ilustres greco-romanos, dentre eles Públicola, Bruto, Catão o Jovem e, acima de todos, Cincinato, o qual tornou-se o maior exemplo para George Washington modelar sua *persona*.

Essa geração revolucionária, como aponta Burstein (1996, p. 37), leu os clássicos com um foco nos perigos de um governo tirânico distante. Por parte dos Pais Fundadores, entretanto, as preocupações eram diferentes: os perigos impostos por uma cidadania que não era virtuosa, a ideia de política como competição por poder entre facções com interesses próprios e a análise temerosa do declínio inevitável até da melhor estatura, como da monarquia para a oligarquia, ou da democracia para a tirania.

Em sua busca por superar suas origens humildes em comparação aos seus contemporâneos de renome, os primeiros anos da maturidade de Washington foram assinalados pela sua determinação por tornar-se um homem de substância, busca que se transfigurou em um problema frente às limitações que a Inglaterra impunha para alguém, como ele, que tinha nascido na Virgínia (WILSON, 2014, p. 13). Se perante a Inglaterra ele estava impossibilitado de ser reconhecido como um igual por ser colono, ante seus pares estadunidenses o mesmo ficou conhecido, como destaca Wilson (2014, p. 24), "...pela solidez de seu caráter."

Em Valley Forge, por exemplo, local em que Washington liderou as batalhas pela independência dos Estados Unidos em 1777 e 1778, um francês descreveu-o da seguinte maneira:

Não consigo descrever a impressão que a primeira vista daquele grande homem teve sobre mim, não conseguia tirar meus olhos daquele semblante imponente: solene, mas não severo; afável sem familiaridade. Sua expressão predominante era de uma dignidade calma, por meio da qual você poderia tracejar os fortes sentimentos do patriota e discernir o pai como também o comandante de seus soldados (CHINARD *apud* CHERNOW, 2010, p. 326).³

³ Tradução nossa do inglês.

Tais características de Washington refletiram nos Estados Unidos do séc. XVIII. Como observa Wilson (2014, p. 2), a experiência de autogoverno estadunidense foi um sucesso devido à compreensão do verdadeiro significado de virtude republicana por Washington. Por meio de seu exemplo, percebe-se que indivíduos virtuosos são necessários em uma república para garantir o seu sucesso. Personificando o ideal de virtude, George Washington torna-se o maior exemplo de virtude para os estadunidenses, pois, alinhou suas próprias ambições ao interesse público, compreendendo que a vontade do público deve preceder a sua própria vontade. Essa forma única de grandiosidade, por fim, acabou afastando-o de outros grandes líderes militares que vieram antes.

A verdade, como destaca Wilson (2014, p. 4), é que a ambição de Washington não possuía fim. Apesar de obter mais poder na medida em que mais negava-o, as evidências documentais disponíveis demonstram que Washington não busca o poder em si. Procurava, por outro lado, apenas a ambição de ser reconhecido como um homem virtuoso, não apenas aos olhos de seus contemporâneos, mas, similarmente, aos da posteridade.

Vemos como sua imagem estava sacralizada, já um ano após a sua morte, nas palavras de Charles Caldwell (1801). Parafraseando Shakespeare, Caldwell (1801, p. 9) usa as descrições do dramaturgo na peça *Coriolano* para exaltar as virtudes de Washington: “Casta⁴ como o cristal feito da neve mais pura que do templo de Diana estivesse a pender...”. (SHAKESPEARE, *Coriolano*, V, iii, 54-56). Nas linhas seguintes, complementa ainda que provavelmente Washington foi o único homem que, visto no exercício do poder, viveu e morreu com a reputação imaculada.

O texto de Caldwell, tomando forma panegírica, lançou as bases para uma imagem washingtoniana que, alicerçadas em valores de virtude greco-romanos, afetaria a historiografia posterior. Tendo levantado a noção de “desinteresse” político de Washington (tema também discutido neste artigo) como consequência da retidão e pureza de sua mente, expôs que provavelmente isso se dava devido ao seu

⁴ “Casta” e não “casto”, pois, os adjetivos na peça de Shakespeare são feitos para Valéria, irmã de Públicola. Mesmo assim, Caldwell utilizou os versos como exemplo da virtude e pureza de Washington.

interesse pela filosofia do homem, isto é, como refinar e aprimorar o próprio caráter (CALDWELL, 1801, p. 9-10). Aliando esta afirmação à de que "Washington não era um orador..." (CALDWELL, 1801, p. 11), colocou-o como superior a homens como Demóstenes e Cícero; tornou-o, assim, um homem com uma mente não voltada ao estudo da retórica, mas, um possuidor de uma eloquência natural.

O modelo de homem que Washington encarnou não foi transmitido por meio de discursos passionais, ou por meio de posturas intransigentes a favor de princípios abstratos que possuíam apelo universal. Ele o fez por intermédio de características de uma cultura política que há muito havia encontrado seu fim. Tal cultura desprezava a parcialidade, promovia a conversação e o compromisso e, finalmente, permitia as diferenças políticas como questões de opinião, e não de princípio (STOERMER, 2012, p. 135-6).

Washington e Cincinato

O maior exemplo da antiguidade grecorromana seguido por Washington, como destacado previamente, foi Cincinato. Os dois atos de renúncia de cargos públicos que possuem grande poder, sendo o primeiro o de comandante supremo e o segundo de presidente dos Estados Unidos (em seu segundo mandato) são espelhados nas atitudes do patrício. Como expõe Thomas A. Rider II (2012, p. 383), Washington tinha mais responsabilidades no campo de batalha do que qualquer outro, pois, mantinha o exército em campo. Apesar do enorme poder em mãos, sendo chefe do exército, cumpriu o papel designado pelo congresso sem jamais considerar o exército como nada além de uma ferramenta subordinada à autoridade civil. Vemos que isso, diferentemente da postura impiedosa comumente associada à de um ditador, mostra o caráter da importância da supremacia civil para Washington. Tais atitudes emulam as que Lúcio Quinto Cincinato tomou na época da república romana; Cincinato, um patrício que está restrito à época lendária de Roma – a qual o próprio Tito Lívio, historiador romano do principado, relata como sendo um período

historicamente impreciso –, foi modelo de virtude para os cidadãos romanos posteriores e é um símbolo ainda presente de temperança e de incorruptibilidade.

Duas vezes eleito ditador de Roma, o patrício cumpre suas funções com a república e abdica do cargo logo após; apesar de ser capaz de deter um poder quase absoluto pelos 6 meses previstos pelo tempo do mandato, Cincinato renuncia ao cargo e retorna à sua vida pastoril em ambos os casos.

Na primeira vez, por volta de 459 a.C., os équos⁵ assolavam Roma. Com os romanos perdendo a primeira batalha, um dos cônsules, Marco Horácio Púlvilo, é autorizado pelo senado a eleger um ditador. Com essa incumbência, Púlvilo vai até Cincinato, em seu prado, e encontra-o trabalhando com atividades agrícolas, elegendo-o, em seguida, ditador (LÍVIO, III, 27). Após receber o título, na manhã seguinte Cincinato recruta homens que possuam idade militar e leva-os para uma batalha contra os équos. Liderando o ataque pessoalmente, ataca os équos e sai vitorioso. Ao retornar a Roma, recebe os louros do triunfo romano e, posteriormente, renuncia ao mandato que durou 15 dias e volta à sua vida pastoril (LÍVIO, III, 28-29).

Em outro momento, aproximadamente 439 a.C., Roma passava por um período de fome. Espúrio Mélio, um plebeu abastado, comprou grãos por um alto preço e vendeu-os a um preço modesto para a população, com intuito de angariar partidários que suportariam sua tentativa de se eleger como tirano. Novamente incumbido de resolver esta ameaça, Cincinato é eleito ditador; em uma multidão incitada por Mélio, os patrícios liderados por Caio Servílio Aala – eleito mestre da cavalaria por Cincinato – encontram Mélio em meio à multidão e matam-no. Com a crise resolvida, Cincinato novamente abdica do título de ditador, após 21 dias de mandato (LÍVIO, IV, 14).

É interessante reparar que, em teoria, riqueza não possuía relações com virtude moral, e a história de Cincinato, passada de geração em geração pelos romanos, reforça essa ideia. A fé de Cincinato nos valores romanos e em suas leis, como demonstrado pelos seus mandatos como ditador, levaram-no em ambas as

⁵ Povo que vivia no nordeste de Lácio, região que se encontra na península itálica.

vezes a retornar à sua família em sua simples terra, feliz de ter cumprido sua obrigação quanto à república e de ter sido fiel a Roma (MARTIN, 2012, p. 25).

Diferentemente de Cincinato, que não deixou vestígios de suas intenções ao realizar estes atos, George Washington, como ressalta Gordon Wood (2006, p. 42), não era ingênuo. Ciente do efeito que sua resignação faria, tentou viver de acordo com a imagem clássica de um patriota “desinteressado”⁶ que devota sua vida ao seu país, sabendo imediatamente que ele adquirira uma fama instantânea como um moderno Cincinato; além disso, sua reputação como um grande herói clássico nos idos de 1780 foi intencional e virtualmente incomparável: ter resignado e retornado à administração de sua propriedade em Mount Vernon refletiu o “desinteresse” pelo poder, assim como Cincinato fizera.

Mesmo não estudando em uma universidade, Washington percebeu o peso do ideal clássico e durante sua vida foi compulsivo em relação ao seu “desinteresse”. Sentindo que devia seguir esses ideais à risca, continuamente encontrava-se ansioso com a questão de não parecer muito ambicioso ou egoísta e, acima de tudo, não queria aparentar ser ganancioso ou “interessado”. Ademais, recusou-se a aceitar um salário por quaisquer de seus serviços públicos e foi escrupuloso em desviar-se de qualquer forma de benefício das posições de governo que ocupou (WOOD, 2013, p. 248).

A imagem de Cincinato posta em prática

Como evidenciada por William B. Brown (1957, p. 26), a imagem de Cincinato é apenas um clichê por intermédio do qual o apelo de um grupo de ideias sobre a busca de valores agrários, firmemente ancoradas, é feito. A noção de que um homem grandioso serve sua república de forma incorruptível e, posteriormente, retorna aos seus deveres agrários, se encaixa na crescente república estadunidense que propiciava aos seus cidadãos agricultores a consciência de serem o suporte principal daquela democracia. Retornando à imagem de George Washington de volta a Mount

⁶ Desinteresse, como aponta Wood (2013), é mais a falta de interesses pessoais em relação ao cumprimento do dever quanto à república, e não um desinteresse em geral.

Vernon, percebe-se como um dos Pais Fundadores encarna o ideal do homem virtuoso que retoma suas atividades para manter o bem-estar da república estadunidense. Como conclui Brown (1957, p. 28), a base lógica dessa crença repousa na ideia de que a democracia precisa de homens livres capazes de tomarem decisões livres. Essa condição prevaleceria nos Estados Unidos enquanto houvesse abundância de terras, tornando assim relativamente fácil a homens obterem um estatuto de liberdade, pois, possuir tal estatuto significava independência econômica e, por fim, independência política.

Por meio de Cincinato, fato observado por Taylor Stoermer (2012, p. 122), Washington soube como transformar pensamentos abstratos em prática pessoal. Para preservar a autoridade da antiguidade clássica – essencial para a compreensão de teoria política – perante a república estadunidense, democrático-republicanos promoveram a ideologia do “cavalheiro agricultor”⁷. Este tema, extremamente ubíquo na literatura clássica, marcava a superioridade da existência rural e agrícola, um estilo de vida encravado de forma sutil entre os extremos do selvagem e do sofisticado. As virtudes pastoris eram, por exemplo, simbolizadas pelo arado, marca da virtude romana personificada por Cincinato (RICHARD, 2006, p. 35-6).

Como mostra Shalev (2009, p. 98), nenhuma imagem da república americana foi tornada tão clássica quanto a de Washington, tanto por suas representações conscientes, quanto pela dos seus contemporâneos. Entretanto, ante os olhos dos seus pares, Washington ultrapassara mesmo as imagens dos heróis clássicos. Ao fim da Guerra dos Sete Anos, Shalev aponta que “[...] o “segundo” havia ultrapassado os “primeiros”: os chefes romanos vangloriosos, que “provaram os piores flagelos da humanidade” e que foram “nascidos para escravizar, para devastar e submeter..., voltam para o nada” quando comparados a Washington” (2009, p. 99)⁸

⁷ “Gentleman farmer”, como coloca Carl J. Richard (2006, p. 35).

⁸ Tradução nossa do inglês.

Vida política de Washington

Apesar de ter resignado sua comissão militar ao fim, as relações que Washington construiu no capitólio durante suas visitas frequentes e, além disso, as que desenvolveu enquanto servia ao seu país, garantiram que ele encontraria uma recepção favorável nos mais altos níveis das políticas provinciais, ou seja, no estado da Virgínia (STOERMER, 2012, p. 123). A forma que afasta Washington de seus contemporâneos foi transmitida pela maneira como ele quis ser retratado. Ele não queria ser visto como um plantador ou como um cavalheiro tranquilo, mas, como um homem a serviço de seu país. Foi essa experiência que distanciou-o de seus contemporâneos advogados, mercadores e plantadores. Seu proeminente serviço na Guerra dos Sete Anos deu-lhe a eleição à Câmara dos Burgueses na Virgínia, além de chamar atenção dos líderes do estado e, conseqüentemente, propiciou-o a entrada em um mundo político que ele apenas vislumbrava anteriormente (STROERMER, 2012, p. 131).

Acolhendo a formação da Sociedade dos Cincinatos em 1783, uma sociedade hereditária, concordou em ser seu primeiro presidente. Os motivos da sociedade, apontados por Eran Shalev (2009, p. 168), eram ajudar os veteranos de guerra que idolatravam a imagem de Cincinato e perpetuar os ideais de civilidade representados pelo mesmo. Com um nome cuidadosamente selecionado, a sociedade propagava a ideia de retorno de seus associados, soldados veteranos, à cidadania. Os soldados reformados do Exército Continental⁹ declaravam que, como o lendário patriota romano, deixaram suas terras e arados para responder ao chamado de defesa da república. Como Cincinato, quando a guerra se findou, renderam-se perante as autoridades civis, apenas para retornarem às suas vidas campestres. Entretanto, essa sociedade mostrou um impasse perante os estadunidenses: construída em torno de valores cívicos republicanos e almejando ajudar soldados veteranos, possuía tendências aparentemente aristocráticas e hereditárias, fato que ajudaria nas disputas

⁹ Exército criado para confluir as forças militares das Treze Colônias, durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos.

crecentes que encadeariam o aparecimento de partidos políticos ainda em formação nos Estados Unidos, o que definiria a política vindoura das próximas décadas.

De suma importância para ele, essa fraternidade de oficiais aposentados do exército sofreu um clamor popular que abalou Washington, que em seguida procura os conselhos de seus amigos. Um deles, Thomas Jefferson, aconselhou-o a reformar a sociedade e eliminar seu caráter hereditário, tocando em um ponto crucial para Washington: de que liderar essa sociedade aristocrática mancharia sua reputação de um clássico homem virtuoso republicano (WOOD, 2006, p. 43-4).

A pressão maior em sua vida política se inicia com o cargo de presidente. Com boa parte dos estadunidenses esperando que Washington fosse uma espécie de presidente vitalício, algo contraditório aos valores republicanos, ele se manteve incerto sobre seu papel neste cargo. Compreendendo que o novo governo era frágil e precisava de dignidade, não sabia o quão longe poderia ir na direção de um modelo monárquico europeu para alcançar tal dignidade (WOOD, 2006, p. 52).

Pressionado durante sua carreira política para assumir posições que fariam sua reputação e seus valores parecerem vagos, finalmente Washington, já após seus dois mandatos, é instado em 1799 pelo governador de Connecticut, Jonathan Trumbull Jr., a se candidatar à presidência em 1800. Não se importando mais com as referências à sua reputação, ao seu "desinteresse" e à sua vontade de desempenhar o papel de Cincinnato, Washington argumenta que na época democrática que se seguia, influência pessoal e distinção de caráter já não mais importavam e por esse motivo não concorreria novamente à presidência, acreditando que não receberia sequer um voto (WOOD, 2006, p. 62).

O mítico e o histórico: conclusão

Em uma constituição em que há a necessidade de especificar a proibição de se receber títulos de nobreza pelos Estados Unidos, além de proibir a aquisição, sem a aprovação do Congresso, de qualquer presente, emolumento, cargo, ou título que provenha de algum rei, príncipe ou estado estrangeiro (*U.S. Constitution*, art. I, § 9),

percebemos que essa jovem república à época nutria uma aversão inegociável aos valores monárquicos europeus. Ciente disso, Washington, apesar de passar por situações que diversas vezes retratavam esses valores monárquicos, não cedeu à tentação, mantendo assim sua honrada imagem perante a república.

Destarte notamos, ao comparar Cincinato com George Washington, que ambos possuíram um valor lendário para a sociedade a qual representavam. Analisando Cincinato, uma imagem intocável em termos de virtude romana se torna presente; entretanto, isso pode ser causado pela própria falta de evidências que tornem Cincinato um homem sujeito às intemperanças que o poder político acarreta. Mais do que um cidadão romano, Cincinato transforma-se em mito, com o intuito de formar um ideal de virtude para os romanos à época, aquele cidadão “desinteressado” que apenas almeja o bem da república acima de quaisquer interesses pessoais.

Por outro lado, temos George Washington. Apesar deste se inspirar em certas atitudes no ideal que Cincinato representa, temos acesso à correspondência pessoal de Washington, o que demonstra, àqueles que estudam sua personalidade, a sua falibilidade e insegurança quanto às atitudes a serem tomadas para transparecerem um ideal de virtude, um Cincinato moderno. Um homem, como descrito por Rider II (2012, p. 390), que “...às vezes indeciso, falhava para reagir efetivamente perante situações fluidas, e falhava na clara transmissão de seus planos de batalha aos seus subordinados...”. Tais críticas não são nada mais que características que acompanham qualquer ser humano real. De acordo com nossa análise, Washington é falível pelo fato de ser, sem dúvidas, uma personagem histórica, em contraste com Cincinato, partícipe de um passado republicano lendário de Roma.

Recorrendo novamente a Caldwell, denotamos que a noção de ambição de Washington foi construída de forma a que a mesma negasse ser movida por vontades de poder ou conquista; inspirando-se em um mito, George Washington compreendeu que contribuir com a “...felicidade da humanidade...” (CALDWELL, 1801, p. 14), mirando apenas em fins que almejassem o bem-estar dos estadunidenses, não

buscando gratidão ou aplausos de seus contemporâneos, seriam as características que marcá-lo-iam na história como um homem sem compulsões pelo poder. Dessa maneira, Washington transformou suas ambições em virtude.

Se inspirar em um ideal lendário foi uma árdua tarefa para uma personagem histórica; almejar uma virtude inalcançável, entretanto, consagrou a um homem sujeito a falhas uma perpetuação desse ideal romano. Independentemente da falibilidade de Washington, sua imagem como um dos Pais Fundadores é virtuosa e se mantém como fonte de inspiração de incorruptibilidade para os estadunidenses até a atualidade. Assim como Roma possui seu passado de homens virtuosos que foram o cerne desta república, os Estados Unidos passaram pelo mesmo processo com seus Pais Fundadores, com Washington representando o herói tradicional equilibrado, firme em sua virtude e simples em seus objetivos pessoais; aquele que, como Cincinato, “desinteressadamente” manteve a estabilidade da república.

Referências

A) Documentação primária

LIVY. **The History of Rome, books 1-5**. Translated by Valerie M. Warrior. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 2006.

SHAKESPEARE. **Coriolano**. Tradução de Néelson Jahr Garcia. S.l.: Ridendo Castigat Mores, 2000.

The Constitution of the United States of America, 1787.

B) Obras de referência

AURICCHIO, L. Two Versions of “General Washington’s Resignation”: Politics, Commerce, and Visual Culture in 1790s Philadelphia. **Eighteenth-Century Studies**, Buffalo, v. 44, n. 3, p. 383-400, spring 2011.

BROWN, W. B. The Cincinnatus Image in Presidential Politics. **Agricultural History**, Kennesaw, v. 31, n. 1, p. 23-29, January 1957.

BURSTEIN, S. M. The Classics and the American Republic. **The History Teacher**, Long Beach, v. 30, n. 1, p. 29-44, November 1996.

CALDWELL, C. **Character of General Washington**. S.l.: True American, 1801.

CHERNOW, R. A Dreary Kind of Place. In: _____. **Washington: A Life**. New York: Penguin, 2010. p. 323-336.

COLE, N. P. George Washington and Republican Government: The Political Thought of George Washington. *In*: LENGEL, E. G. (ed.). **A Companion to George Washington**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 430-446.

FERRARO, W. M. George Washington's Mind. *In*: LENGEL, E. G. (ed.). **A Companion to George Washington**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 542-557.

FITZ, C. An Age of American Revolutions. *In*: _____. **Our Sister Republics**. The United States in an Age of American Revolutions. New York/London: Liveright, 2016. p. 1-16.

HELSLEY, A. J. George Washington in Retirement. *In*: LENGEL, E. G. (ed.). **A Companion to George Washington**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 524-541.

HUGGINS, B. L. "The most unlimited Confidence in his Wisdom & Judgement": Washington as Commander in Chief in the First Years of the French Alliance. *In*: LENGEL, E. G. (ed.). **A Companion to George Washington**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 245-265.

LENDER, M. E. The Politics of Battle: Washington, the Army, and the Monmouth Campaign. In: LENGEL, E. G. (ed.). **A Companion to George Washington**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 226-244.

MARTIN, T. R. Roman Values, The Family, and Religion. *In*: _____. **Ancient Rome: from Romulus to Justinian**. London/New Haven: Yale University, 2012. p. 20-40.

RICHARD, C. J. Classical Antiquity and Early Conceptions of the United States Senate. *In*: MECKLER, M. (ed.). **Classical Antiquity and the Politics of America: from George Washington to George W. Bush**. Texas: Baylor University, 2006. p. 29-40.

RIDER II, T. A. George Washington: America's First Soldier. *In*: LENGEL, E. G. (ed.). **A Companion to George Washington**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 378-398.

SHALEV, E. **Rome Reborn On Western Shores: Historical Imagination and the Creation of the American Republic**. Charlottesville: University of Virginia, 2009.

STOERMER, T. "What Manner of Man I Am": The Political Career of George Washington before the Revolution. *In*: LENGEL, E. G. (ed.). **A Companion to George Washington**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 121-136.

WILLS, G. Washington's Citizen Virtue: Greenough and Houdon. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 10, n. 3, p. 420-441, March 1984.

WILSON, C. **The American Cincinnatus: the Unique Greatness and Republican Virtue of George Washington**. 46p. Thesis (Graduation) – Ashland University, Ashbrook Center. Ashland. 2014.

WINTER, T. N. Cincinnatus and the Disbanding of Washington's Army. **The Classical Bulletin**, Saint Louis, v. 51, n. 6, 81-86, April 1975.

WOOD, G. S. Interests and Disinterestedness in the Making of the Constitution. *In*: BRUNSMAN, D.; SILVERMAN, D. J. (eds.). **The American Revolution Reader**. New York: Routledge, 2013. p. 236-261.

_____. The Greatness of George Washington. *In*: _____. **Revolutionary Characters: what made the founders different**. New York: Penguin, 2006. P. 31-63.

ZIOBRO, W. J. Classical Education in Colonial America. *In*: MECKLER, M. (ed.). **Classical Antiquity and the Politics of America: from George Washington to George W. Bush**. Texas: Baylor University, 2006. p. 13-28.

Recebido em: 13/06/2018

Aprovado em: 20/07/2018

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A BATALHA DE AGINCOURT NAS CRÔNICAS INGLÊSAS DO SÉCULO XV

THE CONSTRUCTION OF MEMORY ABOUT THE BATTLE OF AGINCOURT IN THE ENGLISH CHRONICLES OF THE 15TH CENTURY

Caio de Barros Martins Costa¹

Doutorando em História – PPGH-UFF

Resumo: Este artigo busca apresentar como as crônicas do século XV produzidas na Inglaterra, construíram uma memória sobre a Batalha de Agincourt que justificava os direitos do rei Henrique V e dos ingleses ao trono francês. Percebe-se que a memória sobre o evento é muito mais um discurso em torno da viagem e proezações do rei e seu exército até a conquista da vitória. Une-se também com a construção da identidade inglesa na qual a imagem do rei tornou-se um elemento unificador das virtudes do próprio povo, representado pelo contexto bélico que foi a Guerra dos Cem Anos.

Abstract: This paper aims to present how the chronicles of the 15th century made in England build a memory about the Battle of Agincourt, which explained the rights of Henry V and the English to the French throne. We notice that the memory on the event is much more a speech around the trip and probations of the king and his army to the conquest of the victory. It is united with the construction of the English identity in which the image of the king became a unifier element of the people virtues, represented by the war context that was the Hundred Years War.

Keywords: Agincourt; Henrique V; Inglaterra Baixo-Medieval.

Palavras-chave: Agincourt; Henry V; Late Medieval England.

Após algumas décadas de trégua, mas cheias de faíscas, em 1415 ocorreu no campo de Agincourt, na região da Picardia na França uma batalha que marcou a produção de memória sobre a Guerra dos Cem Anos e sobre o rei Henrique V da

¹ Graduado em História pela UFRRJ. Mestre em História pela UFF. Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense com orientação da Professora Dra. Vânia Leite Fróes. Contato: caiodebarros27@gmail.com / costacaio@id.uff.br

Inglaterra. A vitória dos ingleses na Batalha de Agincourt, que possuíam um exército menor que os franceses, representou uma virada nos rumos da guerra supracitada, possibilitando naquele momento o alcance por parte dos ingleses de seu principal objetivo: a conquista do trono francês. Depois da Batalha de Agincourt, Henrique V e seus aristocratas empreenderam diversas outras batalhas em campos franceses. Vitoriosos, em 1420 foi assinado o tratado de Troyes, um acordo diplomático entre o rei inglês, o duque de Borgonha e o rei da França, no qual o último concordava em deserdar seus filhos e, portanto, após a morte de Carlos VI o trono francês passaria para Henrique V e seus herdeiros. Acordo firmado com o casamento do monarca inglês com a Delfina de França, Catarina de Valois.

A Batalha de Agincourt, já citei antes, faz parte do grande evento militar que foi a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que transformou as estruturas militares em ambos os reinos de Inglaterra e França. Para Anne Curry², ocorreu uma transformação na infantaria e na artilharia e no processo de construção de um exército permanente, elementos que juntos contribuíram para a consolidação da autoridade régia. Foi formado um sistema de tributação que mobilizou as finanças da guerra e a consolidação de uma estrutura administrativa para a mesma. Mas a historiografia é clara ao afirmar que um dos pontos que se intensificou com a Guerra dos Cem Anos foi a identidade e unidade em ambos os reinos, pois embora as causas da guerra fossem essencialmente o direito dos reis, o discurso justificador da mesma passava pelo bem comum dos súditos. Este artigo é oriundo da Dissertação de Mestrado em História Medieval defendida em março de 2018 na Universidade Federal Fluminense, com orientação da Professora Dra. Vânia Leite Fróes. Cujo objetivo foi perceber a intrínseca relação entre a construção da identidade inglesa na Baixa Idade Média e a imagem do rei Henrique V.³

A produção de memória sobre a Batalha de Agincourt formada nas crônicas inglesas do século XV sobre o reinado de Henrique V, guarda elementos do contexto

² CURRY, Anne. **The Hundred Years War – 1337-1453**. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

³ C.f. COSTA, Caio de Barros Martins. **Ser inglês, pertencer a um passado: um estudo dos usos do passado e a construção da imagem de Henrique V – Inglaterra, século XV**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2018.

inglês da época, no qual a dinastia Lancaster necessitava legitimar sua autoridade em meio à aristocracia. É resultado do imaginário cristão, presente nas crônicas, que afirma simbolismos, inclusive a respeito da viagem do rei ao campo de batalha. Quando Henrique V lança suas intenções de “reconquistar” a França, terras que segundo os intelectuais da época, pertenciam aos ingleses por direito divino, todo um discurso moralístico que envolve as questões de alteridade foi desenvolvido. Há também de pensar que através dos atos de devoção régia, a atuação dos santos e os sofrimentos encontrados no caminho produziram em torno da viagem do rei um sentido peregrinatório. Resta também citar que o próprio evento também é cercado de memórias que envolvem a tradição bíblica, como ainda, Agincourt tornou-se um marco repetidamente utilizado pelos autores da época. A memória de Agincourt não é apenas a memória da batalha em si, mas sim de todo o caminho que o rei e seu exército seguiu e as consequências da mesma.

Devemos pensar algumas questões importantes acerca das problemáticas que o estudo de uma batalha oferece ao historiador sobre o medievo. Os significados da guerra durante a Idade Média, período extenso cronologicamente em que a historiografia delimita com dificuldades entre os séculos V e XV, possui diferenças de sentidos e significados e que se transformam de acordo com o tempo e o espaço. Analisar uma batalha ou guerra no final da Idade Média é compreender os elementos contextuais que levam a mesma, os sentimentos políticos e sociais, as influências econômicas e culturais. É também assimilar as táticas e técnicas militares e suas diferenciações no tempo-espaço. Compreender um evento militar no final do medievo é ainda analisar os envolvidos e os resultados, as perdas e vitórias, os vencedores e os vencidos. Os discursos produzidos, dos vencedores e dos vencidos, se enchem de representações e de memórias que conjugam a identidade dos envolvidos. Os eventos militares auxiliam na legitimação de grupos políticos, das ideias políticas, nas formas de pensar, nas crenças, e sendo assim são expressão do imaginário cristão medieval.

War meant different things to different people. Those who agreed with Thomas Aquinas (d. 1274) conceived of it on an elevated plane so long as it fought for the highest end, the achievement of the peace which men equated with justice. In such conditions, when war was fought openly and honourably, it was better to men to suffer hardship, if peace could thereby be achieved.⁴

O discurso de alteridade era comum nos escritos do período e normal, é claro, que a figura do rei Henrique V como governante dos ingleses fosse exaltada em toda a narrativa de Agincourt. Enaltece-se o povo inglês e suas tradições que delineiam todo o processo de construção de identidade. É através do discurso feito sobre Agincourt que podemos perceber um conjunto de virtudes que confirmam uma imagem régia. Henrique V nas crônicas inglesas aparece como um rei “justo”, que “busca a paz” antes de lançar-se em conflito armado contra os franceses pelos seus “justos direitos de sucessão” ao trono da França. Em 1414 ele enviou embaixadores e cartas ao rei Carlos VI para firmar acordos diplomáticos. Uma dessas cartas, apresentada pela historiadora Juliet Barker nos mostra como o discurso régio inglês estava impregnado das noções de justiça em relação à guerra.

Ao sereníssimo príncipe Carlos, nosso primo e inimigo de França, Henrique, pela graça de Deus rei da Inglaterra e da França. Dar a cada um aquilo que lhe pertence é uma obra de inspiração e de sábia resolução. Pelas entranhas de Jesus Cristo, Amigo, renda-me o que me deves.⁵

Evocando palavras frases como “dar cada um aquilo que lhe pertence é uma obra de inspiração e de sábia resolução”, Henrique V chama para uma das principais virtudes da monarquia: a sabedoria, herança bíblica, pois Salomão era por excelência um rei sábio. O rei também chama à atenção para as habilidades marciais dos ingleses, no momento em que suas palavras para o rei francês soam como ameaças,

⁴ ALLMAND, Christopher. **Society at War: The experience of England and France during The Hundred Years War**. The Boydell Press, 1998. p. 16. “A guerra tinha significados diferentes para diferentes pessoas. Aqueles que concordaram com Tomás de Aquino (d. 1274), a conceberam em um plano elevado, enquanto lutasse pelo fim mais alto, a conquista da paz, que os homens equiparavam à justiça. Em tais condições, quando a guerra foi travada abertamente e honrosamente, era melhor para os homens sofrerem dificuldades, se a paz pudesse ser alcançada.” (Tradução Livre)

⁵ *Apud* BARKER, Juliet. **Agincourt: o rei, a campanha e a batalha**. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 27.

discurso comum do período e reproduzido pelos cronistas da época, em que os ingleses eram comumente retratados como um povo guerreiro ou talvez um "sleeping dog" – [cão adormecido].⁶ Esse discurso deslegitimador por parte dos ingleses em relação aos franceses foi corrente na narrativa da época. O cronista Adam de Usk já dizia em 1414 que Henrique V enviou à França os bispos de Durham e Norwich, junto com o conde de Dorset produzando manter a paz com o rei da França e propondo casamento com Catarina de Valois. A resposta dos franceses foram "risadas" e "deboches".⁷ No entanto os maiores relatos sobre essas questões aparecem contemporaneamente em Thomas Walsingham, que acusava os franceses e seu rei de "ações traiçoeiras"

O rei, portanto, vendo essas ações, decide se lançar em guerra. Mas outro cronista, de anos mais tarde, John Capgrave, recupera esses discursos e também os ressignificam, colocando em sua narrativa novos elementos, muitos, é claro, influenciados pela tradição cronística do período. Segundo as crônicas de John Capgrave Henrique V teria enviado uma carta ao Delfim afirmando de que o mesmo lhe cedesse seus direitos.

Here the subject of this most illustrious king's marriage was broached, and he gave way and consented, provided such a consort could be found for him as would conduce to the peace and harmony and quietness of the realm. He then wrote to the emperor, and other catholic kings and princes, to make leagues of peace and friendship, and sent special ambassadors to the king of France, touching his right in Normandy and the other territories unjustly retained by the French. But they delayed the envoys with buffoonery and mockeries; and so in the end they came home with nothing done. (...) It is said, moreover, that at that time the dauphin sent some common tennis balls to our king, and bade him exercise his young men with them; and not presume to contend with so noble a kingdom. Our king answered shortly by letter that he would send them balls which should make their cities and strong towers tremble.⁸

⁶ WALSHINGHAM, Thomas. **The Chronica Maiora (1376-1422)**. Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005. p. 329

⁷ USK, Adam. **Chronicon Adae de Usk. A.D. 1377-1421**. Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Literature. Londres: Oxford University Press, 1904. p. 125.

⁸ CAPGRAVE, John. **The Book of Illustrious Henries**. Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858. pp. 129-130. "Aqui a questão do casamento deste mais ilustre rei foi abordada, e ele cedeu e assim concordou, que tal consorte para ele fosse encontrada, para assim garantir a paz e harmonia sobre o reino. Ele então escreveu ao Imperador, a outros reis católicos e príncipes, para fazer ligações de paz e amizade, e enviou embaixadores especiais para o rei da França,

Como aponta o trecho acima de John Capgrave, o rei buscava a paz, não só com os franceses, mas também com todos os soberanos da Cristandade. O cronista reafirma uma imagem virtuosa do rei como pacificador, providencialista de seu povo, grande diplomata. Mas o cronista também afirma que os franceses eram "injustos", enviando bolas de tênis ao rei inglês, dizendo que o mesmo era jovem e não teria a "capacidade" de reivindicar ao reino. Responde aos ingleses com zombarias e bufonarias. No entanto, mesmo esse discurso um tanto moralizante de John Capgrave, não está isolado de referências antigas. O passado é apresentado pelo autor, se repetindo no presente, de acordo com as necessidades do mesmo. Tais relatos circularam na corte e, serviram como parte de todo um discurso legitimador da monarquia, suas ações e direitos. É possível, inclusive que a própria ideia de que o rei recebeu bolas de tênis seja uma clara referência a uma literatura da Antiguidade clássica, quando Alexandre o Grande teria recebido do rei Dario da Pérsia um jogo para crianças.⁹

Utilizando estes discursos deslegitimadores, não estariam os cronistas ingleses afirmando o Delfim de França como um inimigo das vontades divinas, ao negar-se cumprir a justiça e a paz, não entregando aos ingleses o que seriam segundo esta linha de interpretação seus direitos? A utilização desses discursos por autores contemporâneos a Henrique V tem a clara intenção de delinear uma imagem exemplar do rei, e os autores póstumos ao monarca reafirmam essa imagem e também contribuem para dizer que não só o rei, mas o povo inglês possuía a grande virtude de buscar a paz antes da guerra. Henrique V na narrativa é um verdadeiro rei justo, enquanto o rei francês um inimigo da verdade divina. A todo momento percebemos que uma imagem devocional de Henrique será apresentada, mostrando que seu respeito pela paz era também para com Deus e os Santos, entregando suas

por tocar no seu direito sobre a Normandia e outros territórios injustamente retidos pelo rei. Mas ele atrasou seus enviados com bufonaria e zombarias e então voltaram para casa com nada feito. Diz-se por aí que naquela época o Delfim enviou algumas bolas de tênis para nosso rei, para que ele assim exercitasse o jogo junto com seus jovens homens, presumindo que ele não sabia lidar com um reino tão nobre. Nosso rei logo respondeu por uma carta que iria enviar tais bolas para tomar suas cidades e fazer as grandes torres tremer." **(Tradução Livre)**

⁹ PEARSALL, Derek. "Crowned King": war and peace in 1415. *In*: STRATFORD, Jenny (Org.) **The Lancastrian Court**. Lincolnshire: Harlaxton Medieval Studies, 2001. (Volume XIII) p. 164.

decisões aos mesmos. "Then the king, seeing their pride and scorn, got ready everything necessary for the conflict, intending to do battle for his right, and commit his cause to God and All Saints."¹⁰

Henrique V prepara-se para suas campanhas militares. Desde que assumiu o trono em 1413 o monarca procurou fortificar as instalações de proteção do reino nas fronteiras do norte com a Escócia, tendo em vista as ameaças de invasões que se deram desde o reinado de Henrique IV. Mesmo as poucas regiões na França, como Calais, que ainda residiam sobre o domínio inglês, tiveram suas muralhas e torres fortificadas, a julgar pelas ameaças de guerra cada vez mais latentes.¹¹ Essas atividades de reconstrução ou reestruturação e melhoramentos foram também realizados nas regiões de extrema importância para o controle de invasões no sul da Inglaterra. Southampton e Portsmouth tiveram seus portos reformados e suas torres fortificadas. O rei também continuou os programas de reconstrução destas regiões que foram levados a cabo desde a era de Ricardo II como rei.

Construir uma cidade murada e com grandes fortificações, preparada para uma guerra ou invasões era uma tarefa cara durante a Idade Média. As regiões que podemos observar essas grandes muralhas de proteção são em muitos casos cidades de importância econômica e política para o reino, como Londres e York. Mesmo Londres herdara suas muralhas do período romano, mas o governo procurou ao longo dos anos manter reestruturada suas fortificações. As cidades do norte e sul inglês, altamente fortificadas, muitas sem grande proporção de ação econômica, tinham isto devido, principalmente a esforços da realeza para proteção do reino. Henrique V sabia da necessidade de proteger o sul inglês. Afinal, quando o mesmo era Príncipe de Gales, foi destas regiões que invasões francesas entraram na Inglaterra para o País de Gales no auxílio dos revoltosos desta região.

Todo esse processo de preparação para uma futura guerra mobilizou de uma forma geral todo o reino. Henrique V buscou através do Parlamento e seus oficiais

¹⁰ CAPGRAVE. Op. Cit., p. 130 - Então o rei, vendo seu orgulho e desprezo, deixou pronto tudo de necessário para o conflito, com a intenção de fazer a batalha por seus direitos, e prometendo sua causa a Deus e todos os Santos. **(Tradução Livre).**

¹¹ BARKER. Op. Cit., p. 109.

cobrar impostos específicos para realização de batalhas. Ordenou a construção de novos armamentos e também navios. Juliet Barker nos mostra que quando assumiu o trono em 1413 o monarca herdou de seus reis antecessores apenas seis navios de guerra. Quando perto da batalha em 1415 já eram um total de doze navios.¹² O rei também mobilizou de todo o reino pedreiros, carpinteiros, serradores, marceneiros e também operários.¹³ Há indícios, ainda, de que o monarca enviou intimações para todos os arrecadadores alfandegários da Inglaterra, proibindo a exportação de pólvora. “Isto foi feito ‘por determinadas razões’, a frase misteriosa que Henrique frequentemente empregava como um tipo de manto transparente para seus preparativos militares.”¹⁴

Em agosto de 1415 o monarca se direciona para Southampton. Lá é possível perceber um conjunto de instrumentos simbólicos mobilizados para narrar a ida do rei para a França. O propósito da batalha era também peregrinatório. Reconquistar a França representava recuperar aquilo que por Deus havia sido dado aos ingleses e tomado injustamente pelos franceses. Um dos pontos que a memória de Agincourt é conectada se relaciona com a lenda do óleo de Thomas Becket, cuja legenda afirmava que o monarca ungido com a mesma reconquistaria Jerusalém num contexto de cruzadas.¹⁵ No entanto quando Henrique IV, sendo o primeiro rei ungido, ascende o trono, o movimento cruzadístico já havia sido finalizado, a lenda foi ressignificada para as posses inglesas na França. Ou seja, o rei ungido com tal relíquia sagrada, entregue pela Virgem e Cristo aos reis, reconquistaria o trono francês.¹⁶ Henrique IV não foi o rei que garantiu esse feito, o mesmo estava preocupado em neutralizar as revoltas do período. Mas, com a vitória de Henrique V na França, não tardaria para que os escritores da época, diretamente ou indiretamente, associassem seus feitos com tal relíquia. O sentido peregrinatório nos é revelado também pelas provações que o exército inglês e seu rei passaram ao se direcionar para o campo de batalha.

¹² *Ibidem*, p. 120.

¹³ *Ibidem*, p. 117.

¹⁴ *Idem*, p. 117.

¹⁵ C.f. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 177-178.

¹⁶ C.f. WALSHINGHAM, Op. Cit., p. 12

Sabemos que a peregrinações no medievo são um momento de contato do peregrino com o sobrenatural, e onde as relações de observação do outro são exemplificadas. Bem apontado por Michel Sot, é durante a peregrinação que o peregrino passa por provações físicas, sede, fome, tensão dos músculos, mal-estar, e o mal causado por outros homens. Todos estes fatores possuiriam uma recompensa final: o encontro com o sagrado.¹⁷

A primeira provação de Henrique V foi ainda em Southampton. Como apresentado no trecho abaixo por John Capgrave, um grupo de nobres ingleses aliados ao rei francês tentaram impedir a ida de Henrique V à França. Richard, conde de Cambridge, Henry Scrope, and Thomas Grey, os traidores, foram condenados à morte, e o rei se direcionou à Harfleur, no dia da festa de S. Tibério e Vigília de Assunção da Virgem.

But while this was doing, some of his own subjects in whom he placed great confidence, and who were bribed by the French, endeavoured to divert him from his purpose, or, as was said, simply to murder him. Nor did the king discover their treason till he was on the very point of crossing the sea. Those who were found guilty in this matter and put to death for their open treason were Richard, earl of Cambridge, Henry Scrope, and Thomas Grey. Upon this disturbance breaking out, the other lords advised the king not to cross the sea. But he entrusted his cause to God, and put to sea on the feast of S. Tiberius the Martyr; and on the vigil of the Assumption of the Blessed Virgin, he made shore prosperously at the Pays du Caux. He then had it publicly proclaimed through the whole army that no man of his should rob a church, harm a priest, or wrong a woman; and that under pain of death.¹⁸

Henrique V entrou na cidade de Harfleur, ponto que se tornou importante de ser conquistado pelos ingleses, pois era uma região estratégica aos franceses de

¹⁷ SOT, Michel. Peregrinação. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente medieval**. Vol 2. Bauru: EDUSC, 2002. p. 354.

¹⁸ CAPGRAVE. Op. Cit., p. 130. "Mas enquanto isto era feito, alguns de seus próprios vassallos de grande confiança, e que foram subornados pelos franceses, esforçaram-se para desviá-lo de seu propósito, ou como se dizima, simplesmente para assassiná-lo. O rei não havia descoberto sua traição até que ele mesmo estivesse a ponto de cruzar o mar. Aqueles que foram considerados culpados neste ato foram condenados à morte por sua traição, eram eles, Richard, conde de Cambridge, Henry Scrope, e Thomas Grey. Sobre esta perturbação, outros senhores aconselharam ao rei a não atravessar o mar. Mas ele confiou sua causa a Deus, e lançou-se ao mar na festa de S. Tiberius, o Mártir e na Vigília de Assunção da Virgem Santa, chegando ele na costa próspera em Pays du Caux. Ele então proclamou publicamente para seu exército que nenhum homem deveria roubar a Igreja, causar danos a um padre ou mulher, sob pena de morte." **(Tradução Livre)**

acesso ao Canal da Mancha e assim, permitia aos mesmos tentar invadir a Inglaterra. “Na Inglaterra, a cidade também conquistara a reputação de ser um ninho de piratas: muitas dos ataques aos navios mercantes no canal da Mancha haviam sido realizados por embarcações francesas e italianas que se refugiavam em sua enseada (...)”.¹⁹ John Capgrave também postula uma imagem de Henrique V como um rei pacificador, quando ele propõe a seus homens o respeito a mulheres, aos membros do clero e também às igrejas físicas.²⁰ Henrique V teria primeiro tentado um acordo de paz com os aristocratas da região, para subordinar suas ações aos ingleses. É possível que os cronistas do século XV utilizassem claras referências ao Deuteronômio quando eles projetam esse momento.

Quando estiveres para combater uma cidade, primeiro propõe-lhe a paz. Se ela aceitar a paz e abrir-te as portas, todo o povo que nela se encontra ficará sujeito ao trabalho forçado e te servirá. Todavia, se ela não aceitar a paz e declarar guerra contra ti, tu a sitiáras. Iahweh teu Deus a entregará em tua mão, e passarás todos os seus homens ao fio da espada. Quanto a crianças, animais e tudo e que houver na cidade, todos os seus despojos, tu os tomarás como presa. E comerás o despojo dos inimigos que Iahweh teu Deus te entregou.²¹

As principais referências sobre o ocorrido quando Henrique V tenta subordinar Harfleur não estão presentes na crônica de John Capgrave, mas sim nas fontes escritas contemporaneamente ao rei: em Adam de Usk e Thomas Walsingham. Segundo Usk, por exemplo, o rei atacou Harfleur no domingo antes da festa de São Michel no dia 29 de setembro de 1415, e “atormentou” a área, com minas, flechas e canhões, ganhando no final a rendição da cidade, junto com seus habitantes. Mas tarde o autor também afirma que ele expulsou alguns de seus habitantes nativos e colocou ingleses, escolhendo depois o Conde de Dorsert como capitão.²² Isto nos permitiria hipotetizar que a paz solicitada pelo rei não foi alcançada através de trégua e não derramamento de sangue, permitindo ao mesmo o cumprimento do

¹⁹ BARKER. Op. Cit., p. 207.

²⁰ C.f. CAPGRAVE. The Book of ... Op. Cit., p. 130.

²¹ Dt. 20,10.

²² C.f. USK. Op. Cit., p. 126.

Deuteronômio. Thomas Walsingham, porém, vai além. Afirma que os senhores franceses que lá viviam (Gaucourt, Estouteville, Anquetonville e Clère), desesperados com os ataques ingleses; pelo uso de catapultas, mostradas pelo autor através do que seriam “pedras voando pelo ar” e as armas de “grande força inglesas”,²³ teriam procurado contato com Thomas, Duque de Clarence e irmão de Henrique V para implorar um acordo de paz ou ao menos trégua. Neste momento o cronista afirma que o rei, por “reverência a Deus” e aos habitantes “comuns” da região, aceitaria a proposta de um acordo. Henrique V ainda teria enviado ao Delfim de França arautos e os próprios senhores de Harfleur, para que o mesmo encontrasse os ingleses na região num prazo de oito dias, libertando assim, os prisioneiros, e mais uma vez, evitar o uso da espada.²⁴

Era comum nos textos ingleses do final da Idade Média, que os autores utilizassem de referências bíblicas da tradição vétero-testamentária, como foi o caso do Deuteronômio para Henrique V, quando os mesmos discutiam as virtudes de justiça e guerra para a realeza. Deus aparece numa imagem de um senhor “justiceiro”, com “mãos pesadas” para aqueles opositores de Israel. Já quando os autores narram Henrique V como uma monarca pacificador, piedoso ao se preocupar com inocentes em meio à guerra, há uma clara referência às virtudes divinas apresentadas na tradição do Novo Testamento. Cristo era piedoso, com virtudes da bondade e, ele é a própria imagem daquilo que a realeza deveria espelhar.

A segunda provação experimentada pelos ingleses, teria sido, segundo os cronistas uma calamidade, cujas únicas informações dadas por eles seria um “mal no fluxo de sangue”. Para John Capgrave, homens importantes como o Conde de Suffolk e o bispo de Norwich, Richard of Courtenay, teriam morrido desta doença, outros foram enviados de volta para a Inglaterra, mas cinco mil homens ainda teriam sobrevivido, seguindo a “misericórdia divina para com os ingleses.”²⁵ Após as adversidades, Henrique V caminha em direção à cidade de Arques, que teve suas

²³ C.f. WALSINGHAM. Op. Cit., p. 406.

²⁴ C.f. WALSINGHAM. Ibidem, p. 407.

²⁵ CAPGRAVE. The Book of... Op. Cit., p. 132.

pontes e fortificações reforçadas com o anúncio de uma possível guerra. Depois o rei caminhou em direção à região de Eu, onde pontes e calçadas foram destruídas para evitar sua passagem. Logo, o rei moveu-se para Bowes e Corbie, lá um ataque francês foi contido pela ação dos arqueiros ingleses. Por último o rei passou por um pântano próximo ao Rio Somme, onde o exército mais uma vez repeliu ataques franceses. Segundo a narrativa dos cronistas, Henrique V em seu caminho ao campo de batalha passa por igrejas e paróquias, pedindo auxílio a Deus e aos Santos, reclamando que seus homens fizessem o mesmo, e ainda confessassem seus pecados justificando que assim, a causa do rei e do reino poderiam ser resolvidas. Após algum tempo Henrique V chega ao campo de Agincourt em Picardia, o local da batalha. Uma das principais informações dadas por John Capgrave tanto no *The Chronicles of England* quanto no *The Book of Illustrations Henries*, é que o número de homens do exército inglês era bem menor que do povo inimigo. Sete mil homens lutavam ao lado dos ingleses contra sessenta mil dos franceses.²⁶ Após a constatação de que seu exército era menor que dos franceses, sob risco de derrota, mais uma vez Henrique V expõe sua devoção ao sagrado e chama seus homens para pedir auxílio a Deus em favor dos ingleses. O cronista desconhecido do *An English Chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI* oferece em sua narrativa diálogos "diretos" protagonizados por Henrique V: "The kyng seyng the grete multitude and noubre of peple of his enemye, praide Almy3ti God of helpe and socour, and confortid his peple, and praide euey man forto make him redy to bataille; (...)"²⁷ Mais uma provação teria acometido os ingleses: Segundo os cronistas a noite antes da batalha foi chuvosa, o exército teria se mantido debaixo da chuva, com fome e sem pão para saciá-los.

²⁶ C.f. CAPGRAVE, John. **The Chronicle of England**. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858, p. 312; **The Book of Illustrations Henries**, p. 133.

²⁷ ANÔNIMO. **An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI. Written before the Year of 1471**. Editado por Rev. John Silvester Davies: Camden Society, 1856.. "O rei olhando a grande multidão e o número de pessoas de seus inimigos orou ao Deus Altíssimo por ajuda e socorro, consolou seu povo e orou para que cada homem fosse feito pronto para a batalha; (...)" **(Tradução Livre)**.

É possível que mais uma vez os cronistas ingleses estivessem recuperando narrativas bíblicas para comparar com os eventos da batalha. É perceptível, inclusive, a utilização de outra ideia de Deuteronômio:

Quando saíres para guerrear contra teus inimigos, se vires cavalos e carros e um povo mais numeroso do que tu, não fiques com medo, pois contigo está Iahweh teu Deus, que te fez subir da terra do Egito. Quando estiverdes para começar o combate, o sacerdote se aproximará para falar ao povo, e Ihe dirá: "Ouve, ó Israel! Estais hoje prestes a guerrear contra os vossos inimigos. Não vos acovardeis, nem fiquéis com medo, nem tremais ou vos aterrorizes diante deles, porque Iahweh vosso Deus marcha convosco, lutando a vosso favor contra os vossos inimigos para salvar-vos!"²⁸

Vejamos agora um discurso, que pretende ter sido direto de Henrique V, apresentado pelo cronista desconhecido de *An English Chronicle...*:

Thanne saide the kyng, " Now is good tyme, for alle Engelond praieth for us, and therfore beth of good chiere, and lat us go to our iourney." (...) And thanne saide the king with an highe vois, " In the name of Almy₃ti God, and of Saint George, Avaunt baner! and Saint George this day thyn helpe!" Thanne the ij bataille₃ mette togedir and fou₃ten sore and longe tyme, but Almy₃ti God and saint George fon₃ten that day for us, and grauntid our kyng the victory: and this was on the Friday on saint Crispyne and Crispiniane₃ day, in the yeer of our Lord M'.cccc.xv. in a fold callid Agyncourt in Picardi.²⁹

O discurso, um tanto similar, entre o texto bíblico e a narrativa de Agincourt não é algo de todo estranho para a Idade Média. É um discurso do passado, feito na Bíblia, para um povo considerado sagrado (o povo de Israel) e assim os cronistas relacionam a Inglaterra com as mesmas virtudes desse grupo. Henrique V, a partir desse momento, quando inclusive pede que seus homens se confessassem a clérigos, para livrar seus pecados, e também discursando para seus homens, a fim de que eles não se rendam e que não tivessem medo do exército francês que era maior, o rei age

²⁸ Dt. 20,1.

²⁹ AEC. Op. Cit., p.41- fol 171. "Então disse o rei, "Agora é um bom momento para toda a Inglaterra rezar por nós, e, portanto, apostar nessa boa campanha, e nos deixe ir a nossa jornada" (...) Então disse o rei com voz alta "Em nome do Deus Altíssimo, e de São Jorge, Levantem a bandeira! E São Jorge neste dia vos ajuda!" Então na batalha foram juntos e lutaram bravamente por um longo tempo, mas o Deus Altíssimo e São Jorge lutaram aquele dia por nós, e garantiram ao rei a vitória: e isto foi numa sexta-feira, no dia de São Crispim e Crispiano, no ano de nosso senhor M'.cccc.xv, no campo de Agincourt em Picardia" **(Tradução Livre)**.

como o sacerdote que Deuterônimo pede que discursse para Israel. A Inglaterra e seu povo, tornaram-se, dessa forma, através de todas essas analogias com o texto bíblico, ela própria Israel. A narrativa de um exército maior e mais forte por parte dos franceses, em contraposição a um exército já debilitado dos ingleses, pode ser relacionada também com a escrita de Samuel sobre Davi e Golias. Os franceses, vistos como injustos, podendo assim ser comparados aos filisteus, seriam a própria encarnação de Golias. Enquanto que, Henrique V e seu exército eram Davi. Acaba que esses escritores do século XV relacionam a figura de Henrique V com as virtudes guerreiras de Davi e a sabedoria de Salomão.

Antes do evento em Agincourt ocorrer o exército inglês passou por dificuldades (provações se seguirmos o sentido bíblico), passando inclusive por fome. Entretanto Deus, segundo a tradição, deu a vitória aos ingleses. Números são dados por John Capgrave: sete mil homens ingleses, contra sessenta mil homens franceses. Thomas Walsingham vai além, exaltando a ação dos arqueiros ingleses durante a batalha e a ação dos santos no evento, tendo destaque três: São Crispim e Crispiano, cujo o dia foi a batalha, e São Jorge, que segundo a narrativa foi visto lutando com o rei. Essas tradições serão também repetidas por autores futuros, como o já citado Capgrave:

There fell in it on our side, the duke of York, the earl of Suffolk, and, as they say, of the common folk not more than thirty. On the French side were slain the archbishop of Sens, three dukes, seven counts, the lord de Bret, the constable of France, one hundred barons, fifteen hundred knights and seven thousand gentlemen. Two dukes, three counts, and many others of gentle birth were taken prisoners. There were some who asserted that they saw S. George fighting for the king.³⁰

³⁰ CAPGRAVE. **The Book of...**Op. Cit., pp. 133-134. "Caíram do nosso lado o duque de York e o conde de Suffolk, e como eles dizem, o povo comum não mais de trinta. No lado francês foram mortos o arcebispo de Sens, três duques, sete condes, o senhor de Bret, o condestável da França, cem barões, mil e quinhentos cavaleiros e sete mil senhores. Dois duques, três condes e muitos outros cavaleiros de nascimento foram feitos prisioneiros. Ouve alguns que afirmaram que viram S. Jorge lutando para com o rei." (**Tradução Livre**)



Mapa: O caminho de Henrique V da Inglaterra à Agincourt e retorno à Inglaterra.
Disponível em: <https://hystoricus.files.wordpress.com/2012/09/azin1.jpg>

Logo após o fim da campanha, o rei se direciona para o porto de Calais e de lá retorna para a Inglaterra. Segundo os cronistas o rei passou por Canterbury para agradecer pela vitória. Se observarmos o mapa acima, no qual mostra o norte francês e sul inglês, é possível perceber a proximidade de Calais com Canterbury. Ao ir em Canterbury, Henrique V provavelmente se direcionou ao túmulo de Thomas Becket, que além de ser um santo especial para a monarquia, era também importante para os ingleses. Para Canterbury, havia um conjunto de rotas de peregrinação que ligavam toda a Inglaterra e, inclusive outras partes da Europa. Na Catedral de Canterbury estava também sepultado Henrique IV, o único rei inglês que lá possui túmulo.

Para finalizar. A narrativa da viagem de Henrique V à Batalha de Agincourt nos apresenta todo um sentido simbólico que faz parte do maravilhoso medieval. É uma narrativa dos santos, seus atos, do apoio divino. O caminho da viagem em si apresenta um conjunto de desafios e provações, o que torna a mesma uma espécie

de peregrinação. Peregrinação para reconquista daquilo que foi prometido por Deus aos ingleses: o Reino de França. Peregrinação também à Canterbury para agradecimento a Thomas Becket pela vitória inglesa em Agincourt, resultado de suas promessas, como também da Virgem e de Cristo, firmadas no momento da Sagração. O rei e seu exército se fazem peregrinos tanto pelo contato com o sobrenatural, mas também pelas provações: fome, doenças, mortes, complôs, um exército menor, mas que no fim, Deus se manteve justo aos seus fiéis, o povo inglês. Resultado também de um discurso que é identitário acerca do *Reino* na produção de memória.

Em novembro de 1415, quando Henrique V entrou em Londres, segundo os cronistas do século XV, o monarca foi recebido com cantos, exaltações, perceptíveis não só em Londres, mas sim em todo o reino inglês. "It is not within my powers to describe the great joy, celebration and triumph with which the people of London greeted his return, for the elaborate decorations and different spectacles put on at vast expense deservedly demand extended treatment."³¹ Acredita-se ainda que naquele mesmo ano uma canção foi feita para narrar o evento que foi a Batalha de Agincourt. Palavras como *Deo gratias anglia, redde pro victoria*,³² foram repetidas sucessivas vezes na letra da canção. A narrativa sobre a participação do povo em glorificação à vitória do rei nas fontes do século XV, na verdade nos revela que a Batalha vencida não significava apenas a vitória do rei e seus cavaleiros, mas sim do povo inglês. As narrativas sobre Agincourt tornaram-se uma tônica nas crônicas e biografias do século XV, foram reproduzidas em épocas posteriores, é a protagonista na obra de William Shakespeare sobre Henrique V, e até os dias atuais permanece na memória coletiva. Representa, aliás, a construção de um fenômeno um tanto controverso na historiografia: a identidade.

No processo de construção da identidade inglesa ligada ao poder régio, os intelectuais ingleses baixo-medievais, por vezes, associavam o reino inglês a um

³¹ WALSINGHAM, Op. Cit., p. 413. "É fora de minhas possibilidades descrever a grande alegria, celebração e triunfo com as quais o povo de Londres recebeu seu retorno, pois as elaboradas decorações e os diferentes espetáculos colocados a grande custo merecidamente devem um tratamento prolongado. **(Tradução Livre)**

³² **The Agincourt Carol**. Disponível em Bodleian Library MS Arch. Selden B. 26. <http://www.luminarium.org/medlit/medlyric/agincourt.php>.

passado “maravilhoso”, perpetuando uma memória de “povo eleito” e seus reis como guias levantados por Deus.³³ Os monarcas ingleses, seguindo um *Topoi* da Cristandade, são associados com soberanos da tradição vétero-testamentária (é o exemplo das associações de Henrique V com Davi e Salomão) ou ainda a Inglaterra como uma nova “Jerusalém” ou uma nova “Roma”. No meio das intempéries causadas por guerras e desafios à autoridade dos reis, o poder régio busca se legitimar, construindo imagens simbólicas da realeza que se relacionam com o próprio povo e suas habilidades. Para Vânia Fróes³⁴ a imagem do rei se tornará no final da Idade Média em um *Topos* capaz de aglutinar especificidades culturais regionais e da própria Cristandade, produzindo uma relação direta com a imagem do próprio *Reino*: “Não há *Rei* sem *Reino*. O duplo corpo do Rei também designava essa duplicidade: o *Rei* e o *Reino*, o governante e o conjunto de que faziam parte as três ordens: ‘os que rezam, os que guerreiam e os que trabalham.’”³⁵ É por esta razão que a figura régia e todo o simbolismo em torno da realeza guarda a importância da territorialidade: as ações régias são nas fontes da época confundidas com as ações do povo, assim como as vitórias do *Rei* são vitórias do *Reino*.

Referências

Fontes

ANÔNIMO. **An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI. Written before the Year of 1471.** Editado por Rev. John Silvester Davies: Camden Society, 1856.

Bíblia de Jerusalém. Tradução das introduções e notas de La Bible de Jérusalem, edição de 1998, publicada sob a direção da “École biblique de Jérusalem”. São Paulo: Paulus, 8º impressão de 2012.

CAPGRAVE, John. **The Book of Illustrious Henries.** Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

³³ C.f. MCKENNA, John W. How God Became an Englishman. //: GUTH, DeLloyd J. & MCKEENA, John W.(Orgs.) **Tudor Rule and Revolution: Essays for Grelton from his Americans friends.** Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 30.

³⁴ FRÓES, Vânia Leite. **Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média.** Tese para concurso de professor titular. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

³⁵ Ibidem, p. 82.

CAPGRAVE, John. **The Chronicle of England**. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

The Agincourt Carol. Disponível em Bodleian Library MS Arch. Selden B. 26. Disponível na Internet via <<http://www.luminarium.org/medlit/medlyric/agincourt.php>>. Acesso em julho de 2018.

USK, Adam. **Chronicon Adae de Usk. A.D. 1377-1421**. Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Literature. Londres: Oxford University Press, 1904.

WALSINGHAM, Thomas. **The Chronica Maiora (1376-1422)**. Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

Referências Bibliográficas

ALLMAND, Christopher. **Society at War: The experience of England and France during The Hundred Years War**. The Boydell Press, 1998.

BARKER, Juliet. **Agincourt – o rei, a campanha, a batalha. Rio de Janeiro**, Record, 2009.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CURRY, Anne. **The Hundred Years War – 1337-1453**. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

FRÓES, Vânia Leite. **Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média**. Tese para concurso de professor titular. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

MCKENNA, John W. How God Became an Englishman. //: GUTH, DeLloyd J. & MCKEENA, John W.(Orgs.) **Tudor Rule and Revolution: Essays for Grelton from his Americans friends**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

PEARSALL, Derek. "Crowned King": war and peace in 1415. In: STRATFORD, Jenny (Org.) **The Lancastrian Court. Lincolnshire: Harlaxton Medieval Studies**, 2001. (Volume XIII)

SOT, Michel. Peregrinação. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente medieval**. Vol 2. Bauru: EDUSC, 2002.

Recebido em: 30/06/2018

Aprovado em: 20/07/2018

AS HISTÓRIAS DE UM LIVRO CATEDRAL: RELAÇÕES ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA INTERPRETAÇÃO DO *DRAGMATICON* DO MESTRE GUILHERME DE CONCHES (1080-1154)

*THE STORIES OF A CATHEDRAL BOOK: RELATIONS
BETWEEN PAST, PRESENT AND FUTURE IN THE
INTERPRETATION OF DRAGMATICON OF THE
MASTER WILLIAN OF CONCHES (1080-1154)*

Carlile Lanzieri Júnior¹

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

"[...] se agrada aos bárbaros viver sem pensar no dia de amanhã, os nossos intentos devem encarar a eternidade dos séculos" (Cícero, *De oratore*)

Resumo: Escrito entre os anos de 1144 e 1149, o *Dragmaticon* divide-se em seis livros que trazem muitas das concepções pedagógicas de Guilherme de Conches (1090-1154). Concepções assinaladas por uma percepção profunda do tempo, o que nos sugere a intensa relação que Guilherme estabeleceu entre experiências passadas e expectativas futuras diante de um presente que considerava decadente e que teria pouco a ensinar aos que a ele se inclinavam. Ombro a ombro com personagens como João de Salisbury (c.1120-1180), Bernardo de Chartres (+1160) e Gilberto de La Porrée (1076-1154), Guilherme de Conches atuou na consolidação do que foi denominado pela

Abstract: Written between the years 1144 and 1149, the *Dragmaticon* is divided into six books that bring many of the pedagogical conceptions of Willian of Conches (1090-1154). Conceptions marked by a deep perception of the time, what suggests us the intense relationship that Willian established between past experiences and future expectations before a present that he considered decadent and which would have little to teach to those bowed to it. Shoulder to shoulder with characters as John of Salisbury (ca.1120-1180), Bernard of Chartres (+1160) and Gilbert de La Porrée (1076-1154), Willian of Conches acted to the consolidation of what was named by posterity as the *School of the*

¹ Professor Adjunto C Nível I do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso e membro do *Vivarium* - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (*site*: <vivariumhist.com>). E-mail para contato: <lanzierijunior@uol.com.br>. Todas as traduções para o Português de obras publicadas originalmente em língua estrangeira são de minha autoria e inteira responsabilidade.

posteridade como a *Escola da Catedral de Chartres*, uma das importantes expressões da cultura intelectual do século XII.

Cathedral of Chartres, one of the most important expressions of the intellectual culture from the twelfth century.

Palavras-chave: Guilherme de Conches - leitura – tempo.

Keywords: Willian of Conches - reading – time.



Imponente sob o capuz a lhe cobrir parte do corpo, o mestre tonsurado ergue uma vergasta com a mão direita. Firme, ele aponta com o dedo indicador da mão esquerda o livro aberto sobre o colo de um de seus discípulos. Com as faces a sugerir contrição sob as tonsuras, os demais discípulos presentes na cena parecem se esconder atrás do primeiro. Um deles também traz um livro aberto entre as mãos. Possivelmente, estamos diante de uma representação de uma aula de Gramática, a primeira das Sete Artes Liberais. Artes estas que buscaram na leitura o fundamento para o saber e uma vida prudente [Fragmento de *Imagem do mundo* de Gossouin de Metz. Paris, BnF, ms fr 574 folio 27 (século XIV)]

Em matéria publicada no dia 17 de janeiro de 2017 na versão *on line* para o Brasil do jornal espanhol *El país*,² Ignacio Morgado Bernal (1951-), Professor PhD em Psicologia da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB),³ destacou a importância do hábito da leitura para uma vida saudável.⁴ Através da leitura, habilidades mentais como percepção, memória e raciocínio são exercitadas dia a dia. Instigante, o artigo do professor espanhol também afirma que a leitura é uma maneira interessante de acessar diferentes pontos de vista. No núcleo deste processo, Bernal manifestou a certeza de que ler regularmente, além de ativar a nossa capacidade cognitiva, nos torna verdadeiramente humanos. Humanos que ampliam a própria percepção do tempo, que se desconectam da brevidade do presente no qual vivem e mergulham nas profundezas de outras experiências humanas que se dilatam *ad infinitum*.⁵

À mesma época, uma reportagem com teor semelhante ganhou enorme visibilidade nas redes sociais. Baseada nos depoimentos de uma estudante brasileira formada em Ciências Políticas e Astronomia pela renomada Universidade de Harvard,⁶ nos Estados Unidos, a reportagem tomava a valorização da leitura como argumento central. Dos objetivos bem definidos ao trabalho metódico imposto pela cultura acadêmica de Harvard, a jovem foi cirúrgica ao afirmar que em algumas das disciplinas cursadas os alunos tinham uma carga de leitura superior a mil páginas semanais (!).⁷ Para um país tão desigual como o Brasil e que de um modo geral

² Endereço eletrônico <<http://brasil.elpais.com/>>.

³ Endereço eletrônico <<http://www.uab.cat/>>.

⁴ Disponível no *site* <http://elpais.com/elpais/2017/01/11/ciencia/1484155657_662258.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

⁵ Em *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você* (2011), Eli Pariser (1980-), presidente do conselho diretor e ex-diretor executivo do portal MoveOn.org e fundador do Avaaz.org, alerta para um perigo silencioso que se esconde por trás da navegação na *Internet*: a partir de cliques aparentemente inocentes na rede mundial de computadores, grandes corporações são capazes de saber exatamente quem somos, o que pensamos e com quem nos relacionamos. A partir dessas informações básicas, nossas escolhas são cada vez mais direcionadas até que não mais tenhamos a opção de escolher algo diferente. Isso se traduz em relações sociais cada vez mais tensas e em nossa incapacidade de dialogar e aprender com quem é diferente de nós.

⁶ Endereço eletrônico <<http://www.harvard.edu/>>.

⁷ Disponível no *site* <<https://www.estudarfora.org.br/harvard-exige-mais-de-mil-paginas-de-leitura-por-semana-tabata-amaral/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

pouco valoriza os livros e a leitura, histórias como estas indicam o quanto precisamos percorrer para ocupar uma posição de protagonismo no mundo das ciências.⁸

A preocupação com a boa formação dos indivíduos e o fazer pensar através da prática da leitura são os pontos que conectam os dois textos acessados por alguns milhões de internautas no início deste ano. Sem dedicação e esforço, não há pílula ou fórmula milagrosa que dê jeito.⁹ Sem entrega à leitura, não há como avançar nas pesquisas, não há como ter *insights* mirabolantes capazes de mudar a maneira pela qual compreendemos e atuamos no mundo que nos cerca. A leitura é o combustível a alimentar o maquinário cognitivo, sobretudo no que se refere ao pensar melhor, ao colocar-se no lugar do outro. Pelo poder da leitura, criatividade, tolerância e democracia se aproximam (cf. NUSSBAUM, 2015). Todos ganham com isso. A longo prazo, algumas centenas (ou milhares) de páginas de leituras semanais converter-se-ão em um prazer incomensurável. Enfim, uma verdadeira revolução interior a mudar o exterior.

Todavia, chama a atenção o fato de que nenhuma das reportagens fazer a menor referência a antigas tradições do passado, tradições que de igual forma destacavam a importância da leitura e dos debates que estas suscitavam. Nos dois textos, a valorização da leitura e os ganhos por ela proporcionados são uma evidência em si, não o providencial resgate, ainda que parcial, de ensinamentos e experiências de outrora que tanto têm a nos dizer. Portanto, o que à primeira vista indica uma transformação sem precedentes deve ser igualmente entendido como uma necessária recuperação de importantes tradições pedagógicas. Quando convertidas em conhecimento histórico, essas tradições trazem a lume a certeza de

⁸ Os dados referentes ao ano de 2015 da quarta edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (Ibope) revelam que quase metade de nossa população não lê com frequência e que quase um terço dela nunca comprou um único livro (cf. <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura/>>).

⁹ Em 05 de junho de 2016, uma reportagem exibida pelo *Fantástico* da Rede Globo de Televisão trouxe a público a existência de pílulas e combinações de suplementos que prometem o aumento progressivo da capacidade de concentração e a inteligência das pessoas. Alguns dos vendedores e usuários de tais produtos afirmaram se sentir de fato mais inteligentes, o que foi contestado pelos especialistas consultados que apontaram os riscos para a saúde inerentes a tal uso. Os especialistas também afirmaram que os testes aplicados nos adeptos de tais tratamentos não indicaram qualquer expansão da inteligência (disponível no *site* <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/06/saiba-se-pilulas-que-prometem-deixar-pessoas-mais-inteligentes-funcionam.html>>).

que a era de progresso tecnológico na qual vivemos deve muito a mestres de épocas e lugares longínquos. Mestres que lapidaram conhecimentos acumulados ao longo de vários séculos, mas que quase sempre são esquecidos pelos educacionistas da atualidade.¹⁰ Por isso, o passado sempre tem algo a nos dizer e ensinar. Passado a ser acessado através da leitura. Leitura que detém o condão de nos fazer pensar mais e melhor e vencer a barbárie interior e seus efeitos (MATTÉI, 2002, p. 13-14). Sem o conhecimento proporcionado pelo passado, o presente torna-se efêmero e não haverá um futuro com o qual possamos verdadeiramente sonhar.

*

Famoso pelas fábulas infanto-juvenis mundialmente conhecidas como *As crônicas de Nárnia*, C. S. Lewis (1898-1963) também era um medievalista. Dono de uma escrita requintada e envolvente, Lewis atuou como professor de Literatura Medieval na Universidade de Cambridge, na Inglaterra.¹¹ Em *A imagem descartada* (2015), um de seus últimos escritos, Lewis comparou os livros medievais às antigas catedrais góticas.¹² Imponentes, estas exigiram várias décadas de construção. Diferentes mãos e conhecimentos eram absorvidos nos canteiros de obras que chegavam a atravessar gerações. Sob a unidade de uma fachada imponente com os vitrais a reluzir ao toque dos raios de sol, distintos saberes calmamente aglutinados. Por sua vez, os livros eram o resultado da soma de vários conhecimentos, alguns remontavam à Antiguidade clássica. Como as catedrais, C. S. Lewis acreditava que os

¹⁰ Ao considerar desnecessário o estudo da Idade Média, "gozo hedonista dos medievalistas", o atual ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina, Lino Barañao (1953-), exemplifica a visão estreita de mundo que graça entre os educacionistas que caminham livres, leves e soltos na atualidade e ocupam postos de poder estratégicos. Ao se aterem aos números e metas muito bem dispostos em planilhas e performáticas apresentações de *Power Point*, os educacionistas são incapazes de compreender que estudar História (e as ciências Humanas como um todo) é um encontro com os homens no tempo, um encontro que nos permite a compreensão do quanto somos diversos e do quão é importante o incentivo do contato com essa diversidade. Melhor ainda se isso acontecer desde a infância (cf. <<https://www.pagina12.com.ar/22812-el-ministro-baranao-y-la-historia-medieval>>).

¹¹ Endereço eletrônico <www.cam.ac.uk>.

¹² "Segue-se que a unidade livro-autor, que é básica para a crítica literária moderna, deva ser muitas vezes abandonada quando se trata da literatura medieval. Alguns livros [...] devem ser referidos antes como nos referimos àquelas catedrais, em que o trabalho de muitas épocas diferentes está misturado, produzindo um efeito total, de fato, admirável, mas nunca previsto ou pretendido por qualquer um de seus construtores sucessivos" (LEWIS, 2015, p. 200).

livros da Idade Média possuíam bases profundas e os saberes que traziam apontavam para o alto, para o mundo das ideias.¹³

Mais recentemente, a professora Aleida Assmann (1947-) da Universidade de Konstanz, Alemanha,¹⁴ propôs análises que guardam algumas semelhanças com o que C. S. Lewis há tempos escreveu. Ao dissertar acerca da função da memória entre os mestres medievais, Assmann enfatizou as comparações que estes faziam entre o interior de um ser humano e uma edificação.¹⁵ Bem dividida, essa edificação permitiria fácil ingresso a quem por ela adentrasse a percorrer suas dependências. Por sua vez, Assmann inspirou-se em Mary Carruthers (1941-), professora da Universidade de Nova York, Estados Unidos,¹⁶ cujos motes de pesquisa são justamente o sentido da memória e as técnicas de memorização utilizadas pelos mestres antigos e medievais, como João Cassiano (360-435), Bernardo de Claraval (1090-1153), Hugo de São Vítor (1096-1141) e Tomás de Aquino (1225-1274). Para Carruthers, ao dividir os conteúdos a serem trabalhados como as partes de uma construção (ou de uma máquina), a mnemotécnica medieval permitiu que assuntos de naturezas diversas fossem melhor acessados e absorvidos pelos discentes. O resultado então esperado: a manifestação racional e criativa de toda essa massa de informações nos escritos e sermões por eles produzidos.¹⁷

Com base nos referenciais deixados por C. S. Lewis, Aleida Assmann e Mary Carruthers, tomaremos para análise partes do *Dragmaticon* de Guilherme de Conches. A atenção que Guilherme deu ao saber antigo e a intenção transformadora

¹³ No século XIX, os medievalistas buscavam o autor e desprezavam os textos nos quais não era possível identificá-lo, menos ainda o seu local de nascimento. Em nome da precisão filológica e da certeza de uma origem territorial bem delimitada, uma miríade de conhecimentos híbridos foi negligenciada em benefício de narrativas de cunho nitidamente nacionalista (UTZ, 2016, p. 124).

¹⁴ Endereço eletrônico <www.uni-konstanz.de>.

¹⁵ "O cerne da *ars memorativa* consiste de *imagines*, a codificação de conteúdos da memória em fórmulas imagéticas impactantes, e *loci*, a atribuição dessas imagens a locais específicos de um espaço estruturado. a partir dessa qualidade topológica se está a apenas um passo de considerar complexos arquitetônicos como corporificações da memória. É o passo que vai de considerar espaços como *meios* mnemônicos a considerar prédios como *símbolos* da memória" (ASSMANN, 2011, p. 170).

¹⁶ Endereço eletrônico <www.nyu.edu>.

¹⁷ "[...] conceber a memória não apenas como 'repetição', a habilidade de produzir algo (seja um texto, uma fórmula, uma lista de itens, um incidente), mas como a matriz de uma cogitação reminescente, que mistura e confronta 'coisas' armazenadas em um esquema ou conjunto de esquemas de memória de acesso aleatório – uma *arquitetura* da memória e uma biblioteca construídas ao longo de toda a vida, com a expressa intenção de serem usadas inventivamente" (CARRUTHERS, 2011, p. 27).

encontrada nas linhas e entrelinhas de seu livro indicam que a fundação e a edificação do texto em si formavam um todo inseparável. Um todo que exigia tempo para ganhar forma. Um tempo que superava a simples existência de um único indivíduo.¹⁸ Um tempo profundo a guardar saberes e experiências múltiplas. Como veremos mais adiante, um tempo feito de gente a oferecer experiências e saberes, escritos ou não.

*

Ao lado de personagens como Gilberto de La Porrée (1070-1154), Bernardo de Chartres e João de Salisbury, Guilherme de Conches teve seu nome listado entre os grandes mestres que formaram a tradição pedagógica que tornou célebre a *escola* da Catedral de Chartres.¹⁹ Além de Chartres, Guilherme frequentou outros ambientes, conheceu outras pessoas. A partir de 1133, ou um pouco depois disso, passou a fazer parte da corte de Godofredo V (1113-1151), conde de Anjou e duque da Normandia, na condição de tutor de seu filho, Henrique Plantageneta (1133-1189), nobre a quem Guilherme dedicou seu *Dragmaticon*, um minucioso tratado de Filosofia Natural.²⁰

Em parte escrito na forma de diálogo com o duque da Normandia, o *Dragmaticon* chamou nossa atenção pela preocupação evidenciada por seu autor ao escrever a respeito da formação dos mais jovens na abertura de cada um dos seis livros que compõem a obra. Em seu conjunto, as palavras deixadas por Guilherme oferecem olhares diversos sobre o passado, o presente e o futuro. Passado evidenciado nas tradições filosóficas as quais ele pertencia e com as quais dialogava;

¹⁸ Para o professor colombiano Renán Silva Olarte (1951-) da Universidade dos Andes, uma das atitudes mais egoístas que um pesquisador pode ter é de relacionar e/ou reduzir o conhecimento histórico à própria existência: “[...] o anacronismo e o etnocentrismo são dois dos grandes obstáculos de análise da sociedade. O primeiro se apresenta como específico do trabalho dos historiadores. O segundo se associa mais com o trabalho dos antropólogos. Na realidade, cada um desses dois obstáculos remete a um núcleo comum [...]: a generalização da experiência própria como universal” (SILVA, 2015, p. 61)

¹⁹ Importante centro de transmissão e produção de conhecimentos ao longo de boa parte do século XII, a Catedral de Chartres traz ainda hoje em sua imponente fachada os vestígios de uma época que testemunhou o crescimento do interesse pelo estudo das Artes Liberais. Em parte, associado ao crescimento econômico e urbano, esse interesse trouxe à tona novas formas de se ensinar e aprender que se manifestaram nos escritos dos mestres de então, assim como nas artes e na arquitetura de maneira específica (CLEAVER, 2016, p. 2-3 e 24-27).

²⁰ Também conhecida como Filosofia da Natureza, a Filosofia Natural é um antigo ramo da Filosofia voltado para o estudo da formação do mundo material. Das estrelas do firmamento aos elementos que compõem o planeta Terra, tudo é de seu interesse, sobretudo quando aqueles se relacionam com a vida humana.

futuro destacado pelo desejo de construir uma sociedade pautada em valores éticos cristãos. Por sua vez, o diminuto presente era o lugar das efemeridades que aos poucos desbotariam sob a força do esquecimento.²¹ Por ser imediato, o presente sozinho não era capaz de ensinar algo relevante, pois não permitia o devido amadurecimento das ideias. Nas páginas finais do *Dragmaticon*, é nítida a incredulidade de Guilherme face à estultice dos estudantes afoitos incapazes de compreender a grandeza do tempo. Assim, sob a ótica de Guilherme, estaria na formação contínua dos mais jovens a chave que abriria as portas do que ele compreendia como um mundo melhor.²² E nas palavras do próprio Guilherme, existia um momento certo para esta formação começar, a saber:

A adolescência é a idade certa para começar com a aprendizagem, pois, como Platão disse, aquela idade de vida de uma pessoa é similar à cera que, se for muito suave, não recebe nem retém a forma; similarmente, se é muito dura. Portanto, a idade certa para aprender não é muito dura nem muito suave. O fim da aprendizagem é a morte (GUILHERME DE CONCHES, **Dragmaticon**, Livro VI, p. 174)

Com uma explícita conexão com o diálogo *Teeteto* de Platão (428-348/347 a.C),²³ o extrato acima traz a atenção dada por Guilherme de Conches à idade correta para se começar os estudos: nem muito cedo, nem muito tarde. Atento ao que podemos chamar de caminho do meio (além de Platão, trabalhamos com uma

²¹ "[...] se agrada aos bárbaros viver sem pensar no dia de amanhã, os nossos intentos devem encarar a eternidade dos séculos" (CÍCERO. **De oratore**, II, 169) (Epígrafe utilizada na abertura).

²² Como veremos adiante, ideias que tocaram João de Salisbury, um dos discípulos de Guilherme de Conches e igualmente receptor e transmissor das tradições pedagógicas chartrenses.

²³ "Ora bem, vejamos o que sucede quando o coração de uma pessoa é hirsuto - coisa que o poeta elogiou, na sua enorme sabedoria -, ou quando a cera está suja e é impura, ou quando é extremamente líquida ou dura: aqueles cuja cera é líquida têm facilidade para aprender, mas tornam-se esquecidos, enquanto, com aqueles cuja cera é dura, ocorre o contrário. Os que têm a sua cera hirsuta e áspera, como se fosse pedra, repleta de terra, ou de sujidade mesclada com ela, têm impressões sem clareza. Os que a têm dura também têm as impressões sem clareza, pois têm-nas sem densidade. E os que a têm líquida, por sua vez, também carecem de clareza, pois, por ação da fusão, rapidamente se tornam confusas. E se, além de tudo isto, as impressões caíram umas em cima das outras, devido à falta de espaço, e, se a alminha de uma pessoa é pequena, são ainda mais carentes de clareza que aquelas. Por conseguinte, todos estes são os que chegam a opinar falsidades, pois, quando veem, ouvem ou pensam algo não são capazes de distribuir com rapidez a impressão a cada coisa e são lentos. E, ao distribuírem o que corresponde a outra, não só veem mal, como ainda por cima ouvem e pensam mal, na maior parte das vezes. Estes são os que não só se encontram na falsidade, a respeito da realidade, como são chamados 'ignorantes'" (PLATÃO, **Teeteto**, 194e- 195a, p. 288)

provável referência aos ensinamentos da lavra aristotélica incutida no *Dragmaticon*²⁴), Guilherme enxergava o fim da entrega ao conhecimento apenas com a morte. Isso nos faz entender que ele definia a busca por conhecimento não como uma mera etapa da vida, uma formalidade com data e hora marcadas para terminar, mas como algo inerente a ela.

Das fundações às estruturas visíveis de nosso livro-catedral. Pela leitura comparada entre o *Dragmaticon* e o *Metalogicon* de João de Salisbury, fica patente que os ensinamentos deixados por Guilherme de Conches ganharam chão, criaram raízes, frutificaram. Assim como Guilherme, João também confiava que apenas os esforços intelectuais permanentes elevariam os seres humanos.²⁵ Ao ir adiante com os ensinamentos que seu antigo mestre lhe deu, João de Salisbury tornou-se um defensor arguto das artes formadoras do *Trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e não tolerava estudantes preguiçosos e vaidosos ávidos por atalhos fáceis nos caminhos do saber. Para ele, no fomento à escrita e à leitura oferecido pelo *Trivium* estava a chave da civilização.

Dessa primeira abordagem interpretativa, seguimos na direção de algo que consideramos fundamental para compreender as argumentações do mestre de Conches: a maneira como ele concebia o tempo. Vejamos. No extrato do *Dragmaticon* ora trabalhado, estamos diante do que podemos definir como uma rede de tradições intelectuais verticais e horizontais que se conectam – as bases múltiplas e profundas sobre as quais este livro-catedral foi erguido. Como não

²⁴ Ainda que na tradução do *Dragmaticon* para o inglês moderno feita por Italo Ronca e Matthew Curr não seja mencionada a influência de Aristóteles (384-322 a.C) sobre Guilherme de Conches, a conjectura nos parece minimamente plausível, uma vez que o século XII marcou o início pelo interesse em relação aos escritos do referido filósofo na cultura letrada de então: "A excelência é acerca das afecções e ações, e nestes fenômenos o excesso erra e o defeito é censurado, o meio, contudo, é louvado e acerta. O que é louvável e o que acerta integram a excelência. A excelência é uma certa qualidade do que é do meio, uma vez que tem a aptidão de o atingir. Demais, o errar é de muitos modos (o mal faz parte do que é ilimitável, tal como o imaginam os pitagóricos, e o bem do que é limitado); acertar é de uma única maneira (por isso uma possibilidade é fácil e a outra, difícil: é fácil não atingir o alvo, difícil é atingi-lo). É por essa razão que o excesso e o defeito são elementos da perversão e a qualidade do meio é o elemento integrante da excelência: *A nobreza é de uma única maneira, a perversão de toda / a maneira e feitiço*" (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**, Livro II, VI, p. 48-49).

²⁵ "Está dito que o talento natural é 'imane'nte' uma vez que não precisa de nada como pré-requisito, mas precede e ajuda todos as subsequentes [habilidades]. Na aquisição de nosso conhecimento [científico], investigação é o primeiro passo e vem antes da compreensão, análise e retenção. A habilidade inata, embora venha da natureza, é fomentada pelo estudo e exercício. O que é difícil quando tentamos primeiro, torna-se mais fácil depois de prática assídua [...]" (JOÃO DE SALISBURY, **Metalogicon**, Livro I, cap. 11, p. 34).

poderia deixar de ser, a patrística cristã e a filosofia grega foram partes proeminentes daquelas. Isidoro de Sevilha (560-636), por exemplo, indicou em suas *Etimologias* que o esforço individual era fundamental para o desenvolvimento da natureza humana.²⁶ No que se refere à filosofia grega, Platão, citado por Guilherme no *Dragmaticon*, à luz dos ensinamentos socráticos, demonstrou que humanos plenos de saúde física e mental se perderiam sem o cultivo incessante do prazer pelo conhecimento.²⁷ Por sua vez, Hugo de São Vítor, contemporâneo de Guilherme, confiava que uma vida dedicada ao conhecimento tornava as conseqüências da velhice menos pesadas.²⁸ Neste caso, o tempo longo era o verdadeiro amigo da perfeição. Perfeição vedada aos discentes que apressadamente supunham desfrutar da condição de doutos. A estes, Guilherme direcionou as mais pesadas críticas:

Outros clamam ter inteiramente entendido não apenas assuntos triviais, mas também os mais difíceis, sem terem ouvido a explanação de um professor. Eles também clamam que nada é tão novo ou tão difícil que, ao serem a eles demonstrados, não possam compreender de uma única vez e ensinar sem qualquer dificuldade para os outros (GUILHERME DE CONCHES, **Dragmaticon**, Livro VI, 1, p. 119)

Para nós, rapidez presunçosa é a expressão que melhor sintetiza as críticas que Guilherme de Conches proferiu contra discentes imprudentes.²⁹ Somadas às de João

²⁶ "A perícia oratória está enraizada em três coisas: na natureza, na doutrina e na prática. A natureza está baseada nas coisas inatas; a doutrina consiste na ciência; e a prática se assenta no exercício constante. Não somente no orador, mas em qualquer outro homem dedicado a uma profissão, esperamos encontrar estas três coisas se quer chegar à perfeição" (ISIDORO DE SEVILHA, **Etimologias**, Livro II, 3.2).

²⁷ "Depois de se afastarem [os discípulos], fizeram abortar as coisas que ainda restavam, por causa das más companhias e, alimentando-se mal, destruíram as que eu tinha feito nascer, preferindo a mentira e as fantasias à verdade, acabando por parecer ignorantes, tanto a si próprios, como aos outros" e "No ser, há dois paradigmas, meu amigo. Por um lado, o divino, sumamente abençoado, por outro, o não divino, miserável ao extremo" (PLATÃO, **Teeteto**, 150e e 176e, p. 203 e 252). Estas passagens de um diálogo entre Sócrates (c.469-c.399 a.C) e Platão evidenciam o quão a tradição filosófica grega considerava superior e belo o ser que escolheu entregar-se ao conhecimento. Conhecimento a ser obtido com tempo e muito esforço, o que permitiu a Sócrates afirmar que seu trabalho como mestre era semelhante ao de uma parteira, afinal, retirar das entranhas do ser o que possuía de melhor não era uma tarefa fácil: assim como o parto natural, provocava dor e cansaço. Todavia, ao fim de tamanha labuta, algo especial aconteceria.

²⁸ "A velhice daqueles que construíram a sua adolescência em atos honestos com a idade se torna mais douta, com a prática mais calejada, com o andar do tempo mais sábia, e recolhe os frutos dulcíssimos dos estudos anteriores" (HUGO DE SÃO VÍTOR, **Didascálicon**, Livro III, cap. 14, p. 163).

²⁹ Os castigos físicos e as críticas abertas aos estudantes preguiçosos formaram *topoi* recorrentes na retórica dos mestres do século XII. Essas críticas também podem ser encontradas em iluminuras e na arquitetura que serviam de advertência aos que desejavam trilhar o caminho de uma vida letrada (CLEAVER, 2016, p. 71, 78-80 e 83).

de Salisbury e também às do mestre Gilberto de La Porrée (1076-1154) encontradas no *Metalogicon*,³⁰ é factível confiar que tais críticas à rapidez sem medida presentes nas páginas do *Dragmaticon* eram parte importante da pedagogia proposta pelos mestres de Chartres ainda na primeira metade do século XII. Rapidez que não mais nos surpreende tantos séculos depois. De fato, expressões como *just in time* e *fast food* povoam o nosso imaginário e os cenários que compõem o nosso dia a dia, dentro e fora da universidade.³¹ Nas ruas, nos supermercados, em casa, nos programas de televisão, as iguarias preparadas de forma rápida e prática são uma realidade. Verdadeiras linhas de montagem cujos movimentos mecanizados chegam a cansar os olhos daqueles que apenas desejam algo para saciar a fome. A falta de tempo imposta por rotinas de trabalho cada vez mais estafantes transformou em hábito o que muitas de nossas mães e avós estranhariam. Sinal dos tempos? Talvez... O fato é que tal hábito também desperta críticas por parte daqueles que acreditam que uma alimentação feita com calma e de forma descontraída é um dos esteios de uma vida minimamente saudável.

Há alguns anos na Itália, sob a liderança do jornalista Carlo Petrini (1949-), surgiu um movimento chamado *Slow food*.³² Preocupados com a saúde e os hábitos das pessoas, sobretudo das crianças em fase de crescimento, os adeptos desse movimento defendem não apenas a ingestão de alimentos saudáveis, mas também a adoção de atividades igualmente saudáveis, como exercícios físicos diários e passar

³⁰ As críticas de Gilberto de La Porrée (1076-1154) foram reproduzidas no *Metalogicon*. O humor ácido de Gilberto ainda é perceptível aos olhos dos leitores atuais: "Mestre Gilberto, que então era chanceler em Chartres, e em seguida tornou-se o venerável bispo de Poitiers, costumava ridicularizar ou deplorar, não tenho certeza disso, a insanidade de seu tempo. Quando observava os indivíduos supracitados correndo para os estudos anteriormente mencionados, costumava predizer que deveriam terminar como padeiros - a única ocupação que, de acordo com ele costumava receber todas entre aquelas pessoas que estavam desempregadas e careciam de alguma habilidade particular. Pois padeiro é um ofício fácil, subsidiário de outros e especialmente adequado aos que estão mais interessados em pão que em algo feito habilmente" (JOÃO DE SALISBURY, **Metalogicon**, Livro I, cap. 5, p. 21).

³¹ Ao promulgar a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o governo federal definiu que todas as crianças brasileiras deverão estar plenamente alfabetizadas até o segundo ano da Educação Básica, algo que se dá em torno dos 6 anos de idade. De acordo com boa parte dos especialistas em alfabetização, trata-se de uma queima precipitada de etapas. Neste caso, os números tornar-se-ão (se já não o são) mais importantes que as pessoas.

³² Endereço eletrônico <www.slowfood.com>.

mais tempo com a família e os amigos.³³ Em entrevista à historiadora brasileira Maria Lúcia Pallares-Burke (1946-), o historiador Carlo Ginzburg (1939-), nome consagrado da micro-história italiana, brincou com essa expressão ao dizer-se defensor da *slow reading*.³⁴ A leitura vagarosa mencionada por Ginzburg nada tem a ver com a velocidade da leitura em si, mas com uma leitura capaz de proporcionar ao leitor momentos de profunda introspecção e compreensão a cada página percorrida. Em outras palavras, leitura calma e de qualidade no lugar da quantidade desmedida e rasa. Leitura a ser feita com paciência, com cada linha devidamente saboreada. Em tempos nos quais somos assombrados pelo fantasma ameaçador do curto prazo que tanto afeta nossa vida pessoal e a própria historiografia, isso não é pouca coisa (ARMITAGE & GULDI, 2016, p. 13).

A comparação com os alimentos que aqui propomos não é um mero exercício retórico ou uma trivialidade imposta pelas necessidades do estilo. Muito pelo contrário.³⁵ Na verdade, no medievo, a atenção dada a uma alimentação moderada e suas analogias com a busca de conhecimento estavam presentes nos escritos de diferentes personagens. Bernardo de Claraval (1090-1153), por exemplo, compreendia que um saber pouco trabalhado era como um alimento preparado e ingerido indevidamente.³⁶ Ambos faziam mal: um ao estômago, o outro à memória.

³³ Chef celebridade inglês muito conhecido no Brasil, Jimmy Oliver (1975-) é um dos defensores de uma alimentação saudável feita sem pressa e na companhia de outras pessoas, de preferência, amigos e familiares. Também preocupado com a educação alimentar das crianças, Oliver lançou recentemente um divertido *clip* musical com a participação de diversos artistas ingleses, entre eles, o ex-beatle Paul McCartney (1942-). No refrão, o uso da palavra "revolução" dá o tom da campanha que possui milhões de visualizações no *Youtube* (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=lpqM0WPjgt4>).

³⁴ "Recentemente comecei um seminário na UCLA dizendo aos meus alunos: 'Na Itália há um novo movimento chamado *Slow Food*, em oposição ao *Fast Food*. Meu seminário será em *Slow Reading*. Na mesma época, descobri uma citação de R. Jakobson - que depois soube ser de Nietzsche - que diz: 'A filologia é a arte da leitura vagarosa'. Realmente gosto muitíssimo da ideia da leitura vagarosa" (GINZBURG em PALLARES-BURKE, 2000, p. 275).

³⁵ Para nossa grata surpresa, o filósofo norte-americano Allan Bloom (1930-1992) escreveu algo análogo em seu *A cultura inculta: ensaios sobre o declínio da cultura geral* (2001, p. 17): "O professor, em particular o professor dedicado à educação liberal, deve tentar constantemente considerar por um lado a meta da perfeição humana e por outro a natureza dos seus estudantes aqui e agora, procurando sempre compreender a primeira, e avaliar a capacidade dos últimos para atingir aquela. Atenção aos jovens: saber o que eles querem comer e o que podem digerir, é a essência da profissão".

³⁶ "Um alimento indigesto, mal cozinhado, produz maus humores e, em vez de nutrir o corpo, corrompe-o. Assim também pode dar-se o caso do estômago da alma, que é a memória, ingerir muitos conhecimentos que não foram cozinhados pelo fogo do amor e nem passaram para ser elaborados pelo aparelho digestivo da alma (no

Por sua vez, no *Metalogicon*, João de Salisbury novamente indicou que os ensinamentos que Guilherme deixou não foram esquecidos. Como sabemos, João também era um crítico mordaz dos discentes apressados e despreparados ["doutores recém-cozidos" (JOÃO DE SALISBURY, **Metalogicon**, Livro I, cap. 3, p. 15)]. Sem meias palavras, tratava-os com absoluto desdém. Ao ampliar horizontalmente nosso escopo investigativo, igualmente identificamos em Hugo de São Vítor preocupação de natureza semelhante. Para Hugo, não era algo benéfico aparentar ser douto antes do tempo.³⁷

Se a boa lida com o tempo longo é um dos principais argumentos dispostos no *Dragmaticon*, Guilherme de Conches asseverava que o habituar-se aos exercícios intelectuais tornava o homem cada vez mais sábio. Sapiência que o permitia vencer os desgastes naturais impostos ao corpo pelo acúmulo dos anos. Para desenvolver suas considerações, Guilherme cunhou uma das mais belas e instigantes passagens de sua obra:

Se uma relha é jogada fora sem uso pelo fazendeiro, ela se desgastará pela ferrugem. Se ela é posta sobre o arado, torna-se útil e brilhante, embora esteja se desgastando. Uma vela, a menos que esteja acesa, é considerada sem uso. Acesa, ela serve a outros ao se consumir. [...]. Se você se torna escravo da inatividade e da ociosidade, será destruído pela ferrugem da lascívia indulgente. Mas se você se devota a algum valioso estudo, será útil para outras pessoas e sua fama brilhará, mas seu corpo será consumido [...] (GUILHERME DE CONCHES, **Dragmaticon**, Livro IV, 1, p. 57).

Como um bem, o tempo emerge da narrativa de cunho exortativo de Guilherme de Conches. O tempo que corrói e estraga o ser estagnado é o mesmo que dá passagem à sua maturidade. Neste caso, a escolha está nas mãos de quem

caso, os atos e os costumes) a fim de que a alma se torne boa pelo bom conhecimento (o que pode ser atestado pela vida e pelos costumes)" (BERNARDO DE CLARAVAL, **Sermão sobre o conhecimento**, IV, p. 267).

³⁷ "O bom estudioso deve ser humilde e manso, afastado totalmente das preocupações vãs e dos ilícitos das volúpias, diligente e constante, para que aprenda com prazer de todos, nunca presuma de sua ciência, fuja dos autores de doutrinas perversas como do veneno, aprenda a refletir longamente sobre alguma coisa antes de julgá-la, não queira aparecer douto, mas sê-lo, ame os ensinamentos aprendidos dos sábios e procure tê-los sempre diante dos olhos como espelho do seu próprio rosto" (HUGO DE SÃO VÍTOR, **Didascálicon**, Livro III, cap. 13, p. 159).

ainda tem o tempo a seu favor: os jovens. O que fazer? Perdê-lo com futilidades ou acumulá-lo com sabedoria? As palavras de Guilherme nas páginas finais do *Dragmaticon* indicam a importância que ele dava aos ganhos de uma idade avançada: foi-se o corpo jovial, permaneceu a razão fundamental. Tal referência outra vez nos remonta à Sêneca, autor do apreço de Guilherme e que confiava que apenas os homens geniais não teriam sua memória apagada nos anos pós-morte.³⁸ Se as brumas do esquecimento e um corpo decrépito seriam o destino comum de todos, contudo, o brilho penetrante do saber, semelhante a uma relha com anos seguidos de uso ou uma vela a se consumir ao vencer a escuridão da noite, era privilégio dos poucos que souberam de fato abraçar a sabedoria. Certamente, sabedoria que lhes conduziria à eternidade no mundo das ideias.³⁹

Como um alimento colhido e preparado com esmero, o bom conhecimento seria capaz de nutrir a alma daquele que o tomou tornando-o intelectualmente forte. O mesmo pode ser dito em relação aos bons hábitos cotidianos, pois, como uma arte na acepção aristotélica, fazer é aprender.⁴⁰ Ainda que o corpo perca o viço dos primeiros anos de vida, os hábitos de leitura e atividades intelectuais seriam capazes de manter intactos a capacidade de raciocinar e conservar por mais tempo uma existência independente. O brilho sobre o qual Guilherme de Conches escreveu com tamanha habilidade pode ser exemplificado pela memória prodigiosa daqueles que passaram décadas inteiras a cultivar a sapiência. Memória que lhes permitia a capacidade de tomar decisões corretas com base no conhecimento ético e letrado um dia aprendidos. Para os mestres do mundo antigo como Marco Túlio Cícero (106-

³⁸ "Um dia passará sobre nós toda a profundidade do tempo; apenas uns quantos gênios se elevarão de entre a massa e, antes de algum dia mergulharem também no mesmo silêncio, resistirão ao esquecimento e manterão vivo o seu nome!" (LÚCIO ANEU SÊNECA, **Cartas a Lucílio**, Livro II, 21, p. 75).

³⁹ É interessante notar que, neste ponto, Guilherme de Conches antecipou-se em cerca de 800 anos ao filósofo Michel Henry (1922-2002) para quem a barbárie é uma energia não utilizada: "A energia, desse modo, está em nós assim como está em si, esse Sofrer primitivo, que é nossa relação patética com o ser, assim como ela é a relação do ser consigo mesmo. Utilizar nossa Energia, essa Energia que recebemos como o que nos carrega no crescimento de nosso ser, é necessariamente atravessar esse sofrer, essa travessia é o nosso esforço, o qual, assentes em nossa obra do ser, nós realizamos" (HENRY, 2012, p. 156).

⁴⁰ Uma vez mais, tomamos Aristóteles como referência: "Na verdade, fazer é aprender. Por exemplo, os construtores de casas fazem-se construtores de casa construindo-as e os tocadores de cítara tornam-se tocadores de cítara, tocando-a. Do mesmo modo também nos tornamos justos praticando ações justas, temperados, agindo com temperança, e, finalmente, tornamo-nos corajosos realizando atos de coragem" (ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**, Livro II, I, 30, p. 41).

43 a.C),⁴¹ assim como para os mestres do medievo com os quais aqui trabalhamos, a memória era o pilar da razão, esteio maior da criatividade humana (LANZIERI JÚNIOR, 2014, p. 15-38). E a boa memória de um discípulo não era medida apenas pela quantidade de informações que ele conseguia absorver, mas pela firmeza e clareza dos argumentos apresentados. Ou seja, quando desafiado, o discípulo debatia com a devida propriedade ao se valer de todos os recursos intelectuais guardados nos arquivos da própria memória.⁴² Por fim, imiscuído nas técnicas necessárias à memorização dos ensinamentos, estava o caráter social dessa virtude, pois os saberes não eram dádivas ofertadas a alguns poucos por uma mente privilegiada, mas elementos organicamente compartilhados e aperfeiçoados por diferentes pessoas de diferentes gerações (CARRUTHERS, 2011, p. 34 e 51).

Ao tomar o rumo de uma via analítica complementar, percebemos que mais que uma simples concepção pedagógica, a maneira pela qual Guilherme de Conches escreveu sobre o tempo revela um possível desejo de interferir no futuro, de criar uma nova realidade calcada em suas propostas. Neste entrelaçamento de temporalidades no qual o presente era quase sempre sinônimo de fugacidade, Guilherme enxergava o futuro como algo a ser melhorado tendo o passado clássico e a patrística como referências profundas. Neste sentido, suas menções a Platão e também a Sêneca não foram resultado de um acaso memorialista ou de um elaborado exercício retórico com vistas tão somente ao convencimento, mas um indicativo de que a educação pensada no medievo era feita de homens, homens vivos e homens mortos, homens que ensinavam e homens que aprendiam. Premissas que se mantiveram por séculos, mesmo com a consolidação do ensino universitário (HASKINS, 2015, p. 18).

⁴¹ Utilizamos aqui *Retórica a Herênio*, uma obra que durante séculos foi atribuída a Cícero: "A sabedoria é a capacidade de eleger entre o bem e o mal mediante reflexão. Também se considera sabedoria o conhecimento de alguma arte. É igualmente sabedoria uma memória rica em recordações e de experiências em diversas atividades" (**Retórica a Herênio**, Livro III, p. 175-176).

⁴² Os debates (*disputatio*) estavam entre as técnicas pedagógicas mais disseminadas no medievo. Observá-los era importante para os estudantes. Com o tempo, estes eram incentivados a tomar parte deles como uma maneira de desenvolver as próprias habilidades retóricas. Presente na iconografia medieval, o movimento das mãos testemunha o quanto debater era comum na relação entre mestres e discípulos (CLEAVER, 2016, p. 88 e 100).

Com efeito, ao prospectar mais algumas das camadas que compõem o *Dragmaticon*, deparamo-nos com entrelaçamentos temporais espalhados em suas linhas e entrelinhas. Neles, as experiências oriundas do contato com o saber clássico da Antiguidade greco-romana e as expectativas de consolidação de um comportamento ético cristão se conectam sob a pena do autor (ou para quem Guilherme de Conches ditou seu livro). Portanto, mais que informações relativas à vida de Guilherme e a época na qual ele viveu, o *Dragmaticon* indica uma intenção de realidade própria. E esta estava cortada por múltiplas ramificações que nos dizem muito acerca da cultura intelectual compartilhada pelos homens que cresceram e aprenderam sob a batuta dos mestres da Catedral de Chartres.⁴³

Por outro lado, o simples fato da sobrevivência do *Dragmaticon* sugere que a escrita foi para Guilherme de Conches e os copistas que o preservaram um espaço de recordação (ou mesmo consolação se pensarmos em termos boecianos) (ASSMAN, 2011, p. 127). Desta maneira, ao serem marcados com tinta nos pergaminhos, os pensamentos de Guilherme ganharam forma, foram ordenados e guardados, o que lhes deu a chance de serem acessados por um número maior de pessoas. Portanto, como o pináculo de uma catedral a singrar a paisagem para se tornar uma referência, os ensinamentos de Guilherme de Conches e das tradições nas quais ele mergulhou poderiam ser vistos e sorvidos pelas gerações subsequentes de novos mestres e discípulos.

*

A pós-modernidade líquida e multifacetada viu brotar de suas entranhas um apelo irresistível ao presente. Na crescente cultura do descartável e do artificial, quase sempre vale o que é novo ou que conforta as pessoas diante de seus anseios mais imediatos. Foram reduzidos os espaços para as reflexões lentas e profundas. A

⁴³ De acordo com Mary Carruthers (2011, p. 24), a educação medieval é melhor compreendida a partir de sua comparação com as técnicas do carpinteiro e do pedreiro. Em tal modelo explicativo, o tempo e sua valorização tornam-se fundamentais. Assim, na ortopraxis medieval, aprender era sinônimo da experiência do fazer junto, do fazer sempre, algo que demandava tempo e observação constante do aprendiz que, de maneira artesanal, desenvolvia e polia seus conhecimentos.

memória foi posta fora do homem. E o que é pior: qualquer opinião elementar é elevada à condição de saber pronto, acabado e confirmado pelo número dos que pensam exatamente igual. Tal contaminação, dificulta sobremaneira uma percepção minimamente adequada do pensamento de Guilherme de Conches e daqueles que ao seu lado formaram o que a historiografia denominou como escola da Catedral Chartres, uma das mais importantes expressões da cultura intelectual medieval. Qualquer investigação pelas diferentes camadas que compõem o *Dragmaticon* deve levar em consideração os saberes dispostos e misturados em suas páginas. Elementos de diferentes origens temporais e naturezas conceituais que, assim como as imponentes catedrais góticas, devem ser analisados em constante diálogo entre o todo e as partes, pois diferentes mãos estiveram presentes em seu processo de construção. Nada disso seria possível em pouco tempo. Portanto, a profundidade temporal observada no *Dragmaticon* diz muito sobre o intento de seu autor em romper os limites diminutos do tempo presente, assim como foram os livros e as catedrais.

Conclusão

Explorar a cultura intelectual medieval para além dos ambientes letrados institucionais é algo que há tempos nos seduz. Sem dúvida, esta é uma seara de pesquisa que merece ser explorada cada vez mais. Todavia, de Jacques Le Goff (1924-2014) (1995) a Jacques Verger (1943-) (1990), passando por Pierre Michaud-Quantin (†1972) (1970) e Stephen C. Ferruolo (1949-) (1985), as universidades e a cultura letrada urbana que ganharam corpo a partir do século XII sempre estiveram no radar dos historiadores. Histórias de conflitos, rupturas e desejo de liberdade a se desenrolar em cenários tomados por homens ávidos por mudança.⁴⁴ Ao criar raízes, essa tradição historiográfica preocupou-se com a elaboração de etapas sucessivas a

⁴⁴ De acordo com Ian P. Wei (2012, p. 295), devemos questionar a historiografia que enxerga no surgimento das escolas urbanas e, posteriormente, das primeiras universidades como consequência da independência e do dinamismo fomentados pelo crescimento das cidades. Para Wei, crítico de algumas das análises de Jacques Le Goff e Stephen Ferruolo, essa é uma visão simplista que não deixa espaço para os conflitos que colocaram de um lado mestres e estudantes e do outro os poderes citadinos então vigentes. Por esses e outros motivos, as universidades e os mestres receberam proteção oriundas dos reis, bispos e do próprio papa.

desaguar em um futuro radiante que abriria ao medievo as portas da modernidade. Por hora, creio que a simplicidade sofisticada da pedagogia medieval anterior às universidades nos oferece vias diferentes para a compreensão dessas histórias de fato marcadas por divergências, mas também por acúmulos, trocas e permanências. Como afirmamos, trocas que foram permitidas por uma educação então feita de gente. Gente conhecida na convivência, nas leituras e nas histórias oralmente compartilhadas e guardadas na memória. Na verdade, o que propomos é uma compreensão histórica de feições mais orgânicas, menos fragmentadas. Portanto, o surgimento de um livro como o *Dragmaticon* seria apenas um momento deste amplo e enredado processo.

A abordagem etapista com princípio, meio e fim muito bem delimitados cronologicamente e consagrada pela historiografia citada no parágrafo anterior perde força quando comparamos homens e ideias e os inserimos em uma noção de trajetória mais aberta. Guilherme de Conches, por exemplo, passou por vários lugares, viveu com pessoas de diferentes formações e escolhas pessoais. Todas essas experiências as quais foi exposto lhe serviram de inspiração, edificaram seu horizonte de expectativas. Como mestre, desejou passá-las adiante. Tudo isso nos dá uma certeza: assim como diversos personagens do medievo, letrados ou não, Guilherme de Conches não foi um homem de saber, mas um homem de muitos saberes capaz de dialogar e absorver conhecimentos oriundos de diferentes pessoas, tempos e ambientes. Saberes que ganharam forma nas páginas dos livros, mas que um dia existiram nos debates, nas leituras, nas pregações e nas conversas cotidianas dos mestres com seus discípulos e de todos que, direta ou indiretamente, ouviram e/ou leram seus ensinamentos.

Por fim, os escritos de Guilherme de Conches sobre a profundidade do tempo e de tudo aquilo que nela estava inserido podem ser tomados como uma referência para a compreensão da importância da leitura e do conhecimento histórico para a sociedade coeva. Tantas e tantas vezes apegada aos imediatismos do presente, ela costuma ignorar a diversidade de saberes proporcionada pelo passado, entre eles, o

medieval. Saberes que demonstram a complexidade das trajetórias humanas, saberes que confrontam generalizações rasteiras e ideológicas em prol de um futuro menos intolerante e mais democrático. Vencer a rapidez asfixiante do curto prazo é retomar a noção de que a História ainda é e sempre será importante, pois pode ensinar e preparar para o futuro. Longe da barbárie interior.

Referências

Fontes Primárias

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Atlas, 2009.

BERNARDO DE CLARAVAL. Sermão sobre o conhecimento e a ignorância. In: LAUAND, Luiz Jean (org.). **Cultura e educação na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 251-271.

CICERÓN. **Sobre el orador**. Madrid: Gredos, 2002.

HUGO DE SÃO VÍTOR. **Didascalicon**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÚCIO ANEU SÉNECA. **Cartas a Lucílio**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

PLATÃO. **Teeteto**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

Retórica a Herenio. Madrid: Gredos, 1997.

WILLIAN OF CONCHES. **A dialogue on natural philosophy (Dragmaticon philosophiae)**. Notre Dame: University of Notre Dame, 1997.

Fontes Secundárias

ARMITAGE, David & GULDI, Jo. **Manifiesto por la Historia**. Madrid: Alianza, 2016.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicampi, 2011.

BLOOM, Allan. **A cultura inculta**: ensaios sobre o declínio da cultura geral. Mem Martins: Europa-América, 2001.

CARRUTHERS, Mary. **A técnica do pensamento**: meditação, retórica e a construção de imagens (400-1200). Campinas: Unicamp, 2011.

CLEAVER, Laura. **Education in twelfth-century art and architecture**: images of learning in Europe, c. 1100-1220. Woodbridge: Boydell, 2016.

FERRUOLO, Stephen C. **The origins of university**: the schools of Paris and their critics, 1100-1215. Stanford: Stanford University Press, 1985.

HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Balneário Camboriú: Livraria Danúbio, 2015.

HENRY, Michel. **A barbárie**. São Paulo: É Realizações, 2012.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. "No tesouro seguro de nossa memória": a memória na concepção de três personagens do século XII. In: ALMEIDA, Rodrigo Davi & LANZIERI JÚNIOR, Carlile (organizadores). **Intelectuais: conceito e história**. Curitiba: CRV, 2014, p. 19-38.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LEWIS, C. S. **A imagem descartada: para compreender a visão medieval do mundo**. São Paulo: É realizações, 2015.

MATTÉI, Jean-François. **A barbárie interior: ensaio sobre o *i-mundo* moderno**. São Paulo: Unesp, 2002.

MICHAUD-QUANTIN, Pierre. **Universitas: expressions du mouvement communautaire dans le moyen-âge latin**. Paris: J. Vrin, 1970.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da História: nove entrevistas**. São Paulo: Unesp, 2000.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. São Paulo: Zahar, 2011.

SILVA, Rénan. **Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica - breviário de inseguranças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

UTZ, Richard. Academic medievalism and nationalism. In: D'ARCENS, Louise (ed.). **The Cambridge companion to medievalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 119-134.

VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Unesp, 1990.

WEI, Ian P. **Intellectual culture in medieval Paris: theologians and the university, c. 1100-1330**. Cambridge: Cambridge University, 2012.

Recebido em: 04/08/2017

Aprovado em: 27/10/2017

FÉ, PODER E PROPAGAÇÃO: A IGREJA CATÓLICA NA IDADE MÉDIA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO TEATRO DE GIL VICENTE

FAITH, POWER AND PROPAGATION: THE CATHOLIC CHURCH IN THE MIDDLE AGES AND THEIR REPRESENTATIONS IN THE THEATER OF GIL VICENTE

Francisco Wellington Rodrigues Lima¹

Doutorando em Literatura Comparada/PPGLL-UFC

Resumo: A Idade Média, período marcado pelo sistema feudal e pelo domínio da Igreja Católica, foi uma época de conflitos ideológicos, por conta do domínio e do poder dos eclesiásticos e dos senhores feudais sobre os servos, e espirituais, uma vez que o homem se dividia entre a Fé e a Razão. Assim, conforme preconiza os dogmas da Igreja Católica, todas as coisas eram sagradas: o mundo, a natureza, o corpo humano. O desejo da nobreza, do clero e dos vassallos era aproximar-se do Reino Celeste através da palavra divina difundida pelo cristianismo da época. O Céu, de acordo com o pensamento cristão medieval, era naturalmente associado a Deus - local excelso onde viviam o Criador e os Anjos. Para os fiéis cristãos, o mundo terreno era a moradia dos homens e o lugar das tentações. O Inferno, na mentalidade do povo cristão medieval, seria o lugar em que as almas más pagavam seus pecados; um lugar simbólico, sombrio, quente, repleto de dor e de sofrimento; era, na visão de

Abstract: The Middle Ages, a period marked by the feudal system and by the domination of the Catholic Church, was a time of ideological conflicts, on account of the domination and power of ecclesiastics and feudal lords over serfs, and spiritual, since man was divided between Faith and Reason. Thus, as the dogmas of the Catholic Church preach, all things were sacred: the world, nature, the human body. The desire of the nobility, the clergy and the vassals was to approach the Celestial Kingdom through the divine word spread by the Christianity of the time. Heaven, according to medieval Christian thought, was naturally associated with God - the loftiest place where the Creator and the Angels lived. For Christian believers, the earthly world was the abode of men and the place of temptations. Hell, in the mentality of the medieval Christian people, would be the place where evil souls paid their sins; a symbolic place, dark, hot, full of pain and suffering; was, in the eyes of

¹ Francisco Wellington Rodrigues Lima é Doutorando em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestre em Literatura comparada (UFC); Especialista em Estudos Clássicos e Graduado em Letras pela UFC. Atualmente é Bolsista FUNCAP. É membro do Grupo GERLIC- Grupo de Estudos Residuais em Literatura e Cultura. E-mail: wellrodrigues2012@yahoo.com.br.

muitos cristãos, domicílio do Diabo, lugar das trevas e de tudo aquilo que se ligava ao Mal. Nesse contexto conturbado de mudanças culturais e ideológicas, surgiu na Europa o teatro religioso, tornando-se a mais importante e ativa criação da literatura religiosa da época. Nele, o sagrado e o profano ganharam notoriedade. O teatro medieval adentrou nos templos religiosos, e as personagens, a maioria litúrgicas, habitaram a mente do espectador medieval. Com o tempo, as peças teatrais saíram das igrejas e ganharam os espaços das praças, abrangendo, inclusive, as demais classes sociais da Europa Medieval: a nobreza, o clero e o povo simples (camponeses). No fim da Idade Média, século XV-XVI, em Portugal, surge Gil Vicente, considerado o maior poeta dramático português de todos os tempos, o pai do teatro lusitano. Diante do exposto, ressaltamos que o trabalho aqui proposto consiste em analisar a representação da Igreja – Fé e Poder -, bem como a propagação dos dogmas e imagens criados e difundidos pelo catolicismo durante A Idade Média e suas possíveis representações no Teatro Medieval Vicentino, tendo como base obras historiográficas que ressaltam o nascimento e a projeção do catolicismo na Idade Média, bem como as obras de Gil Vicente, que melhor representou, criticou e ressaltou a fé, o poder e a propagação dos ideais da Igreja Católica no medievo.

Palavras-chave: Igreja Católica – Medievo – Gil Vicente.

many Christians, the domicile of the Devil, the place of darkness and all that was linked to Evil. In this troubled context of cultural and ideological changes, religious theater emerged in Europe, becoming the most important and active creation of religious literature of the time. In him, the sacred and the profane gained notoriety. Medieval theater entered the religious temples, and the characters, most of them liturgical, inhabited the mind of the medieval spectator. Over time, the plays left the churches and won the spaces of the squares, including the other social classes of Medieval Europe: the nobility, the clergy and the simple people (peasants). Gil Vicente, considered the greatest Portuguese poet of all time, was the father of the Portuguese theater. In view of the above, we emphasize that the work proposed here is to analyze the representation of the Church - Faith and Power - as well as the propagation of the dogmas and images created and spread by Catholicism during the Middle Ages and its possible representations in the Vicentine Medieval Theater, as a basis for historiographical works that highlight the birth and projection of Catholicism in the Middle Ages, as well as the works of Gil Vicente, who best represented, criticized and emphasized the faith, power and propagation of the ideals of the Catholic Church in the Middle Ages.

Keywords: Catholic Church – Medieval – Gil Vicente.

Introdução

A Idade Média, conforme nos aponta Le Goff (2013), na obra intitulada *Uma Longa Idade Média*, foi um período complexo da história da humanidade. O “Período das Trevas”, denominação complexa que perpetuou durante muito tempo nos livros de história, passou a significar, depois de muito dialogismo entre os pesquisadores do medievo, um período de descobertas, de “renascimentos”, de progressão do homem, da sociedade e das cidades; do macrocosmo político, econômico e religioso; um período de intensa produção intelectual e artístico-cultural; da propagação da fé, da Cristandade e da Igreja Católica; do combate aos pecados mundanos e dos desejos corporais; das Cruzadas e da guerra justa; da violência; da verdade e da justiça divina; um período dividido entre a fé, o medo, o sagrado e o profano; um período em que a Igreja Católica difundia os seus dogmas, bem como as inúmeras representações simbólicas do Céu, do Inferno, do Purgatório; de Deus, do Diabo, dos Anjos, Santos e Demônios; da luta entre o Bem e o Mal; um período marcado pelo desenvolvimento das línguas vernáculas; pelas grandes navegações; pela descoberta de outros mundos; outras culturas etc². Na visão de Le Goff (2013), foi um longo período³; uma longa Idade Média; “uma longa duração – não se trata de um tempo muito longo, mas de um ritmo temporal lentíssimo – é o tempo de mudança (...) das profundezas das sociedades históricas, tanto em sua evolução econômica como em sua evolução mental”. (LE GOFF, 2013, p. 11). Ainda conforme Le Goff, a Idade Média foi uma “mistura de êxitos e de derrotas, de felicidades e de dramas”. (LE GOFF, 2013, p. 53).

² Segundo os estudos de Le Goff (2013), A Idade Média se situa entre uma lenta mutação, que judiciosamente de algum tempo para cá se chama de “Antiguidade Tardia”, denominação melhor do que Alta Idade Média (aquela que começa mais tarde, por volta dos séculos VI-VIII), e uma revolução no fim do século XVIII. Entretanto, como a história conserva sempre uma parte de continuidade, fragmentos de Idade Média sobrevivem durante o século XIX. Contudo, há, entretanto, no seio da Idade Média uma “bela Idade Média”, período correspondente ao grande impulso do Ocidente entre o século XI e o século XIV, e mais particularmente, durante os anos de 1150-1250. Já a longa Idade Média refere-se aos tempos modernos; tempo da Reforma, da Revolução Industrial, da ideia de progresso e ciência, Revolução Francesa; tudo isso constitui o painel do terceiro momento da longa Idade Média. (LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. Trad.: Marcos de Castro. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 14-15.

³ A Idade Média teve início com a queda institucional do Império Romano do Ocidente, em 476, e como o seu fim a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453, ou a descoberta da América por Cristóvão Colombo em 1492. (LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. Trad.: Marcos de Castro. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 12).

No entanto, cada momento da vida na Idade Média, na concepção de Johan Huizinga (2015), era cercado de formas enfáticas e expressivas, influenciados, claro, por uma religiosidade latente, como foi o Cristianismo. Durante boa parte da Idade Média, em especial a Idade Média Central e a Baixa Idade Média, quase todos os elementos da vida neste período mostravam-se abertamente: a peste, a morte, as calamidades; os grandes fatos da vida, as catástrofes, o nascimento, o matrimônio, o enterro, o cemitério; a Igreja, as procissões, os julgamentos, as transações comerciais; a fé, a justiça, as aventuras do cavaleiro, o amor, a cidade e o campo; o real, o imaginário, os fantasmas, os vivos e os mortos, os santos; a Igreja e o cisma; os papas e os reis; o fim do mundo, o reino das trevas, o paraíso e homem. "Tudo o que acontecia na vida era dotado de contornos bem mais nítidos que os de hoje". (HUIZINGA, 2015, p. 11).

Durante a Idade Média, muito se pensou sobre a Igreja, a Fé e a Propagação dos Dogmas por ela difundidos. Neste sentido, os artistas, em especial aqueles que trabalhavam com o fazer teatral, foram responsáveis por representar, em suas obras, temas importantes que alimentaram o imaginário cristão por séculos, como a representação do Diabo, de Deus, da Virgem, dos Anjos e Demônios; do Inferno, do Paraíso e do Purgatório; de Alegorias que representavam o certo e o errado; o Bem e o Mal.

O teatro medieval foi a mais importante criação literária conduzida pela Igreja Cristã da época. Na visão Margot Berthold (2004), a dramatização, durante a Idade Média, foi crescente. O ritual da missa, enriquecido com reflexões sobre textos retirados da *Bíblia*, gradativamente, ganhou uma atitude narrativa mais teatral. O ponto de partida era a celebração da Páscoa, a reprodução em atos da crucificação e da ressurreição, representando, simbolicamente, a ordenação da vitória da luz divina sobre os poderes das trevas. Com o passar do tempo, os dramas litúrgicos deixaram de ser representados exclusivamente por clérigos, na Igreja e no claustro, e passaram a ser representados também por cidadãos comuns da cidade. Além disso, a peça teatral deixou de ser um prolongamento do ofício religioso e ganhou outros rumos,

tornando-se semi-litúrgicos. Também abandonou, aos poucos, o latim e se difundiu com as línguas nacionais, fato que enriqueceu a história do teatro medieval. (BERTHOLD, 2004).

Do século VIII ao XIII, os acréscimos subseqüentes à representação cênica seguiam à risca os textos do Evangelho. Os temas das Escrituras, como a morte, o julgamento da alma e a salvação divina, dentre outros, encenados na época, foram alargados e enriquecidos, quase sempre com muito realismo, difundindo as verdades da fé e o espírito cristão medieval. Ainda, por volta do século X, personagens importantes do mundo bíblico chegaram à cena, de forma bem simples, dentre eles, a figura de Jesus Cristo, Pedro, João, Maria e Madalena, Anjos; representando a Glória de Deus, o arrependimento, a salvação divina etc. (Berthold, 2004). Em meados do século XI, outros benefícios foram atribuídos ao teatro. Por volta do século XIII, Cristo aparece à cena como pessoa que fala e atua:

O Século XIII trouxe consigo duas inovações de grande importância para o desenvolvimento do teatro ocidental. Cristo, que até então havia estado presente apenas como "símbolo", agora aparece em pessoa como parceiro que fala e atua, e a linguagem vernácula traz vida aos rígidos textos litúrgicos. A cerimônia dramática ampliou-se para representação adaptada livremente. (BERTHOLD, 2004, p. 196).

A partir do século XIII ao XV, o teatro medieval europeu chegou ao seu apogeu. Os espetáculos de cunho religiosos enfatizavam os eventos bíblicos aos olhos do espectador de forma intensa e miraculosa. O palco medieval desenvolvia-se atraindo uma multidão maior às representações cênicas. Durante esse período, a representação dos elementos significativos da morte, do julgamento e da salvação - o Paraíso e o Inferno, Satã e os Bem-Aventurados-, foram didaticamente colocados em cena e confrontados no teatro. (Berthold, 2004). A descida de Cristo ao Inferno, por exemplo, estabeleceu uma ponte entre a Redenção do Novo Testamento e a história da Criação no Velho Testamento e, assim, o teatro cristão medieval passou a abranger as divergentes formas de representação, provocando uma série de imagens sobre o tema da morte, do julgamento e da salvação divina, trazendo à cena, valores

e personagens que contribuíram para o fortalecimento da Igreja Cristã e a mentalidade do povo dessa época, pois as imagens representativas do Diabo e do Inferno; de Deus e do Céu; do Purgatório; da Luz Divina; da Virgem Maria; do Espírito Santo ganharam espaço em cena. (Berthold, 2004).

Entretanto, nenhuma outra concepção bíblica fascinou tanto os artistas medievais quanto as imagens do Inferno e a do Paraíso; o contraste entre a danação e a salvação. Dramatizações teatrais competiam com a imaginação de escultores, pintores, entalhadores e gravadores. Logo, a simbolização do Inferno e do Reino Celeste iria para bem mais além do batente do pórtico da Igreja. O Inferno, por exemplo, convertia-se nas mandíbulas abertas de uma fera, soltando fumaça e fogo; ou interpretada literalmente como a própria boca aberta do Inferno, mostrando entre suas presas uma multidão de demônios horríveis e grotescos que maltratam as pobres almas com tridentes e correntes de ferro. O Céu era o lugar da salvação, das almas boas, da luz. (Berthold, 2004).

O teatro medieval dividiu-se em duas grandes categorias: o de caráter religioso (o mistério, também chamado de *jeu*, auto ou paixão; o milagre, que relata as lendas e as vidas dos santos; a moralidade, que serve de continuação aos mistérios) e o de caráter profano (o monólogo dramático, o sermão jocoso, a farsa, a *sottie* e o entremez). Conforme assinala Lígia Vassalo (1993, p. 38-39), algumas características importantes, marcaram a história do teatro na Idade Média. Dentre as quais podemos citar:

1. O teatro medieval é eminentemente épico: deseja narrar tudo, desde a Criação do Mundo até o Juízo Final;
2. Desconhecem-se as unidades de lugar, tempo, ação e espaço;
3. Há misturas de tons e estilos que nos conduz a uma visão própria do cristianismo medieval;
4. Visa difundir a fé cristã, uma vez que a Igreja Católica disseminou, por toda a Europa medieval, imagens representativas da morte, do julgamento e da

salvação, criando assim um imaginário complexo sobre o Bem e o Mal; sobre a fé em Deus e na salvação da alma;

5. Há uma oposição entre o sagrado e o profano. (BERTHOLD, 2004, p. 38-39)

Contudo, o teatro religioso e profano que predominou durante quase toda a Idade Média, deparou-se, por volta do século XVI, com modificações profundas no âmbito social, ideológico, econômico, cultural e religioso introduzidos pelo Renascimento. Dessa forma, a própria Igreja descobriu, depois de muitas negações, o teatro como um veículo importante para disseminar sua ideologia de obediência e submissão aos valores culturais por ela constituídos. O teatro religioso da época incorporou, assim como o Catolicismo, fragmentos do paganismo, ao assimilar crenças e ritos primitivos, alguns dos quais se realizavam no interior das igrejas (como a Festa dos Loucos e a Festa do Burro). Com o tempo, as peças teatrais deixaram os altares das igrejas e ganharam os espaços das praças e dos palácios na Europa Medieval, difundindo a Fé, relatando a vida de Jesus Cristo, a Criação do Mundo, o Juízo Final, a vida milagrosa dos Santos e o combate contra o Mal e seu representante maior, o Diabo. Assim, o teatro medieval tornou-se popular e importante para a assimilação de toda mentalidade construída durante a Idade Média. Sobre o assunto, Lígia Vassalo afirma:

Este teatro religioso realiza uma perfeita integração entre emissor e receptor, pois todos os participantes pertencem à mesma comunidade, não só o público como os executantes – artistas amadores leigos, provenientes de vários grupos sociais, pertencentes às associações profissionais das cidades, encarregados das montagens das peças. (VASSALO, 1983, p. 39-40)

O apogeu do teatro medieval, como vimos anteriormente, situou-se entre os séculos XIII e XV, iniciando-se na França. As primeiras peças que surgiram por volta do século XII têm o nome de *jeux*, autos. Estes foram se diferenciando e se multiplicando em tipos a partir da Guerra dos Cem Anos.

Porém, voltemos nesse momento nossa atenção para o fim da Idade Média, mais precisamente, para Portugal, da segunda metade do século XV para a primeira metade do século XVI, período em que se enquadra o nascimento de um dos maiores poetas da dramaturgia portuguesa, Gil Vicente (1460 – 1536 ?)⁴ e, assim, compreendermos um pouco a história do teatro em Portugal e a atuação desse dramaturgo no cenário teatral lusitano.

Gil Vicente é considerado, embora muitos contestem, o maior poeta dramático de todos os tempos; o “pai” do teatro humanista português. Para Stephen Reckert (1983), ele foi o maior dramaturgo que surgiu na Europa nesse período: “um poeta lírico sem igual na sua própria língua entre el-rei D. Dinis e Camões, ou na Castelhana antes de Garcilasso”. (RECKERT, 1983, p. 15).

Na concepção de Antônio José Saraiva (1981), Gil Vicente “criou o seu teatro praticamente do nada e deixou atrás de si um vácuo”. Essa afirmativa nos leva a crer que o teatro vicentino foi algo completo e superior a qualquer outra forma do mesmo gênero dentro de Portugal. Ainda segundo o autor, “o mais que se pode provar é a existência fragmentária de representações litúrgicas, paródias, espetáculos mudos de corte que estão a uma distância infinita do teatro acabado, adulto, completo, que é o de Gil Vicente”. (SARAIVA, 1981, p. 21).

No tocante a produção dramatúrgica de Gil Vicente, é interessante reiterar que, segundo Oscar de Pratt (1931), a “palpitação febril” da época não conseguiu perturbar o ideal estético de Gil Vicente. Ele, sem dúvida, viveu o conflito interno comum a seus contemporâneos por conta da transição da Idade Média para a Idade Moderna. Conheceu, de forma profunda, a cultura renascentista e teve um vasto conhecimento das doutrinas empregadas pelo Cristianismo durante a Idade Média.

De acordo com os autores Reis Brasil (1965), Antônio José Saraiva (1981), Duarte Ivo Cruz (1983), Luis Francisco Rebello (1967) e Luciana Stegagno Picchio (1968), Gil Vicente criticou, em sua obra, de forma impiedosa, toda a sociedade de

⁴ A interrogação indica uma incerteza da data de nascimento de Gil Vicente. Essa é uma data aproximada da trajetória de vida do dramaturgo português.

seu tempo, desde os membros das mais altas classes sociais até os das mais baixas. Contudo, as personagens por ele criadas não se sobressaem como indivíduos. São, sobretudo, tipos que ilustram a sociedade da época, com suas aspirações, seus vícios e seus dramas. Esses tipos utilizados por Gil Vicente raramente aparecem identificados pelo nome: quase sempre são designados pela ocupação exercida (sapateiro, onzeneiro, ama, clérigo, frade, bispo, alcoviteira etc). Ainda com relação às personagens, pode-se dizer que elas simbolizavam vários comportamentos humanos. Os membros da Igreja eram alvos constantes da crítica vicentina. É importante observar, no entanto, o espírito religioso presente na formação do autor, que jamais criticou as instituições, os dogmas ou as hierarquias da religião, e sim os indivíduos que se corrompiam. Acreditando na função moralizadora do teatro, Gil Vicente colocou em cena fatos e situações que revelavam a degradação dos costumes, a imoralidade dos frades, a corrupção no seio da família, a imperícia dos médicos, as práticas de feitiçaria e o abandono do campo para se entregar às aventuras do mar. Sobre o teatro vicentino e às duras críticas do autor à sociedade da época, inclusive à Igreja, Reis Brasil afirma:

Gil Vicente criou o teatro social ou teatro socializante, em que coubessem todas as aspirações do homem em todas as circunstâncias da vida. Como o clero era o grande culpado da situação do povo, como o clero era o grande transviado, Gil Vicente não perdoa. Aproveita todos os momentos para fustigar, pois era preciso dignificar a religião, varrendo os templos que estavam cheios de vendilhões ou comerciantes, inteiramente voltados ao culto do bezerro de ouro ou ao culto da mais feroz e soez sensualidade. (...) Mestre Gil fustiga-os, pois sabe que nada pior pode haver para um povo do que a corrupção dos seus mentores religiosos. Se estes vierem a ser o que devem, então esse povo estará salvo, a civilização tomará novos rumos. (BRASIL, 1965, p. 18-19)

O conjunto da obra dramática de Gil Vicente é bastante complexo e, ao mesmo tempo, simples sob o ponto de vista de que o autor deu margem à criação e

ao desenvolvimento do fazer teatral em Portugal⁵. Nesse olhar superficial sobre a obra do dramaturgo, podemos perceber, de acordo com a classificação das obras vicentinas e o título de cada uma delas, uma variedade temática que não ficaram fora do seu discurso, como a temática da tradição Clássica e Medieval e a temática dos valores culturais do seu povo.

Nesse grande processo de criação, o poeta deu vida a personagens simples de seu tempo, como parvos, camponeses, criados, velhas, pastores, ciganos, escudeiros; a membros da mais alta nobreza (reis, rainhas, príncipes, duques, duquezas); a representantes da Igreja Cristã (padres, frades, bispos, papas); seres fantásticos como fadas; a deuses mitológicos (Júpiter, Vênus, Juno, Cupido, Apolo); Outros seres alegóricos como a Fé, Virtude, Fama, Morte, Justiça, Injustiça; Seres Celestiais (Deus, Anjos, Serafins, Arcanjos, Jesus Cristo, a Virgem, Santos); seres infernais (o Diabo e seus demônios). São personagens ímpares que representaram, de forma formidável, Gil Vicente e sua época.

Diante do exposto, ressaltamos que o trabalho aqui proposto consiste em analisar a representação da Igreja – Fé e Poder -, bem como a propagação dos dogmas e imagens criados e difundidos pelo catolicismo durante A Idade Média e suas possíveis representações no Teatro Medieval Vicentino.

⁵ Segundo as investigações de Duarte Ivo Cruz (1983), Luís Francisco Rebello (1963) e Luciana Stegagno Picchio (1968) e Paul Teyssier (1985), as obras vicentinas são classificadas da seguinte forma:

- 1- Autos de Devoção: *Auto da Vistação* ou *Monólogo do Vaqueiro* (1502), *Auto Pastoril Castelhana* (1502), *Auto dos Reis Magos* (1503), *Auto de São Martinho* (1504), *Auto da Sibila Cassandra* (1513), *Auto dos Quatro Tempos* (1514), *Auto da Barca do Inferno* (1517), *Auto da Barca do Purgatório* (1518), *Auto da Alma* (1518), *Auto da Barca da Glória* (1519), *Auto de Deus Padre, Justiça e Misericórdia* (1519 ou 1520?), *Obra da Geração Humana* (1520 ou 1521?), *Auto Pastoril Português* (1523), *Auto da Feira* (1526-1528?), *Breve Sumário da História de Deus* (1526 ou 1527?), *Diálogo sobre a Ressurreição* (1526 ou 1527?), *Auto da Cananéia* (1534) e *Auto de Mofina Mendes* (1534).
- 2- Farsas: *Auto da Índia* (1509), *O Velho da Horta* (1512), *Quem Tem Farelos?* (1515), *Farsa das Ciganas* (1521), *Farsa de Inês Pereira* (1523), *Farsa dos Físicos* (1524), *O Juiz da Beira* (1525), *Farsa dos Almocreves* (1526 ou 1527?), *O Clérigo da Beira* (1529).
- 3- Comédias: *Exortação da Guerra* (1513 ou 1514?), *Auto da Fama* (1521), *Cortes de Júpiter* (1521), *Comédia de Rubena* (1521), *Dom Duardos* (1522), *Pranto de Maria Parda* (1522), *Amadis de Gaula* (1523), *Comédia do Viúvo* (1524), *Frágua de Amor* (1524), *Templo de Apolo* (1526), *Nau de Amores* (1527), *Auto da Serra da Estrela* (1527), *Divisa da Cidade de Coimbra* (1527), *Auto das Fadas* (1527), *Auto da Festa* (1527 ou 1528), *Triunfo do Inverno* (1529), *Auto da Lusitânia* (1532), *Ramagem de Agravados* (1533), *Floresta de Enganos* (1536).

Fé, Poder, Imaginação e Tradição: A Vida na Idade Média, A Igreja e O Teatro Vicentino.

A vida na Idade foi, acima de tudo, marcada pela Cristandade, pela Igreja Católica e o seu poder. A crença em um só deus, segundo Francisco José Gomes (1997), ganhou força num sistema religioso que se propagou com a legitimação do Estado e de sua conjuntura sócio-político-econômico, formalizando assim, um sistema de relações entre a fé e as leis dos homens, ou seja, a Igreja e o Estado, tendo por objetivo, monopolizar as formas de pensar e agir da sociedade medieval, difundindo práticas, representações e discursos que circulavam por meio de uma extensa rede clerical, tornando-se assim, uma religião unânime, de diferentes grupos e classes sociais e com um mesmo código de base. (GOMES, 1997, p. 35-39). Mas, segundo os estudos de Baumgartner (2001), foi a partir de Constantino⁶ que a Igreja ganhou mais força e notoriedade, pois o poder imperial tornava-se a imagem da monarquia divina, uma vez que os imperadores julgavam-se obrigados a manter uma unidade de fé para manter uma unidade de império, defendendo Cristo contra os hereges e aqueles que negavam o cristianismo. Dessa forma, na visão de Gomes (1997), a Igreja, mediante as transformações sociais, firmava-se enquanto instituição na Idade Média, tendo em Deus, a unicidade do homem, do mundo e da vida; ansiava por um reino na terra, bem como no céu; firmava o seu universalismo subsidiado pela natureza divina; difundia o monopólio da salvação e da graça de Deus. Segundo Gomes (1997):

Tanto os discursos como as práticas eclesiais passaram por um processo de uniformização, tido como sinal da unidade da fé e da Igreja. As diversidades na Igreja fixavam-se na uniformidade e na imutabilidade. A cristandade, enquanto percebida como o mesmo, era refratária às diferenças, às diversidades, à alteridade, ao outro, provocando uma sequência de reducionismos no cristianismo: do reino à Igreja, da fé à religião, da humanidade à latinidade, da

⁶ Constantino I, conhecido como Constantino Magno, foi um imperador romano que nasceu na cidade de Naissus (na atual Sérvia) por volta do ano 272 e veio a falecer em 337, na cidade de Nicomédia (atual Izmit, Turquia). Seu nome completo, em latim, era: *Flavius Valerius Aurelius Constantinus*. Foi o primeiro imperador romano cristão da História. (BAUMGARTNER, Mireille. *A Igreja no Ocidente: das origens às reformas no século XVI*. Trad.: Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2001).

civilização à ocidentalidade, da autoridade do Mistério ao poder da instituição, da Igreja de Cristo à Igreja de Roma, da catolicidade à uniformidade, do dogma à imutabilidade, da santidade à imitação, da obediência à submissão, do povo de Deus a um laicado passivo, da liturgia à rubricística, da *koinomia* à esteriotipia. (GOMES, 1997, p. 42)

De fato, tanto a lei do catolicismo como a Igreja era uma unidade para o Império, como bem afirma Régine Pernoud (1981). A Igreja aceitava e aliava-se ao Sistema Feudal, pois estar ao lado dos poderosos era melhor do que combatê-los, uma vez que estes também favoreciam meios para que ela difundisse e cristalizasse seus dogmas espirituais perante a sociedade, em especial, nos servos e nos membros da corte. Fortalecia ainda a atuação, os mandamentos e o poder dos bispos, do papado e dos imperadores que, mediante o processo de coroação do rei beatificado pela Igreja, favoreciam a expansão e o caráter divino da instituição episcopal. Entretanto, segundo Pernoud (1981), a Igreja nem sempre soube defender-se de suas conquistas; de suas cobiças materiais que “são para ela a mais terrível das tentações. É a grave censura que se pode fazer ao clero medieval, a de não ter dominado a sua riqueza”. (PERNOUD, 1981, p. 86). Este defeito, afirma o autor, foi vivamente sentido pela Igreja ao longo de sua trajetória, pois ela pregava uma vida humilde, sem luxos e, ao contrário, vivia de riqueza e ostentação. Muitos membros do clero, como os Papas, Bispos, Arcebispos, Padres, envolviam-se com os abusos de poder, com a soberba e a cobiça de bens materiais. De certa forma, esses acontecimentos deram à Igreja um enfraquecimento já que “o povo dava sua preferência aos clérigos que praticavam a pobreza evangélica” (PERNOUD, 1981, p. 92), em especial, aos eremitas, homens santos que sacrificavam suas vidas ao viver longe da luxúria e do poder em prol de uma vida simples e em contato consigo mesmo e com Deus, além, claro de outros sacerdotes que também abriam mão das virtudes de uma vida gloriosa, dedicando-se ao próximo, como os franciscanos e beneditinos. Sobre a Igreja e as riquezas conquistadas por esta instituição ao longo dos séculos, Gil Vicente, em pleno século XVI, na obra *Auto da Feira*, lança-lhe duras

críticas, colocando-a, inclusive, a mercê das tentações diabólicas e da fúria de Deus.

Leiamos:

Serafim

À feira, à feira, igrejas, mosteiros, / Pastores das almas, Papas adormidos;
 Comprae aqui panos, mudae os vestidos, / Buscae as çamarras dos outros primeiros
 / Os antecessores. / Feirae o carão que trazeis dourado;
 Ó presidentes do crucificado, / Lembrae-vos da vida dos sanctos pastores
 Do tempo passado. / Ó príncipes altos, império facundo, / Guardae-vos da ira do
 Senhor dos Ceos; / Comprae grande somma do temor de Deos (...)

Mercúrio

Alto, Tempo, aparelhar, / Porque Roma vem à feira.

Diabo

Quero-me eu concertar, / Porque lhe sei a maneira

De seu vender e comprar / (...)

Roma

Vejamos se nesta feira, / Que Mercúrio aqui faz,

Acharei a vender paz, / Que me livre da canseira

Em que a fortuna me traz. / Se os meus me desbaratão,

O meu socorro onde está? / Se os Christãos mesmos me matão,

A vida quem me dará, / Que todos me desacatão?

Pois se eu aqui não achar / A paz firme e de verdade

Na sancta feira a comprar, / Cant`a mi dá-me a vontade /

Que mourisco hei de falar

Diabo

Senhora, se vos prouver, / Eu vos darei bom recado

(...)

Roma

Eu venho à feira direita / Comprar paz, verdade e fé.

Diabo

A verdade pera que? / Couse que não aproveita,

E aborrece, pera que he? / Não trazeis bôs fundamentos

Pera o que haveis mister (...) / Vender-vos-hei nesta feira

Mentiras vinta e três mil. / Todas de nova maneira,
 Cada hã tão subtil, / Que não vivais em canseiras;
 Mentiras pera senhores, / Mentiras pera senhoras,
 Mentiras pera os amores, / Mentiras, que a todas horas
 Vos nação dela favores. (...) / Vender-vos-hei como amigo
 Muitos enganos infindos, / Que aqui trago comigo.

Roma

Tudo isso tu vendias, / E tudo isso feirei
 Tanto, que inda venderei, / E outras sujas mercancias,
 Que por meu mal te comprei. / Porque a trôco do amor
 De Deus, te comprei mentira, / E trôco do temor
 Que tinha da sua ira, / Me deste o seu desamor:
 E a trôco da fama minha / E sanctas prosperidades,
 Me destes mil torpidades; / E quantas virtudes tinha
 Te troquei polas maldades /

Serafim

Ca, se vós a paz quereis, / Senhora, sereis servida,
 E logo a levareis / A trôco de sancta vida;
 Mas não sei se a trazeis. / Porque, Senhora eu me fundo
 Que quem tem guerra com Deos, / Não póde ter paz com o mundo;
 Porque tudo vem dos ceos, / Daquele poder profundo. / (...)
 Atentae com quem lutais, / Que temo que caireis. (VICENTE, 1974, p. 205-
 219)

Gil Vicente, ao criar esta obra, ressalta as questões graves que atormentaram o poder da Igreja durante boa parte da Idade Média. Aqui ele faz críticas rigorosas aos Papas e aos demais membros da Igreja por causa da simonia, apontando-lhes a vida que deveriam seguir, a vida dos santos primeiros. Dessa forma, o autor, explicitamente, indica as profundas mudanças pela qual a Igreja Católica deveria passar, para não se perder diante das coisas do mundo; do Diabo. Conforme o discurso do autor, a Igreja deveria buscar uma vida simples e honrosa; bem como

buscar o perdão e restituir a fé em Deus; por desobedecer a Deus, a própria Igreja entrou em conflito consigo mesma e com a pregação da sua palavra/lei pelo mundo. Enquanto a Igreja luxava, enganava, vendia mentiras, se aliava aos poderosos, o povo se desorientava e nela desacreditava; e forte era a Ira de Deus contra os desmandos da instituição. Pois durante muito tempo, a Igreja Católica viveu muitos momentos de conflitos internos e guerras pela Europa medieval, inclusive, o Cisma. Como bem afirma Gil Vicente (1974, p. 220), “tu serás, perdida, se não mudas a carreira”.

No que se refere à Igreja e aos pecados cometidos pelos membros da Igreja Católica, no *Auto da Barca do Inferno*, Gil Vicente Destaca:

Frade (ao Diabo)

(...) Como! Por ser namorado, / E folgar c’ua mulher,
Se há-de um frade perder, / Com tanto salmo rezado? (...)

(VICENTE, 1968, p. 65)

Rendendo-se ao amor carnal, o Frade comete um grande erro e cai em tentação. Ele é condenado ao Inferno, levando consigo, a sua amante Florença. Na visão do Diabo, a dama que a companha o Frade é uma “cousa preciosa”; para o parvo, um “trinchão”; para a Igreja, um pecado mundanal. Já no *Auto da Barca da Glória*, os pecados cometidos pelos sacerdotes da Igreja Católica são bem maiores, pois trata-se dos trespassados poderosos:

Diabo (ao Bispo)

(...) entre Vuesa Señoria, / Que este batel infernal / Ganaste por fantasia,
Halcones de altaneria, / Y cosas deste metal.

Diabo (ao Arcebispo)

(...) moristes muy desatado, / Y en la vida ahogado / Con deseos de papar (...).
Vos caistes con la carga / De la iglesia divina. / Los minguados,

Pobres y desamparados, / Cuyos dineros vos lograstes, / Desejosos,
 hambreados,
 Y los dineros cerrados, / Em abierto los dejastes. (...)
 Diabo (ao Cardeal)
 (...) pues moristes / Llorando porque no fuistes / Siquiera dos dias papa.
 Y a Dios no agradecisteis, / Viendo cuan bajo os vistes, / E en despues os dió
 tal capa. (...)
 Diabo (ao Papa)
 (...) Lujuria os desconsagro, / Soberbia os hizo daño; / Y los mas que os
 condeno,
 Simonía con engano. (...)
 (VICENTE, 1968, p. 155-164).

Como bem podemos perceber, os pecados dos trespassados referidos no trecho do *Auto da Barca da Glória*, são considerados pela Igreja Católica como pecados mortais e/ou capitais e, diante de tais atos de grande nível de pecaminosidade, todos devem ser punidos e servir de exemplo para os outros. Trata-se da luxúria, ira, soberba, inveja, roubo, orgulho, blasfêmia, vaidade, avareza. São pensamentos que povoaram a mente do cristão medieval e que, de modo criativo, difundiu-se nas artes, como bem vimos no teatro vicentino, por exemplo.

Entretanto, vale ressaltar que, de acordo com a história da cristandade, os primeiros cristãos não continuaram as pregações de Jesus Cristo, mas proclamaram o próprio Jesus e a sua palavra. E assim, como bem apontou Gil Vicente no texto acima, a missão da Igreja Católica seria, ao longo dos séculos, proclamar o evangelho e imitar a vida de Cristo, filho de Deus, bem como os seus ensinamentos. Para Victor Hellern, Henry Notaker e Jostein Gaarder (2000, p. 163-164), o evangelho – “a boa nova” -, proclamava o Reino de Deus e a “experiência de Cristo” como nosso salvador e o que isso poderia representar para a humanidade. “Jesus é o Deus vivo que conquistou a morte e que em breve irá voltar para julgar os vivos e os mortos”. Os primeiros cristãos, embora acreditassem e difundissem o testemunho de Cristo,

sentiram a necessidade de formular um credo, determinando assim, os princípios da fé cristã. Foi assim que passaram a existir os dogmas da Igreja, ou seja, a doutrina cristã, estabelecendo então, o ensino correto das leis do cristianismo. O credo cristão mais antigo, segundo Victor Hellern, Henry Notaker e Jostein Gaarder (2000, p. 164), é o *Credo dos Apóstolos*, "que em sua forma inicial data da Igreja de Roma, século III de nossa era"; depois foi criado o *Credo do Concílio de Nicéia*⁷, no século IV, e o *Credo de Santo Atanásio*⁸, no século V. E assim, nos primeiros séculos da Idade Média, a Igreja trabalhou, arduamente, para cristalizar na mentalidade dos cristãos a crença na unicidade divina; a vida, a morte e a ressurreição de Cristo, bem como a existência do Bem e do Mal no mundo; a ressurreição de Cristo como uma nova vida, a vida eterna. Para tal, seria preciso acreditar em Deus, ter fé na sua existência e nas suas Vontades. Seria preciso também que o homem vivesse em perfeita harmonia com Deus, com a vida e com Igreja. Seria preciso ainda praticar o bem e desejar o bem para todos. No *Auto da Cananéia*, a personagem de Cristo diz o seguinte:

Cristo

Com almas limpas e puras / Direis isto ao Senhor,

Firmando-o por criador / E padre das criaturas,

Que é no Céu emperador. / E direis com grande amor:

Seja louvado / Teu nome, e santificado / Neste nosso orbe menor

Como és no Céu adorado. / E direis a sua Alteza: / O teu reino venha a nós,

Em que pedis fortaleza, / E mais pedis pera nós / Graça e desperta limpeza;

E mais: perfeita grandeza / De bondade; / E pedis à Deidade

Que per toda a redondeza / Seja feita a sua vontade (...) / Faze-nos mercê do

pão

De nosso sustentamento; / Porque o certo mantimento / Mais facundo

Não se cria cá em fundo, / Nem à neve, nem ao vento,

⁷ O Credo de Nicéia foi utilizado por todas as Igrejas Cristãs. (HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. O Livro das Religiões. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 164).

⁸ O Credo de Santo Atanásio afirmava o seguinte: "Pois a fé correta é que nós acreditamos e confessamos: que Nosso Senhor Jesus Cristo, o filho de Deus, é Deus e homem (...) Deus perfeito e homem perfeito". (HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. O Livro das Religiões. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 164.)

Nem na terra, nem no fundo. / E pedi-lhe, filhos, mais,
Com choros do coração, / Que nos dê ua quitação
Das dívidas em que lhes estais, / De vossa condenação.
Isto com tal condição / Lho pedireis, / Que assi perdoareis
Os males que vos farão (...) / E com gemente tenção
Lhe haveis, filhos, de pedir / Que vos possa destruir;
Cá não podeis resistir / Às tentações / Sem Deus, que vence os dragões
Que vos querem destruir / Per engano os corações.
(VICENTE, 1968, p. 246-248)

Estar de alma limpa e de coração puro é primeira a lição que podemos tirar da fala de Cristo. Uma segunda lição é acreditar em Deus e na sua Vontade, bem como acreditar no seu Reino, na sua grandeza, na sua bondade, na sua graça e na sua piedade. Outra lição importante é ter fé, ser temente a Deus e ter consciência da condenação. É preciso que os filhos de Deus possam praticar o bem, possam perdoar e ser perdoados; que todos os filhos de Deus sejam salvos e fiquem livres de todos os males. Dessa forma, nos primórdios do cristianismo, desenvolveu-se em toda a Europa medieval e no Oriente, segundo Baumgartiner (2001), o pensamento teológico da Igreja cristã:

Graças a fortes personalidades instruídas nas escolas e cuja a vida pode servir de exemplo de consagração, a reflexão teológica desenvolveu-se tanto no Ocidente como no Oriente. Existe a preocupação de aprofundar o conhecimento das Escrituras e a exegese é abundantemente praticada, sobretudo alegórica e espiritual. É necessário ainda lutar contra os desvios e os ataques, e as apologias fazem-se segundo linhas diversas. A preocupação da precisão doutrinal continua a animar os espíritos. São numerosas as trocas entre os bispos, apesar das distâncias e graças aos sínodos. Alguns dão sobretudo prova de qualidades pastorais, outros assinalam-se pela força de seu pensamento e, por vezes, por idéias novas carregadas de consequências. As suas vidas e as suas obras oferecem uma imagem da época e indicam a orientação da Igreja. (BAUMGARTINER, 2001, p. 80)

A difusão do evangelho sobre a vida de Cristo foi fundamental para a consolidação da Igreja e para a palavra divina. Logo então, a imagem de Jesus Cristo crucificado assumiu uma forte simbologia para a humanidade: " Jesus inocente assumiu para si a culpa do mundo e sofreu a punição que caberia à humanidade" (HELLERN; NOTAKER; GAARDER (2000, p. 166-167). A partir de então, a cruz passou a ter uma simbologia importante para o cristianismo; ela passou a significar o sofrimento de Cristo; a compaixão de Cristo; o peso da humanidade e sua expiação; a salvação e o perdão dos pecados do mundo (HELLERN; NOTAKER; GAARDER (2000, p. 167); "pois só de levar a cruz tão pesada / pola serra acima homem tão delgado, / disto somente ficaria matado; (...) / que só do tormento que levou dos pregos, fora matado um drago feroz (...)", assim diz Gil Vicente no auto intitulado *Diálogo Sobre a Ressurreição* (VICENTE, 1968, p. 227). A fé na cruz de Cristo transformou-se, na Idade Média, num elemento essencial para os ensinamentos de Cristo e o engrandecimento da Igreja, pois era esta a palavra/imagem que estabelecia a confiança do povo naqueles que poderiam libertar os homens dos seus pecados; dos seus sentimentos de culpa, seja por meio da benção, da missa ou da confissão, principalmente no momento da morte, na medida que a angústia pela vida é, na realidade, uma angústia pela morte" (HELLERN; NOTAKER; GAARDER (2000, p. 168). "Este é o Messias, sem mais arguir; / este é o honrado nosso Emauel (...); segue-se logo, se Cristo é Messias, / que é salvador destas alcaçarias (...)", ressalta ainda Gil Vicente na obra *Diálogo Sobre a Ressurreição* (VICENTE, 1968, p. 228-229).

A Bíblia, o livro sagrado que constituiu as leis dos cristãos, segundo Guy Lobrichon (2002), no *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, permitiu à Igreja e aos homens de Cristo a propagação dos juramentos, dos compromissos da fé de Cristo para a humanidade, bem como a esperança cristã diante do Juízo Final, momento em que todos serão julgados, mas poucos entraram no reino de Deus. "Este livro sem dúvida alimentou e inspirou a melhor parte das criações intelectuais da Idade Média". (LOBRICHON, 2002, p. 105). As parábolas, os sermões, as máximas,

os prodígios e outros textos difundidos pela Bíblia tiveram aplicações inexoráveis na celebração da união entre o homem e o Espírito de Deus, tornando assim, sagradas as palavras de Deus. (LOBRICHON, 2002, p. 105-106). “Mãe da pregação, ela deve nutrir o espírito, educar a voz dos que falam nos mosteiros, nas catedrais e nas paróquias; impregna o tecido cultural, despreza as fronteiras políticas”. (LOBRICHON, 2002, p. 110). Daí a complexidade da sociedade medieval, tanto civil como religiosa, em entender e aceitar a espiritualidade da palavra de Deus em tempos de injustiça e guerra; pragas e mortes; certezas e incertezas do poder espiritual e das cobiças terrenas em nome do sagrado. Contudo, a Bíblia sempre foi o livro da verdade, da doutrina divina, da comunhão fraterna e da vida em Cristo. Assim diz Gil Vicente no *Diálogo Sobre a Ressurreição* “(...) e acabo de crer / que este é o Messias nosso desejado; / porque Isaías, profeta amado, / falou deste tudo o que havia de ser; / e Ezequiel, Amos, Salomão, David, Daniel, todos falaram no seu ressurgir”. (VICENTE, 1968, p. 227).

Portanto, viver na paz de Deus, tinha grandes significados para a Igreja e para o homem medieval. A própria palavra Igreja, na concepção de Hellern, Notaker e Gaarder (2000, p. 178-179), transmitia essa significação, pois era o lugar em que as pessoas eram “chamadas e reunidas para o serviço divino”, ou seja, “assembleia” e “congregação”. A igreja era uma comunidade espiritual, de fé, de congregação; o lugar onde se propagava e proclamava o evangelho e se administravam os sacramentos: o batismo, a confirmação ou crisma, a eucaristia, a oração, a penitência, a unção dos enfermos, a ordem e o matrimônio. O Pentecostes, quando Jesus enviou seu Espírito para guiar a humanidade, costuma ser considerado o aniversário da Igreja⁹. Assim, podemos ainda destacar na obra de Gil Vicente, passagens que diz

⁹ Constantino (séc. III. d.C.), foi o primeiro a oficializar o reconhecimento da Igreja Católica. Ele retomou o edito de Galério e fez publicar em Nicomédia, em 313, uma carta circular, que se tornou o edito de Milão. Por meio deste, concedeu aos cristãos a liberdade de culto, a igualdade de direitos com pagãos e a restituição de todos os bens antes confiscados. A jurisdição episcopal foi reconhecida ao lado das tribunas civis. Em 318 foram proibidos os sacrifícios privados; em 320 uma lei decretou o repouso ao domingo; em seguida, a Igreja foi autorizada a receber heranças; foi-lhe concedido também o poder de dar alforria aos escravos por simples declaração, nos seus lugares de culto. Constâncio praticou a mesma política. Ordenou, além disso, o encerramento dos templos pagãos e a confiscação dos seus bens; proibiu todos os sacrifícios. Mas pretendeu impor-se aos concílios e exilou vários bispos. Ele assumiu a defesa do arianismo. Juliano (361-363), chamado o Apóstata, nascido cristão, foi seduzido

respeito ao modo de viver em sociedade e de viver sob a vigilância da Igreja Católica, bem como a prática dos sacramentos cristãos. No, *Auto da Barca do Inferno*, por exemplo, encontramos passagens importantes referentes aos sacramentos da Igreja Católica, como a prática do santo ofício dos defuntos, as orações, as missas, as penitências, os ofertórios, as bênçãos; como se confessar e comungar antes de morrer, orar em prol dos mortos, o luto. Citemos aqui, primeiramente, trechos das falas dos personagens do Fidalgo, do Sapateiro e do Frade quando chegam à margem do rio e se defrontam com o Diabo, em que Gil Vicente aborda ironicamente o assunto:

Diabo

Em que esperas ter guarida?

Fidalgo

Que deixo na outra vida / Quem reze por mi. (...)

Sapateiro

E os que morrem confessados, / Onde tem sua passagem? (...)

Sapateiro

Como poderá isso ser, / Confessado e comungado. (...)

Sapateiro

Quantas missas eu ouvi / Não m'hão elas de prestar? (...)

Sapateiro

E as ofertas que darão, / E as horas dos finados? (...)

Frade

Assi fui bem açoutado (...)

Frade

pela literatura e pela filosofia antigas e dedicou-se ao culto do Sol invicto. Tentou restaurar o paganismo, apoiando-se na elite intelectual de Roma. Os seus sucessores proclamaram a liberdade de consciência. Por fim, Teodósio, o Grande, instituiu o Cristianismo como religião de Estado e interdita os cultos pagãos. Contudo, limita a liberdade da Igreja. Em 381, exigiu o respeito da fé de Niceia. Assim, a Igreja continuou o seu avanço no Império e mais além. Com o passar dos séculos, a Igreja conseguiu erguer-se grandiosa e poderosa. Desenvolveu uma série de reflexões e difundiu o seu pensamento teológico de forma escrita e progressiva tanto no oriente como no ocidente, por meio dos Pais da Igreja: Eusébio de Cesareia (cerca de 260 a aproximadamente 339), Basílio de Cesareia (329-379?), Gregório de Nazianzo (329-390 ?), Gregório de Nissa (335-394), Crisóstomo (350-407); Atanásio (295-373) – todos seculares teólogos do Oriente; Hilário de Poitiers, Dâmaso (305-384), Ambrósio (337-395), Jerônimo (347-420), Agostinho, o bispo de Hipona (354-430) – todos teólogos seculares do Ocidente. (BAUMGARTNER, Mireille. *A Igreja no Ocidente: das origens às reformas no século XVI*. Trad.: Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2001, pp. 86-87; pp. 95-98).

Juro a Deus que não t'entendo: / E este hábito não me val?

Frade

(...) se há-de um frade de perder, / Com tanto salmo rezado?

(VICENTE, 1968, p. 42-60)

Rezar, confessar ou comungar, ir às missas e fazer ofertórios, penitenciar-se, honrar a Deus, aos vivos e aos mortos, vestir hábitos religiosos fazem parte de um ritual sagrado estruturado e disseminado para todos os fiéis cristãos da Idade Média. Entretanto, no auto, são expostas lições importantes a saber, algumas delas, descumpridas pelo homem fiel aos dogmas da Igreja: A ausência da fé nos personagens e o afastamento de Deus; O Fidalgo deixou quem rezasse por ele. Porque ele mesmo não rezou por si? O Sapateiro diz ter ouvido missa. Será que ouvir missa e pensar nas coisas mundanas surtiria efeito para o perdão divino? Ele ainda diz ter morrido confessado e comungado. Mas terá mesmo se arrependido dos pecados por ele vividos no leito de morte? Já o Frade ressalta a questão do uso do hábito e de ser um homem da Igreja; que muito rezou. Contudo, terá sido ele um homem de boa virtude, fiel ao que pregava? Gil Vicente satiriza todos estes personagens condenando-os ao Inferno. Significa dizer que, de acordo com os ideais da Igreja Católica medieval, são as boas ações realizadas em vida e a virtuosidade do ser humano que são levados em conta na hora de prestar contas com Deus. De acordo com a mentalidade medieval, as virtudes, a Fé em Deus e na Igreja, bem como a práticas de ações benéficas é que levavam à salvação e aos desígnios de Deus e da Santa Madre Igreja.

Entretanto, a Igreja permaneceu sendo única e indivisa até o ano de 1054, quando se dividiu em duas: Católica Romana e Ortodoxa¹⁰. Mesmo assim, segundo

¹⁰ Assistiu-se, ao longo da história do cristianismo, as sucessivas reconciliações entre as duas Igrejas. Em 1052, o patriarca Miguel Cerulário mandou fechar os lugares de culto latino em Constantinopla. Em 1053, são trocadas cartas que insistem nas diferenças entre as Igrejas Gregas e as Igrejas Latinas. Em 1054, o Papa Leão XI, impõe às Igrejas Gregas do sul da Itália a liturgia latina. Em reação, o patriarca de Constantinopla obriga as Igrejas Latinas do Oriente a seguir a liturgia grega. Uma delegação papal é enviada a Constantinopla; após uma grande querela, excomunga-se Miguel Cerulário; este, por seu turno, lança o anátema contra os legados da Igreja Latina. Assim, começou o "Grande Cisma", que sancionou diferenças profundas de mentalidade e de orientação teológica entre

Le Goff (2013), sobre um fundo de inquietações religiosa e de insegurança a sociedade feudal prosseguia com seus valores comuns e com a hierarquização das três ordens da sociedade: os que combatem, os que oram e os que trabalham (Le Goff, 2013).

Ora, os séculos X e XI, conforme os apontamentos de Duby (1967), foram séculos de grandes conturbações e inovações para a Igreja Católica em toda a Europa Medieval. O “Ano Mil” pregava o fim do mundo, a vinda do “Anticristo”, o Apocalipse; sofria com as grandes pestes; a Igreja tentava manter-se poderosa e sujeitava-se aos costumes do seu tempo; os monges, os abades, os bispos preservavam seus bens pessoais; um renascimento far-se-á à conjuntura sacerdotal cristã graças à criação, em 909, da abadia de Cluny¹¹, que tinha por objetivo, defender toda a ordem episcopal. (DUBY, 1967)

Porém, foi durante os séculos XI, XII e XIII que as verdadeiras transformações eclesiásticas e sócio-culturais provocaram uma grande renovação espiritual numa sociedade em constante transformação. As cruzadas¹², por exemplo, são “um empreendimento de tipo feudal que, de 1096 a 1204 e, em seguida, durante o século XII, reuniu vários príncipes do Ocidente numa aventura militar longínqua”, com o intuito de “reconquistar o túmulo de Cristo e de defender o império de Bizâncio”, tomado pelos turcos em 1071. (BAUMGARTNER, 2001, p. 159). Os feudos

as Igrejas do Oriente e Ocidente. (BAUMGARTNER, Mireille. *A Igreja no Ocidente: das origens às reformas no século XVI*. Trad.: Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2001, pp. 150-151).

¹¹ Conforme os apontamentos de Vauchez (1995), a badia de Cluny foi fundada em 910 pelo abade Bernon com o apoio de Guilherme de Aquitânia. Este mosteiro localizado na Borgonha não tardaria a estender a sua influência a boa parte do Ocidente, desde a Inglaterra até à Itália. Diretamente ligada à Igreja Romana, a abadia de Cluny constituiu, desde os fins do século X ao início do século XII, a mais importante congregação religiosa da cristandade. Sua influência foi considerada em todos os meios sociais da Europa medieval. (VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental séc. VIII-XIII*. Trad.: Teresa Antunes Cardoso. Lisboa: Editora Estampa, 1995, pp. 42-43).

¹² A espiritualidade das cruzadas, segundo Vauchez (1995) e Ivan Lins (1939), nasceu em fins do século XI. Foi por ocasião de uma assembleia de paz, reunida em Clermont no ano de 1095, que o Papa Urbano II lançou o apelo que levou à partida de inúmeros fiéis para a Terra Santa. As cruzadas tinha por finalidade, inicialmente, fazer reinar por toda a parte a paz de Deus e libertar os cristãos do Oriente, oprimidos pelos turcos. Contudo, era preciso pegar em armas. Nesta ocasião, foi feito, diretamente aos cavaleiros medievais, sem passar pelos suseranos, um apelo que suscitou num poderoso movimento a favor da libertação do túmulo de Cristo. Ao mesmo tempo, conferiu ao uso de armas, em especial, à classe feudal, dando-lhe o caráter de uma ação religiosa, fazendo delas, instrumento de uma restauração religiosa e da propagação da fé. Com as cruzadas, a luta contra os infieis e, mais tarde, contra os heréticos e outros inimigos da Igreja passou a ser a nova função do *ordo laicorum*.

transformam-se em cidades e houve, consideravelmente, um aumento da população.

Neste contexto, a vida eclesial ganhou novos rumos. Conforme Huizinga (2015) e Le Goff (2013), os temores da morte, do juízo final e as punições dos pecados no além-túmulo persistiram e provocaram medo na população; o homem despertou um sentimento de renúncia mais profundo e passou a viver segundo o ideal cristão de renúncia. As devoções aumentaram em número, principalmente, na "*Mãe do Senhor*"¹³; a hóstia consagrada representava o "*Nosso Senhor*"; a devoção do "*santíssimo sacramento*" ganhou importância e se transformou numa grande festa; a leitura das Escrituras e dos Padres da Igreja prosseguiram nas missas e nos ofícios dos monges; a penitência deixou de ser um ato público e agressivo e passou a ser um ato de Confissão, de declaração verbal; surgiu a noção de um terceiro lugar no além: Céu, Inferno e Purgatório; os excessos dos papas provocaram reações, sobretudo, nos reis. Sugiram ainda, neste contexto, além dos monges Beneditinos, com o intuito de propagar a fé a Palavra de Deus, outras ordens medicantes: os Franciscanos e os Dominicanos¹⁴ e outras ordens menores, como as Clarissas e os

¹³ Segundo F. E. Peters, no livro *Os Monoteístas: Judeus, Cristãos e Muçumanos em Conflito e Competição*, embora Maria tenha um papel muito importante nas narrações do nascimento de Jesus registradas por Mateus e Lucas, não tem o mesmo papel na vida pública dele como descrevem os evangelhos nem, de fato, no Novo Testamento como um todo. Dias festivos em honra de Maria foram publicamente celebrados tanto como festas populares como acréscimos formais ao calendário litúrgico sempre mais volumoso da Igreja: o nascimento dela, sua apresentação no templo, o anúncio que o anjo fez de sua gravidez (a Anunciação), sua purificação após o nascimento de Jesus e o arrebatamento (a Assunção) de seus restos mortais ao céu. Orações como a Ave Maria (Lucas 1, 28 mais 1, 42) tornaram-se enormemente populares. A prática de repetir levou rapidamente ao "rosário", a repetição dessa oração em séries, desfiando as contas que marcavam a oração acompanhada de cenas da vida de Maria. Maria não teve nenhum grande santuário na Europa medieval, todavia os "lugares de Jesus" proliferaram pelo simples expediente de transferir para solo europeu as "estações" ligadas aos últimos dias de Jesus em Jerusalém. Embora na Igreja primitiva não houvesse nenhuma celebração de dias santos marianos, no século VI há evidência de que sua Assunção estava sendo celebrada, sem controvérsia, tanto entre os cristãos latinos como entre os orientais, ainda que não fosse definida como dogma pela Igreja Romano-Católica até 1950. O auge do culto à Virgem Maria se deu por conta da proclamação da Imaculada Conceição como dogma da Igreja por Pio IX em 1854, "por sua própria autoridade", como reza o decreto. A definição da Imaculada Conceição foi o ponto final de um processo movido por uma combinação de piedade popular, que muitas vezes estava à frente dos teólogos, e a aplicação de uma espécie de lógica ao desenvolvimento da doutrina. A posição extraordinária de Jesus exigia como necessidade teológica ou pedia, porque era conveniente, uma elevação paralela no *status* daquela que o gerou. PETERS, F. E. *Os Monoteístas: judeus, cristãos e muçumanos*. Vol. II. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 232-234.

¹⁴ O início do monaquismo formal na Igreja Ocidental ocorreu em meados do século VI, quando Bento (m.c. 550), primeiro eremita e mais tarde o chefe de uma pequena comunidade de monge no Monte Cassino, na Itália, pôs por escrito, de forma bastante simples, as linhas gerais da vida de um monge, assim como ele as entendia. Essa Regra de São Bento, que se baseava na obra anterior de Basílio, bem como no exemplo dos padres do deserto e

Beguinos e as Beguinias¹⁵; Instalou-se a Inquisição na Idade Média; ocorreram as fundações/criações das universidades; a perseguição contra os judeus aumentaram; houve um grande embate entre os intelectuais das universidades e a teologia cristã; o equilíbrio do mundo viu-se dividido entre o poder temporal do Imperador/Rei e o poder espiritual do papado. No entanto, de tudo o que foi citado neste momento, destaquemos algumas representações de grande relevância para a propagação dos dogmas da Igreja Católica e para o engrandecimento do seu poder no medievo: os três lugares do Além-Túmulo (Inferno, Paraíso e Purgatório); Deus, Diabo, Demônios, Anjos, Santos e Virgem Maria. No *Auto da Barca do Inferno*, tanto na fala do Diabo, quanto nas falas dos demais personagens, podemos encontrar várias alusões e/ou descrições sobre o Inferno, bem como a tormenta do representante do Mal para conduzir os trespasados para o seu reino. De acordo com o texto, o Inferno é uma

no pensamento de Santo Agostinho, tornou-se a pedra mestra de comunidades de ascetas até a virada do século XIII, quando recentes problemas produziram novas formas de vida religiosa. Na Regra de Bento, o governo da comunidade era pensado em termos paternos: o chefe da casa ou abade deveria governar seus membros exatamente como um pai governa a sua família, combinando paixão com justiça. Os irmãos, fossem sacerdotes ou não, deviam ao superior obediência completa e perfeita atenção. As ordens do abade deveriam ser cumpridas, não importava quão difícil ou aparentemente irracional fossem, pois ele falava em nome de Cristo. O monge beneditino possui uma vida simples e de aprovação. O estilo beneditino de monarquismo cedeu, no século XIII, a um tipo mais flexível de vida comunitária religiosa, graças, como dissemos anteriormente, os problemas enfrentados neste período pela Igreja. Primeiro, Francisco de Assis e, depois, Domingos de Gusmão fundaram ordens religiosas masculinas que tiveram por mandato a maior propagação e defesa da Palavra de Deus e acura das almas. Do mesmo modo que os primeiros monges, essas duas ordens de frades, os franciscanos (Ordem dos Frades Menores) e os dominicanos (Ordem dos Frades Pregadores), cantavam o Ofício em comum em mosteiros, mas suas principais tarefas espirituais estavam fora, na catequese e na explicação e defesa do ensinamento cristão. Os frades poderiam ser enviados de um lugar para outro pela cristandade, conforme a necessidade ou a oportunidade se apresentasse, como no caso da batalha contra a heresia ou na propagação da fé. (PETERS, E. F. *Os monoteístas: judeus, cristãos e muçulmanos em conflito e competição*. Vol. II. Trad.: Jaime A. Clasen. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 307-312).

¹⁵ Em conformidade com a sua visão evangélica do Reino dos Céus, Francisco de Assis começou a criar com os irmãos Menores, as “pobres” de Santa Clara, que mais tarde, ficou conhecida como Clarissas, e os penitentes leigos que haviam seguido o seu apelo à conversão, viu um modelo alternativo de vida monástica, tendo por finalidade revelar aos homens e até mesmo à Igreja, o que poderia ser um mundo subtraído ao poder do dinheiro e à violência; porque este consagrara-se plenamente à adoração de Deus e ao serviço dos pobres e humildes. A ordem das clarissas foi fundada e dirigida até a morte por Santa Clara de Assis, a filha espiritual de São Francisco. As beguinias adotavam mulheres integradas na vida “semi-religiosa”, tidas como as “Filhas de Deus”; estas eram solteiras ou viúvas que na idade adulta se comprometiam a levar uma forma de vida religiosa, individual ou comunitária, que associava a oração, a prática de caridade e o trabalho manual. As beguinias não proferiam votos, tinham liberdade de movimentos e podiam, em qualquer momento, regressar ao mundo, se pretendessem fazê-lo. Os beguinos eram penitentes italianos que, até os anos de 1280, permaneceram amplamente autônomos relativos ao clero e à Igreja em si. Tinham seus próprios ministros. Contudo, o papado, para estabelecer a ordem e a segurança da cristandade, colocou-os sob a jurisdição das ordens medicantes. (VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental séc. VIII-XIII*. Trad.: Teresa Antunes Cardoso. Lisboa: Editora Estampa, 1995, pp. 162-173).

Ilha perdida, uma terra sem bom sabor, quente, lugar dos pecadores, dos tormentos, dos desvarios da vida mundana:

Fidalgo

Esta barca onde vai ora, / Qu'assim está apercebida?

Diabo

Vai pera ilha perdida (...) / Pera o Inferno, senhor.

Fidalgo

Terra é bem sem sabor. (...)

(...) Ao Inferno todavia! / Inferno há i pera mi?

(...) Ó barca, como és ardente! / Maldito quem em ti vai! (...)

Onzeneiro

E pera onde é a viagem?

Diabo

Pera infernal comarca. (...) / Irás servir Satanás, / Pois sempre t'ajudou. (...)

Cala-te, que cá chorarás.

Sapateiro

Ou da santa caravela, / Podereis me levar nela?

Anjo

Essa barca que lá está, / Leva quem rouba de praça. (...)

Sapateiro

Assi que determinais que vá cozer ao Inferno?

Anjo

Escrito estás no caderno / Das ementas infernais.

Sapateiro

(...) levai-me aquele fogo; (...).

Diabo

(...) Entrai, Padre reverendo.

Frade

Pera onde levais gente?

Diabo

Pera aquele fogo ardente, / Que não temeste vivendo. (...)

(...) Gentil padre mundanal, / A Berzebu vos encomento. (...)

Diabo

Devoto padre e marido, / Haveis de ser cá pingado.

Brizida Vaz

(...) açoutes tenho eu levados, / E tormentos suportados (...)

(...) S'eu fosse ao fogo infernal, / Lá iria todo mundo. (...).

(VICENTE, 1968, p. 41-65).

Já no *Auto da Barca da Glória*, o Diabo, ludibriador e acusador, indica o lugar de cada trespassado no Inferno, uma vez que estes são poderosos e importantes senhores. Na fala do Diabo, o Inferno é visto como um lugar quente, com água fervente, muita fumaça e fogo. Há também pontes ardentes, navalhas cortantes, muita dor, choro e lágrimas. Ainda existem caldeiras ardentes, muitos demônios, a figura de Lúcifer e outros diabos:

Diabo

Señor Conde y caballero, / Dias há que os espero (...)

Entre Vuesa Señoria, / Que bien larga és la plancha (...)

Conde

Nunca tú me passarás.

Diabo

Mirad, señor, por iten / Os tengo acá em mi rol (...)

Veis aquellos fuegos bien? / Ali se coge la frol.

Veis aquel gran fumo espesso, / Que sale daquelas peñas? / Ali perdereis el

vueso

Y mas, Señor, os confieso / Que hábeis de mensar las greñas. (...)

Diabo

Ó mi Duque y mi castillo, / Mi alma esperada (...) / (...) Veis aquella puente

ardendo,

Muy lejos allén del mar, / Y unas ruendas volviendo

De navajas, y heriendo? / Pues ali hábeis de andar siempre jamas. (...)

Diabo

Señor, quiero caminhar, / Vuesa Alteza há de partir.

Rei

Y por mar he de pasar?

Diabo

Si, y aun tiene que sudar; / Ca no fue nada el morir.

Pasmareis: / Si mirais, dahi vereis / Adó sereis morador

Naquellos fuegos que veis; / Y llorando, cantareis / "Nunca fue pena mayor"

(...).

Diabo (ao Bispo)

(...) entre Vuesa Señoria, / Que este batel infernal / Ganaste por fantasia (...)

De ahí donde estais vereis / Unas caldeiras de pez, / Adonde os cocereis,

Y la corona asareis, / Y freireis la vejez. (...)

Diabo (ao Papa)

Venga Vuesa Sanctidad / En buenora, Padre Sancto (...) / Vos ireis,

En este batel que veis, / Comigo a Lucifér; (...) / (...) veis aquellos azotar

Con vergas de hierro ardendo, / Y despues atanzar?

Pues ali hábeis de andar para siempre padeciendo. (VICENTE, 1968, p. 129-

164).

O segundo lugar do Além mais difundido pela Igreja Católica, também presente nas obras vicentinas, e o mais complexo, foi o lugar do Paraíso, o lugar da Salvação, espaço este diretamente ligado ao Céu, morada de Deus, dos Anjos, Santos e dos Bem-Aventurados. De acordo com a concepção bíblica e a mentalidade cristã, este seria, conforme aponta os textos de Gil Vicente, um lugar de luz, quietude, graça divina e paz. No *Auto da Alma* há algumas alusões interessantes sobre o Paraíso. Num primeiro momento, o Diabo, tentando ludibriar a Alma no seu momento de trespasse, diz que o Paraíso é um lugar desprovido das riquezas terrenas, de descanso, de tranquilidade; ou seja, um lugar sem prazeres, sem senhorios e sem averes:

Diabo (à Alma)

(...) Gozai, gozai dos bens da terra, / Procurai por senhorios / E averes. (...)

Não curei de outro Paraíso; / Quem vos põe em vosso siso / Outro remanso?

(VICENTE, 1968, p. 9-10)

Ele ainda aponta o Paraíso como um lugar situado no Céu:

Diabo

Ainda é cedo para a morte; / Tempo há de arrepender, / E ir ao Céu. (...).

(VICENTE, 1968, p. 15)

Ainda no mesmo auto, São Jerônimo, considerado um dos pais da Igreja, afirma que o Paraíso é o lugar dos pecadores arrependidos, daqueles que passaram por grandes tormentos e se arrependeram, tornando-se tementes a Deus e à Igreja, tendo como exemplo, o sofrimento de Jesus Cristo:

São Jerônimo

(...) pera vos remediar, / Foi um tormento improviso,

Que aos miolos lhe chegou: / E consentiu, / Por remediar o siso,

Que a vosso siso faltou; / E pera ganhades o Paraíso, / A soffrio.

(VICENTE, 1968, p. 33-34).

No *Auto da Barca do Inferno*, também há algumas referências indiretas ao Paraíso. De acordo com a fala das personagens, em especial, a fala do Anjo, o Paraíso não é o lugar das almas pecadoras; daqueles que foram tiranos durante a vida, como o Fidalgo; dos que roubaram e dos que enganaram o povo a vida toda, como o Onzeneiro e o Sapateiro; dos que foram contra os dogmas da Igreja, como o Padre e sua amante; dos que praticaram atos sexuais indevidos, como Brízida Vaz; daqueles que atentaram contra a própria vida, como o Enforcado; daqueles que cometeram as grandes injustiças, como o Corregedor e o Procurador. Somente as pessoas puras, simples, boas de coração, livres das coisas mundanas, justas, defensoras da Igreja e da palavra divina, são dignos de embarcar na Barca comandada pelo Anjo e seguir caminho rumo ao Paraíso, como é o caso da personagem do Parvo e dos Quatro Cavaleiros:

Fidalgo (ao Anjo)

Que me digais, (...) / Se a barca do Paraíso / É esta em que navegais. (...)

Anjo

Não se embarca tirania / Neste batel divinal (...)
 (...) Pera vossa fantasia / Mui pequena é esta barca.

Onzeneiro (ao Anjo)

Ou da Barca (...) / (...) Eu para o Paraíso vou.

Anjo

Pois cant'eu bem fora estou / De te levar pera lá (...)
 (...) porqu'esse bolsão tomara todo o navio.

Onzeneiro

Juro a Deus que vai vazio.

Anjo

Não já no teu coração. (...)

Brízida Vaz (ao Diabo)

Hui! Eu vou par'o Paraíso.

Diabo

E quem te disse a ti isso?

Brízida Vaz

(...) Eu sou ua mártel tal (...)

Brízida Vaz (ao Anjo)

Barqueiro, mano, meus olhos, / Prancha a Brízida Vaz.

Anjo

Eu não sei quem te cá traz (...) / (...) Não cures de me importunar, / Que não
 podes ir aqui (...).

Parvo (ao Anjo)

Quereis-me passar Além?

Anjo

Quem és tu?

Não sou ninguém.

Anjo

Tu passarás, se quiseres. / Porque em todos teus fazeres,

Per malícia não erraste; / Tua simpreza t'abaste

Pera gozar dos prazeres. (...)

Anjo (aos Cavaleiros)

Ó cavaleiros de Deus, / A vós estou esperando;

Que morrestes pelejando / Por Cristo, Senhor dos Céus.

Sois livres de todo o mal, / Santos por certo sem falha;

Que quem morre em batalha / Merece paz eternal.

(VICENTE, 1968, p. 44-82).

No *Auto da Barca da Glória*, o Reino de Deus, ou seja, do Paraíso, assim como na *Barca do Inferno*, não é lugar das almas pecadoras e desse modo, os trespassados não são aceitos na Barca do Paraíso. Estes, agora do alto escalão social e eclesiástico, foram, em vida, presos às coisas mundanas e cometeram os grandes pecados da vida: simonia, avareza, tirania, inveja, luxúria:

Diabo (ao Papa)

(...) Lujuria os desconsagro, / Soberbia os hizo daño;

Y los mas que os condeno, / Simonia com engano, / Venid embarcar.

(VICENTE, 1968, p. 164).

Já o terceiro lugar-Além, teve destaque maior quando Gil Vicente elaborou o *Auto da Barca do Purgatório*. Neste auto, quase todos os trespassados se arrependeram, ainda em vida, dos pequenos pecados cometidos no mundo. O Diabo, astuto e ludibriador, tenta, a todo custo, condenar as pobres almas ao fogo infernal. Contudo, quase todos eram tementes a Deus, acreditavam na Santa Igreja Católica e nos seus sacramentos. Somente o Tافل é diretamente condenado à barca infernal e o Menino salvo pelos anjos, adentrando assim na barca divinal. Vamos a obra:

Diabo

Pois porque vens carregado?

Lavrador

Porque seja conhecido / Por lavrador muito honrado.

E tenho a glória merecido; / Que sempre fui perseguido, / E vivi mui
trabalhado. (...)

Anjo

Vinde cá, homem de bem; / Pera onde quereis ir?

Lavrador

Queria passar além, / Pera a glória do Senhor.

Samicas de lá serês?

Anjo

E vens tu merecedor?

Lavrador

E que fez lá o lavrador, / Pera andar cá ó travês?

Anjo

Pode ser mui austinado, / E não querer-se arrepender.

Lavrador

Bofá, Senhor, mal pecado, / Sempre é morto quem do arado

Há de viver. / Nós somos vida das gentes,

E morte de nossas vidas; (...) / (...) Manifesto está e visto

Que o bento Jesu Cristo / Deve ser homem de gala.

Anjo

Que bens fizeste na vida, / Que te sejam cá guiantes?

Lavrador

Ia ao bodo da ermida / Cada Santa Margarida,

E dava esmola aos andantes; / Benzia-me pola manhan, / Levava o credo até o
cabo.

Diabo

Depois tomavas a lan / Da melhor e a mais san,

E davas ao dízimo a do rabo, / Temporan.

E o mais fraco cabrito, / E o frangão afegoso, / Com repetenado espírito. (...)

Anjo

Digo que andes assi / Purgando nessa ribeira,

Até que o Senhor Deus queira / Que te levem pera si / Nesta bateira.

Lavrador

Bofá, logo quisera eu, / Que me atormenta este arado;
 E dera muito do meu, / Pois que já hei de ser seu, / Tirar-me deste cuidado.
 Ó mundo, mundo enganado, / Vida de tão poucos dias,
 Tão breve tempo passado, / Tu me trouveste enganado, / E me mentias! (...)

Marta Gil

(...) Anjos, ajudade-me ora, / Que vos veja eu bem casados:

Não me deixeis de fora / Por aquela santa hora

Em que todos fostes criados. (...)

(...) Eu quero provar / Que em todo tempo há lugar

O que Deus quer. (...) / (...) e a barca de Satão

Não passa hoje ninguém; / E per força hei de ir além,

Sô pena d'excomunhão, / Que posta tem.

Anjo

Grande cousa é oração; / Purga ao longo da ribeira,

Segura de danação, / Terás angústia e paixão, / E tormento em gran maneira.

Isto até que o Senhor queira / Que te passemos o rio;

Será tua dor lastimeira, / Como ardendo em gran brasio, / De fogueira.

Marta Gil

(...) Oh quem tal arrepender, / Tal maneira de penar,

Lá soubesse no viver! / Oh quem tornasse a nascer, / Por não pecar!

(VICENTE, 1968, p. 91-105).

Mediante a colocação de tais trechos alusivos ao Purgatório, percebemos que este é um Lugar-Além de sofrimentos, dor, angústia, tormentas, uma vez que os pecados cometidos em vida, sejam eles graves ou leves, devem ser purgados pelo fogo divinal. O purgatório, como vimos, é ainda um lugar ardente, dos danados, porém, de possibilidade de salvação.

Destaquemos ainda algumas passagens do teatro vicentino que versam sobre o nascimento de Cristo e o Culto Mariano, bem como as festividades em torno do seu nascimento, a devoção na Santa Igreja e a remissão dos pecados mundanos, Gil Vicente, no *Auto dos Reis Magos*, os representou da seguinte forma:

Ermitão

Oh bendito y alabado / Y exalzado / Sea nuestro Redentor!
 Que um rústico pastor / Com amor
 Lo busca em gran cuidado; / Desampara su ganado
 Muy de grado, / Por ver al niño glorioso! / Que haré yo religioso
 Perezoso, / Que ando tan sin cuidado
 Por aqueste despobado? / Destos pobres labradores
 Y pastores / Quiso ser ofrecido, / Adorado y conocido
 Y servido / Com cantares y loores, / Escuchando sus primores
 Y clamores / La Vígen nuestra Señora
 Y la vaquilla lo adora / Em la hora
 Que el Señor de los señores / Nació de flor de las flores. (...)

Ermitão

Este mundo peligroso / Sin reposo / Nos trae à todos burlados,
 Ciegos, mal aconsejados, / Desviados
 De aquel reino glorioso. (...)
 Aparecem os três Reis Magos cantando o seguinte vilancete:
 "Cuando la Vígen bendita / Do parió, / Todo mundo lo sentió.
 Los coros angelicais / Todos cantar nueva glória; / Los três Reis la vitória
 De las almas humanales. / Em las tierras principales
 Se sonó, / Cuando nuestro Díos nació".

(VICENTE, 1974, pp. 37-47)

Ressaltemos também o *Auto da Fé*, de Gil Vicente. Neste auto, o autor faz alusões à fé, à Paixão de Cristo, à cruz de Cristo, à Virgem Maria e o nascimento de Cristo, bem como a fé na Santa Igreja Católica, principal elemento do texto:

Fé

Pastores, eu sam a Fé. (...) / Fé he crer o que não vemos,

Pela gl'ria que esperamos; / Amar o que nam compreendemos,
 Nem vimos nem conhecemos, / Para que salvos sejamos. (...)
 Fé he amar a Deos, só por elle, / Quanto se pode amar,
 Por ser ele singular, / Não por interesse dele:
 E se mais quereis saber, / Crer na Madre Igreja Sancta,
 E cantar o que ella canta, / E querer o que ella quer. (...)
 Aquella he a cruz preciosa, / Pera sempre esclarecida,
 Pera os perigos desta vida, / E nau da salvação nossa.
 O homem se chama Jesu, / Messias, o Rei, Salvador,
 Deos e homem, Redemptor; (...) / He noite do nascimento,
 Em que Deos mostrou seu dia. / He noite de gran memória,
 Noite em dia convertida, / Escuridão consumida
 Com gran resplendor de gl'ria: (...) / Oh noite favorecida
 De memorável coroa, / Vista de Deos em pessoa,
 Começando vida humana! (...) / Crede o santo nascimento,
 Ser Deos de Virgem nascido, / Verbo de Deos concebido
 Pero novo testamento. / E que a Virgem Gloriosa
 Ficou tal como nasceo; / E sem dor appareceo
 A nossa flor preciosa. / Deos em toda perfeição,
 Homem pera padecer, / E tirar Lúçifer / Toda sua jurdição.
 (VICENTE, 1974, pp. 88-92)

Diante do exposto, o homem cristão, conforme nos mostra Gil Vicente, tentou encontrar na fé e na Santa Madre Igreja, a salvação e espiritualidade, praticando assim, bons atos, arrependendo-se dos seus pecados; partindo em busca de uma vida santificada, principalmente em igrejas, mosteiros, cruzadas, peregrinações. Todos esses atos ou ações de vida exemplar, simbolizavam, no medievo e nas dramaturgias vicentinas, a caminhada para um encontro de paz com Deus; e ainda, a possibilidade de entender a si mesmo e de viver longe dos pecados mundanos, fora do alcance das tentações do Diabo, buscando fazer o Bem, para no além, gozar das virtudes divinas.

Conclusão

Como bem vimos, falar da Idade Média e da atuação da Igreja Católica neste período, não é uma tarefa fácil. A Igreja cristã estabeleceu, durante toda a Idade Média e os séculos afins, uma conduta moral e espiritual muito adversa sobre o homem, a espiritualidade, a fé e os demais dogmas por ela difundidos. As difusões dos dogmas cristãos e dos movimentos espirituais efetuaram-se de modo muito rápido, tomando assim, grandes e complexas proporções. As orações, as missas, os sermões, as cantigas, os louvores aos santos, a Jesus Cristo e a Deus, bem como outras práticas de boas ações poderiam ser um possível caminho para a salvação e para estar em paz com Deus, com a vida e com a Santa Madre Igreja. Morrer sob a proteção da luz divina, na simplicidade, assim como morreu Jesus Cristo, por exemplo, era o objetivo de muitos devotos do Cristianismo na Idade Média. Assim dizia Huizinga (2015), sobre a Igreja Cristã e sobre os demais costumes criados e difundidos com vigor pelos clérigos e fiéis católicos:

A vida da cristandade medieval é, em todos os aspectos, permeada de imagens religiosas. Não há coisa ou ação em que não se procure estabelecer constantemente uma relação com Cristo e com a fé. (...) Nas Igrejas, ocorre uma multiplicação do número de práticas, conceitos e observâncias que, sem levar em conta a qualidade das idéias que os motivam, atemorizava os teólogos sérios. (...) Os sinais da misericórdia divina sempre a postos tornaram-se cada vez mais numerosos; além dos sacramentos floresciam de todos os lados as bênçãos; as relíquias se tornaram amuletos; a força da oração foi formalizada nos rosários, a colorida galeria dos santos ganhou ainda mais cores e vida. (...) Havia uma tendência a consagrar um ofício especial a cada um dos pontos de veneração da Mãe de Deus. Havia missas especiais posteriormente suprimidas pela Igreja, de devoção à Maria, das suas setes dores, do conjunto de festas marianas (...). Além disso, há ordens religiosas demais (...) e isso acaba levando a uma diversidade de costumes (...). (HUIZINGA, 2015, p. 250-251)

Diante do exposto, fica claro que, para o homem medieval, conforme preconizava os dogmas da Igreja Católica, todas as coisas eram sagradas: o mundo, a natureza, o corpo humano. Em nome de Deus e da Igreja, quase tudo era possível; o seu poder rompia barreiras, derrotava hereges, conquistava lugares, economias e

imperava com um ar de grandeza e soberania, firmando-se, apesar de todas as contradições, como uma grande instituição ao longo dos séculos.

Referências

BAUMGARTNER, Mireille. **A Igreja no Ocidente: das origens às reformas no século XVI**. Trad.: Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2001.

BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. Trad.: Maria Paula Zurawski, J. Guinsburg, Sérgio Coelho e Clóvis Garcia. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL, Reis. **Gil Vicente e o Teatro Moderno**. Lisboa: Editorial Minerva, 1965.

CRUZ, Duarte Ivo. **Introdução à História do Teatro Português**. Lisboa: Guimarães Editores, 1983.

DUBY, Georges. **O Ano Mil**. Trad.: Teresa Matos. Lisboa: Edições 70, 1967.

HELLERN, Víctor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. **O Livro das Religiões**. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HUIZINGA, Johan. O outono da Idade Média. Tradução de Francis Petra Janssen. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

GOMES, José Francisco Silva. A Igreja e o Poder: representações e discursos. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (organizadora). *A Vida na Idade Média*. Brasília: Editora UNB, 1997.

LE GOFF, Jacques. **Uma longa Idade Média**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Trad.: Hilário Franco Júnior. Vol. I. Bauru: EDUSC, 2002.

LINS, Ivan. **A idade Média: a cavalaria e as cruzadas**. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1939.

PETERS, F. E. **Os Monoteístas: judeus, cristãos e mulçumanos**. Vol. II. São Paulo: Contexto, 2008.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

PICCHIO, Luciana Stegagno. **História do Teatro Português**. Lisboa: Portugália Editora, 1968.

PRATT, Oscar de. **Gil Vicente: notas e comentários**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1931.

REBELLO, Luiz Francisco. **História do Teatro Português**. 3 ed. Revista e aumentada. Coleção Saber. Lisboa: Publicações Europa- América, 1967.

RECKERT, Stephen. **Espírito e Letra de Gil Vicente**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

SARAIVA, José Antônio. **Gil Vicente e o fim do Teatro Medieval**. 3 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981.

_____. **Teatro de Gil Vicente**. 3 ed. Lisboa: Portugália Editora, 1967.

TEYSSIER, Paul. **Gil Vicente – O Autor e a Obra**. Trad.: Álvaro Salema. 2 ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e Ministério da Educação: Livraria Bertrand, 1985.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade da Idade Média ocidental: séc. VIII – XIII**. Tradução de Teresa Antunes Cardoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

VICENTE, Gil. **Obras Completas**. Com prefácio e notas do Professor Marques Braga. Vol. I, 5 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.

_____. **Obras Completas**. Com prefácio e notas do Professor Marques Braga. Vol. II, 4 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968.

_____. **Obras Completas**. Com prefácio e notas do Professor Marques Braga. Vol. III, 2 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1943.

_____. **Obras Completas**. Com prefácio e notas do Professor Marques Braga. Vol. IV, 4 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971.

_____. **Obras Completas**. Com prefácio e notas do Professor Marques Braga. Vol. V, 4 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968.

_____. **Obras Completas**. Com prefácio e notas do Professor Marques Braga. Vol. VI, 3 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968.

Recebido em: 31/05/2018

Aprovado em: 20/07/2018

DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO SEXO FRÁGIL A EXEMPLO DA GOVERNANÇA NA PENÍNSULA IBÉRICA

DECONSTRUCTION OF CONCEPT FRAGILE SEX SUCH AS GOVERNANCE IN THE IBERIAN PENINSULA

Janaina Reis Alves¹

Mestre em História Medieval na Península Ibérica pela UNIFAL

Resumo: O livro didático é um material muito utilizado pelas escolas de educação básica. Seu método de confecção e escolhas de temas não são debatidos durante o processo de escolha, ainda que a cada três anos tal material seja reavaliado pelas instituições escolares. No estado de São Paulo a escolha é pautada pelos professores mais antigos das instituições de ensino. Neste caso o livro é escolhido pelo conteúdo ou pela predileção pelo autor? O presente artigo tem por objetivo fazer um levantamento de livros didáticos publicados recentemente a fim de identificar como as personagens históricas femininas são ali apresentadas. No caso, o presente trabalho discute o papel de uma governante que atuou na Península Ibérica medieval e sua pertinência na desconstrução da imagem de sexo frágil atribuída à mulher na Idade Média que ainda está presente nos livros didáticos de História.

Palavras-chave: Idade Média – Livro didático – sexo frágil.

Abstract: The textbook is a material very much used in elementary schools. Its method of production and the choices of historical themes aren't discussed in the process of election of these materials, despite every three years these materials be re-evaluated by school institutions. In the state of São Paulo the choice is guided by the oldest teachers of educational institutions. In this case, how is chosen the textbook? By it's content or for predilection by the author? The purpose of this article is to make a survey of recently published textbooks with the aim to identify how the historical female characters are presented. In this case, the present work discusses the role of Urraca's governance in medieval Iberian Peninsula and its pertinence in the deconstruction of the fragile sex image attributed to women in the Middle Ages. This Middle Ages women image still is present in the textbooks of History.

Keywords: Middle Ages – Textbooks – Fragile sex.

¹ Servidora pública estadual na educação básica (SP) e professora formadora no ensino superior pela UNifei(MG). Mestre em História Medieval na Península Ibérica pela UNIFAL-2017. Graduada em pedagogia pela UFSJ. Pós-graduanda em Design Instrucional pela UNIFEI - 2015. Licenciada em Ciências Sociais pela Unimes - 2014. Graduada em História pela Universidade de Franca - 2011. Contato: moira_alves@hotmail.com.

O fascínio que a Idade média causa nas pessoas não se abriga somente na sala de aula ou na academia, mas perpassa livros, séries, filmes, histórias em quadrinhos. A Historiografia ao avançar na pesquisa, diversificar os campos de atuação, hiper-especializar o trato com a História apresenta as relações pessoais em detrimento dos fatos históricos. (Duby, 1992, p. 12)

Essa aproximação com o cotidiano desperta interesse na sociedade e diversifica recursos que alcançam públicos em todas as faixas etárias. Tal prática permitiu a Mídia apropriar-se dos temas medievais de forma magistral, atendendo a este vasto público que toma para si o que considera mais interessante do *Medium tempus*. Seu intuito não é se preocupar com a verossimilhança histórica e sim se entreter. DUBY (1993) abre caminho na elucidação sobre o deleite da comunidade pelo conceito em sua obra "A história continua" o que corrobora inclusive com a atuação do professor historiador na sala de aula, o pesquisador afirma que:

[...] A Idade Média não é um mundo imaginário, mas é quase desconhecido. Está sendo descoberto. Penetrar nele dá a sensação de transporte a um mundo exótico, mas sem a contrapartida de algum mal-estar. As pessoas sentem-se em casa, como numa casa de campo da família frequentada nas férias. Encontram homens e mulheres vestidos exoticamente e cujos modos desconcertam; nem sempre compreendem o que dizem; mas são nossos ancestrais, herdamos deles; as palavras que usam, os gestos que fazem, as paixões que os sacodem são mais ou menos as nossas, e aquilo em que acreditam não parece, no fundo, assim tão estranho. Partir ao seu encontro é de certa forma voltar ao bom caminho. (DUBY, 1993, p. 99)

Ao adentrar a sala de aula o professor se depara com um grupo que traz suas inferências baseadas em todos esses recursos: livros didáticos, seriados televisivos, histórias em quadrinhos, livros de ficção e outros suportes nos quais cada material apresentará a Idade Média de uma forma própria, que não pode ser considerada errada mas talvez incompleta. Dentre esses recursos e suportes dois supostamente paradoxais atravessam o ambiente escolar: o livro didático e a internet.

O ciber-espaço acomoda os conceitos relacionados a Idade Média. Por vezes, com menor rigor que a pesquisa historiográfica realizada na academia esse espaço democrático possibilita que as informações sejam hospedadas em sítios, institucionais ou não, blogs, entre outros meios. Os temas são trabalhados de forma pessoal onde a divulgação de pontos de vista daqueles que se propõe a escrever. Mas cabe salientar no que diz respeito ao historiador que estes:

[...] não são detectores inertes, leem com olhos sempre novos os mesmos documentos, baseando-se em questionários constantemente adaptados. A maioria dos achados provém desse fermento de fantasia que leva o historiador a afastar-se dos caminhos muito batidos. Provém de seu temperamento, vale dizer, daquela mesma personalidade que a estrita moral positivista pretendia neutralizar. (DUBY,1993, p. 57)

Uma hipótese a ser trabalhada seria a de “uma intensa valorização atual do ato de pensar a história ocorre por meio de um enfraquecimento dos referenciais tradicionalmente acadêmicos de autorização e legitimação do pensamento histórico”.

Não é proposta deste texto esgotar o tema referente a Cibercultura, porém, breve explicação é necessária afim de compara-la com o próximo recurso: o livro didático. Tal instrumento está diretamente relacionado ao processo ensino e aprendizagem na educação básica. Em sua obra *O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação* Rosa Lydia Teixeira Corrêa (2000,p.13) mostra-nos que o livro didático faz parte das fontes historiográficas relacionadas à educação e através dele podemos apreender “marcas transitórias de comportamento modelado” - o que torna o livro didático relevante não apenas no processo educacional, mas também uma fonte importante para a compreensão da estrutura do que se ensina e como se ensina.

Os livros didáticos contribuem na formação dos alunos em todos os ciclos de aprendizagem, e são também ferramentas de apoio para o professor. Em virtude da sua importância, o livro didático não pode ser um aspecto negligenciado no processo

de ensino-aprendizagem; essa importância, contudo, não deve fazer com que o livro didático seja encarado como único recurso possível em sala de aula.

Como material utilizado cotidianamente, a avaliação daquilo que é apresentado no livro didático é de suma importância para que possamos perceber se seus autores têm acertado quanto às exigências feitas pelo Ministério da Educação.

Apesar da realização destas pesquisas nas universidades, por que não percebemos seus resultados e impactos na articulação das propostas de ensino da rede estadual? Uma das possibilidades seria que o processo de produção do livro didático leva um tempo relativamente grande entre a escolha dos temas, sua organização, o posterior tempo de rodagem na gráfica, o processo de comercialização etc.

Seguindo o diálogo com o livro didático, é possível afirmar que esse tipo de recurso contribui para a formação dos alunos em todos os ciclos de aprendizagem, sendo também uma ferramenta de apoio e pesquisa para o professor, por esses fatores é que se faz necessário que o professor avalie sistematicamente de que forma tanto as ilustrações, como os conteúdos, e os textos presentes no livro são abordados. Porém, não se pode utilizar somente esse recurso, embora ele tenha o seu papel no processo educativo.

A escolha desse material, o livro didático, é tão importante para a escola e o processo de ensino aprendizagem que periodicamente é feita a escolha do livro didático a ser utilizado no decorrer daquele ano letivo. Normalmente uma escola, ao definir quais os livros que serão trabalhados, utiliza esse material por cerca de quatro anos, quando ocorre uma nova escolha; porém, por hábito, costuma-se escolher o mesmo livro didático no período seguinte. Daí a importância de sempre reavaliar os conteúdos presentes nesse material ou mesmo ver a possibilidade de renovar através da troca de um livro por outro.

O debate sobre esses temas - livros, formação continuada, estereótipos e abismos entre o que se pesquisa e aquilo que os alunos aprendem na escola - dariam, em si mesmos, origem a muitas pesquisas complexas.

Contudo vale lembrar que aquilo que é produzido nas universidades deve ser apresentado aos alunos das redes públicas - tanto municipal quanto estadual - a fim de formar cidadãos críticos, conscientes e participativos; críticos ao ponto de perceberem que muito do que se deve aprender não está contido apenas no livro didático; conscientes para que consigam buscar aquilo que falta em seu material didático e cientes de que esse é o processo de ensino – aprendizagem.

O livro didático, apesar de acompanhar o estudante por todo o seu processo de formação, costuma ser negligenciado pelos alunos – que, hoje, parecem bastante desinteressados e pouco motivados quanto ao seu processo de aprendizagem.

Por vezes, quando equiparado com obras literárias, o livro didático costuma ser considerado material de menor valor - ou, como Lydia Teixeira Corrêa (2000, p.15) expõe em seu artigo "O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação", não parece ter a mesma importância que romances peças teatrais e obras relacionadas à literatura brasileira.

Mônica Lima (2005, p.159), por sua vez, também defende ideias sobre a formação da identidade nacional – segundo a autora, esta dependerá de como as informações oferecidas auxiliarão o aluno, ajudando a evitar equívocos que podem dificultar o processo educacional.

Desde o início da construção do conhecimento sobre as sociedades humanas sabe-se que elaborar e dar sentido à História de um povo é dar a esse povo instrumentos para a formação de sua própria identidade, com a matéria-prima desta, que é a sua memória social. A inclusão deturpada ou exclusão deliberada de algum aspecto dessa História pode implicar a criação de uma identidade ou de uma autoimagem distinta da realidade daquele grupo humano, distorcida ou definida segundo elementos ideológicos distantes do real. (LIMA,2005 p. 160)

O leitor pode se perguntar: por que seria, portanto, relevante utilizar o livro didático como recurso de uma pesquisa? Fato é que, apesar de ser taxado como o "primo pobre da literatura" (Lima, 2005, p. 159), o livro didático traz muitas informações por trás dos conteúdos ali apresentados.

A questão da atualização ou requalificação do profissional de história, quando professor, acontece de forma consciente quando esse historiador está inserido no ambiente acadêmico. Mas a partir do momento em que este profissional ingressa na docência, a carga de trabalho, aliada aos baixos salários e à acumulação de cargos, dificulta o processo de formação continuada, que poderia tornar esse profissional dinâmico e capaz de lidar com as necessidades de seus alunos, a fim de passar informações coerentes durante o processo de ensino-aprendizagem (Souza, 2012, p.18/19).

A utilização da mídia impressa ou televisiva é um recurso que pode ser trabalhada pelo professor - assim, a reprodução de informações que circulam pela mídia servirá para que seja feita uma análise crítica por parte dos alunos, em que o professor pode servir como facilitador e mediador da discussão entre o material utilizado em sala de aula e os demais materiais a serem utilizados, de forma a estimular esses alunos a perceber a ligação entre o que se aprende na escola e o que acontece mundialmente.

O cuidado que o professor precisa tomar é que as vinculações de informações midiáticas não podem estar desvinculadas de arcabouço teórico. No caso do ensino fundamental o embasamento teórico utilizado pelos alunos é o livro didático e o próprio livro didático pode assimilar ideias equivocadas ou ainda mal formuladas sobre determinados temas - isso porque, como dito anteriormente, a matéria vinculada nos bancos das universidades, no momento de formação do docente, acaba não dialogando com os alunos dos bancos escolares dos ensinos Médio e Fundamental.

O livro didático participa tanto do processo de formação do professor quanto da formação do aluno em sala de aula, e podemos perceber que esse material acaba por representar os valores predominantes de uma época, indo ao encontro do que afirma Fonseca:

(...) o livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo,

muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. (...) Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo. (FONSECA, 1999 p.204)

Esse panorama - universidade, ciclos iniciais, lapso temporal, a falta de formação continuada, somados a uma educação que é considerada um dos recursos privilegiados no processo de construção do perfil de um cidadão crítico em um país que vive em metamorfose - culmina com um professor que adentra a sala de aula e se depara com um caleidoscópio de informações trazidas por alunos dos mais variados locais além do próprio livro didático.

Quanto aos conteúdos apresentados no livro didático, é possível perceber a dificuldade de relacionar a pesquisa universitária aos temas que chegam aos bancos escolares, discutindo aspectos como preconceito e estereótipos. Essas temáticas, por vezes deixam de ser abordadas talvez por receio de adentrarem por terrenos arraigados socialmente que hoje se restringem aos temas transversais, porém o professor que está em sala de aula e que por vezes não discutiu na universidade essa temática transversal necessita de atualização através da formação continuada para dar conta de ministrar esses conteúdos.

A discussão a respeito do que nos diferencia e nos une enquanto sociedade se faz a partir dos temas transversais, e poucos são os materiais didáticos disponibilizados na rede pública que tratam do tema preconceito referente as minorias; conseqüentemente, fica a cargo do professor em qual momento da formação do educando esse tema será discutido.

Análises como a aqui proposta que não é trabalho para uma única geração deve ser desenvolvido também nos bancos escolares através da readaptação dos instrumentos de ensino, um dos muitos exemplos é o que ocorreu com o livro didático. Segundo Néri de Barros Almeida (2013, entrevista) houve uma mudança no

que se ensina na escola através do livro didático e porque não das inferências dos alunos a partir da filmografia.

A pesquisadora afirma que a história factual e conteudista da década de 70 (período que fez uso do livro como aluna) cedeu espaço a uma nova história, porém, essa transformação ainda está em processo o que faz pensar na necessidade de uma nova geração de estudiosos em história interessados em dar aula e produzir material didático de melhor qualidade para o ensino pré-vestibular, afinal para a produção de um material condizente com os estudos da contemporaneidade é necessário ainda um diálogo entre o ambiente escolar e o acadêmico:

Na medida que fomos conhecendo um pouco melhor e formando uma memória histórica a partir de ensino e outros momentos dessa idade dessa idade média conhecendo um pouco melhor os espaços, nós vamos atingir um conteúdo um pouco mais equilibrado e eu acredito que a visão de idade média tende a se transformar. (ALMEIDA,2013)

A fala da pesquisadora corrobora com resultado de uma pesquisa informal realizada durante a produção desse artigo: em livros observados das editoras, Editoriais SM, Ática, Scipione e moderna, que atendem alunos do ensino fundamental e médio, somente em um deles o conteúdo está próximo ao tema desse trabalho e apresenta a mulher mais próxima da personagem histórica aqui apresentada.

Para exemplificar vamos dar uma olhada em algumas edições?

Azevedo e Seriacopi (2010) Apresentam por meio da coleção "História em Movimento" que as mulheres medievais Franças poderiam casar para fortalecer alianças, desta forma a mulher é representada enquanto moeda de troca, os autores ainda se prendem a França e Itália o que acaba por deixar a História medieval Ibérica sem menção. (p.203) Já no projeto Telaris, dos mesmos autores para a mesma editora a única menção que se faz da idade média se trata de comentários muito rasos sobre o império Franco.

Também os autores Motooka e Barbosa (2012) apresentam uma coleção que aborda a importância do império Franco e nem cita a península Ibérica. A única vez

que a mulher é apresentada no texto é em um exercício denominado Dossiê Onde no subtítulo: Uma aventura cheia de Intrigas afirma que Pelles “disse que a Inglaterra estava cheia de pecados, devido ao romance da rainha Guinevere, mulher de Artur com o melhor de todos os cavaleiros da Távola redonda Sir Lancelot” e segue ainda que tal romance fora tramado pela “invejosa fada Morgana, meia irmã de Artur que queria destituí-lo do trono e tomar seu poder”.

Já na coleção de Campos (2013), na página inicial observamos uma Iluminura do beijo de Lancelot e Guinevere.- a traição da esposa quebra a ordem e o equilíbrio. Usam das mesmas falas supostamente atribuídas às lenda, porém o autor esquece de frisar que se trata de uma lenda e a partir dali poderia desconstruir a imagem da mulher traidora, o que não é feito.

Na página 140 o autor aborda a “Conquista da Península Ibérica” pela força e estudos recentes já apontam a entrada desses povos na península não pela força, mas por pactos e miscigenação cultural. Quem ninguém teria imposto sua cultura sobre os povos ibéricos tal como é citado no texto. A Idade média é apresentada como uma representação do rei Artur e a tábola redonda inclusive em exercícios propostos onde o filme Excalibur aparece como objeto de análise.

Atualmente em estudo recente na Universidade Federal de Alfnas me deparei com a seguinte pergunta: do que se trata a Reconquista se na verdade os Ibéricos não perderam territórios para os árabes e mulçumanos?

Por fim Vicentino (2009), apesar de fazer um trabalho razoável na desconstrução da ideia de que nada se produziu durante a Idade Média, aqui a situação da mulher é totalmente ignorada. Não há nenhuma menção sobre as alianças, os casamentos ou mesmo os “pecados”. Bom, se por um lado o texto se cala sobre a visão de Eva apresentada nos demais livros também não evoca os possíveis papéis desempenhados pelas mulheres medievais.

Isto posto nos cabe a reflexão sobre as escolhas tanto dos livros quanto do que os autores têm apresentado como material corriqueiramente utilizado na sala de aula.

Quando a mulher surge na história precisamos nos recordar que normalmente é pela visão masculina e esses homens, normalmente clérigos, passam a maior parte de seu tempo evitando a mulher por esse ou aquele motivo eram responsáveis por descreve-la. A imagem presente no livro didático, dependendo da formação dos escritores - como vimos anteriormente - pode ser um pouco mais carregada de estereotipações, quando não a ausência de tais figuras é gritante e uma vez que passamos por esse recurso em algum momento de nossa formação estudantil, esses ecos do passado são registrados pelo estudante da forma que ali foram apresentados.

A explicação de um conceito enquanto representação social, a exemplificação dos estereótipos criados em teorias já em desuso possibilita uma reavaliação do papel da mulher acerca da sociedade tanto no passado quanto no presente. Essa discussão se torna um exercício válido pois o educando precisa entender e desnaturalizar as representações sociais, porque ao desatualiza-las percebe o quão internalizado pode estar em indivíduo um determinado conceito e essa percepção pode inclusive corroborar para a melhora da dinâmica que envolve a "relação do indivíduo com grupo dentro de um determinado ambiente" (Moscovici, 2004).

Neri de Barros Almeida em entrevista para o programa Diálogos sem Fronteira trata do tema Idade Média e nós, discorre sobre o fascínio da IM na contemporaneidade vem de uma construção do conceito que é exterior ao próprio período e que houve difusão desse interesse com a derrocada da Idade Moderna.

Me ocorreu de imediato a forma como Muitos historiadores e não somente o público em geral passaram a viver, a partir dos anos 60 na Idade Média indícios de formas de liberdade que eram desejados pela modernidade e que havia que havia perdido, por exemplo, uma relação mais direta com a natureza. (ALMEIDA, 2013)

A pesquisadora fala ainda sobre as duas idades médias que temos ainda hoje uma para enaltecer e outra para depreciar e que de acordo com a apropriação feita podemos perceber um avesso de um período ou a busca por valores não

encontrados no mesmo e desta forma a Idade Média servirá para justificar ou limitar uma série de afirmações, dentre elas a violência endêmica “apresentada de forma criteriosa e justificada, que nos remete a uma análise das duas guerras do séc., XIX” ou o papel da mulher que como dito anteriormente, muda a partir da década dos anos de 1960.

Ao se pensar em apropriação é necessário considerar o uso político de conceitos historiográficos no cotidiano e ali também é possível perceber uma mudança no que diz respeito a Idade média. Atualmente muito se discute sobre a questão da ruptura que permanece em algumas correntes historiográficas. O combate a essa noção de ruptura é fundamental para uma análise desse tempo histórico, não para justificar fatores externos a ele, mas sim para uma tentativa de compreensão dele por ele mesmo.

(...) nenhum outro período histórico que eu conheço é tão dependente do artifício explicativo da ruptura com a idade média, período que a gente estuda fundamentalmente a partir de 3 rupturas. A Ruptura com o mundo antigo, com a modernidade e a ruptura dentro da própria idade média: a ruptura do mundo carolíngio em relação a barbárie no início da idade média, depois temos a rebarbarização com o fracasso, digamos assim, do processo carolíngio. (ALMEIDA, 2013)

O objetivo desse texto será ponderar o quanto é elástica essa definição de “sexo frágil”, uma vez que ao assumir posições de comando do pai ou do marido, em sua maioria, as governantes eram tão fortes quanto seus equivalentes masculinos.

Alguns conceitos desenvolvidos no medievo relativos ao feminino são reproduzidos atualmente, a donzela, a castelã, rainha, feiticeira. A desconstrução de alguns conceitos deve ser colocada em debate, pois, somente assim será possível findar alguns preconceitos imbricados à figura feminina. Para tanto é primordial compreender como determinado conceito sai de uma relação não familiar e se torna familiar à sociedade, situação ocorrida com a mulher no decorrer da Idade média.

Se cabe ao historiador, segundo Moscovici, compreender as representações sociais enquanto conceito, caberá a esse mesmo historiador enquanto educador, saber qual o ponto de partida dos conceitos que possam surgir do senso comum durante os diálogos realizados com o aluno. Isso para que não seja construído o conhecimento baseado em teorias ultrapassadas. A Idade média é um bom exemplo dessa situação, pois, de acordo com cada vertente historiográfica é possível verificar características muito específicas atribuídas ao período.

Por isso, há necessidade do professor historiador ter o hábito da pesquisa e o interesse em compreender as representações sociais, pois assim, ele poderá fazer uso dos conceitos apresentados pelos alunos para que a partir deles o conhecimento seja transformado e construído adequadamente desde que seja capaz de organizar todas as características de acordo com a própria Historiografia.

Exemplo dessa proposta seria a desconstrução dos preconceitos quanto ao gênero debatido em sala de aula. Desde a divisão de trabalhos em sociedades pré-históricas a mulher tem por condição social ficar mais próxima da prole e, por sua menor força física, ao invés de caçar longe do grupo realizava seus afazeres próximo ao local que habitava.

Durante a Idade média a mulher foi apresentada sob a alcunha do sexo frágil e tal conceito chegou aos dias atuais e é repetido por adolescentes como se todas as mulheres necessitassem da proteção de uma figura masculina.

Segundo literaturas variadas e relacionadas a igreja, desde a retirada da costela torta de Adão (Kramer; Springer, 2007, p. 17), a mulher tornara-se possuidora de um pecado inerente a sua existência e sua salvação esteve diretamente relacionada a sua subserviência e autoridade em relação ao masculino. Daí surge a ideia de fragilidade e submissão que sempre esteve ligada à mulher na história, principalmente Idade Média.

Essa fragilidade atravessa os tempos e aparece na contemporaneidade em alguns casos com a mesma força que no passado. Tal situação pode ser explicada através do conceito de representação social apresentado por Moscovici cuja a

realidade é de fácil compreensão, porém, o conceito não, dadas “diversas razões históricas que devem ser descobertas e compreendidas” (Moscovici, Ano.p.40/41).

Desta forma a desconstrução do conceito fragilidade só poderia ocorrer após análise da sua constituição no passado, sua aplicação e familiarização e por fim com a tomada de exemplos que fundamentem o oposto daquilo que foi apresentado enquanto representação. “Uma vez cunhado, um conceito passa a conter em si, do ponto de vista exclusivamente linguístico, a possibilidade de ser empregado de maneira generalizante, de construir tipos ou permitir ângulos de vista para comparação”. (KOSELLEC, 2006, p. 115)

Em suas próprias palavras, “poder das ideias” de senso comum, isto é, no “estudo de como, e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas [...]” (Moscovici, apud Duveen, p. 8). Em síntese, preocupou-se em compreender como o tripé grupos/atos/ideias constitui e transforma a sociedade.

Muitos pensadores contribuíram para que posição de inferioridade da mulher fosse fundamentada. Religiosos como São Tomás de Aquino dizia que “ela era um ser accidental e falho e que seu destino é o de viver sob a tutela de um homem, por natureza é inferior em força é dignidade. Com vistas na desconstrução de tal modelo historiadores como Georges Duby, Le Goff, Joan Scott - esta última tem pesquisas sobre a mulher medieval, mas sim sobre gênero -, entre outros, pesquisam as condições do feminino durante a Idade Média. Duby inova ao pesquisar o gênero feminino no cotidiano, ciente que sua pesquisa se baseia em ecos que o masculino apresenta em documentos históricos. Através da fragmentação apresentada em cada mulher que passa pelo imaginário masculino da sociedade medieval é possível vislumbrar a imagem da mulher, como em um caleidoscópio, em seu cotidiano naquele período mesmo que suas histórias tenham sido escritas por homens.

Sabia bem que não veria nada de seu rosto, de seus gestos, de sua maneira de dançar, de rir, mas esperava perceber alguns aspectos de sua conduta, o que pensavam de si próprias, do mundo e dos homens. Nenhuma de suas palavras me chegou diretamente. Todos

os discursos que, em seu tempo, lhes foram atribuídos, são masculinos. (Duby, 1993, p. 379)

Duby desenvolve três obras relacionadas ao feminino, sendo "As damas do século XII" a mais profunda acerca do papel de mulheres aristocratas e de personagem mítica da cultura europeia. A terceira geração dos Annales, representadas nas figuras de Le Goff quanto Duby, se preocupa a contribuição social que a mulher pode dar e com isso a história já não se preocupava tanto com os fatos e datas tal qual os positivistas, as relações pessoais passaram a ter igual importância.

Duby debateu magistralmente sobre a imagem do feminino construído por monges e padres e trabalhou de forma consciente para que não ocorresse uma romantização da mulher expressa em ideologias como da submissão natural da mulher em relação ao homem. Mesmo com a escassez de documentação a história problematizadora passou a fazer novas indagações a documentos já analisados, e o elemento feminino tornou-se objeto de estudo das ciências, fosse na história, na sociologia ou na antropologia.

Suas análises do elemento feminino baseiam-se em duas vertentes: a eclesiástica e a laica, o casamento é um bom exemplo a ser analisado. Segundo Duby, dentro de uma perspectiva de sacralidade a instituição do matrimônio é descrita como um código regulador inserido nas relações culturais no mundo medieval. A evolução do casamento é traçada a partir de um intenso processo de cristianização da sociedade. Já em uma perspectiva laica fundamentada na noção de herança, homens dos estratos superiores estabeleciam alianças matrimoniais para reproduzirem relações de poder e riqueza no seu meio.

Assim como será apresentado posteriormente em nosso exemplo ao filho primogênito varão era concedido o direito de ter filhos e perpetuar a linhagem de seus antepassados, a ele estaria disponível toda honra glória, bens e responsabilidade pela manutenção de sua dinastia.

O lugar comum e por excelência da mulher nesse contexto é de matriarca, responsável por dar ao marido um filho varão, sendo que havendo impossibilidade a

mulher que não gerasse filhos poderia ser repudiada podendo o casamento inclusive desfeito. Desta forma para o historiador a posição da mulher no medievo encontra-se atrelada a valores, ao convívio, a política, as relações de poder desse período. (DUBY, 1993)

Desta forma a mulher sai da condição de excluída e passa a ser vista como sujeito histórico que tem sua experiência ainda apresentada por homens que a descreve porem aqui há um vislumbre do feminino enquanto possível objeto de análise. Atualmente a historiografia conta com um movimento de história das mulheres que atrai pesquisadores norte-americanos, italianos e franceses, sendo os dois últimos os dois principais polos de investigação histórica sobre as mulheres.

Joan Scott inova ao apresentar o gênero como nova categoria de análise histórica e abre espaço para uma história das mulheres. A pesquisadora apresenta a construção social dos papéis do masculino e do feminino baseada na diferença existentes entre os sexos e nas relações de poder implícitas entre os gêneros. Para uma história social das mulheres, já na década de 80, a pesquisadora afirmava que:

É preciso assim desconstruir os conceitos normativos expressos em discursos religiosos, educativos e científicos que muitas vezes adquirem a forma de uma oposição binária que afirma categoricamente o sentido de masculino e do feminino e que encobre os conflitos internos das relações entre os sexos. (SCOTT, 1986, p.14)

Havia a esse tempo a consciência de que normalmente se chegava até o elemento feminino por meio do olhar dos homens, mas a pesquisa historiográfica se inova ao analisar novamente os documentos na busca da ocupação das mulheres em espaços que não eram seu por excelência. Porém, há um cuidado que se deve tomar o de não escrever uma história das mulheres excluindo a presença do elemento masculino.

Na tentativa de desconstruir tal conceito é necessário entendê-lo enquanto representação social, compreender os motivos que transformaram seu uso em algo tão familiar ao ponto do homem não se perguntar onde, como e com qual finalidade

este conceito fora criado. Seu uso, por si só, legitimou o significado que a ele era atribuído. Podemos pensar um conceito enquanto pesquisa e também enquanto construção coletiva. O coletivo constrói uma imagem da mulher fragilizada baseado na mídia e nos ambientes de socialização como a escola. Com isso o conceito incorpora referências vindas dos historiadores e da historiografia, mas também há presença de uma somatória de “senso comuns”, de referências tidas já como ultrapassadas e de clichês popularizados no meio literário, cinematográfico e televisivo.

Atualmente ao invés de se preocupar em fazer uma “História da mulher”, é preferível estudar o papel dessa mesma mulher na História. O diálogo referente ao papel da mulher enquanto sujeito histórico permite compreender como se dá a apropriação desse sujeito, pois, cada escola historiográfica fará uso das características mais convenientes. Desta forma a historiografia medieval, apresenta, coetânea a utilização desse conceito, governantes femininas que saíram da condição de infanta e governaram seus territórios, forjaram alianças, enfrentaram guerras tendo papéis fundamentais na manutenção do poder de algumas dinastias. Ou ainda abadessas de mosteiros femininos de Leão e Castela que põe por terra a construção social vinculada a relação de poder que desfavorecia o gênero feminino (Nascimento,1997).

Aqui as teorias misóginas perdem sua força, pois, apesar da *ecclesiae* recorrer constantemente a teóricos antigos e medievais para se afirmar uma suposta submissão da mulher medieval, em concreto se percebe a construção de verdadeiros paraísos particulares autodeterminados e autônomos economicamente como resultado da própria conjuntura de reclusão causada pela origem nobre das monjas de León, responsáveis pela manutenção dos dotes, aquisição de terras e assim sucessivamente.

As monjas cistercienses são retrato do abismo entre o poder real da mulher e a carência de poder teórico que lhes é concedido. Cabe ressaltar que a relação é muito mais econômica do que de gênero uma vez que uma mulher nobre tinha mais poder que um camponês dentro da sociedade feudal (Nascimento,1997 p.87).

A Península Ibérica tem um arcabouço de governantes femininas cujos papéis foram fundamentais no curso da História, Maria de Molina, Branca de Castela, Beriguela, Urraca I são alguns desses agentes históricos fortes que orquestraram uniões como a de Leão e Castela e se destacaram quando o assunto eram questões políticas ou administrativas. Segundo Le Goff "Dar uma mulher à família com quem outra família se reconcilia, coloca a esposa no centro do entendimento. A esse penhor e instrumento de concórdia atribui-se um papel que ultrapassa o seu destino e as suas aspirações pessoais. "

Assim como acontece com o conceito de Idade Média ocorre apropriações e esteriotipações acerca da mulher naquele tempo enquanto "sexo frágil", submissa ou então o seu extremo oposto, como figura indomada, praticante de feitiçaria. A Igreja transforma a mulher em algo a ser controlado, pois no seu corpo habita tanto o pecado quanto o milagre da gestação. Constantemente a mulher é apresentada como ser inferior ao homem e este deve exercer sua autoridade, tomando as principais decisões relacionadas ao cotidiano:

A autoridade é a palavra-chave que domina a visão masculina das relações entre os cônjuges e que foi a única a ser-nos directamente transmitida. O homem, primeiro ser da criação, a imagem de Deus mais semelhante ao original, a natureza mais perfeita e mais forte, deve dominar a mulher. Estes temas, insistentemente repetidos, encontram aplicação no mundo fechado da vida familiar e, ao mesmo tempo que justificam a subordinação da mulher, justificam igualmente a divisão das tarefas que daí deriva. O homem tem uma autoridade «natural» sobre a mulher. Base teórica da reflexão de numerosos tratados a partir do século XIII, a fraqueza e a inferioridade da natureza feminina impõem, desde a Antiguidade, que o domínio em que as mulheres dispõem de uma certa autonomia seja muito circunscrito. (Klapisch-Zuber , 1989, p.205)

Le Goff afirma em sua obra *O Homem Medieval* que "há poucos textos, poucas imagens da mulher e da família que nos transmitem a voz das principais interessadas". O que constitui realmente uma barreira e demanda pesquisa acerca das personalidades que poderiam ser analisadas.

Houve destaque, dentre as leituras realizadas para a construção desse texto, a vida de Urraca I, filha de Afonso VI com a rainha Constança de Borgonha. Esta servira de barganha e seu casamento fora uma aliança imposta por seu pai. A exemplo das tradições medievais, segundo Le Goff enquanto jovem, pela sua condição de mulher exigia-se a obediência cega ao pai, ao irmão ou ao tutor, calando as suas íntimas aspirações para aceitar o homem que escolheram para ela. (Klapisch-Zuber , 1989, p.121)

Após o enlace a infanta torna-se condessa, viúva e rainha em um curto período. Urraca vê seu destino atrelado ao reino após a morte de seu meio irmão Sancho na batalha de Uclés, ao se tornar a melhor candidata a suceder o pai. A corte aceita a designação real, porém exige que ela contraia novo matrimônio pois esta ficara viúva um ano antes e afim de evitar o embate entre os nobres castelhanos e leoneses Afonso VI decide casar Urraca com Afonso I de Aragão.

A necessidade de proteger o reino do perigo muçulmano e a pressão da nobreza compelem a rainha D. Urraca a desposar Afonso I de Aragão, jovem cavaleiro e nobre. Esse casamento, que buscava a solução dos problemas da península, não teve o resultado esperado, do contrário: as consequências foram das mais atroz. D. Henrique rebelou-se violentamente e não reconheceu D. Urraca como rainha da Espanha e, além disso, preparou a independência do seu condado. O clero protestou pela intervenção do arcebispo de Toledo, primaz da Espanha, que exigiu a anulação do casamento por se tratar de parentesco em grau proibido pela Igreja. (GALLI, 1997 p.29)

A aliança não alcançou o resultado esperado e o casamento foi anulado pelo papa, pois ambos eram parentes em grau proibitivo. O esposo não se preocupara com a anulação, porém, Urraca que se casara contra vontade aproveitou a situação para se ver livre daquele que pretendia desapropriar-la de seus bens e também do reino. Apesar de se legitimar enquanto herdeira, seu cunhado D. Henrique não a reconheceu como rainha e passou a tramocar a independência do condado portugalense.

A exemplo das tradições muçulmanas a rainha traz os benefícios da herança e de possíveis alianças e apesar de ser forçada a casar por duas vezes não transmitiu a seus maridos o poder régio, permanecendo rainha. Ao contrário do que alguns cronistas do período insistiram em apresentar “ela ocupa lugar de destaque no mundo das decisões, porque os homens se ausentavam muito e morriam nos períodos de guerra, a condição das mulheres floresce...” (Kramer; Sprenger, 2007, p.73)

Desta forma, Urraca colabora com a desconstrução da figura da mulher enquanto sexo frágil. Urraca reinara por todo um período, enfrentou ataques do ex-cônjuge, subjugara a irmã, defendeu territórios, com o mesmo sucesso tal qual um par masculino teria feito.

Teresa, [irmã ilegítima de Urraca I] mulher sagaz, desleal e bela, cuidou logo de explorar os conflitos dinásticos em favor de sua autoridade, induzindo Afonso de Aragão a romper com D. Urraca. Porém a crise, desencadeada pelo choque deste monarca como os nobres e burgueses de Castela, obrigou Afonso a retirar-se para os seus domínios, em Aragão. D. Urraca ficou irada com a atitude da irmã D. Teresa, que, para aplacá-la, se declara sua vassala. Em 1115, vêmo-la nas Cortes de Oviedo como infanta submissa (41:75-7). Estabelece-se o tratado de Lanhoso, pelo qual D. Teresa se reconhece vassala, prometendo defender a irmã contra os inimigos e traidores cristãos e mouros. Em compensação, D. Urraca concedia à irmã muitas terras em Salamanca, Ávila, Toro e Samora, com rendas e direitos senhoriais destas cidades. (GALLI, 1997 p.31)

Este é somente um dos muitos exemplos de êxito da governança feminina na península Ibérica durante o período medieval. Analisá-lo e compará-lo com o conceito de sexo frágil aplicado pelo senso comum possibilita perceber que este senso comum baseia-se em uma teoria há muito ultrapassada, porém, ainda assim se trata de uma teoria e isso deve ser explicado em sala de aula, o quando, o como, o porquê da sua utilização e a benefício de quem, pois dessa forma o aluno pode refletir e construir o conhecimento de forma crítica.

A partir dessa análise realizada em ambiente escolar o educando pode levar a cabo todo o processo reflexivo sozinho em situações vividas no cotidiano de forma autônoma. Outros pré-conceitos poderão ser reavaliados, descartados ou não, porém, a relevância está na aplicação do processo que fora apreendido afinal na vida nem todo conteúdo deve ser recebido como pronto ou acabado.

Referências

- ALMEIDA, Neri de Barros. A Idade média e Nós. In: **Diálogos sem fronteiras**: 13 de Abril 2013. Entrevista concedida a Pedro Paulo Funari. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x-CjZapMwTs>> Acesso em 10 de set 2015
- AZEVEDO, Gislaíne C; SERIACOPI, Reinaldo. **História em movimento**. Ensino médio. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2010
- BUENO, Rodrigo Poreli Moura; SOUZA, Cesar Augusto Neves. **O Tema da Sexualidade na Longa Idade Média: Concepções de Masculino e Feminino**. Disponível na Internet via <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=210#_ftn1>. Acesso em 01 de set 2015.
- CAMPOS, Flavio de. **Oficina da história**. 1. 1ª edição. São Paulo, Leya, 2013
- FERREIRA, Maria do Rosário. **Entre conselho e incesto: a irmã do rei**, e-Spania [Online], posto online no dia 23 Novembro 2011, consultado o 02 Setembro 2015. URL : <http://e-spania.revues.org/20879>
- FONSECA, T. de L. e. O livro didático de História: Lugar de memória e formador de identidades". In: **Simpósio Nacional da Associação Nacional de História**, 20, Florianópolis, 1999. História: fronteiras / Associação nacional de História. São Paulo: Humanitas, FFLCH, ANPUH, 1999.
- GALLI, S. **A cruz, a espada e a sociedade medieval portuguesa**. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 1997,
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/Feminino. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. (Orgs.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: Edusc, 2006, v. 2, p. 137- 150.
- KLAPISCH-ZUBER, Chistiane. A Mulher e a Família In.:LE GOFF, J. **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- KRAMER; Heinrich; SPRENGER, Jacobus. **Malleus Maleficarum: O Martelo das Bruxas**. Tradução: Alex H. S. Brasil: Rosa dos Ventos, 2007.
- LE GOFF, J. **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
- LEITE. Marcia M.S.B. **Representações femininas na Idade Média: Um olhar de Georges Duby**. Sitientibus, Feira de Santana. N. 21. P.37 a 50. Jul/dez.1999

- LIMA, Monica. **Fazendo soar os tambores: o ensino de História da África e dos africanos no Brasil**, Cadernos Penesb/UFF nº 5, 2005,
- MACEDO. José R. MONGELLI, Lênia M.A. **Idade Média no Cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal** - volume 1 . Lisboa: Palas Editores, 1977.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MOTOOKA, Débora Y; BARBOSA, Muryatan S. **Para viver juntos: história 6ºano: ensino fundamental**. 1ª edição. São Paulo: edições SM, 2012.
- NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. **Ser Mulher na Idade Média. Textos de História**. Brasília, v. 5, p. 82-91, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5807/4813>>. Acesso em: 08 jul. 2016. PORTUGAL Dicionário Histórico. Disponível via Internet via <<http://www.arqnet.pt/dicionario/henriquec.html>> Acesso em 1 de set. de 2015.
- PALLARES, Maria del Carmo, PORTELA, Ermelindo. **La Reina Urraca**. Editorial NEREA, 2006. PORTUGAL Dicionário Histórico. Disponível via Internet via <<http://www.arqnet.pt/dicionario/henriquec.html>> Acesso em 1 de set. de 2015.
- RIBEIRO, Aurení. **O Preconceito Contra as Mulheres na História**. Disponível via Internet via <<http://www.overmundo.com.br/banco/o-preconceito-contras-mulheres-na-historia>>. Acesso em 1 de set. de 2015.
- SCOTT, Joan, "Gender: **A Useful Category of Historical Analysis**" in: **The American Historical Review**. Dec- 1986, vol. 91, no.5, pp. 1053-1075.
- SILVA, Carolina G. Historiografia medieval feminista: a questão da mulher nas esferas de poder na historiografia norte-americana. In.: **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo**. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Disponível na Internet via: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ST%2013/Carolina%20Gual%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em 08/set/2015.
- SOUZA, Marina de Mello e. **Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África**. Revista História. Hoje, v. 1, nº 1, p. 17-28 – 2012, p.18/19.
- VICENTINO, Cláudio. Coleção: **Projeto Radix**. 7º ano. 1ª edição São Paulo, Editora Scipione, 2009.

Recebido em: 30/05/2018

Aprovado em: 30/07/2018

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: DO ENTENDIMENTO DA OBRA AO ESTUDO DE SUA RECEPÇÃO

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: FROM THE UNDERSTANDING OF THE WORK TO THE STUDY OF ITS RECEPTION

Krisley Aparecida de Oliveira¹
PPGH-UFG

Resumo: O esforço de tentar trazer luz ao trabalho e pesquisa de José Honório Rodrigues nesse texto, parte de sabermos da importância de tal historiador no cenário dos estudos de historiografia brasileira, e, entendendo-o como uma figura que merece local especial, primeiro enquanto um dos pesquisadores que mais dedicou-se ao tema, na produção e investigação de livros de história, a ponto de ser considerado, pelos que já se debruçaram a estudá-lo, como o que mais produziu sobre o assunto, e, em segundo, por ser autor de inúmeros livros, relativos a diversos assuntos, temas e acontecimentos marcantes na história do Brasil. Portanto, pensar como foi, e é, a recepção, análise e estudo da obra de José Honório na academia, é de extrema importância para a preservação e compreensão de tão notório pensador.

Palavras-chave: José Honório Rodrigues – Historiografia brasileira – Pesquisa histórica.

Abstract: The effort to try to bring light to the work and research of José Honório Rodrigues in this text, is based on knowing the importance of such a historian in the scenario of studies of Brazilian historiography, and, understanding him as a figure that deserves special place, first as one of the researchers who most dedicated to the subject, in the production and research of history books, to the point of being considered, by those who have already studied this, as to the one who produced most about the subject, and, secondly, for being the author of countless books on various subjects, themes and events that are striking in Brazilian history. therefore, to think how it was, and is, the reception, analysis and study of the work of José Honório in the academy, is of great importance for the preservation and understanding of such a notorious thinker.

Keywords: José Honório Rodrigues – Brazilian historiography – Historical research.

¹ Mestranda em História pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás; bolsista da CAPES; e-mail: krisley6@hotmail.com.

*[...] Todo historiador, como todo escritor,
É a soma de si mesmo,
de todas as suas raízes e influências.
José Honório Rodrigues²*

O objetivo do presente texto será lançar mão de uma análise acerca da recepção da obra de José Honório Rodrigues na academia, e o que vem sendo produzido acerca do mesmo, tendo em vista, o considerarmos um grande nome e representante da historiografia brasileira.

Para tanto é importante salientarmos que, o momento crítico dos estudos historiográficos costuma ser entendido como o sintoma de um momento singular de crise da disciplina nas décadas finais do século XX, marcada por uma tomada crítica e reflexiva dos historiadores acerca de seu ofício e dos pressupostos da pesquisa histórica. Mais do que simples, para alguns, e mais inquietante para outros, questão de campo disciplinar, o que se observa e analisa agora é o problema de uma "consciência historiográfica", para utilizarmos a expressão de Pierre Nora, o que contribuiu de forma decisiva para o entendimento da historiografia como lugar de memória e, portanto, como objeto, entre outros, de investigação dos historiadores.

Em busca de desvencilhar a identificação do conhecimento do passado com simplesmente o exercício de rememoração, a história da história, aliada às demandas dessa nova "etapa epistemológica" da disciplina, passou a se orientar por uma sequência de questionamentos acerca dos procedimentos e categorias conceituais que tornam possível a sua produção, bem como das mediações sociais de sua difusão.

No que se refere ao contexto brasileiro, os estudos de José Honório Rodrigues, costumam ser atribuídos como pioneiros para a historicização da produção historiográfica nacional (GUIMARÃES, 1995). Enfim, desde que passou a ser entendida

² Nota manuscrita de José Honório Rodrigues encontrada por Leda Boechat Rodrigues dentro de um volume do *Brasil e África*.

como dotada de historicidade, ou seja, condicionada pelo ponto de vista de seu autor, lugar de sua elaboração e tempo, tanto a pesquisa como a escrita da história passaram a demandar a abordagem crítica das produções historiográficas que a precederam.

Dividiremos o nosso texto em três partes para melhor compreensão da amplitude da obra e estudos sobre José Honório, no primeiro momento, falaremos um pouco acerca de sua biografia, pois entendemos que está diretamente ligada à sua produção intelectual. No segundo momento, faremos um breve levantamento acerca da produção historiográfica feita por José Honório, e, por fim, uma investigação acerca da recepção da obra do mesmo dentro da academia e como ele vem sendo estudado.

Vida refletida em obra

Como é comum entre escritores, a biografia de José Honório é eminentemente intelectual. Teve uma vida dedicada a uma causa (o cultivo da história), consumindo-se nela, portanto, não há que se procurar em sua vida momentos de aventura, cargos cheios de pompas, ou atitudes estrondosas. Em nosso breve texto, daremos ênfase apenas em sua formação e nos cargos que ocupou, o que em nossa percepção evidencia uma coerência exemplar de comportamento, e, pensamos que, está aí a chave para o entendimento de quanto escreveu.

Nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913, saiu de sua cidade algumas vezes para viagens, quase sempre de trabalho. Mesmo quando viajava a passeio, não deixava de visitar, arquivos, bibliotecas e museus. Passou temporadas mais longas no exterior, com bolsas de estudo e pesquisas, ou enquanto professor, em encargo de grande significado no cultivo da especialidade escolhida. Passou quase toda a sua existência morando no Rio de Janeiro, o que lhe agradava bastante, pois amava a cidade com exaltação, fosse no Centro antigo, rico de passado, ou em Ipanema, em seu apartamento próximo da praia. No exterior, ficava quase sempre

deslocado, renegando os hábitos ou comidas, nostálgico da paisagem habitual. Entusiasmado referia-se à condição de carioca, de raízes materna e paterna.

Sentia-se orgulhoso de ser contemporâneo de dom Pedro II e Machado de Assis e outros brasileiros eminentes, todavia amava sobretudo o seu povo, com a forma de ser alegre e descontraído. Escreveu sobre o tema algumas vezes, principalmente em 1965 e 1966, na ocasião do IV Centenário da cidade, em dois longos artigos, sendo eles: "*Características históricas do povo carioca*" e "*O destino nacional da cidade do Rio de Janeiro*"; incorporados ao livro Vida e História.

Via nas origens do negro banto e minhota, a principal razão das características notadas no povo de sua cidade. No entanto, a caráter de curiosidade, orgulhoso da terra e do povo, não tinha muito de carioca.

Nesse sentido, a afirmativa refere-se ao estereótipo: o carioca estereotipado, seria alegre, solto, despreocupado, chegando, nas formas extremadas e distorcidas conhecidas comumente, à malandragem e certa irresponsabilidade. Na linha desse estereótipo, era pouco carioca: nenhum pouco lírico, não tinha senso de humor, quase obcecado pelo trabalho e por quanto julgava ser verdadeiro. Não possuía a disponibilidade atribuída aos conterrâneos. De acordo com Francisco Iglésias (1988), outro respeitado historiador e intelectual, José Honório cultivava certo gosto pela vida, mas de forma desajeitada, não se adaptava às situações, amava o mar, a praia e as caminhadas, no entanto, implicava com coisas e pessoas, chegando a detesta-las.

Prova disso, ainda segundo Iglésias (1988), é seu gosto pelo futebol: ia aos estádios como fervoroso torcedor do Flamengo, vendo os outros clubes como inimigos. Não considerava o jogo uma disputa esportiva, mas sim uma guerra. O futebol dava-lhe mais dissabor que prazer, pois se comemorava as vitórias de seu time, amargava as derrotas e principalmente as glórias dos outros. Gostava de frequentar congressos, reuniões, academias, todavia, indispunha-se facilmente com os outros, causando atritos geralmente desnecessários, que lhe perturbavam muito a existência. Apreciava ser convocado para debates e conferências, e principalmente, do convívio com os jovens.

Só se saía bem, no entanto, quando não tinha que dividir o público com outras pessoas, por exagerado senso de competição. Esse traço, criou-lhe inúmeras dificuldades e contribuiu para uma vida de amarguras e queixas, completamente destituídas de razão, evidente, pois era muito bem realizado na vida pública e particular, enfim, peculiaridades secundárias de uma personalidade que afirma-se pelo conjunto de sua obra, não por esta ou aquela virtude ou insuficiência.

No Rio, José Honório cursou, como centenas de brasileiros naquela época, a Faculdade de Direito, bacharelou-se em 1937. Foi parte de uma turma brilhante e teve professores notáveis, dos quais guardaria boas recordações. No entanto, não se dedicou à advocacia. O direito lhe tocava pouco à sensibilidade, assim, o universo jurídico, preso mais ao ideal do que ao real, não era provocante para a sua inteligência. Foi então trabalhar no Instituto Nacional do Livro, com Sérgio Buarque de Holanda, permanecendo de 1939 a 1944.

Nesse mesmo período, teve a interessante oportunidade de uma bolsa da Fundação Rockefeller, para um curso na Universidade de Colúmbia e pesquisas que lhe mostraram a riqueza dos arquivos estadunidenses, e a importância dos estudos acerca da metodologia, quase ignorados entre nós, o que foi fato decisivo em sua carreira e mesmo na história da documentação no Brasil, ponto ao qual abordaremos de forma mais profunda, mais à frente em nosso texto. Passou um ano nos Estados Unidos, entre os anos de 1943 e 1944. Em 1945 foi bibliotecário do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), escrevendo, portanto, desde 1942, inúmeros artigos sobre a trajetória da economia açucareira na revista do IAA.

De 1946 a 1958 foi diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, outro aspecto notável em sua biografia e obra. No exercício da função, teve conhecimento do mais importante na bibliografia brasileira. Como habitual, leu o quanto pôde, preparando-se para então, se tornar um erudito, futuro autor de livros fundamentais para domínio da historiografia, da qual veio a ser o mais completo conhecedor. Entendemos que sem a passagem por esse cargo não teria condições de escrever muito do que melhor escreveu.

Ao mesmo tempo que estudou em abundância nesse período, trabalhou igualmente, onde dinamizou a divisão incumbida de duas coleções das mais importantes do órgão, a de Documentos Históricos e a de Anais da Biblioteca Nacional, editando em uma 40 e em outra 9 volumes, entre 1946 e 1955, número jamais atingido por nenhum outro dos diretores da importante divisão da Biblioteca.

Analogamente a este trabalho, começou também sua carreira de professor. De 1946 a 1956 deu aula no Instituto Rio Branco, para formação de pessoal do Itamarati, onde permaneceu na seção de pesquisas do mesmo instituto, entre 1949 e 1950, trabalhando no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, um dos mais ricos do país. No preparo de suas aulas escreveu uma história diplomática do Brasil, que não chegou a publicar. A história diplomática foi uma dentre tantas as preocupações mais constantes, o que o levou a dedicar mais de um livro às relações exteriores.

Durante esse período, desenvolveu outras atividades. Em 1950 obteve bolsa do Conselho Britânico, realizando proveitosa viagem à Inglaterra, onde conheceu pessoalmente Arnold Toynbee, tendo inclusive, dedicado parte importante acerca da relação entre Toynbee e a Filosofia da História, no livro *História e Historiografia* (1970). Visitou também outros centros, como Portugal, Espanha, França, Itália e Países Baixos, portanto, teve oportunidade de conhecer arquivos e mais instituições interessadas em história.

Em 1965 fez o curso na Escola Superior de Guerra, nesse momento, passou a interessar-se mais pelo período ao qual vivia do que pelo período colonial. Foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, e também na Universidade Federal de Rio de Janeiro, mas sem continuidade ou por períodos longos. Deu aulas por certo tempo na Universidade de Brasília, mesmo permanecendo no Rio de Janeiro. Foi também professor-visitante na Universidade do Texas, em Austin, em 1963, 1964 e 1966, bem como na de Colúmbia, em Nova York, em 1970. Recebeu ofertas para ficar nos Estados Unidos na década de sessenta, mas recusou-as, como já mencionado, e tendo como base pesquisas anteriores, ele não sentia-se bem fora do Brasil, talvez

por isso seu interesse e desejo por realizar todas as pesquisas que fez acerca de nosso país.

Ainda no período de 1958 a 1964, ocupou o cargo mais importante de sua trajetória como funcionário público, nesse período foi diretor do Arquivo Nacional, e realizou reformas substanciais quanto a organização do mesmo, até o momento, e mesmo depois, ninguém nunca fez tanto pelo arquivo quanto ele. Trouxe inúmeras pessoas de fora, de renome, como Theodore R. Schellenberg, que além de analisarem a situação arquivista, davam sugestões e ministravam cursos aos funcionários. Providenciou também a tradução de obras básicas desses e de outros autores, importantes para o estudo e entendimento das ciências humanas, em sua maioria, obras traduzidas pela historiadora Leda Boechat Rodrigues, profunda conhecedora da matéria, bem como erudita em inúmeros idiomas.

Após o período como diretor do Arquivo Nacional, José Honório permaneceu de forma mais enfática no magistério, período ao qual escreveu muitos de seus principais livros. Lembrando-nos ainda de sua participação no Programa de História da América, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e colaborando também com a *Historical Abstracts*, dos Estados Unidos. Foi ainda, membro da Comissão de Textos de História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores e da Academia Brasileira de Letras, além do já citado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de algumas outras instituições nacionais e estrangeiras.

Portanto, podemos perceber nessa simples exposição acerca de sua vida, que, primeiramente não seria possível falar da vida de José Honório desvincilando-a de sua trajetória enquanto intelectual, até pelo fato de que, acreditamos que sua personalidade e amor ao seu povo e casa, são substanciais para o entendimento de seus interesses e escolhas por estudar a história e historiografia produzida pelo Brasil e por brasileiros.

No mais, nos atemos por aqui a falar da vida de José Honório, a partir desse momento daremos ênfase em tentar, por meio de pesquisas já realizadas e referências bibliográficas as quais já estamos dialogando, fazer um levantamento

acerca do que José Honório produziu, tendo ainda nesse entremeio, como intenção, tentar traçar um diálogo entre obra e história intelectual do mesmo.

Da classificação da obra

Como já foi pontuado ao longo do texto, e como já expresse em certo aspecto na biografia que tentamos traçar acima, José Honório ocupa espaço de destaque na historiografia brasileira não apenas por pensar em aspectos muito importantes que dizem respeito a pesquisa e escrita da história, mas também pela vasta produção bibliográfica, escreveu dezenas de artigos em jornais e revistas, muitos foram aproveitados em livros, bem como os ensaios, no entanto, outros não foram, uma relação parcial foi apresentada por Lêda Boechat Rodrigues, em *Bibliografia de José Honório Rodrigues*, um folheio editado em 1956 e uma relação bem mais completa que foi feita por Raquel Glezer em sua tese de doutoramento na Faculdade de Filosofia da USP, em 1976. Em esperança de um trabalho mais vasto, o historiador Francisco Iglésias, que trabalhou com a obra de José Honório, tinha esperanças de que a tese de Glezer fosse editada em livro, no entanto, até o momento isso ainda não ocorreu.

Algumas das principais publicações são coletas de estudos, geralmente, artigos, conferências, opúsculos, prefácios, e os mais significativos são textos orgânicos, pensados e escritos como livros: são 28 títulos.

José Honório escreveu dezenas de prefácios em edições de textos, publicados pela Biblioteca Nacional, pelo Senado Federal, pelo Arquivo Nacional, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, esses prefácios poderiam facilmente constituir muitos volumes. Sem contar com as inúmeras colaborações em livros de diversos autores, tanto no Brasil quanto no exterior.

Na dificuldade de catalogação de tudo, pelo tamanho que tomaria o presente artigo, consideraremos somente os títulos mais notáveis e importantes, e que lhe marcam o perfil de historiador, para tanto, tomamos como principal base, os escritos do professor Francisco Iglésias (1988), e considerarmos ainda a mais profícua fonte,

nesse sentido de catalogação de bibliografia, a tese de Raquel Glezer (1976), um trabalho genuíno e minucioso.

Seguindo, portanto, a perspectiva de Iglésias (1988), podemos classificar a vasta produção de José Honório em cinco grupos, são eles: 1. Teoria, metodologia e historiografia; 2. História de temas; 3. Ensaio historiográfico; 4. Obras de referência; e, 5. Edições de textos.

O campo de *Teoria, metodologia e historiografia*, é o mais numeroso do autor, e pelo pioneirismo, o mais significativo. De forma breve, podemos pontuar nesse campo: Teoria da história do Brasil (1949); Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil (1949); A pesquisa histórica no Brasil (1952); Brasil, período colonial (1953); O continente do Rio Grande (1954); História da história do Brasil, a historiografia colonial (1979).

Esses são sistemáticos, de grande alcance didático. O autor escreveu também inúmeros estudos de historiografia, mas como ensaios, que estão reunidos em diversos livros, que pontuaremos no campo três. Por esses livros mais didáticos, se formos ainda pela perspectiva de Glezer, muitos deles estão enquadrados na categoria de obras formativas, vejamos:

Chamamos de obras formativas as destinadas a propiciar aos iniciantes nos estudos históricos, mas não só a eles, a oportunidade de conhecer áreas especializadas no trabalho do historiador, como a metodologia histórica e a história da história. Estas obras caracterizam-se pelo volume de informações teóricas, debate de problemas conceituais, revisão de conceitos, problemáticas de pesquisa e abertura de novas áreas de trabalho para historiadores. (GLEZER, 1976, p. 63)

No que refere-se ao campo de *História de Temas*, temos o seguinte: Civilização holandesa no Brasil (1940), que foi sua estreia, feito com Joaquim Ribeiro; Brasil e África, outro horizonte (1961); O Parlamento e a evolução nacional (1972), marcado como primeiro volume da série de *Seleção de Textos Parlamentares*, em seis tomos e um de índices e personália; A Assembleia Constituinte de 1823 (1974);

Independência; revolução e contra-revolução (1976), em cinco volumes; O Conselho de Estado: quinto poder? (1978); O Parlamento e a consolidação do Império: 1840-61 (1982).

Se no campo que citamos anteriormente configuram-se alguns dos títulos mais representativos. Aqui apresentamos os trabalhos cujo o enfoque é nos grandes momentos e mais notáveis sobre algum aspecto da trajetória nacional ou do povo, bem como a abordagem de temas, fases, instituições, protagonistas.

Novamente tomando como base a divisão de Glezer, podemos notar que nesse campo, algumas das produções citadas, estão localizadas na classificação de obras informativas: "Obras informativas são aquelas que transmitem ao leitor informações consequentes, historicamente corretas e fundamentadas em sólida base bibliográfica e documental, sem preocupação quanto aos conceitos do autor e interpretação pessoal." (1976, p. 63)

Mais adiante, ao campo dos *Ensaio historiográficos*, temos as seguintes e principais obras: *Aspirações nacionais* (1963); *Conciliação e reforma no Brasil* (1965); *História e historiadores do Brasil* (1965); *Vida e história* (1966); *Interesse nacional e política externa* (1966); *História e historiografia* (1970); *História, corpo do tempo* (1976); *Filosofia e história* (1981); *História combatente* (1983); *História viva* (1985); *Tempo e sociedade* (1986).

Bem como as obras de escopo sistemático, que citamos acima, no primeiro campo, aqui estão reunidos os ensaios, cuja a tratativa também percorre a área da historiografia. E para além dos ensaios, damos destaque também nessa categoria, aos vários artigos em jornais e revistas, bem como prefácios e conferências. Inúmeros são ensaios de certo vulto, nos quais trabalha com seus temas preferidos. A persistência no gênero não é ao acaso, mas é recorrente de uma característica que o mesmo tinha, de certa dificuldade na síntese ao escrever, afinal, quem desempenha o papel de escritor e se satisfaz na tarefa, escolhe então o ensaio, pelo próprio tratamento dado à matéria e não por sua brevidade, inclusive, há um trabalho dedicado a análise somente de ensaios, veremos isso mais adiante.

Em nosso próximo campo, temos então, as *Obras de referência*, entre elas: Catálogo da coleção Visconde do Rio Branco (1953); os Índices anotados da Revista do Instituto do Ceará (1959) e da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico do Pernambucano (1961). E também poderiam figurar dentre esse campo, As fontes da história do Brasil na Europa (1950) e Situação do Arquivo Nacional (1959).

Essas obras estão também localizadas dentro das obras informativas, citadas dentro do primeiro grupo de Glezer, é interessante notarmos que não há uma delimitação temporal na produção destas obras, em nossa perspectiva, um sinal de que, para José Honório, desde o início de seu ofício como historiador até o final de sua vida, as obras tem como cuidado básico a transmissão de informação histórica, revelando firme formação erudita e grande conhecimento da documentação histórica brasileira.

Passemos agora ao campo em que veremos as *Edições de textos*, nesse aspecto circundam dezenas de títulos: Os holandeses no Brasil (1942); Anais da Biblioteca Nacional (vols., 66 a 74, entre 1948 e 1963); Documentos históricos da Biblioteca Nacional (vols., 71 a 110, entre 1945 e 1955); Publicações do Arquivo Nacional (vols., 43 a 50, entre 1960 e 1962); Cartas ao amigo ausente, de José Maria da Silva Paranhos (1953); Correspondência de Capistrano de Abreu (3 vols., 1954 a 1956); O Parlamento e a evolução nacional (7 vols., 1972); Atas do Conselho de Estado (13 vols., 1978).

Poderiam ser listadas também as edições críticas de Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil, de John Nieuhof (1942); e Capítulos de história colonial, de Capistrano de Abreu (4. ed., de 1954). Sem ainda nos esquecermos dos prefácios a livros diversos, mais de 20, no total. Ao todo, como edição de textos, cerca de 100 volumes. E, cabe ainda esclarecer que, todos esses prefácios, como o esperado, são em demasia esclarecedores, às vezes longos, raramente simples notas.

Como podemos perceber até aqui, pelo levantamento breve de títulos, a obra é enorme, atestado de trabalho intenso, que como mencionado ao início do texto,

não se separa de sua vida, de modo a colocar José Honório entre os que mais produziram na bibliografia de história do Brasil.

É evidente que nossa intenção aqui não é catalogação completa da obra do autor, tendo até em vista a impossibilidade de fazê-lo em um breve artigo, esse é um trabalho minucioso, e que, já vem sendo feito desde a década de 70, e, é acerca desse aspecto o item que trataremos em nossa próxima parte.

Não necessariamente falaremos apenas da catalogação que vem sendo feita pelos pesquisadores da obra de tão notável historiador, mas, o porquê, de acordo com nossa percepção até o momento, esse é o aspecto mais explorado de uma obra tão vasta, o que nos levará a um estudo acerca da recepção da obra de José Honório.

Da recepção da obra

O intuito de tratar agora a questão da recepção da obra de José Honório na academia, parte de um questionamento do porquê, um historiador com uma obra tão volumosa e importante, que tratou de temas a respeito do ofício do historiador em um período em que essa não era a discussão que se fazia presente no país, não é tão mencionado nos campos de pesquisa teórica.

Portanto, para tentarmos compreender o porquê de tal questão, devemos compreender como ocorre o que chama-se de *Estética da Recepção*. Para Regina Zilberman (1999), as principais concepções acerca do assunto, começaram a circular pelo Brasil pelo fim dos anos 70, com a coletânea *A literatura e o leitor*, de 1979, organizada pelo professor Luiz Costa Lima. Ainda segundo Zilberman (1999, p. 8), anos depois, Lima revisa uma antologia de textos básicos, chamada *Teoria da literatura em suas fontes*, que fora proposta anos antes, e divide-a então em uma nova versão, com dois volumes, acrescentando um segmento dedicado à Estética da Recepção, sendo assim, a autora afirma, que pode-se balizar entre os anos de 1979 e 1984 o período em que as principais ideias dessa corrente são introduzidas no Brasil.

Esses dois livros organizados por Lima, tem sob o mesmo teto, os dois principais nomes da chamada Escola de Constança³: Jauss e Iser. Sob a perspectiva dos dois, a recepção irá corresponder a potencialidades concretas de leitura, que cada criação artística traz consigo, o que não quer dizer que seja sempre a mesma, mas justamente o contrário, diferem de acordo com as diferentes questões que cada época coloca ao texto.

Sendo assim, partindo da proposta metodológica da Estética da Recepção, ela coleta questionamentos colocados as obras ao longo do tempo, portanto, o resultado disso, é que, a história da literatura⁴ irá verificar não a sequência de autores e suas produções cristalizadas em determinado momento do passado, mas, sim, como ocorreu e vem ocorrendo a comunicação e diálogo desses produtos com o público.

Segundo Jauss (1975, apud Zilberman, 1999, p. 13), ela não tem pretensão de originalidade, ao contrário disso, ela recorre as conclusões de diferentes correntes de pensamentos, para, a partir disso, colher elementos que coloquem a disposição um entendimento mais adequado da obra, bem como, de suas formas de comunicação com o leitor.

Conforme já mencionamos ao início desse texto, o cuidado com a história é recente, vista somente após muito tempo como categoria científica, ela dispõe de métodos e técnicas particulares, que lhe dão rigor e operacionalidade. Somente com a criação dos cursos de história e de outras ciências sociais na década de 30, que o ofício do historiador deixa de ser visto como amadorismo ou lazer para tornar-se profissão, deixa de ser visto como somente arte ou com fins patrióticos, catequéticos, ou de saudosismo do passado, para assim, adquirir um enfoque o quanto possível científico.

Isso é possível com o aprimoramento, estudo e entendimento de nossas formas de trabalho, com o que chamamos de disciplinas auxiliares, bem como com o

³ Ficou conhecida por Escola de Constança, os estudos elaborados por Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser acerca de estética da recepção, com a proposta teórica do desdobramento crítico acerca de uma prática interpretativa que ausentou esse fato constitutivo no (auto)engano ideológico de determinada objetivação de juízo estético.

⁴ Entendemos aqui, o termo literatura, como simplesmente texto.

instrumental interpretativo de outras ciências, que utilizam a história e passam também a servi-la, com o intuito de superar a narrativa pela explicação ou compreensão. Sendo assim, consagra-se a interdisciplinaridade das análises sociais, e do entendimento da sociedade como totalidade, dessa forma, são "impostas" novas temáticas e um rigor, que até então, naquele período, não era buscado.

O que nos leva exatamente ao que foi exposto acerca da recepção e conforme a explanação que fizemos sobre a produção de José Honório, notamos que, nas décadas de 40 e 50, as produções, principalmente de ensaios e livros orgânicos acerca de teoria da história e historiografia são maiores, período e temas ao qual, veremos um pouco adiante, não são tão recorrentes de estudo.

José Honório, com todas as viagens e estudos, e percepção do que ocorria nos estudos nesse sentido fora do Brasil, trouxe outra visão do documento e da arquivística, de formas reprográficas eficientes, o uso de instrumentos tecnológicos, como o computador, buscava ultrapassar a fase artesanal de pesquisa, para assim impor-se os empreendimentos de grupos, com uma nova visão da disciplina e seu estudo.

Conforme podemos notar em Freixo (2013), José Honório acreditava que o Brasil estava atrasado em relação aos EUA em pelo menos 60 anos, no que refere-se a pesquisa histórica e seus procedimentos. Em um texto publicado na Revista do IHGB, José Honório (1945, p. 20) diz que não seria possível ter confiança em documentos editados que não possuíam crítica de texto nem em livros raros publicados fora das regras da edição crítica. Dizendo ainda que História sem documentos autênticos e sem edição crítica de fontes primárias não poderia merecer confiança nem respeito, e que não poderíamos dar um desenvolvimento aos estudos históricos no Brasil sem a introdução de modernos processos adotados nos países mais adiantados. E, complementando, acerca dos estudos acerca do ofício, o mesmo se poderia dizer da necessidade inadiável e urgente da cadeira de introdução à história, até àquele momento inexistente no currículo das universidades brasileiras.

Portanto, vamos compreendendo que, já a partir do exercício do jogo de leitura que José Honório colocou em prática, ele pôde perceber como essa dinâmica o conduzia ao resultado final. Segundo Iser (1979) os textos são resultados de atos intencionais, pelos quais os autores referem-se e intervêm em mundos existentes, todavia, conquanto o ato seja intencional, eles tem como perspectiva algo que ainda é inacessível à consciência, vejamos:

Assim o texto é composto por um mundo que ainda há de ser identificado e que é esboçado de modo a incitar o leitor a imaginá-lo e, por fim, interpretá-lo. Essa dupla operação de imaginar e interpretar faz com que o leitor se empenhe na tarefa de visualizar as muitas formas possíveis do mundo identificável, de modo que, inevitavelmente, o mundo repetido no texto começa a sofrer modificações. (ISER, 1979, p. 107)

Podemos e achamos interessante pontuar, fortemente, que José Honório percebeu a importância dos avanços na pesquisa e escrita da história no Brasil, mediante essas interações que conseguiu fazer, obtendo assim um diálogo rico com áreas que até então, não levantavam interesse no país. O que nos cabe fazer, portanto, é a pergunta: e nós, estudiosos e comentadores da obra de José Honório, conseguimos estabelecer diálogos por meio de interações e esmiuçar obra tão grande e importante?

No que refere-se aos estudos feitos sobre José Honório, mediante nossa catalogação, a maior quantidade de materiais produzidos foram acerca da grandiosidade da obra do autor, ou, o fato do mesmo ter sido o precursor dos estudos da historiografia brasileira, e, o que nos chama a atenção, é que, mesmo sendo já conhecida a importância do mesmo para a Teoria da História no Brasil, existem poucos trabalhos que vão atrás de pesquisar a história conceitual construída José Honório.

A obra do autor é estudada desde a época em que o mesmo ainda estava vivo, tendo como foco principal, as primeiras e mais notáveis pesquisas sobre o mesmo, a catalogação de suas obras, a dissertação de 1976 de Glezer é dos trabalhos mais

completos de catalogação da obra de José Honório, outro trabalho recorrentemente citado por pesquisadores do mesmo, é o texto de Iglésias de 1988, ambas as obras utilizamos ao longo desse trabalho.

Temos também de José Otávio de Arruda Mello, *Revisão e Combate no Grupo José Honório Rodrigues*, que faz parte de uma obra organizada em conjunto pelo autor e por Leda Boechat Rodrigues (1994), como já mencionado, esposa de José Honório.

Em uma busca rápida pelo nome de José Honório, achamos grande potencialidade de materiais, alguns artigos de relevância, como os produzidos pelo professor André de Lemos Freixo, que traz tanto uma análise acerca do projeto pensado, no entanto não terminado de José Honório, de um instituto de pesquisa, em seu texto *Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues*, de 2013, como um estudo acerca da historiografia brasileira por meio das perspectivas de José Honório, no texto com o nome de *Um 'arquiteto' da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues*, de 2011, onde endossa também, nossa opinião acerca de estudos em muito maior quantidade biográficos e classificatórios.

Outro artigo de suma importância que visa mais que a catalogação do autor, também do professor Freixo, é *José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946-1953) – (re)considerando as relações entre memória e história*, de 2015, onde o autor estabelece uma relação entre memória, instituição pública e história, com o intuito de identificar o enraizamento no tempo histórico e demonstrar sua dimensão ético-política.

E, como pesquisador ao qual entendemos ser, o que atualmente, mais produz e dedica-se ao tema, cabe destaque a tese de doutoramento do professor Freixo, defendida pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 2012, intitulada *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*, genuíno trabalho onde faz uma análise de como José Honório articulou a renovação dos estudos históricos no

Brasil, demonstrando como o autor articula seu programa que visava estabelecer bases científicas para a escrita da História.

Portanto, em nossa perspectiva, Freixo é quem melhor desenvolveu pesquisas e trabalhos mais profundos acerca da historiografia em José Honório, abordando as principais ideias do mesmo.

Conforme aponta a professora Maria da Glória (2012), os investimentos em publicações de edições críticas e comentadas de textos historiográficos, ou de Teoria da História, no Brasil, sempre foram tímidos, principalmente no que tange alunos de graduação e pós-graduação na área de humanidades, e que, somente recentemente que esse nicho editorial começou a ser preenchido e, portanto, mais estudado.

Com isso, pensamos que, nos voltando para o estudo da estética da recepção, temos maior entendimento do porquê, somente nos últimos anos, e com esses trabalhos mais recentes, temos um maior esforço de entendimento da constituição do pensamento de José Honório.

Vejamos o que nos diz a professora Zilberman acerca da sociologia da leitura: “Seu objetivo é estudar o público enquanto fator ativo do processo literário, já que as mudanças de gosto e preferência interferem não apenas na circulação, e portanto na fama, dos textos, mas também em sua produção.” (1989, p. 17)

Portanto, de acordo com o que percebemos até aqui, pontuando da década de 70 até Freixo, sendo um pesquisador da obra do autor, temos o seguinte: Glezer (1976) e Iglésias (1989), junto aos trabalhos de Leda Boechat, como pesquisas fundamentais, que norteiam biograficamente a história de José Honório. E, por ordem cronológica, somente de Freixo, publicações em 2011 (artigo), 2012 (tese), 2013 (artigo) e 2015 (artigo), e outros, que norteiam um pensamento mais profundo da historiografia do autor.

Como podemos notar, com as mudanças de perspectivas e foco de leitura no país, muda-se também a perspectiva de interpretação e novas abordagens são feitas, pontuando aspectos que, outrora, não eram desprezados, no entanto, não chamavam tanto atenção como foco de pesquisa. Talvez pelo fato de que, na época da

confeção dos trabalhos das décadas de 70 a 90, o entusiasmo com as colocações de Jose Honório acerca da arquivística, organização, e catalogação de documentação, aliadas ao trabalho prático que o mesmo desempenhou em diversas instituições, conforme já pontuamos aqui, tenham interessado bem mais no momento, e as leituras críticas da Teoria da História ainda não eram tão comuns.

Para seguir em nossa análise da recepção da obra do autor, avançaremos um pouco nos demais trabalhos que foram produzidos acerca do mesmo nos últimos anos, deixando claro que, nossa intenção não é em aspecto algum dar a entender que as produções de ordem teórica dos pensamentos de José Honório são mais importantes que os trabalhos biográficos e/ou de catalogação da obra, nossa intenção é apenas pontuar, que no que se refere ao que vem sendo produzido acerca do mesmo, em nossa perspectiva, criou-se essas duas vertentes de pesquisa e produção.

Um trabalho que visa fazer uma análise mais profunda da obra de José Honório é a Dissertação de Ana Luiza Marques, defendida pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no ano de 2010, que tem como título, *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil*, nessa pesquisa, Marques analisou a sistemática teórico-metodológica que José Honório Rodrigues apresentou em seu projeto: Teoria da História do Brasil, A Pesquisa Histórica no Brasil e História da História do Brasil. Onde demonstra que, para essa sistemática, existem dois campos de pesquisa, o da pesquisa que utiliza-se de métodos críticos para descoberta de fatos em documentações e o da historiografia enquanto interpretação de sentidos dos fatos de acordo a "concepção de mundo" do historiador.

A dissertação de mestrado, defendida por Érika Uhiara, intitulada *Ensaios de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*, defendida pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", em 2014, teve como intuito acompanhar um movimento mais amplo de renovação do interesse pela história da historiografia brasileira e teve também

como intuito analisar os ensaios publicados por Rodrigues, entre as décadas de 50 e 80, para avançar no conhecimento de suas reflexões a respeito da natureza e do que considerou, em sua época, como novas perspectivas do trabalho do historiador.

Cesar Leonardo Van Kan Saad, defendeu a dissertação, com o título *Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 –1949)*, em 2016, pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A dissertação tem como objetivo investigar o conceito de “teoria da história”, ao qual José Honório Rodrigues sustenta, na escrita de seu livro *Teoria da História do Brasil*, publicado em 1949. O que abre horizontes para compreender por meio da escrita de Rodrigues a compreensão que o mesmo tem acerca da historicidade e da constituição da história como disciplina no Brasil. O trabalho de Van Kan Saad faz ainda uma reflexão acerca do percurso que levou o livro a ser publicado.

Há ainda o trabalho de Paulo Alves Junior, que defendeu a Tese intitulada *Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil*, no ano de 2016, no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, nesse trabalho, o autor analisou a figura de José Honório enquanto intérprete da sociedade brasileira, tomando como análise o núcleo interpretativo que oferece uma compreensão do país, focado na conciliação como base de explicação da sociedade, pois a partir dessa reflexão, segundo Junior, o autor apontaria para os momentos aos quais a liderança política, assumindo a “conciliação” com o povo, proporciona a melhoria nas condições de vida do povo. Essa é uma análise de cunho sociológico, que toma como base uma análise também política, no entanto, é evidente, não deixa de ser uma enorme contribuição para traçar a importância do autor para o cenário acadêmico.

Esses trabalhos aqui mencionados, em nossa percepção são de extrema importância para os estudos acerca da história intelectual e conceitual de José Honório, e, conforme já foi pontuado, consideramos também de extrema importância as pesquisas que nos situam sobre a produção do autor.

Por isso, cabe ressaltar que há um interessante artigo do professor Luciano Aronne de Abreu, professor da PUC-RS, intitulado *Histórias da nossa história: o acervo de José Honório Rodrigues*, de 2011, nesse artigo o professor faz um apanhado acerca do acervo de José Honório Rodrigues, que está sob a guarda do Espaço de Documentação e Memória Cultural Delfos, da PUC-RS, bem como faz breves indicações sobre o seu conteúdo e potencialidades de pesquisa, onde informa também que parte do acervo encontra-se sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP). Um importante excerto que nos dá noção acerca do estado da arte do recorrente tema.

Sendo assim, nosso esforço de demonstrar a mudança (mas também a continuidade) na perspectiva de análise da obra do referido autor perpassa por aspectos importantes da Estética da Recepção, que nos ajuda a compreender que, conforme aponta Zilberman: “[...] a recepção de um texto encontra-se no interior de um sistema literário” (1989, p. 34). Portanto, não interroga-se pessoas, pois elas poderiam fornecer poucas ou questionáveis respostas, mas sim a obra, porque na medida em que participam de um processo de comunicação, e precisam ser compreendidas, elas se apropriam de um código vigente, por mais inovadora que seja determinada obra, ela não se apresenta como uma novidade absoluta.

Para que se dê ênfase na análise da construção do pensamento de José Honório, não é necessário que se cessem as pesquisas, acerca de sua biografia e bibliografia, os avanços e pesquisas feitas a partir de 2000, que buscam estudar profundamente as propostas sugeridas por José Honório dos idos anos 40 até sua morte em 87, estão tomando corpo, e isso é necessário, para dar continuidade a história do historiador que utilizava conceitos como “consciência histórica”, comumente ligado aos estudos de Jörn Rüsen no Brasil, em um período em que esse tema era ainda colocado (não “descoberto”?) de lado.

Se declararmos que a tarefa do historiador tem início com o gesto de reunir, selecionar e transformar os rastros do passado em fontes documentais, não é

então, difícil reconhecer a importância da edição crítica de documentos no campo diverso de tarefas que compõem a operação historiográfica.

Atualmente, a necessidade de transcender a produção de catálogos de autores e obras ou de inventários bibliográficos que, tradicionalmente, se confundiram com os estudos da historiografia, tornou-se de extrema importância para a definição dos seus objetos, a caracterização de problemas e de pautas específicas de investigação como sendo parte de um processo constituinte do saber histórico.

Referências

ALVES JUNIOR, Paulo. **Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil**. 2010. 228 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2010.

ARAÚJO, Amanda Araújo de; ABREU, Luciano Aronne de. História da nossa história: o acervo de José Honório Rodrigues. **Estudos Ibero-Americanos**, PUC-RS, v. 37, n. 2, p. 319-332, jul./dez. 2011

FREIXO, Andre de Lemos. **A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues**. 2012. 417 f. Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2012.

_____. André. José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946-1953) - (re)considerando as relações entre memória e história. **Revista Escrita da História**, n. 2, p. 49-81, 2015.

_____. André de Lemos. Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. **História da Historiografia**, p. 140-161, 2013.

_____. Andre. Um 'arquiteto' da historiografia Brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, 2011.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. 1976. 241 f. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora: revista de história e geografia**, Santa Cruz do Sul, vol.1, n.1, março 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 55-78, 1988.

ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Coordenação: Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 83 – 132.

_____. Wolfgang. O jogo do texto. In: **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Coordenação: Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 105 – 118.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Coordenação: Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 67 – 103.

MARQUES, Ana Luiza. **José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2000.

OLIVEIRA, M. Gloria de. A história da historiografia brasileira e suas evidências. **História da Historiografia**, n. 10, p. 274-278, 2012.

PRESSLER, Gunter Karl. Três leitores: A contribuição da escola de constança para o estudo da literatura. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, v. 2, n. 12, p. 19-41, 1999.

RODRIGUES, José Honório. Uma viagem de pesquisas históricas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 134-135: 14-29, jul.-set, 1945.

_____. José Honório. Historiografia Brasileira em 1945. In: **Notícia de Varias Histórias**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

_____. José Honório. Historiografia Brasileira em 1946. In: **Notícia de Varias Histórias**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

_____. José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. José Honório. **Pesquisa Histórica no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/INL, 1952.

RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). **Nova correspondência de José Honório Rodrigues**. Rio de Janeiro: ABL, 2004.

SAAD, César Leonardo Van Kan. **Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da história do Brasil de José Honório Rodrigues (1939-1949)**. 2016. 233 f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

UHIARA, Érika. **Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em História). Franca: Universidade Estadual Paulista, 2014.

ZILBERMAN, Regina. A estética de recepção e o acolhimento brasileiro. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, v. 2, n. 12, p. 07-17, 1999.

_____. Regina. **Estética da Recepção e História da Literatura**. São Paulo: 1989.

Recebido em: 22/06/2018

Aprovado em: 20/07/2018

SOBREVIVÊNCIA JUDAICA NA *EPÍSTOLA SOBRE A APOSTASIA DE MAIMÔNIDES (1162-1665 E.C.)*

JEWISH SURVIVAL IN EPISTLE ON THE APOSTASY OF MAIMONIDES (1162-1665)

Layli Oliveira Rosado¹

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo: Maimônides (1135 – 1204 E.C.) foi um polímata judeu e renomado líder espiritual da comunidade judaica de Fustat, no Egito. Produziu diversos escritos em áreas como a religião judaica, a lógica, a filosofia e a medicina, desde compêndios, tratados e até epístolas. Para o presente trabalho, destaca-se as epístolas escritas pelo Rambam, em especial as que respondiam questões enviadas por judeus de comunidades na Diáspora, e que serviam de orientações para o cotidiano como minoria religiosa. É com esse intuito que Maimônides escreveu a *Epístola sobre a Apostasia*, por volta de 1165 E.C., que consiste numa resposta aos judeus em cotidiano de intolerâncias e perseguições. Nela, o Rambam trata sobre as conversões forçadas, diferenciando aqueles que se convertem voluntariamente daqueles que se convertem buscando a sobrevivência diante de políticas dominantes de intolerância religiosa. No presente trabalho, dessa maneira, objetiva-se realizar um breve estudo do contexto da escrita da epístola

Abstract: Maimonides (1135 - 1204 CE) was a Jewish polymath and renowned spiritual leader of the Jewish community of Fustat, Egypt. He has produced several writings in areas such as the Jewish religion, logic, philosophy and medicine, ranging from compendiums, tracts and even epistles. This current article focus mainly on the epistles written by the Rambam, especially those that answered questions sent by Jews of communities in the Diaspora, and that served as orientations for the daily like religious minority. That is why Maimonides wrote the *Epistle on the Apostasy*, around 1162-1165 CE, which consists of a response to the Jews in daily life of intolerance and persecution. There for, the Rambam deals with forced conversions, differentiating those who voluntarily convert from those who convert seeking survival through dominant policies of religious intolerance. In the present work, the objective is to show a brief study of the writing context of the abovementioned epistle and to understand the position

¹ Doutora em História, com ênfase em História Política, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido bolsista CAPES e orientada pelo prof. Dr. Edgard Leite. Mestre em História Social das Relações Políticas e Bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, e graduanda em Direito pela mesma instituição. E-mail: laylirosado@gmail.com.

supracitada e compreender o posicionamento e a orientação de Maimônides aos judeus, evidenciando o discurso de sobrevivência e de resistência judaica.

Palavras-chave: Judaísmo – Maimônides – Epístola sobre a Apostasia.

and orientation of Maimonides to the Jews, evidencing the discourse of survival and Jewish resistance.

Keywords: : Judaism – Maimonides – Epistle on the Apostasy.

Introdução

No estudo da experiência judaica medieval, o entendimento acerca da Diáspora e suas consequências são fundamentais. Utilizando-se, ainda, do culturalismo norte americano, busca-se compreender a caracterização das culturas humanas através de elementos que são específicos de determinados processos históricos.² De acordo com Franz Boas,

[...] cada grupo cultural tem sua história própria e única, parcialmente, dependente do desenvolvimento interno e peculiar ao grupo social e parcialmente de influências exteriores às quais ele tenha estado submetido. Tanto ocorrem processos de gradual diferenciação quanto de nivelamento de diferenças entre centros culturais vizinhos.³

Dito isso, o conceito de *diáspora* permite tornar tangível questionamentos e posicionamentos de diversos personagens da história judaica. Visto que o processo diaspórico é contínuo, estando enraizado no pensamento judaico medieval. Não obstante, *diáspora* e *identidade* parecem andar de mãos dadas, uma vez que a interação que há entre o “eu” e o “outro”, podendo ser esse a sociedade, é que permite a definição da identidade.⁴ Sendo que no caso judaico a relação com o “outro” está permeada pelas condições impostas pela Diáspora. De acordo com Stuart Hall,⁵

² BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

³ Ibidem, p.45.

⁴ SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 73-102.

⁵ HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 110.

[...] apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que fala, com aquilo que tem sido chamado de seu “exterior constitutivo”, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído.

Destarte, acredita-se que o lugar de fala do sujeito é constituído a partir de posições históricas e culturais, compreendendo, assim, que os discursos, as representações e as apropriações são resultados dessas interações. É nesse sentido que os estudos judaicos propõem se dedicar à análise do discurso judaico que é constituído e está articulado a um contexto histórico, bem como de identidade cultural. O conceito de *diáspora* torna-se, nesse caso, significativo, compreendendo a identidade de um povo determinado que o é “povo” por ter posições contrárias aquelas dos dominantes.

Durante os séculos XI e XII, os judeus estavam divididos entre territórios dominados pelos cristãos e pelos muçulmanos. Nesse período, a vida da comunidade judaica estava fortemente influenciada pelo choque com essas duas sociedades. De fato, era difícil conservar a prática de uma religião como o Judaísmo, a qual não tinha força militar para apoiá-la, na atmosfera de Guerra Santa.⁶

A dominação dos árabes e dos berberes islamizados, desde o século VIII, trouxe consequências profundas para as comunidades judaicas que viviam em seus territórios. A possibilidade de viver como cidadãos de segunda categoria para os judeus, assim como para os cristãos, não significava a manutenção de seu *status quo*, nem de sua sobrevivência. Visto que apesar de garantirem a paz e a proteção desde que os povos dominados mantivessem a obediência, a lealdade e pagassem seus tributos específicos, as políticas de intolerância religiosa alternavam entre uma “tolerância desdenhosa” até um radicalismo extremo.⁷

Os muçulmanos tinham métodos próprios de dominação, e com base nos ensinamentos de Maomé, garantiram às outras crenças monoteístas a posição de

⁶ Cf. BEN-SASSON, H. H. (Org.). **Historia del pueblo judío**: la Edad Media. Madrid: Alianza, 1988.

⁷ Cf. CHOURAQUI, A. N. **Between East and West**: a history of the jews of North Africa. Illinois: Varda Books, 2001.

cidadãos de segunda categoria.⁸ Essa política é proveniente da ideia de “Povo do Livro”, ou *Ahl al-kitab*, que não remonta necessariamente ao fato de possuírem textos sagrados, mas sim de, tendo em vista esses textos, terem a possibilidade de prestar a obediência com maior facilidade.⁹ Esse “Povo do Livro” constituía o “povo protegido”, os *dhimmis*. Assim, os muçulmanos conseguiam manter as relações estáveis com aqueles que participavam, anteriormente, da estrutura econômica das regiões dominadas.

Contudo, a convivência entre os muçulmanos e os cidadãos de segunda categoria variavam em diversas regiões do mundo. O “pacto de Omar”, uma legislação especial que procurava regulamentar a existência dos judeus e cristãos, girava em torno, de fato, de uma discriminação religiosa, social, econômica e jurídica. Apesar de serem considerados como protegidos, o “pacto de Omar” propiciava a manutenção de uma “tolerância desdenhosa” em muitas localidades e em diferentes períodos.¹⁰

Nesse sentido, a garantia de sobrevivência era salvaguardada por uma série de restrições, que mantinham a posição de seres inferiores ao chamado “povo protegido”. Logo, as relações de alteridade e identidade estavam em constante tensão, em que o nível desse primeiro perpassava por políticas muçulmanas que eram vistas, à época, como “tolerantes”. Contudo, restrições eram adicionadas e retiradas conforme a vontade dos dominantes a medida que o radicalismo muçulmano ganhava forças ou não.

No século XII, em regiões como o Marrocos, o Norte da África e o Oriente Próximo a deterioração das comunidades judaicas se misturava a um desenvolvimento cultural, esse proporcionado pelas trocas de ideias e traduções de textos realizados pelos árabes. Contudo, esse desenvolvimento cultural não trazia melhorias significantes para as comunidades judaicas como um todo, e a sobrevivência na Diáspora ainda consistia no desafio supremo. É nesse contexto que

⁸ Cf. POLIAKOV, L. **De maomé aos marranos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

⁹ Cf. CHOURAQUI, A.... op. cit.

¹⁰ Cf. MASRIYA, Y. **Los judíos en Egipto**. Buenos Aires: Congreso Judío Latinoamericano, 1972.

Moisés ben Maimon escreveu seus principais escritos, e tornou-se um dos líderes das comunidades judaicas do Norte da África.

Moisés ben Maimon

Moisés ben Maimon, também conhecido como Maimônides, ou pelo seu acróstico na literatura rabínica como Rambam,¹¹ foi um polímata judeu que dedicou sua vida ao estudo e ao ofício comunitário religioso. Nascido em 1135 E.C., em Córdoba, na Andaluzia, e falecido em 1204 E.C., sofreu com as políticas de intolerância e radicalismo almôade quando ainda era criança. Os almôades se intitulavam os “proclamadores de Allah”, tomaram o Norte da África e a Península Ibérica, e sua chegada foi uma calamidade para as comunidades judaicas. Acreditavam que tinham o dever de difundir o Islã através da espada, por meio de políticas de conversões forçadas, mortes e exílios.

Tendo em vista a profunda crise persecutória instaurada com a invasão almôade, a família Maimon migrou, por volta de 1148 E.C., passando por diversas regiões até se fixar em Fustat, em 1164 E.C., região onde atualmente é o Cairo. Até então, seu irmão era o sustentáculo econômico da família, quem permitia que Maimônides se mantivesse dedicado aos estudos iniciados na juventude. De fato, foi através de seu pai que o Rambam iniciou seus estudos em diversas áreas do conhecimento. Com a continuidade destes ele conseguiu se aprofundar na literatura talmúdica, bem como a filosofia grega, a astronomia e a lógica. Porém, após a morte de seu pai e de seu irmão, Maimônides precisou assumir para si a responsabilidade quanto aos cuidados da família, passando a exercer a medicina.

O Rambam alcançou grande reputação como estudioso da Lei judaica e como médico. Por volta de 1177 E.C., foi apontado como *nagid*¹² pela comunidade judaica do Egito, podendo exercer a organização, a orientação e certa influência política em Fustat e em regiões circunvizinhas, como o lêmên. Como guia incontestável da

¹¹ O acróstico Rambam é a junção das iniciais de “Rabi Moshe ben Maimon”.

¹² Em muitos territórios muçulmanos, com exceção daqueles do califado Abássida, *nagid* era o líder da comunidade judaica. Era apontado e nomeado pelo governo muçulmano a partir de seu reconhecimento pelos judeus de sua comunidade, em especial quanto ao conhecimento e as orientações acerca da Lei judaica.

comunidade judaica de Fustat, podia exercer a proteção e favorecer o desenvolvimento cultural de sua comunidade.

Ele recusou a possibilidade de a comunidade pagá-lo pelo exercício de sua função de mestre e juiz da comunidade judaica em que vivia, visto que condenava que os fiéis sustentassem qualquer rabino ou funcionário religioso. Essa, inclusive, foi uma de suas principais críticas ao círculo rabínico de Bagdá, os *gueonim*,¹³ com os quais se envolveu em profunda querela, conhecida como a Controvérsia Maimonidiana,¹⁴ deflagrada por volta de 1180 E.C. Por isso, tendo que manter a sua família, constituída por irmãs, filhos e esposa, o Rambam passou a exercer a medicina. Seu prestígio nessa área permitiu que se tornasse médico de um vizir do Sultão Saladino.¹⁵

Apesar da sua grande reputação como médico, em especial no Norte da África, foram seus escritos teológicos e filosóficos que lhe garantiram renome histórico. Maimônides é autor de uma extensa lista de escritos em diversas áreas de conhecimento a serviço da fé, como comentários ao Talmude. Contudo, foi profundamente criticado por acreditar na possível identidade e conciliação entre religião judaica e filosofia grega. O Rambam pretendia provar que havia entre a razão e a fé uma identidade essencial, e que o entendimento ideal das Escrituras Sagradas era possível mediante a aplicação do cânone aristotélico. De acordo com Gerard Haddad,¹⁶ “[...] praticamente todos os movimentos de renovação do Judaísmo do século XX se basearam no pensamento maimonidiano”.

Maimônides não era um aristotélico puro, mas em seus escritos filosóficos é possível verificar um neoaristotelismo aplicado e adaptado junto de concepções neoplatônicas. É importante destacar que o conhecimento filosófico apreendido pelo

¹³ Os *gueonim* eram os líderes religiosos das academias rabínicas da Babilônia, e eram os principais responsáveis pelo ensinamento, estudo, interpretação e orientação acerca da Torá e da Lei Judaica. *Gueonim* é o plural de *gaon*.

¹⁴ A polêmica em torno dos escritos de Maimônides ficou conhecida como “Controvérsia Maimonidiana”. A historiografia tradicional divide essa controvérsia em três momentos importantes. A primeira fase se deu entre 1180 e 1204 E.C., a segunda fase entre 1230 e 1232 E.C., e a terceira fase, por sua vez, de 1300 a 1306 E.C. Esses foram períodos marcados por amplo debate e polêmica entre Maimônides, seus defensores e seus opositores. Tratou-se, efetivamente, de um conflito tanto religioso quanto político, visto que se inicia após às severas críticas realizadas pelo Rambam ao círculo rabínico de Bagdá.

¹⁵ Saladino (1138 – 1193 E.C.) foi um chefe militar curdo, que se tornou sultão do Egito e da Síria.

¹⁶ Cf. HADDAD, G. **Maimônides**. São Paulo: Liberdade, 2003. p. 16.

Rambam é resultado de estudo de traduções e comentários realizados pelos árabes e muçulmanos, como Averroes, Al Farabi e Avicena. Provavelmente Maimônides não tenha tido acesso aos escritos originais em grego, mas sim em árabe ou siríaco. Logo, há que se falar em uma apropriação indireta daquelas concepções demonstradas por Aristóteles e Platão na Antiguidade. De fato, o neoplatonismo judaico teve forte mediação islâmica e desenvolveu-se, em maior grau, nas comunidades que estavam sob domínio árabe.¹⁷

O Rambam produziu uma quantidade considerável de escritos, entre tratados científicos, cartas, comentários e textos filosóficos. Seus trabalhos mais conhecidos são *Comentário sobre a Mishná*,¹⁸ o *Mishné Torá*¹⁹ e o *Guia dos Perplexos*.²⁰ A grosso modo, os três escritos possuem assuntos comuns, mas as duas primeiras são relevantes, em especial, ao Judaísmo, enquanto que a terceira se tornou um marco para a filosofia religiosa como um todo.²¹

Entretanto, Maimônides recebeu severas críticas ao defender a compatibilidade entre razão e fé. Como concluído por Nachman Falbel, para Maimônides “[...] a filosofia é o meio e o caminho que conduz à divindade”.²² Em outras palavras, ele defendia, em seus escritos, a fé juntamente com conhecimento filosófico é o caminho pelo qual o homem consegue ascender espiritualmente. Esse posicionamento lhe rendeu muitas críticas e censuras, fazendo com que grande parte do que produziu não pudesse ser estudado pelos judeus de seu tempo.

¹⁷ Cf. GUTTMANN, J. **A filosofia do Judaísmo**: a história da filosofia judaica desde os Tempos Bíblicos até Franz Rosenzweig. São Paulo: Perspectiva, 2003.

¹⁸ O *Comentário sobre a Mishná* foi terminado por volta de 1168 E.C., é um escrito voltado para a exegese talmúdica. Nesse trabalho, Maimônides procurou apresentar o conteúdo da *Mishná* de forma sistemática, apresentando uma introdução ao estudo do Talmude. É nesse trabalho que delimita os Treze Princípios do Judaísmo. Cf. MAIMONIDES. **Comentário da Mishná**. Brasil: Maayanot, 2000.

¹⁹ Terminado por volta de 1180 E.C., o *Mishné Torá* é resultado dos estudos de Maimônides como talmudista. Nesse código, ele procurou oferecer um estatuto quase científico ao direito rabínico. É uma obra extensa, formada por catorze volumes, em que ele propõe um resumo das prescrições bíblicas e talmúdicas, as classificando e explicando. Possui reflexões práticas e teóricas, e seu objetivo primário era permitir que a Lei Oral judaica fosse conhecida por todos. Por isso, Rambam intitulou esse trabalho de *Mishné Torá*, uma vez que o considerava como “a repetição da Lei Oral”. Cf. MAIMONIDES. **Mishné Torá**: o Livro da Sabedoria. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

²⁰ O *Guia dos Perplexos* foi terminado por volta de 1190 E.C., e é considerado sua obra magna. É nesse trabalho que o Rambam propõe, claramente, sua aspiração máxima em conciliar religião judaica e filosofia grega. Cf. MAIMONIDES. **The guide for the perplexed**. 2 ed. London: Routledge and Kegan Paul Ltd., 1904.

²¹ Cf. DUJOVNE, L. **Maimonides**. São Paulo: Federação Israelita de São Paulo, s/d. p. 12.

²² C. FALBEL, N. Aristotelismo e a polêmica maimodiana. **Leopoldianum**. Vol. XI, n. 32, dezembro de 1984. p. 65.

Ressalta-se que, na Idade Média, qualquer teoria que não concordasse com a teologia tradicional era considerada herética, e que a filosofia era alvo de profunda suspeição.²³ Apesar de Maimônides tentar romper a distância existente entre razão e fé, é importante destacar que esse movimento de aproximação da filosofia grega inicia-se anteriormente a ele, mas tem nele seu ápice. Segundo Guinsburg,²⁴

O movimento filosófico que se inicia com Abraão ibn Daud e que exige uma síntese orgânica, racional, entre as doutrinas peripatéticas e os textos escriturais, encontra na obra de Maimônides a sua Suma rabínica.

Apesar do destaque dado aos escritos filosóficos e teológicos, o presente trabalho tem como objetivo analisar um documento epistolar. Maimônides dedicou grande parte de seu tempo à produção de correspondências, ou *responsas*, de cunhos pessoais e gerais. Ao todo somam-se mais de 400 cartas trocadas com discípulos, conhecidos, amigos e rabinos de diferentes localidades, como de Marselha e do lêmén. Além disso, possuem teores variados, abordando desde seu cotidiano no Norte da África, até temas filosóficos que considerava de extrema relevância. Destarte, as cartas do Rambam compõem uma importante chave para o entendimento de seu pensamento, e muitas consultas realizadas a ele demonstram seu destaque como um dos sábios judeus do final do século XI.

Epístola sobre a Apostasia

Dentre o extenso número de escritos de Maimônides disponíveis nos dias atuais, suas correspondências pessoais encontram lugar de destaque. Geralmente suas cartas respondiam às questões formuladas quanto à legislação rabínica, e muitas estão relacionadas com sua atividade como estudioso do Talmude. Essas, por sua vez, apresentam um caráter de personalidade. Segundo Teresa Malatian, "Trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal

²³ Cf. KRIEGEL, M. Judeus. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. (Org). **Dicionário temático do ocidente medieval**. Vol I. São Paulo: Edusc, 2006.

²⁴ GUINSBURG, J. (Org). **Do estudo e da oração**: sùmula do pensamento judeu. São Paulo: Perspectiva, 1968. p. 405.

preocupação os torna testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos".²⁵ Além disso,

Ao analisar a correspondência como objeto, o historiador levará em conta seu caráter altamente subjetivo e, mais do que a veracidade dos fatos e a sinceridade do escritor, irá buscar, nesses documentos, a expressão e a contenção do eu, em seus diversos papéis sociais, em termos de sentimentos, vivências e, principalmente, práticas culturais.²⁶

Nas correspondências de Maimônides, é possível verificar um autor consciente de seu lugar de fala, em especial a de um sábio da Lei de certo prestígio. Isso permite, assim, verificar o papel que ele desempenhava nas comunidades judaicas do Egito e regiões circunvizinhas. A *Epístola sobre a Apostasia* é justamente um desses escritos em que Maimônides responde a uma demanda e apresenta uma preocupação em explicar e orientar os judeus de seu tempo.

A referida epístola é ensejada por um evento anterior. Nesse, um judeu, que vivia sob cotidiano de perseguição e intolerância religiosa, enviou uma consulta a um rabino questionando se era permitido recitar a fórmula da fé muçulmana com o intuito de evitar a morte, ou se deviam aceitar a morte. Contudo, esse sábio rabino que fora consultado não vivia o mesmo contexto, nesse período, de experiência de intolerância religiosa. Por isso, sua resposta era de que deveriam morrer, padecendo em martírio ao invés de se converter pela coação. Ele dizia que

Afirmava, ademais, que os judeus que proferiram por coação a fórmula da fé islâmica, eram gentis, mesmo que tenham cumprido toda a lei. Se entravam na mesquita para orar e logo, após voltarem para suas casas, realizavam suas orações preceituais, o que faziam, segundo ele, era adicionar um pecado a outro pecado.²⁷

²⁵ MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 203.

²⁶ Ibidem, p. 204.

²⁷ Cf. VALLE, C. **Cartas y testamento de Maimonides**. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros, 1989. p. 114.

Esse posicionamento desse rabino foi enviado para diversas comunidades judaicas e provocou perplexidades, visto que os judeus estavam, em sua maioria, em situações extremamente delicadas de sobrevivência.

A *Epístola sobre a Apostasia*, em seu título original transliterado *Iggeret ha-Shemad*, é também chamada de *Tratado da Santificação do Nome*, e data de período entre 1162 e 1165 E.C. Foi escrita originalmente em árabe e posteriormente traduzida. Importante frisar que quando escreveu essa epístola, Maimônides, ainda não havia sido apontado como líder espiritual da comunidade judaica de Fustat, mas seu renome como estudioso da Torá e, principalmente, do Talmude era relevante. A *Epístola sobre a Apostasia* constitui uma resposta enviada por Maimônides à perplexidade causada pelo posicionamento do rabino supracitado. Nela, ele esclarece e refuta posicionamentos apresentados pela resposta à consulta realizada, em especial no que tange às conversões forçadas.²⁸ Ele afirma,

O consultado respondeu com uma digressão deficiente, inconsistente, sem sentido, na forma e no conteúdo. Ele desenvolveu um discurso capaz de prejudicar até mesmo as mulheres, carente de compreensão. Nós reproduziríamos plenamente o teor de suas palavras, mesmo que elas sejam abundantes, fracas e pesadas.²⁹

De início, Maimônides frisa que existe uma diferença fundamental entre aquele que aceita a conversão ao Islã voluntariamente e aquele que se converte forçadamente, mediante coação, ou seja, “pela força da espada”. Esse foi grave erro cometido pelo rabino consultado. Assim, tentando esclarecer esse erro, o Rambam divide sua carta em cinco seções: 1) sobre a classificação dos preceitos em tempos de perseguição; 2) sobre a definição da profanação do Nome e de seu castigo; 3) sobre o mérito dos martirizados pela santificação do nome e dos conversos forçados pela coação à apostasia; 4) sobre a atual apostasia e o que se deve fazer; e 5) como é

²⁸ É possível verificar que a referida epístola foi escrita após o *Mishné Torá* tendo em vista que no *Livro da Sabedoria*, primeiro volume do código, é possível identificar que o posicionamento maimonidiano sobre o tema das conversões forçadas e da não idolatria foi quase que repetido na íntegra. Assim, é possível compreender que o código tem escrita posterior à *Epístola sobre a Apostasia*, visto que alguns pontos aludem diretamente à essa.

²⁹ Cf. *Epístola sobre a Apostasia* (I:2).

melhor para o homem se proteger contra a apostasia.³⁰ Nessas seções, é possível verificar a construção de uma explicação lógica na demonstração de seu posicionamento sobre as conversões forçadas.

A respeito da primeira seção, quanto aos preceitos fundamentais que proíbem a idolatria, o incesto e o assassinato, Maimônides é claro de que nunca deverão ser relativizados. Isso significa que se alguém estiver forçado a violar esses preceitos, mesmo em tempos de intolerância religiosa, deverá morrer e manter-se firme.³¹ Na segunda seção, o Rambam esclarece que a santificação do Nome é o oposto da profanação do Nome, e reside no fato quando o judeu cumpre todos os preceitos e não tem outras intenções se não amar a Deus.³² Sendo assim, a profanação do Nome é um grave pecado, de fato sendo castigado aquele que o faz inadvertidamente ou intencionalmente.

Na terceira seção, no entanto, o Rambam explica sobre aquele que profana o Nome de Deus e a apostasia pela coação. Em suas palavras:

Se ele não se permite ser morto, mas viola a Lei por coerção, ele não age corretamente e profana o Nome de Deus por coerção. No entanto, ele não está sujeito a nenhuma das sete punições, já que não encontramos nenhuma parte da Lei, nem em relação a pequenos preceitos tão sérios, nenhum lugar onde o senhor deixa sujeito a punição aqueles que agem por coerção, mas só para quem trabalha com voluntariamente.³³

Há que se entender, conforme ele explica, que a profanação ao Nome de Deus só é punível com castigo, no caso o extermínio, se essa for intencional. Na ocasião em que ocorre a escolha entre a conversão e a morte, e o judeu opta pela profanação ao Nome de Deus para não ser morto, não cabe essa punição. De fato, essa diferenciação entre aqueles que convertem voluntariamente e aqueles que se convertem por coação é fundamental na perspectiva maimonidiana. Como se vê em:

³⁰ Cf. *Epístola sobre a Apostasia* (IV:23).

³¹ Cf. *Epístola sobre a Apostasia* (A:24).

³² Cf. *Epístola sobre a Apostasia* (B:28-29).

³³ Cf. *Epístola sobre a Apostasia* (C:32).

Quem diz ou pensa, porque os nossos sábios disseram: Ele vai deixar-se matar e ele não vai transgredir a lei, que se alguém violou a lei, ele permanece sujeito à morte, ele comete um grave erro. Porque a coisa não é assim, mas como vou me referir. Verdadeiramente, é necessário deixar-se matar, mas se alguém não se deixa matar, não está sujeito à morte.³⁴

Em sentido semelhante, a quarta seção faz referência ao contexto de intolerância religiosa em que o Rambam vive. Verifica-se, assim, uma ponderação a respeito do tema e um discurso brando, como

É necessário que quem quer que esteja passando pela atual perseguição se comporte nessas situações, como eu sugiro. Em primeiro lugar, que se proponha cumprir e executar o máximo dos preceitos possíveis. Se ocorrer que ele que tenha que quebrar muitos preceitos ou que tenha que profanar o sábado, transportando o que não é permitido transportar.³⁵

Mesmo Maimônides e sua família foram exilados de sua terra natal devido às perseguições religiosas, migrando por diversos lugares até se fixarem em Fustat. Provavelmente é sua experiência concreta que o faz aconselhar que os judeus procurem por regiões que permitam cumprir com suas obrigações diante da Lei judaica na totalidade, apesar de ser compreensível que em muitas regiões isso não é possível. Esse conselho é encontrado em vários de seus escritos, e também pode ser verificado na *Epístola sobre a Apostasia*: "Mas o conselho que dou a mim mesmo, o critério que tenho para mim, para meus amigos e para todos aqueles que me pedem conselhos, é deixar esses lugares e ir a um lugar onde possa observar sua religião e cumprir sua Lei, sem coerção ou medo".³⁶

De maneira geral, apesar de distinguir aquele que não observa os preceitos intencionalmente daquele que não os faz por coação, esse último é passível de retorno e, de certa forma, de compensação. Isso ocorre desde que essa seja temporária e com o intuito de sobrevivência. Contudo, no inteiro teor da epístola de

³⁴ Cf. *Epístola sobre a Apostasia* (C:32).

³⁵ Cf. *Epístola sobre a Apostasia* (D:35).

³⁶ Cf. *Epístola sobre a Apostasia* (D:36).

Maimônides, verifica-se que o ideal entre, em qualquer circunstância, é o exílio. Para ele, o futuro do povo de Israel está intrinsecamente ligado ao comportamento dos judeus diante das dificuldades históricas pelas quais estão passando. Manter-se leal à sua fé, observar os preceitos e sobreviver ao cotidiano persecutório são imprescindíveis.

Considerações Finais

A deterioração das comunidades judaicas sob domínio muçulmano e as políticas de perseguição religiosa tornavam a questão da sobrevivência judaica na Diáspora de máxima importância. Talvez isso explique o posicionamento de Maimônides em sua *Epístola sobre a Apostasia*, a qual ocupa um lugar interessante nos escritos de Maimônides.

É importante lembrar que a referida epístola foi escrita anteriormente ao apontamento do Rambam como *nagid*, por volta de 1162 e 1165 E.C. Nesse período, o lugar de fala de Maimônides é de um sábio estudioso judeu de relevante prestígio. No entanto, destaca-se a rigidez da manutenção da prática dos preceitos judaicos quando ele repete que o judeu deve evitar, a todo custo, a não profanação do Nome de Deus.

Contudo, o próprio Rambam viveu o contexto persecutório e precisou se mudar com sua família, migrando de região em região, e passando por experiências de "tolerâncias" e intolerâncias. Questiona-se se é essa experiência concreta que o permite olhar para seus contemporâneos e distinguir, categoricamente, aqueles que são convertidos voluntariamente daqueles que o fazem à força. Esses últimos com um objetivo único: a sobrevivência. Léon Poliakov ressalta que

Em apoio a essa tese, constata particularmente que os perseguidores, no mais das vezes, contentam-se com fazer pronunciar uma breve profissão de fé, "Alá é um, e Maomé é seu profeta" e, quanto ao resto, deixam que os judeus vivam de acordo com seus costumes e pratiquem os mandamentos da Torá.³⁷

³⁷ POLIAKOV, L.... op. cit., p. 54.

Como mencionado, o contexto e os processos históricos sob os quais os indivíduos e as comunidades vivem possuem significativa importância na formação de discursos e locais de fala. Apesar da rigidez na prática dos preceitos do Judaísmo, Maimônides, ainda sem ocupar o lugar de líder espiritual da comunidade judaica de Fustat, consegue manter um discurso brando. Ele o faz diferentemente do outro rabino, primeiro consultado, que respondeu de maneira rígida e condenou aqueles que se convertiam ao Islã, independentemente de suas razões.

Posteriormente à *Epístola sobre a Apostasia*, Maimônides escreveu o *Mishné Torá*, em que ele terá postura rígida quanto aos preceitos e orientações da prática correta do Judaísmo, mas que também apresentará um discurso brando a respeito daqueles que vivem contextos de intensa perseguição religiosa. Esse escrito, por sua vez, foi terminado em 1180 E.C., e tinha como público alvo todos os judeus que pudesse alcançar, mediante uma retórica didática, clara e concisa. Em mesmo sentido, na *Epístola do lêmén*, escrita em 1172 E.C., o Rambam manterá o posicionamento brando a respeito daqueles que são conversados à força.

É possível verificar que o objetivo de Maimônides em refutar os posicionamentos rígidos do rabino consultado naquela ocasião era de salvaguardar a vida. Se a história do povo judeu é a história da lealdade dos judeus a Deus, a provação dessa poderia levar a extinção das comunidades judaicas se todos os rabinos de seu tempo continuassem afirmando que deveriam preferir a morte à conversão forçada. Pensando nisso, Maimônides não aconselha que se aceite a conversão forçada, como pode-se verificar.

De fato, o conselho de Maimônides na *Epístola sobre a Apostasia* é de que os judeus fujam dos territórios em que as políticas de intolerância e de radicalismo estivessem insustentáveis. O ideal, para ele, seria que os judeus não pensassem em ter uma escolha entre a conversão ou não, mas que optassem sempre pelo exílio. Contudo, na ausência dessa possibilidade, salvaguardar a vida é compreensível para a sobrevivência judaica na Idade Média. É possível que essa seja a lógica do Rambam quando ele afirma: aquele que viola um preceito será punido por isso, mas se o

observa será compensado também.³⁸ Em suma, o discurso de Maimônides é de que há retorno para aqueles que se convertem mediante a coação, visto que o mais importante é haver para onde retornar. Em outras palavras, o foco primordial é permitir a sobrevivência judaica diante dos diferentes contextos impostos pela experiência na Diáspora como minoria religiosa.

Referências

- BEN-SASSON, H. H. (Org.). **Historia del pueblo judío: la Edad Media**. Madrid: Alianza, 1988.
- BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CHOURAQUI, A. N. **Between East and West: a history of the jews of North Africa**. Illinois: Varda Books, 2001.
- DUJOVNE, L. **Maimonides**. São Paulo: Federação Israelita de São Paulo, s/d.
- FALBEL, N. Aristotelismo e a polêmica maimodiana. **Leopoldianum**. Vol. XI, n. 32, dezembro de 1984.
- GUINSBURG, J. (org). **Do estudo e da oração: sùmula do pensamento judeu**. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- GUTTMANN, J. **A filosofia do Judaísmo: a história da filosofia judaica desde os Tempos Bíblicos até Franz Rosenzweig**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- HADDAD, G. **Maimônides**. São Paulo: Liberdade, 2003.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 103-133.
- KRIEGL, M. Judeus. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. (org). **Dicionário temático do ocidente medieval**. Vol I. São Paulo: Edusc, 2006.
- MAIMONIDES. **Comentário da Mishná**. Brasil: Maayanot, 2000.
- MAIMONIDES. **Mishné Torá: o Livro da Sabedoria**. Rio de Janeiro: Imago, 2000
- MAIMONIDES. **The guide for the perplexed**. 2 ed. London: Routledge and Kegan Paul Ltd., 1904.
- MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 195-222.
- MASRIYA, Y. **Los judíos en Egipto**. Buenos Aires: Congreso Judío Latinoamericano, 1972.

³⁸ Cf. *Epístola sobre a Apostasia* (C:34).

POLIAKOV, L. **De maomé aos marranos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 73-102.

VALLE, C. **Cartas y testamento de Maimonides**. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros, 1989.

Recebido em: 29/06/2018

Aprovado em: 21/07/2018

A REPORTAGEM FOTOGRÁFICA A EXPLOÇÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA NA REVISTA A BOMBA EM CURITIBA (1913)¹

THE PHOTOGRAPHIC REPORT THE EXPLOSION IN THE EUPHRASIO CORREA SQUARE IN THE MAGAZINE A BOMBA IN CURITIBA (1913)

Luana Camargo Genaro²
Universidade Federal do Paraná

Resumo: O tema deste trabalho é a fotorreportagem *A Explosão na Praça Euphrasio Correa*, publicada na revista *A Bomba*, em Curitiba, no ano de 1913. Tem por objetivo identificar o alinhamento de ideias da revista; a autoria das fotografias; e interpretar a narrativa e o discurso resultante desta sequência. E, assim, responder quais são os efeitos de sentido produzidos pela reportagem fotográfica em *A Bomba*. Foram referências bibliográficas os estudos sobre a imagem de Jacques Aumont; as reflexões sobre a fotografia segundo Boris Kossoy; e o conceito de *fotografia-documento* em André Rouillé. A

Abstract: This research's object is the photoreporting *The Explosion in Euphrasio Correa Square*, published in magazine *A Bomba*, in Curitiba, in 1913. Its objective is to identify the alignment of ideas of the magazine; the authorship of the photographs; and interpret the narrative and discourse resulting from this sequence. Thus, we aim to answer what are the effects of sense produced by the photographic report in *A Bomba*. Bibliographical references were the studies on the image of Jacques Aumont; in discussion on photography we dialog with Boris Kossoy and the concept of photograph-document

¹ Este trabalho é parte da monografia de graduação em História (UFPR, 2015), com a orientação da professora Dr.^a Rosane Kaminski. GENARO, Luana C. **A representação do real em um espelho de papel:** a reportagem fotográfica na revista *A Bomba* em Curitiba (1913). 116 p. Monografia (Graduação em História) – Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2016/04/A-REPRESENTA%C3%87%C3%83O-DO-REAL-EM-UM-ESPELHO-DE-PAPEL-A-REPORTAGEM-FOTOGRAFICA-NA-REVISTA-A-BOMBA-EM-CURITIBA-1913-2.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018. Uma versão mais curta deste trabalho foi apresentada no XVI Encontro Regional de História da ANPUH-PR-Tempos de Transição, realizado em julho de 2018 em Ponta Grossa/PR e publicada nos Anais eletrônicos do evento. GENARO, Luana C. A reportagem fotográfica *A Explosão na Praça Euphrasio Correa* na revista *A Bomba* em Curitiba (1913). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PR-TEMPOS DE TRANSIÇÃO, 16., 2018, Ponta Grossa/PR. **Anais eletrônicos**. Ponta Grossa: ANPUH-PR, 2018. p. 1-12. Disponível em: <file:///C:/Users/Luana/Downloads/Luana%20Camargo%20Genaro.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

² Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES. E-mail: luanacgenaro17@gmail.com

conclusão da análise indica a constante presença da autoridade. O discurso decorrente da narrativa demonstra afinidade com os interesses do poder público estadual e municipal em transformar a cidade, garantir a ordem social e tornar Curitiba uma capital moderna.

in André Rouillé. The conclusion of the analysis indicates the constant presence of authority. The discourse deriving from the narrative demonstrates affinity with the interests of the state and municipal public power in transforming the city, guaranteeing the social order and making Curitiba a modern capital.

Palavras-Chave:
Fotojornalismo; A Bomba.

Keywords: Photography; Photojournalism; A Bomba.

Introdução

Produzida e publicada em Curitiba, no ano de 1913, a revista ilustrada *A Bomba* divulgou textos, charges, fotografias e propagandas no decorrer de 20 edições. Em uma de suas reportagens fotográficas, na edição nº 4, de 10 de Julho de 1913, expôs um registro de acontecimento: a explosão no armazém da antiga Estação da Estrada de Ferro da cidade. Do total de 108 fotografias, a fotorreportagem *A Explosão na Praça Euphrasio Correa* contém nove destas imagens, as quais, dispostas em sequência ao longo da revista, estão no formato título/foto/legenda. Abaixo da primeira fotografia desta série, *A Bomba* afirma na legenda ter batido o recorde na reportagem fotográfica – possivelmente, por ser o maior número de fotografias sobre um mesmo tema reproduzido até então pelo periódico.

O propósito deste artigo consiste em analisar a reportagem fotográfica *A Explosão na Praça Euphrasio Correa* e responder quais são os efeitos de sentido que produz em *A Bomba*. Os objetivos são identificar a autoria das fotografias; a sequência na disposição das nove imagens; interpretar a narrativa e o discurso resultante desta sequência. Para tal, primeiro procurou-se compreender o alinhamento de ideias de *A Bomba*, com base no contexto da Primeira República, para depois analisar a série de fotografias selecionadas. O jornal *A República*, publicado em Curitiba, serviu de apoio no estudo, devido à cobertura jornalística do acontecimento. O acervo fotográfico da Divisão de Multimeios da Casa da Memória da cidade contribuiu para identificar o autor das imagens selecionadas. A análise das fotografias, sob a ótica da imagem representativa, que disposta em sequência produz uma ou mais narrativas, apoiou-se nos escritos sobre a imagem de Jaques Aumont

(2012) e Boris Kossoy (2012), e no conceito de *fotografia-documento* de André Rouillé (2009).

A fotografia-documento em uma revista ilustrada

Antes de adentrar na análise da reportagem fotográfica, *A Explosão na Praça Euphrasio Correa*, é preciso demarcar o posicionamento teórico que conduziu o presente estudo. Começaremos pela revista, enquanto um veículo que propaga a fotografia de imprensa; depois, apresentaremos o conceito de fotografia; e na sequência, algumas concepções teóricas que embasaram a reflexão sobre a linguagem da reportagem fotográfica.

A revista é pensada como um dispositivo com materialidade própria. Ou seja, dispositivo³ porque é o meio pelo qual a técnica e tecnologia dos métodos de impressão possibilitou a reprodução das fotografias, e serviu de suporte para a imagem ser difundida e acessada por leitores em determinada época e lugar. A materialidade⁴ própria da revista a distinguiu na forma e no conteúdo de outros impressos, por exemplo, o jornal, o livro e o almanaque. Quando o registro fotográfico é reproduzido e usado pela revista, a fotografia é mergulhada na especificidade da condição material, gráfica e discursiva do periódico. Portanto, pese a responsabilidade do fotógrafo na captação da imagem, esta se torna parte da revista e assim deve ser pensada.

Um conceito básico sobre fotografia é ofertado por Jacques Aumont (2012) e corresponde a uma técnica que permite a fixação permanente da imagem por meio da ação da luz e reações químicas em um papel fotossensível – *foto-grafia*, ou seja, escrita da luz⁵. E, a partir disto, inicia o uso social deste tipo de produção de imagem, por exemplo, no retrato, registro de paisagem e com função representativa⁶. Outra perspectiva semelhante é adotada por Boris Kossoy (2012), o qual define a fotografia como sendo “uma representação plástica (forma de expressão visual) indivisivelmente incorporada ao seu suporte e resultante dos procedimentos

³ AUMONT, Jacques. **A imagem**. 16ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2012. Série Ofício de Arte e Forma. p. 139.

⁴ BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 51.

⁵ *Ibidem*, p. 170

⁶ *Idem*

tecnológicos que a materializaram”⁷. A fotografia não existiria sem as condições técnicas específicas que possibilitam a sua produção.

A discussão de Kossoy é sobre a fotografia enquanto fonte histórica. Nesta perspectiva, o original fotográfico corresponde à fonte primária, é um *objeto-imagem de primeira geração*. A sua reprodução integral, seja uma fotografia, impressão ou reprodução em periódico de qualquer época posterior é uma fonte secundária, definida como um *objeto-imagem de segunda geração*⁸. O registro de um fragmento selecionado do real, a *primeira realidade*, origina através da fotografia uma *segunda realidade*, entenda-se a realidade do documento⁹, material de pesquisa para o historiador.

O mesmo tema discutido por André Rouillé (2009) possui contornos distintos. Rouillé pensa a fotografia como uma construção, algo que não se resume a um “rastros” que vai de uma “coisa (preexistente) à imagem”¹⁰. Sendo assim, a fotografia “fabrica e produz os mundos”¹¹. O importante é analisar como a imagem produz o real¹².

Para André Rouillé, no período que se estende do século XIX ao XX, imperou a perspectiva documental da fotografia, denominada *fotografia-documento*. Termo utilizado pelo autor em contraposição ao aspecto expressivo da fotografia, a chamada *fotografia-expressão*. Como a fotografia não é um documento por natureza, dependendo da época, da ocasião, dos diferentes usos e espaços, como também, dos profissionais envolvidos, prevalecia o aspecto documental ou expressivo da fotografia¹³. Como a fotografia não é um documento por natureza, dependendo da época, da ocasião, dos diferentes usos e espaços, como também, dos profissionais envolvidos, prevalecia o aspecto documental ou expressivo da fotografia.¹⁴

Rouillé considera que a fotografia surgiu em meados do século XIX favorecida por “uma crise profunda da verdade”¹⁵ e pelo abalo da “credibilidade”¹⁶ que alcançou

⁷ KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4ª edição ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. p. 42.

⁸ *Ibidem*, p. 42-44.

⁹ *Ibidem*, p. 46. Grifo do autor.

¹⁰ ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009. p. 18.

¹¹ *Idem*

¹² *Idem*

¹³ *Ibidem*, p. 27

¹⁴ *Ibidem*, p. 27-28.

¹⁵ *Ibidem*, p. 28.

¹⁶ *Idem*

os tipos de representação como o texto e o desenho, práticas que sofrem interferência direta do ser humano e de sua subjetividade. Como a fotografia está ligada a máquina e a impressão, a confiança conferida à imitação e a representação foram revigoradas¹⁷.

O conceito de *representação*, por sua vez, é de difícil elaboração. Segundo Jacques Aumont (2012), isto se deve à carga de significados acumulados historicamente e suas diferentes aplicações – representação teatral, representantes do povo na câmara, representação fotográfica e pictórica. Apesar disso, o autor percebe um elemento comum nas aplicações da palavra¹⁸. E define representação como “um processo pelo qual se institui um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar do que representa”¹⁹.

Para alguns teóricos, segundo Aumont, trata-se de um processo muito arbitrário por condicionar-se a “convenções socializadas”²⁰. A representação de uma paisagem na pintura chinesa tradicional e um desenho egípcio do tempo dos faraós, por exemplo, “não é mais nem menos convencional”²¹. E a diferenciação estabelecida entre essas representações, acerca de qual é a mais adequada, com base em critérios de semelhança, está subordinada a cultura, o lugar e a época de quem observa a imagem²².

Outro tipo de posicionamento é a da representação ser motivada. Para Aumont, esse pensamento reside na insistência de alguns teóricos considerarem “que certas técnicas de representação são mais ‘naturais’ do que outras, em especial no que se refere às imagens”²³. O argumento pauta-se na suposta facilidade dos seres humanos em aprenderem determinadas convenções ou nem precisarem aprendê-las. Segundo o autor, a técnica da perspectiva é o grande exemplo usado nesse tipo de argumento²⁴.

Estes dois posicionamentos, sobre a arbitrariedade da representação e que determinadas representações são mais naturais que outras, segundo Aumont, são

¹⁷ *Idem*

¹⁸ AUMONT, *Op. cit.*, p. 103.

¹⁹ *Ibidem*, p. 104

²⁰ *Idem*

²¹ *Idem*

²² *Idem*

²³ *Ibidem*, p. 105

²⁴ *Idem*

“evidentemente inconciliáveis”²⁵. A confusão entre ambas as abordagens é proveniente de dois problemas: um de nível psicoperceptivo e outro de nível sócio-histórico. O primeiro se refere à possibilidade de comparar como os seres humanos reagem às imagens²⁶.

As noções de semelhança, por exemplo, são conhecidas por qualquer pessoa normal (no sentido de não doente), mesmo de maneira velada, subentendida. O segundo está relacionado às sociedades que possuem interesse específico nas imagens similares. As quais definem critérios de similitude que podem sofrer variações e criam escalas de aceitação das diferentes imagens²⁷.

Ainda com base nos argumentos de Aumont, não se deve confundir as noções de ilusão, representação e realismo, apesar das conexões entre si. A representação possibilita delegar a visualização de uma realidade ausente que se apresenta por um substituto. A ilusão caracteriza-se por um “fenômeno perceptivo e psicológico”²⁸ que, às vezes, em “condições psicológicas e culturais”²⁹ específicas pode ser desencadeado pela representação. O realismo, por sua vez, “é o conjunto de regras sociais, com vistas a gerir a relação entre a representação e o real de modo satisfatório *para a sociedade que formula essas regras*.”³⁰

A revista *A Bomba*

Para analisar a reportagem fotográfica em *A Bomba*, antes é preciso conhecer o alinhamento de ideias da revista. E, posteriormente, compreender as possíveis relações de sentido entre o produzido pelo periódico e a fotorreportagem sobre a explosão do antigo armazém da Estrada de Ferro de Curitiba, com o apoio da historiografia.

Como afirma os anúncios dos jornais, *A Bomba* se caracteriza como uma revista ilustrada, humorística e literária e na própria publicação consta essa afirmação. Composta por 40 páginas (não numeradas) manteve um padrão básico na sua estruturação contando da capa até a última folha. A revista está dividida em

²⁵ *Idem*

²⁶ *Idem*

²⁷ *Ibidem*, p. 106

²⁸ *Idem*

²⁹ *Idem*

³⁰ *Idem*. Grifo de Aumont.

blocos: capa, série de propagandas, segunda capa, conteúdo com textos e imagens (incluindo algumas propagandas e anúncios), e mais propagandas fechando a revista.

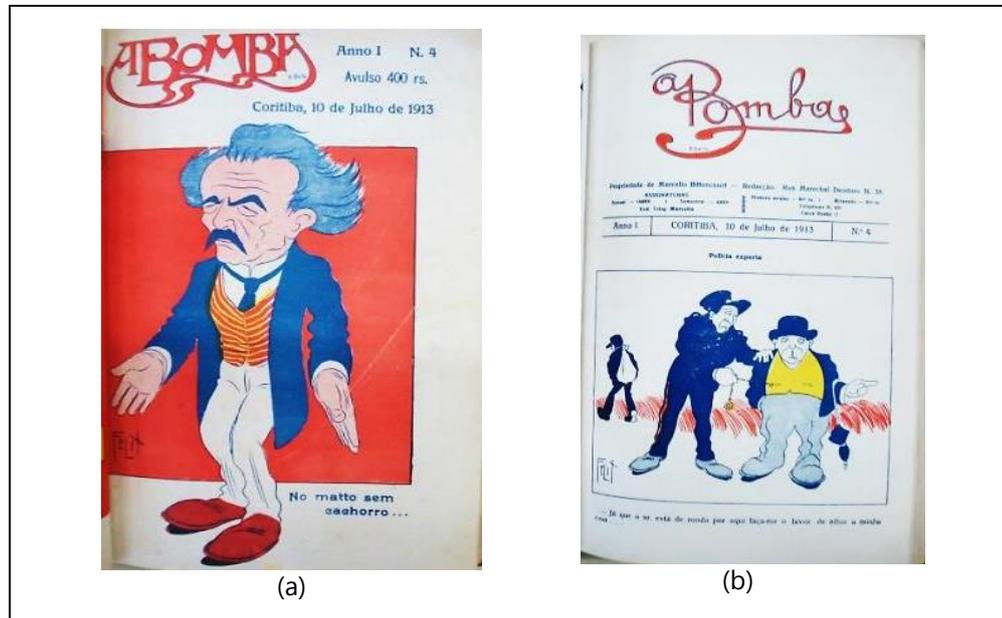


FIGURA 1 – CAPA E SEGUNDA CAPA DE *A BOMBA*

FONTE: *A Bomba*, 10 de julho de 1913, n. 4

NOTA: A revista possui duas capas: (a) capa propriamente dita e (b) segunda capa. Na ordem encontra-se a capa, páginas com propagandas, a segunda capa e o conteúdo da revista. Os tipos de grafia no título variam ao longo de todas as edições, tanto na forma quanto na cor. O padrão seguido pela publicação consiste em não repetir o tipo de grafia na capa e na segunda capa, como demonstrado na figura.

A divulgação dos membros da equipe que trabalhava para a revista *A Bomba* a partir da edição nº 6, de 30 de Julho de 1913, sofreu algumas alterações. Pela primeira vez foi publicado o nome do *reporter photographico*, Arthur Wischral. A partir da edição nº 10, de 10 de Setembro de 1913, consta a referência à *Photographia Volk* como responsável pela reportagem fotográfica, além de Arthur Wischral. O suposto pioneirismo de *A Bomba* por indicar o nome do repórter fotográfico, o que não costumava acontecer nas publicações de início do século XX, perde-se quando as fotografias são observadas isoladamente. Na maioria dos casos, o nome do autor não acompanha as imagens, porém, nos poucos casos em que isso foi feito, há fotografias com o nome de Arthur Wischral e também fotos com o nome de autor não encontrado no quadro de responsáveis pela reportagem fotográfica.

A publicação de revistas como *A Bomba* tornou-se possível com o desenvolvimento técnico e tecnológico dos meios de impressão. A expansão das

revistas ilustradas e da imprensa teve início na Europa a partir do início do século XIX, segundo Rosane Kaminski (2010), e estão relacionadas “ao desenvolvimento industrial das técnicas de impressão e ao aumento do público leitor”³¹. No Brasil, o processo de modernização da imprensa se fez sentir no final dos oitocentos e apenas “nos principais centros urbanos do país”³². As revistas semanais vieram a público na primeira década do século XX em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Salvador e Curitiba³³.

Kaminski afirma que desde os anos 1880 despontava em Curitiba “uma indústria gráfica favorecida pela chegada de imigrantes europeus e a presença de alguns periódicos ilustrados”³⁴. Mas foi a partir de 1900, impulsionado pelo aumento das “empresas gráficas especializadas, que se intensificou um circuito de produção e circulação de revistas”³⁵ na cidade, e muitas delas com o apoio da “publicidade comercial”³⁶. Segundo a autora, mais de 60 títulos de revistas e almanaques foram publicados em Curitiba entre os anos de 1900 e 1920³⁷.

Do levantamento realizado em acervos de periódicos de Curitiba que permitiu constatar as dezenas de revistas impressas na cidade nas duas primeiras décadas do século XX e o ecletismo que as permeia, Kaminski identifica três grandes grupos de periódicos com a presença de imagens: as revistas literárias, as revistas de humor e as revistas de caráter publicitário (no sentido comercial e de promoção institucional, incluindo o governo)³⁸.

A revista *A Bomba*, segundo a tipologia proposta por Kaminski, compõe o segundo grupo, as revistas de humor. Junto a ela, outras dez revistas se enquadram no grupo por terem “caráter declaradamente satírico ou simplesmente visando um entretenimento bem-humorado, sustentado na observação e na zombaria de fatos corriqueiros no ambiente urbano”³⁹. Entre as revistas citadas pela autora estão as

³¹ KAMINSKI, Rosane. **A presença das imagens nas revistas curitibanas entre 1900-1920**. Revista Científica/FAP, v. 5, 2010, p. 150. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Revista_cientifica_5/revista5_Rosane_Kaminski.pdf> Acesso em: Jul. 2013.

³² *Idem*

³³ *Idem*

³⁴ *Idem*

³⁵ *Idem*

³⁶ *Idem*

³⁷ *Idem*

³⁸ *Ibidem*, p. 154.

³⁹ *Ibidem*, p. 158-159.

publicações: *Caras e Carrancas* (1902); *A Carga* (1907); *O Olho da Rua* (1907-1911) e *O Flirt* (1919)⁴⁰.

A concentração das publicações no início do século XX em Curitiba, segundo Kaminski, está em concordância “com o momento de expansão das revistas de humor durante o período anterior à primeira guerra mundial e conhecido como *Belle Époque*”. Para a autora, tal relação evidencia o interesse presente na sociedade curitibana em participar das “novidades advindas com a modernização”, e por isso, “aspira e espelha-se nos produtos culturais típicos das grandes cidades”⁴¹.

Historicamente, segundo Marília Scalzo (2013), o entretenimento foi uma das principais vocações das revistas e a presença de imagens contribuiu para isso⁴². Em se tratando das revistas de humor, as ilustrações não se resumiram a diversão dos sentidos. Para Kaminski, as charges e caricaturas possuíam “carga opinativa, pois, ao fazer chacota de algum assunto”⁴³ posicionavam-se acerca do tema. Pelo humor as revistas produziram críticas de cunho social e imprimiram suas concepções políticas e ideológicas.

A Bomba ao se autodenominar independente nas suas “feições religiosas e políticas”, na edição número 3, de 12 de Junho de 1913, não significa que não tenha divulgado posicionamentos em torno de diferentes temáticas. A revista recebeu colaborações de membros do círculo literário curitibano e alguns deles foram encontrados nas fotografias que reproduziu em suas páginas. Por isso, para melhor entendimento do lugar ocupado pelo periódico no âmbito das ideias, percebeu-se necessário considerar o contexto intelectual de Curitiba na Primeira República.

Segundo Etelvina M. de C. Trindade (1996) os literatos utilizaram a imprensa para difundir sua produção⁴⁴, mas não estavam sozinhos. Curitiba à época era uma cidade polêmica, uma mistura de “nacionalidades, crenças e opiniões”⁴⁵. Segundo a autora, “Republicanos idealistas, católicos conservadores, maçons e espíritas, feministas e antifeministas”⁴⁶, todos disputaram “o predomínio do pensamento da

⁴⁰ KAMINSKI, Rosane. *Op. cit.*, p. 159.

⁴¹ *Idem*.

⁴² SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 13.

⁴³ KAMINSKI, Rosane. *Op. cit.*, p. 161.

⁴⁴ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996. p. 20.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 105.

⁴⁶ *Idem*

urbe, envolvendo-a em um pródigo confronto de ideias.⁴⁷ A maçonaria e o neopitagorismo associavam-se em termos éticos e morais ao “livre-pensamento, ao ocultismo e ao simbolismo”⁴⁸. E o anticlericalismo confrontava com a reação católica⁴⁹.

Para José Murilo de Carvalho (1998), a modernidade que se desenrolou no cenário brasileiro no final do século XIX foi uma experiência distinta do “modelo clássico” representado pelo caso anglo-saxão⁵⁰. A força da tradição esteve em permanente choque com os valores da modernidade que permeava as mentes da parcela mais abastada da população⁵¹. Durante a Primeira República brasileira, conceitos como moderno, modernidade e modernização eram importantes e detentores de muitos significados:

Eram as novidades tecnológicas: estrada de ferro, a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o gramofone, o cinema, o automóvel, o avião; eram as instituições científicas: Manguinhos, Butantã, a Escola de Minas, as escolas de Medicina e Engenharia; eram as novas ideias, o materialismo, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social, o livre cambismo, o secularismo, o republicanismo; era a indústria, a imigração europeia, o branco; era a última moda feminina de Paris, a última moda masculina de Londres, a língua e a literatura francesas, o dândi, o *flâneur*, e era também o norte-americanismo, o pragmatismo, o espírito de negócio, o esporte, a educação física. Antigo, tradicional, atrasado, era o português, o colonial, o católico, o monárquico; era o índio, o preto, o sertanejo; era o bacharel, o jurista, o padre, o pai-de-santo; era o centralismo político, o parlamentarismo, o protecionismo, o espiritualismo, o ecletismo filosófico.⁵²

A partir do que era considerado moderno na Primeira República no Brasil, o contexto de embate de ideias no período em Curitiba e com base na leitura de *A Bomba*, deu-se a seleção de cinco temas recorrentes na revista. Pela maneira como foram abordados nas linguagens escrita e visual, tornou-se possível perceber os sentidos e na relação com o contexto histórico, identificar o alinhamento de ideias da publicação. Os cinco temas foram: a) Clero; b) Autoridades; c) Bondes, automóveis, eletricidade, água; d) Instituições de ensino; e) Intelectuais.

⁴⁷ *Idem*

⁴⁸ *Idem*

⁴⁹ *Idem*

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: escritos de História e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 107.

⁵¹ *Ibidem*, p. 119-120

⁵² *Idem*

As sátiras ao clero nos textos e charges e a sua total omissão nas fotografias produzem um discurso que se alinha ao anticlericalismo. O poder religioso na oposição antigo/moderno é o passado, o arcaísmo que precisa ser superado para dar espaço ao *novum*, no sentido de moderno, a República laica. A omissão de elementos religiosos na fotografia evita a documentação do poder religioso e favorece o registro de uma sociedade republicana direcionada para o futuro.

Ao satirizar a autoridade pelos textos e charges, e ao mesmo tempo afirmar a sua presença pela fotografia, reforça a preocupação da revista com a manutenção da ordem pelo uso de mecanismos de controle social por meio da ação do Estado. Na Curitiba da Primeira República, segundo Marilda Queluz (1996), "O controle da desordem e a imposição da ordem surgem como fator de modernização"⁵³.

Os bondes elétricos, automóveis, eletricidade e a crítica à falta de água são temas relacionados ao desenvolvimento urbano nas cidades, ao progresso pela técnica e tecnologia – os fios elétricos são um sinal que a cidade possui rede elétrica e seus habitantes usufruem dos benefícios da luz elétrica. São temas relacionados às novidades tecnológicas, à presença do poder público, à vida nas áreas urbanas e o desejo de modernizar a cidade.

A inauguração de escolas e a existência de uma instituição de ensino superior, a Universidade do Paraná, reforçam o ideal da educação laica e o desenvolvimento do pensamento científico. A presença da intelectualidade paranaense, em particular de literatos comprometidos com o grupo anticlerical, os livre pensadores, republicanos defensores da educação laica, reflete a vinculação dos responsáveis pela revista com esse grupo e as ideias que preconizavam.

É possível considerar que a revista *A Bomba* estava comprometida com o ideal de moderno do período correspondente a Primeira República brasileira e concepções ideológicas e políticas semelhante a da intelectualidade formada pelos literatos na capital paranaense. No plano político, o republicanismo e a presença de um Estado forte, e no plano ideológico, o alinhamento ao cenário local de oposição ao

⁵³ QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. **Olho da Rua:** o humor visual em Curitiba (1907-1911). 135 p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: < <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/29537> >. Acesso em: 23 out. 2015. p. 36.

clericalismo, à defesa da educação laica e do livre pensamento. O desenvolvimento das áreas urbanas com o apoio da técnica e da tecnologia afirma o ideal de cidade moderna. Ao tratar dessas questões com foco no Paraná e, particularmente em Curitiba, onde a revista era produzida, com escritores, chargistas e fotógrafos da cena local, *A Bomba* evidencia seu caráter de publicação regionalista.

A reportagem fotográfica *A Explosão na Praça Euphrasio Correa* em *A Bomba*

A materialidade da revista, ou seja, o projeto gráfico⁵⁴ da edição nº 4 de *A Bomba*, de 10 de Julho de 1913, possui 40 páginas⁵⁵ divididas da seguinte forma: capa na página 1; propaganda nas páginas 2 a 8, segunda capa na página 9; conteúdo com textos, charges e fotografias nas páginas 10 a 30; encontrado em algumas edições, "O Batataes" é uma seção que usa da linguagem escrita para satirizar os alemães na cidade pelo que seria a reprodução do sotaque dos imigrantes, a seção ocupa as páginas 31 e 32; e mais propaganda nas páginas 33 a 40.

O espaço gráfico está organizado em uma grade estrutural (*grid*) dividida em duas colunas. As nove fotografias estão dispostas nas páginas 11, 13, 16, 19, 21, 23, 26, 28 e 30, todas as imagens possuem o mesmo tamanho – excetuando a primeira, na horizontal, é um pouco menor na largura que as outras imagens com o mesmo posicionamento (FIGURA 3a) – e ocupam metade da página. A segunda fotografia está na vertical e preenche metade da coluna da esquerda na divisão da página (FIGURA 3b). As outras imagens estão na horizontal e ocupam toda a zona espacial da página (FIGURA 3d). A variação reside em qual zona espacial a fotografia foi reproduzida, na parte superior ou inferior e se na página esquerda ou na direita. Em toda a reportagem fotográfica mantém-se o padrão título/foto/legenda.

⁵⁴ GRUSZYNSKI, Ana; CALZA, Márlon Uliana. Projeto gráfico: a forma de um conceito editorial. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 208.

⁵⁵ As páginas não estão numeradas em *A Bomba*. Na Hemeroteca Digital Brasileira as páginas digitalizadas estão numeradas no sistema, dessa maneira tornou-se possível a sua marcação.

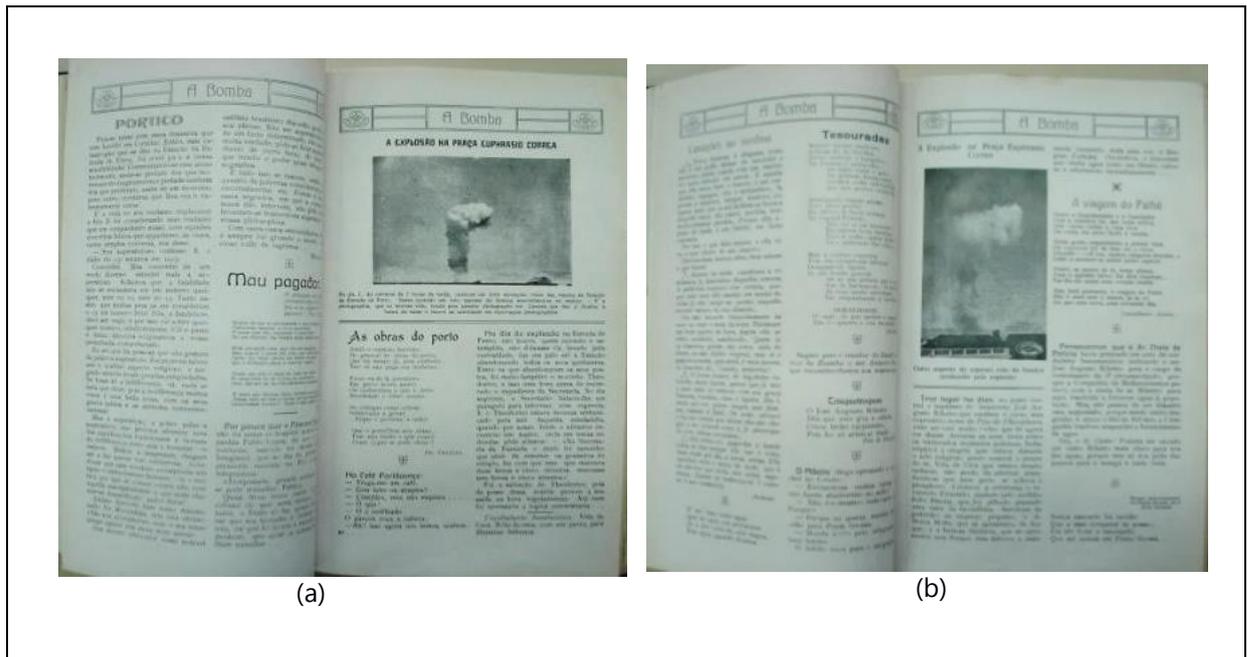


FIGURA 2 – PRIMEIRAS PÁGINAS DA REPORTAGEM FOTOGRÁFICA *A EXPLOÇÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA*

FONTE: *A Bomba*, 10 de julho de 1913, nº 4

NOTA: Em (a), as páginas 10 e 11 e em (b), as páginas 12 e 13, estão representadas as duas primeiras fotografias da reportagem fotográfica "A explosão na Praça Euphrasio Correa". Os textos não tem vínculo com as fotografias, apenas as legendas.

Se onde tem fumaça, há fogo, a primeira fotografia introduz o tema a ser contado pela história em imagens. Uma coluna de fumaça se ergue no centro da foto e, captada na horizontal, com o céu ao fundo favorece a sensação de imensidão – quebrada apenas pelo detalhe de um telhado no canto inferior direito da imagem. A legenda publicada abaixo da fotografia informa a data, horário, local do ocorrido e fortalece a sensação de grandiosidade do evento (*Nessa ocasião um rolo espesso de fumaça ennovellava-se no espaço*). A foto da fumaça é o registro mais próximo do acontecimento em si. Os dizeres *Nessa ocasião*, em referência ao afirmado na frase anterior – sobre o estampido ouvido em determinado local e horário – reforçam a ideia de proximidade temporal, entre o que está representado na imagem e o acontecimento, e entre a legenda e a foto.



No dia 1. do corrente ás 2 horas da tarde, ouviu-se um forte estampido vindo das bandas da Estação da Estrada de Ferro. Nessa ocasião um rolo espesso de fumaça ennovellava-se no espaço: – E' a photographia, que os leitores vêem, tirada pelo amador photographo snr. Cancela que deu á "Bomba" a honra de bater o record da actividade em reportagem photographica.

FOTO 1 – A EXPLOSÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA

FONTE: Acervo fotográfico da Divisão de Multimeios - Casa da Memória de Curitiba. Coleção Júlia Wanderley

A segunda fotografia também é da coluna de fumaça. Mas, nesse caso, vê-se claramente, em primeiro plano, o telhado de dois prédios e, em segundo plano, a coluna de fumaça evidenciando a localização do fotógrafo no alto de um prédio – em frente ao que aparece na foto – e a certa distância do local onde houve a explosão. Apesar de a fotografia diminuir a sensação de grandiosidade encontrada na primeira foto, contribui com a legenda da primeira imagem, ao evidenciar que o registro foi feito por alguém que escutou o *forte estampido* e tendo à disposição o equipamento necessário, fotografou o *rolo de fumaça* que se formou com a explosão.



FOTO 2 – A EXPLOSÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA

FONTE: A BOMBA. **A Explosão na Praça Euphrasio Correa**. Anno I, nº 4. Curitiba, 10 de Julho de 1913

De acordo com a legenda da primeira fotografia o *alguém*, autor do registro, foi o *Snr. Cancela*, um fotógrafo amador. A mesma legenda informa que o trabalho de Cancela *deu á "Bomba" a honra de bater o record da atividade em reportagem photographica*. Considerando o total de fotografias que a revista publicou durante sua curta existência, a série correspondente à explosão nos armazéns da antiga Estação da Estrada de Ferro, até a edição nº 4 da revista, foi a que reuniu o maior número de imagens sobre o mesmo tema. Talvez, por isso, o recorde alcançado na atividade em reportagem fotográfica. Constatação interessante, pois denota que a publicação de reportagens fotográficas não era uma banalidade, ao contrário, significava um feito a ser comemorado.

A terceira fotografia leva o leitor até o local do acontecimento: o antigo armazém que se localizava em frente à Praça Euphrasio Corrêa – praça ainda existente no centro de Curitiba mais de 100 anos depois. A localização do armazém explica o título da reportagem fotográfica, grafada acima de todas as fotografias: *A Explosão na Praça Euphrasio Correa*. Ao fazer menção direta à praça, e não ao armazém, o título demonstra que à época a Praça Euphrasio Corrêa era de conhecimento amplo dos curitibanos, sendo assim, estava implícito que o evento não se deu *na* praça, sendo citada apenas como uma referência de localização. O armazém ficava ao lado da Estação da Estrada de Ferro, onde passageiros embarcavam e desembarcavam das

suas viagens de trem. Tal informação era de conhecimento dos que viviam em Curitiba ou pelo menos conheciam a região, não sendo necessárias maiores explicações para o leitor – sem contar que o acidente ocorreu dez dias antes da publicação da edição da revista e o evento já havia sido noticiado pela imprensa diária. Evidenciando o caráter regionalista de *A Bomba* para aspectos além do conteúdo que produzia. A linguagem contribuía para a abordagem de temas locais, para o leitor local.

As fotografias da terceira até a última da série são de autoria de Arthur Wischral. Na terceira imagem vê-se o detalhe da sacada onde estava o fotógrafo, a multidão mantida à distância do local da explosão por oficiais fardados, posicionados um ao lado do outro formando um cordão humano, e o armazém com a estrutura danificada pelo efeito da explosão.



Grande massa popular em frente aos armazéns da Estrada de Ferro, onde se deu a terrível explosão de 1.º do corrente. Os tamboretos de pólvora detonaram em frente a porta onde se vêem os dois Bombeiros.

FOTO 3 - A EXPLOSÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA

FONTE: Acervo fotográfico da Divisão de Multimeios - Casa da Memória de Curitiba, Coleção Rodolfo Doubek

A quarta fotografia oferece outro ângulo da cena e a sensação de movimento. Da sacada do prédio do outro lado da rua, o registro coloca o leitor diante do armazém. Identifica-se uma pessoa, destroços e um cavalo morto, em primeiro plano, e pessoas e o armazém com sua estrutura danificada, em segundo plano. Observa-se

o tom de ironia nos dizeres da legenda, *nossos activos Bombeiros*, uma das figuras mais satirizadas pela revista em textos e charges.



Os armazéns da Estrada de Ferro, poucos momentos depois do desastre. A explosão deu-se exatamente no lugar onde dois soldados e um civil, estão acompanhando o serviço de desentulhamento feito pelos nossos activos Bombeiros.

FOTO 4 – A EXPLOSÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA

FONTE: Acervo fotográfico da Divisão de Multimeios - Casa da Memória de Curitiba, Coleção Elisabete "Betty" Tassi Teixeira

A quinta fotografia disposta em sequência oferece nova sensação de movimento em torno do local. Da frente do armazém, na imagem anterior, para a parte interna do recinto. Em primeiro plano os tonéis e um homem no canto direito (cuja imagem está cortada, possível problema de enquadramento). No segundo plano, os oficiais trabalhando e o teto destelhado. Ao fundo, o caminhão com animais mortos e o topo das árvores da Praça Eufrásio Correa. A legenda descreve o que está representado na foto.



No interior do armazém da Estrada de Ferro, em cuja porta se deu a explosão. Ao fundo um caminhão, carregando os cavalos e muares mortos.

FOTO 5 – A EXPLOSÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA

FONTE: Acervo fotográfico da Divisão de Multimeios - Casa da Memória de Curitiba, Coleção Elisabete "Betty" Tassi Teixeira

NOTA: Na revista a imagem está invertida.

Na sequência encontra-se o registro do interior do armazém, porém, mais adentro do recinto do que o representado na imagem anterior. A sexta fotografia permite visualizar o resultado da explosão pelo lado interno do armazém. A legenda descreve o que, em parte, está representado na imagem e informa a possível causa do desastre. A dúvida quanto à causa da explosão, possivelmente, explique o uso do ponto de interrogação entre parênteses. Para além do descrito na legenda, vê-se em primeiro plano vários tonéis na parte inferior da imagem e, em perspectiva, o ângulo direciona o olhar para o fundo do armazém. Vê-se, na imagem, um oficial ao lado direito; a porta, ao lado esquerdo, chama a atenção do olhar pela luminosidade que vem de fora; um grupo, difícil de distinguir, no fundo do recinto; e a estrutura do teto atravessada pela luz do sol da tarde, com a ausência do telhado devido à explosão.



O interior do armazem em cuja porta se deu a explosão dos tamboretos de pólvora (?).

FOTO 6 – A EXPLOSÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA

FONTE: Acervo fotográfico da Divisão de Múltiplos Meios - Casa da Memória de Curitiba, Coleção Elisabete "Betty" Tassi Teixeira

NOTA: Na revista a imagem está invertida.

Na sétima fotografia, ocupando quase toda a imagem identifica-se o caminhão da *Comissão de Melhoramentos de Curitiba*, segundo a inscrição na lateral da carroceria e visível na foto. Na carroceria estão os trabalhadores e, a maioria deles, posicionados em pé na direção do fotógrafo, portanto, em pose para a foto. A última frase da legenda evidencia um tom sensacionalista da publicação.



O caminhão de Comissão de melhoramentos, apanhando os destroços da terrível explosão. Vê-se uma pata de animal desconjuntada, em cima do caminhão.

FOTO 7 – A EXPLOSÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA

FONTE: Acervo fotográfico da Divisão de Múltiplos Meios - Casa da Memória de Curitiba, Coleção Elisabete "Betty" Tassi Teixeira

Na oitava foto, a penúltima da série, o sensacionalismo alcançou um patamar mais elevado que a legenda na fotografia anterior. No centro da imagem estão os corpos das vítimas carbonizadas e enfileiradas no chão, com os curiosos ao redor da cena chocante. Formado na maioria por oficiais fardados e poucos civis, os curiosos estão visíveis no segundo plano. Pois, em primeiro plano, apenas as sombras se estendem ao centro da cena. O clique ao lado daqueles cujas sombras foram captadas aumenta a sensação de proximidade, como se o leitor também fosse um dos curiosos atraídos pela tragédia. Se a imagem é marcante, a legenda intensifica o registro com apelo sensacionalista.



Seis das vítimas da explosão, encontradas nas imediações da 'gare'. Ao centro vê-se um montão de carne, distinguido se perfeitamente uma boca e uma orelha, de mistura com as vísceras. Ao pé de um soldado, no segundo plano, vê-se o tronco de um corpo humano, o qual foi atirado numa distância para mais de 200 metros.

FOTO 8 – A EXPLOSÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA

FONTE: Acervo fotográfico da Divisão de Múltiplos Meios - Casa da Memória de Curitiba, Coleção Elisabete "Betty" Tassi Teixeira.

NOTA: Na revista a imagem está invertida.

A última fotografia fecha a reportagem com a testemunha ocular do alto escalão da administração estadual e da segurança pública. Reunidos em frente ao armazém danificado, encontram-se quase no centro da imagem, não fosse outro aparente problema de enquadramento. Na legenda consta o nome das autoridades presentes, sem esquecer a observação sobre o animal morto em primeiro plano.



S. Ex. o dr. Presidente do Estado acompanhado do dr. Chefe de Polícia, dr. Marins Camargo, Secretario do Interior, Major Enock de Lima, Comandante do Corpo de Bombeiros, Major Ignacio Costa, Inspector da Guarda Civil, ajudantes de ordens e outras pessoas gradas, em frente do armazem da Estrada de Ferro, onde se deu a dolorosa tragédia. Ao lado esquerdo, vê-se um dos animaes mortos.

FOTO 9 – A EXPLOSÃO NA PRAÇA EUPHRASIO CORREA.

FONTE: Acervo fotográfico da Divisão de Multimeios - Casa da Memória de Curitiba, Coleção Elisabete "Betty" Tassi Teixeira.

NOTA: Na revista a imagem está invertida.

De toda a série, a terceira fotografia é uma das mais emblemáticas. É possível identificar no plano geral do local da explosão os lugares presentes nas imagens subsequentes:

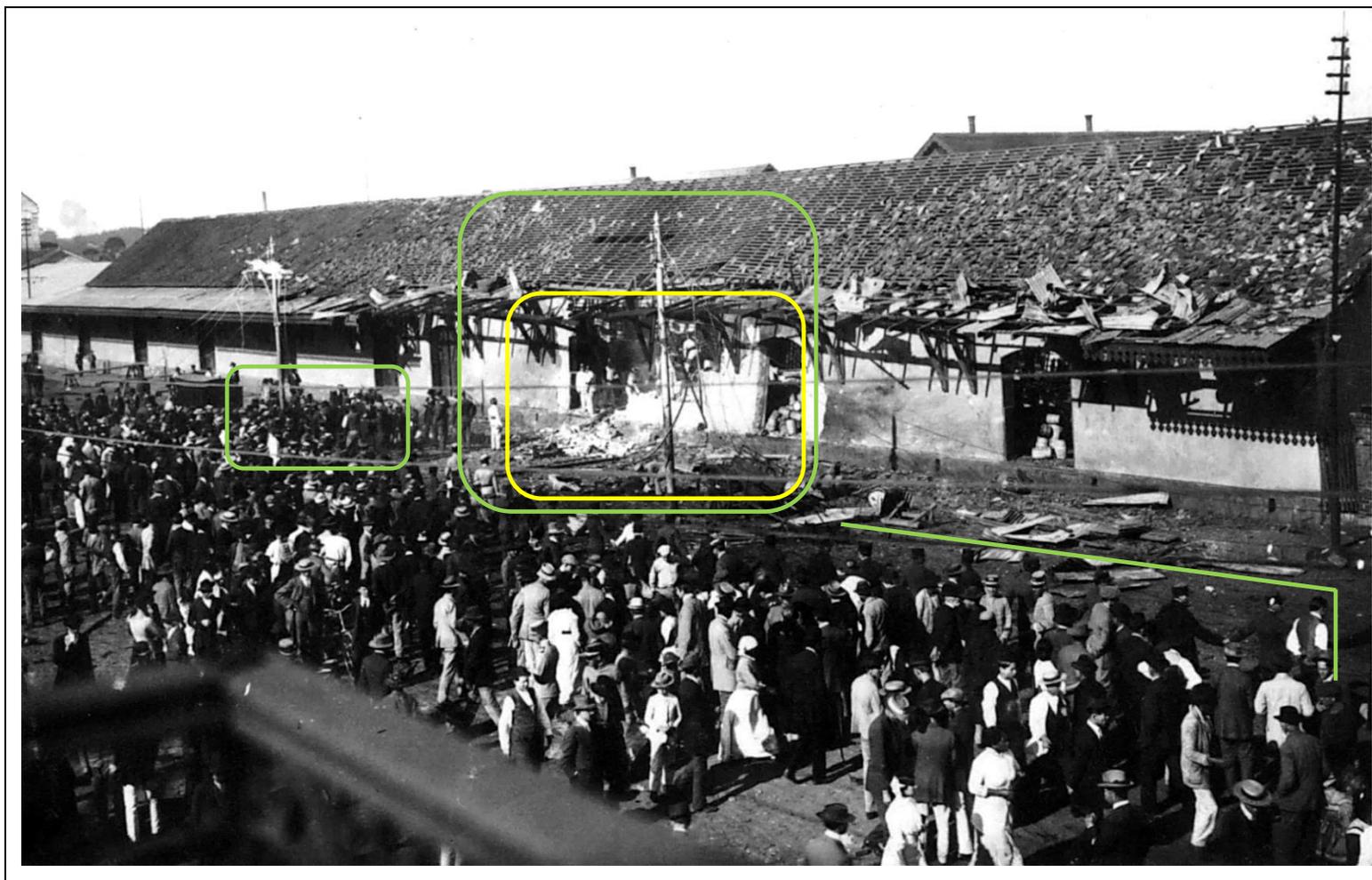


FOTO 10 – TERCEIRA FOTOGRAFIA DA REPORTAGEM FOTOGRÁFICA: VISTA DO LOCAL DA EXPLOSÃO

FONTE: Acervo fotográfico da Divisão de Multimídias - Casa da Memória de Curitiba, Coleção Rodolfo Doubek. Fotógrafo Arthur Wischral

No quadro grande o detalhe da frente do armazém com a porta que aparece na imagem quatro e, pelo lado de dentro, nas imagens cinco e seis. Em frente a essa porta foi estacionado o caminhão da Comissão de Melhoramentos em destaque na imagem sete e também visível por outro ângulo na imagem cinco. No quadro pequeno, ao lado do quadro grande, o aglomerado de pessoas em formato de círculo, onde se vê um poste, é possivelmente o grupo em torno das vítimas da explosão presente na imagem oito. O quadro médio destaca o lugar onde as autoridades posaram para a fotografia correspondente a nona e última da série.

A linha em formato de "L" invertido destaca a fileira de oficiais, provavelmente da polícia, separando os curiosos do local do acidente. Observam-se as pessoas tranquilas atrás do cordão humano formado pelos policiais, não há resquício de tentativa de rompimento da barreira. As autoridades da segurança pública mantêm a "grande massa popular" sob controle no espaço delimitado. Na imagem, a distinção entre os responsáveis pela manutenção da ordem e os que *precisam* ser controlados é clara pelo uso do uniforme, a farda, e pelo comportamento dos populares, o povo, em manter-se no lugar determinado pelos oficiais.

A maneira como essas figuras aparecem na foto deixa entrever a imagem de uma cidade organizada e ordenada, onde o papel social da autoridade policial é reconhecido e respeitado pela população. O mecanismo de controle social se mostra eficiente, pois, enquanto a polícia mantém a população distante do armazém danificado pela explosão, o corpo de bombeiro, também responsável pela segurança pública, realiza o seu trabalho no local do acidente sem impedimentos.

Para Jacques Aumont (2012) a imagem representativa tende a ser uma imagem narrativa, pois, "a representação do espaço e a do tempo na imagem são consideravelmente determinadas pelo fato de que, na maioria das vezes, esta representa um acontecimento também situado no espaço e no tempo"⁵⁶. Em se tratando da imagem, principalmente a imagem fixa, a narratividade é o critério determinante: a imagem narra "quando ordena acontecimentos representados"⁵⁷. No caso da sequência de imagens sobre a explosão no armazém a narrativa decorre da série de registros feitos no mesmo local. Mesmo as duas fotografias da coluna de fumaça terem sido feitas a certa distância, elas remetem ao local da explosão.

⁵⁶ AUMONT, Jacques. *Op. cit.*, p. 254.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 257-258.

A sequência na disposição das imagens *leva* o leitor ao armazém da Estrada de Ferro. As escolhas do fotógrafo e do organizador da reportagem fotográfica construiu a ilusão de proximidade. O leitor que pode ser comparado à multidão representada na imagem, tem a chance de romper o cordão humano de oficiais, entrar no armazém e *ver de perto* como ficou o lugar da explosão. A disposição das fotografias o induz a percorrer o trajeto que inicia na vista de longe da coluna de fumaça e termina diante das autoridades do poder público estadual. A representação do espaço e do tempo na série é baseada nos diferentes ângulos captados no local do acontecimento e narratividade gerada pela sequência de imagens e legendas usadas na composição da reportagem fotográfica pela *A Bomba*. O esforço do fotógrafo em registrar *o que aconteceu no armazém e como ficou o local após o evento* configurou o caráter informativo da história em imagens.

O sensacionalismo constatado na linguagem da reportagem fotográfica e na legenda em *A Bomba* era conhecido pela imprensa há mais tempo. Jeana Santos (2011) identifica a prática nos jornais brasileiros do século XIX⁵⁸, mesma época em que a imprensa aportou no país. Para a autora, os assuntos que “levam a sensação ao limite”⁵⁹ estavam entre os preferidos do leitor, como “crimes bárbaros nas cidades e as catástrofes planetárias, que vão desde as naturais (terremotos, vulcões, maremotos) até as produzidas pela *segunda natureza* da tecnologia (acidentes aéreos, ferroviários, urbanos).”⁶⁰

Arthur Wischral desempenhou a função de repórter fotográfico no jornal oficial do governo e na revista *A Bomba* no mesmo ano, 1913. O jornal *A República* era o órgão oficial do Partido Republicano Paranaense. O nome de Wischral foi divulgado pelo jornal na edição do segundo dia após a explosão, 2 de julho de 1913, como repórter fotográfico do periódico e autor das imagens sobre a explosão que seria exposta na sede do jornal⁶¹. Portanto, antes de ser o repórter fotográfico de *A Bomba*, Wischral o era do jornal *A República*.

⁵⁸ SANTOS, Jeana. O sensacionalismo e o jornal: casos pioneiros. **Revista Alceu** (PUC-Rio), Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 154-163, Jul./Dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo12%20Jeana%20Santos.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 157.

⁶⁰ *Idem*. Grifo de Jeana Santos.

⁶¹ Nossa reportagem photographica. In: HORRIVEL CATASTROPHE. 26 tamboretas de explosivo de guerra detonam matando 8 soldados, 3 operarios e 1 creança, ferindo varias outras pessoas e produzindo grandes danos materiaes. **A República**, Curitiba, 2 jul. 1913, p. 2.

⁶¹ *Idem*.

Como órgão oficial do governo, o jornal favorecia a imagem do presidente do estado. Em outros três casos, além da explosão dos armazéns, o nome de Wischral é encontrado no jornal em 1913 no exercício de sua função: na edição de 26 de maio sobre as manobras do regimento de segurança⁶² e nas edições de 14 e 22 de julho em reportagem acerca da viagem do presidente do estado ao litoral do Paraná⁶³. O importante a ser observado é se tratarem de ocasiões em que o jornal estava cobrindo as ações do governo do estado.

As fotografias da explosão foram publicadas pela *A Bomba* na edição nº 4 de 10 de julho de 1913, portanto, dez dias após o registro do acontecimento e nove dias após o anúncio do jornal sobre a exposição das imagens. O jornal anunciou a exposição de oito fotografias de Wischral e a revista publicou sete. No acervo da Divisão de Multimeios da Casa da Memória de Curitiba consta, além das sete fotografias presentes na revista, uma a mais de autoria de Wischral sobre o tema. Na imagem o registro de dois homens, um oficial e um civil, próximos a um cavalo morto deitado no chão. Essa pode ter sido a fotografia exposta pelo jornal que a revista não publicou:

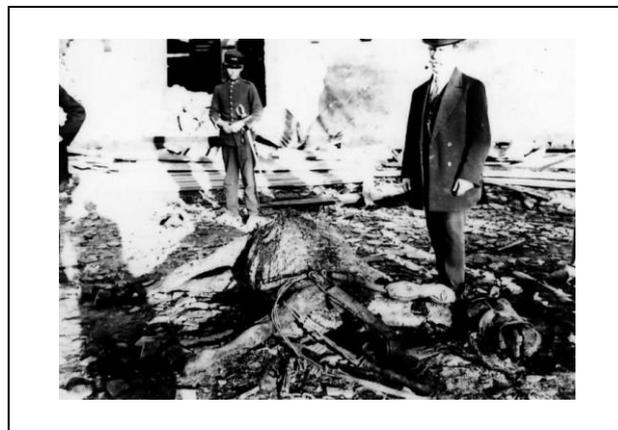


FOTO 11 – FOTOGRAFIA NÃO PUBLICADA SOBRE A EXPLOSÃO NO ARMAZÉM DA ESTRADA DE FERRO DE CURITIBA

FONTE: Divisão de Multimeios da Casa da Memória de Curitiba - Coleção Elisabete "Betty" Tassi Teixeira. Fotógrafo Arthur Wischral.

Isoladamente, a foto não publicada não confere conteúdo novo em relação às outras imagens usadas na série sobre a explosão. O animal morto está no centro da

⁶² AS MANOBRAS DO REGIMENTO DE SEGURANÇA. **A República**, Curitiba, 26 mai. 1913, Ano XXVIII, n. 109, p. 2.

⁶³ VIAGEM DO SR. PRESIDENTE DO ESTADO AO LITTORAL. **A República**, Curitiba, 14 jul. 1913, Ano XXVIII, n. 16, p. 2.; e EXCURSSÃO PRESIDENCIAL AO LITTORAL. Da divisa paulista ao Sahy, na divisa catharinense. Os municípios de Guarakessaba e de Guaratuba e as suas necessidades. **A República**, Curitiba, 22 jul. 1913, Ano XXVIII, n. 158, p. 1.

cena como tema principal da fotografia, assunto encontrado na legenda de mais de uma imagem reproduzida pela revista. Difícil saber se a não publicação da fotografia foi uma escolha, ainda assim, a abordagem usada pela *A Bomba* em termos de conteúdo tornou-a desnecessária, fortalecendo a ideia de a reportagem fotográfica ter sido construída e muito bem pensada.

Como funcionário do *A República*, o trabalho de Wischral atendia aos interesses do periódico. Talvez isso explique a forte presença de autoridades do poder público na reportagem fotográfica sobre a explosão nos armazéns da Estrada de Ferro em Curitiba. Partindo do pressuposto que as fotografias eram destinadas ao jornal e não a revista, o responsável pelo discurso é antes o jornal que a revista. Entretanto, não se sabe como o jornal expôs as imagens e se estavam acompanhadas de textos ou legendas. É possível que elas tenham sido usadas como ilustrações da reportagem publicada pelo jornal na cobertura jornalística do acontecimento. Independentemente de qual tenha sido o periódico alvo da produção das fotografias e do uso que o jornal tenha feito delas, a revista reproduziu as imagens, portanto, é a autora da reportagem fotográfica constante em suas páginas.

Há uma contradição entre o discurso da reportagem fotográfica sobre a explosão e o conteúdo humorístico constante nos textos e charges. As fotografias documentam a presença do poder público na cidade e confirmam a sua atuação de maneira positiva. Enquanto pelo humor, a revista critica e satiriza o poder público e os responsáveis pela segurança pública. O contexto da época no que tange a temática do estabelecimento da ordem pela segurança pública lança luzes sobre a questão.

Teorias produzidas com o objetivo de entender o crime e o criminoso encontrados no discurso oficial em Curitiba na Primeira República, de acordo com Erivan Cassiano Karvat (1996), demonstra uma concepção de ordem atrelada à noção de progresso. Nessa perspectiva, o "Progresso" é entendido como sinônimo de "Civilização", e a base para alcançá-lo são o "trabalho e a manutenção da ordem social". No modelo de sociedade idealizado pelas autoridades curitibanas, torna-se imprescindível "o controle sobre a população e a vigilância sobre os

comportamentos (...), bem como as práticas de disciplinarização” que intentam formar o tipo de sujeito ideal à sociedade que se queria construir⁶⁴.

O apego ao trabalho e a constituição de uma população trabalhadora e ordeira (e, portanto disciplinada), donde sobressai o respeito à propriedade privada, à liberdade e à segurança do indivíduo, são os elementos fundantes (da própria ordem) que possibilitarão a "victória" do Progresso e da Civilização.

Neste amplo leque do ideário liberal, tudo aquilo que se coloca contrário à ordem - e, portanto, a este *ideário* - é um inimigo, ao menos potencialmente, que precisa ser tolhido, e de uma ou outra maneira, enquadrado na ordem.⁶⁵

Segundo Karvat, tamanha “necessidade de manutenção e controle” conferiu a polícia, considerada um dos mais importantes mecanismos de controle social, o papel de destaque. Cabe à polícia, além de reprimir, a função de “normalizar comportamentos”. Seja preventiva ou repressiva, “a vigilância e a atuação policial” confundiu-se “com a própria idéia de *normalidade social* e, portanto, de ordem”⁶⁶.

Em uma cidade que se queria moderna a exemplo dos grandes centros, de acordo com Alexandre F. Benvenuti (2004), como o Rio de Janeiro, Paris e Nova York, as exigências dos reclamantes que enviavam suas queixas ao jornal *Diário da Tarde*, “não se restringiam apenas à implementação de melhoramentos urbanos, mas referenciavam novos padrões, comportamentos e valores culturais que deveriam prevalecer em uma metrópole moderna”⁶⁷. As mudanças não deveriam se ater as configurações urbanísticas, era preciso que os hábitos da população fossem condizente com a desejada cidade moderna. Hábitos contrários à higiene e os “comportamentos que não prezassem pelo espaço *civilizado* que se tentava criar deveriam ser expulsos para áreas distantes.”⁶⁸ E coube ao médico sanitário e à

⁶⁴ KARVAT, Erivan Cassiano. **Discursos e práticas de controle:** falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933). 162 p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996, p. 100. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/24656> >. Acesso em: 29 set. 2015.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ *Idem*. Grifo de Karvat.

⁶⁷ BENVENUTI, Alexandre Fabiano. **As Reclamações do Povo na Belle Époque:** a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916). 163 p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 60. Disponível em:

< <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/34702> >. Acesso em: 04 ago. 2015.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 60. Grifo de Benvenuti.

polícia a tarefa de delimitar e vigiar o espaço público, como o de regenerar os maus costumes⁶⁹.

Entretanto, em muitos casos recorrer às autoridades da segurança pública era um problema. Muitos oficiais eram denunciados por agirem de maneira oposta ao que se esperava deles. Em meio às denúncias, afirma Benvenuti, "policiais, guardas civis e soldados do exército"⁷⁰ eram acusados de se envolverem em "badernas, agressões, assaltos, descaso, falta de atenção e disciplina, conivência com o *crime* e abuso de autoridade."⁷¹ Oposto do que se considerava era a função desses oficiais em uma sociedade moderna, ou seja, "garantir a segurança, a disciplina, a *ordem* e a aplicação das leis"⁷².

Os estudos de Karvat, no plano do discurso oficial, e de Benvenuti, no plano do discurso veiculado pela imprensa acerca das reclamações do povo, ambos em Curitiba na Primeira República, apontam a relação entre o estabelecimento da ordem na promoção do progresso, como meio de construir uma cidade moderna, civilizada e alinhada aos grandes centros, e a importância conferida aos mecanismos de controle social pela ação da polícia na vigilância da cidade ideal.

Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do estado do Paraná durante os anos 1912-1916, preocupou-se com "a necessidade de uma administração municipal comprometida com a modernização da capital", afirma Benvenuti. A administração do município deveria atender ao anseio de aproximar Curitiba dos grandes centros e corresponder "diretamente aos interesses políticos e econômicos", tornando-a uma "cidade higiênica, saneada e com cidadãos disciplinados para o trabalho". A capital paranaense deveria ser transformada em uma "urbe *moderna*". No intuito de executar a política que iria "*sanear, embelezar e policiar*" a cidade, Cavalcanti escolheu o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu para ocupar o cargo de prefeito de Curitiba. Função que exerceu de 1913 até 1916⁷³.

Criada com autorização da Câmara Municipal, a Comissão de Melhoramentos compôs parte do esforço de Abreu em promover, segundo Benvenuti, "a primeira

⁶⁹ *Ibidem*, p. 60-61.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 66.

⁷¹ *Idem*. Grifo de Benvenuti.

⁷² *Ibidem*, p. 69. Grifo de Benvenuti.

⁷³ BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *Op. cit.*, p. 90. Grifo de Benvenuti.

grande reforma urbana de Curitiba⁷⁴. Em meio às propostas de mudanças almejavam-se “o melhoramento das ruas, principalmente calçamento; abertura de novas avenidas, embelezamento das praças, arborização, ampliação do sistema de bondes elétricos, construção de novos mercados, teatro e prédio próprio da prefeitura⁷⁵. A estrutura urbana da cidade foi tema recorrente para o humor em *A Bomba* e a Comissão de Melhoramentos não deixou de ser lembrada pela publicação.

O prefeito era nomeado pelo presidente do estado, e não eleito diretamente pela população, então as ações da municipalidade estavam ligadas também aos interesses do governo estadual. Na linguagem escrita e nas charges a revista menciona a comissão com tom satírico e de crítica, porém pela fotografia assegura a sua presença. Por extensão documenta a ação do poder público municipal e estadual no trabalho de limpeza e recuperação do local atingido pela explosão e remete a figura do prefeito, Cândido de Abreu, e do presidente do estado, Carlos Cavalcanti, de maneira positiva.

No transcorrer da mudança urbanística da cidade, muitas críticas foram publicadas no *Diário da Tarde* em referência as ações da comissão. Segundo Benvenuti as reclamações relacionavam-se a melhorias que não eram realizadas em diferentes regiões da cidade em prol do escoamento da água pluvial e da instalação de bueiros; em áreas cujas obras foram concretizadas, as ações demonstraram-se ineficazes para a resolução do problema de escoamento da água. Após prejuízos sofridos em regiões reformadas, a eficiência da Comissão de Melhoramentos era questionada pelos leitores do jornal. A municipalidade era criticada também por se preocupar com áreas que não apresentavam tantos problemas quanto outras, denotando o único intuito de embelezar a cidade, ao invés de aperfeiçoar o espaço urbano em conformidade com as necessidades da população⁷⁶.

Nota-se tanto do ponto de vista das autoridades quanto da população, ou pelo menos da parcela leitora do jornal, a importância conferida à existência de um Estado forte com representantes promovedores da ordem social para a promoção do progresso. Evidencia também que o tema estava presente no imaginário da sociedade curitibana em finais do século XIX e início do XX. A cidade que sonhava ser

⁷⁴ *Ibidem*, p. 2.

⁷⁵ *Idem*.

⁷⁶ BENVENUTI, Alexandre Fabiano. *Op. cit.*, p. 120.

moderna ambicionava mudanças na estrutura urbanística e no comportamento da população para superar seu atraso quando comparada aos chamados grandes centros. Em um contexto autoritário, como o da Primeira República brasileira⁷⁷, e uma modernidade cheia de contradições⁷⁸, a presença da autoridade era requisitada e ao mesmo tempo questionada. Ela se afirmava pelo discurso, mas suas ações mostraram-se problemáticas no cotidiano da cidade.

A reportagem fotográfica sobre a explosão nos armazéns da Estrada de Ferro é composta por imagens de gênero documental na qual a autoridade está constantemente presente. A fotografia vai ao encontro do anseio dos discursos oficiais e das preocupações do governo de Carlos Cavalcanti em transformar a cidade e mostrar que as ações do poder público na perspectiva da administração e da segurança pública estão ativas para garantir a ordem social e tornar Curitiba uma capital moderna. O humor como crítica social nos textos e charges, por sua vez, assemelha-se a insatisfação com as ações daquele mesmo poder público que anseia afirmar sua presença e ser visto, mas ao que parece, não atende as necessidades da população na profundidade almejada.

Para além dessas constatações, a afirmação da autoridade por um lado e a crítica por outro, convergem a um mesmo ponto: a revista *A Bomba* participava do discurso em prol do fortalecimento da presença do Estado na sociedade através do aprimoramento urbanístico da cidade e entendia que o uso de mecanismos de controle social era o meio para alcançar a ordem idealizada. A reportagem fotográfica sobre a explosão dos armazéns da Estrada de Ferro de Curitiba acompanha o alinhamento de ideias identificado na revista em consonância com os letrados que compunham a intelectualidade paranaense atuante na capital e as concepções de modernidade da Primeira República.

A fotografia de gênero documental produzida pelo amador fotógrafo Snr. Cancela e, principalmente, os registros de autoria de Arthur Wischral, na ótica da *fotografia-documento*, como conceitua André Rouillé, torna o discurso da presença da autoridade imponente. Pois, está pautado na ideia de verdade documentada pela imagem técnica e difundido na linguagem da reportagem fotográfica por um veículo da imprensa. Independentemente das vozes dissonantes, lá estão registrados o

⁷⁷ CARVALHO, José M. de. *Op. cit.*, p. 120-121.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 107-125.

governador, a polícia, o corpo de bombeiros, o caminhão com os trabalhadores da Comissão de Melhoramentos do município e a organização da multidão diante do local do acidente como símbolo da competência dos oficiais da segurança pública e da força ordenadora do poder público que age de maneira eficaz e com prontidão.

Considerações finais

O discurso decorrente da narrativa visual não é transparente e para ser analisado precisa ser compreendido em relação a sua exterioridade, ou seja, o contexto histórico da sua produção. O caso pesquisado possibilita observar que a crônica em imagens de responsabilidade de *A Bomba* estava em consonância com o meio no qual estava inserida à época e em plano mais amplo, no país. As concepções em torno da ordem como promotora do progresso, o desejo de aprimoramento da estrutura urbana pela técnica e tecnologia, o anseio por um poder público atuante e por uma força policial responsável pelo ordenamento social e a oposição ao clericalismo compunham o caldeirão de ideias que circulavam na sociedade curitibana no final do século XIX e início do XX.

A pesquisa através da fotografia reproduzida na imprensa pensada como parte do periódico, e não descolada dela, permite comparar o quanto a produção da reportagem fotográfica se alinha ou não ao conjunto de ideias veiculado pela revista e o grau de intencionalidade na disposição das imagens e de construção da reportagem fotográfica. No caso estudado é evidente que a série de imagens manteve o alinhamento de ideias de *A Bomba* e consiste em fotografias dispostas de maneira pensada e não aleatória.

A fotografia assim como as diferentes publicações impressas são ações humanas no tempo, e como tais, abrem margem para os estudos históricos. A sua relação com outras práticas artísticas, a exemplo da pintura, os diversos temas registrados e todas as etapas da sua confecção, apenas enfatizam a gama de material disponível aos historiadores. Apesar de toda a transformação nas perspectivas historiográficas desde o século XIX, a busca pelas fotografias, como também a sua reprodução em periódicos, nos acervos públicos ou privados no Brasil, tende a ser um trabalho árduo pela falta de cultura de arquivo no país. Ainda assim, cada vez mais acervos são construídos e organizados, e em alguns casos digitalizados, o que

demonstra o reconhecimento crescente do potencial de pesquisa em história com o uso da fotografia. Este trabalho participa do esforço em contribuir com tais estudos.

Referências

AS MANOBRAS DO REGIMENTO DE SEGURANÇA. **A República**, Curitiba, 26 mai., Ano XXVIII, n. 109, 1913.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Série Ofício de Arte e Forma. 16ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. **As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**. 163 p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 60. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/34702> >. Acesso em: 04/08/2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

EXCURSSÃO PRESIDENCIAL AO LITTORAL. Da divisa paulista ao Sahy, na divisa catharinense. Os municípios de Guarakessaba e de Guaratuba e as suas necessidades. **A República**, Curitiba, 22 jul., Ano XXVIII, n. 158.1913.

GRUSZYNSKI, Ana; CALZA, Márlon Uliana. Projeto gráfico: a forma de um conceito editorial. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

KAMINSKI, Rosane. **A presença das imagens nas revistas curitibanas entre 1900-1920**. Revista Científica/FAP, v. 5, 2010, p. 150. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Revista_cientifica_5/revista5_Rosane_Kaminski.pdf> Acesso em: Julho/2013.

KARVAT, Erivan Cassiano. **Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933)**. 162 p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996, p. 100. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/24656> >. Acesso em: 29/09/2015.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4ª edição ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

NOSSA reportagem photographica. In: HORRIVEL CATASTROPHE. 26 tamboretas de explosivo de guerra detonam matando 8 soldados, 3 operarios e 1 creança, ferindo varias outras pessoas e produzindo grandes danos materiaes. **A República**, Curitiba, 2 jul. 1913, p. 2.

PÓRTICO. **A Bomba**, Curitiba, 20 out., Ano I, n. 14.1913.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. **Olho da Rua:** o humor visual em Curitiba (1907-1911).. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/29537> >. Acesso em: 23/10/2015. p. 36.

ROUILLÉ, André. **A fotografia:** entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SANTOS, Jeana. O sensacionalismo e o jornal: casos pioneiros. **Revista Alceu** (PUC-Rio), Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 154-163, Jul./Dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo12%20Jeana%20Santos.pdf>>. Acesso em: 22/10/2015.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** 4ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias:** mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VIAGEM DO SR. PRESIDENTE DO ESTADO AO LITTORAL. **A República**, Curitiba, 14 jul., Ano XXVIII, n. 16, 1913.

Recebido em: 30/06/2018

Aprovado em: 21/07/2018

MING SHI LU OU HISTÓRIA OFICIAL DA DINASTIA MING: POSSIBILIDADES DE ESTUDO SOBRE O MUNDO PORTUGUÊS MODERNO NA ÁSIA

MING SHI LU OR OFFICIAL HISTORY OF THE MING DYNASTY: POSSIBILITIES FOR STUDY ABOUT THE MODERN PORTUGUESE WORLD IN ASIA

Maria Clara Porto Lima¹
PPGH/UFBA

Resumo: A expansão marítima empreendida pelos portugueses durante os séculos XV e XVI estabeleceu novas relações que ultrapassavam as questões econômicas. Ao chegarem na Ásia a intenção era a mesma, criar postos que garantissem o controle sobre as rotas de especiarias e que auxiliassem as embarcações que seguiam por este caminho. Porém, os métodos de ocupação que haviam gerado bons frutos em regiões como a América e a África, se mostraram ineficazes no Sudeste Asiático. Novas perspectivas foram criadas para que pudessem empreender o comércio na região. Nesse sentido, a intenção deste artigo é, analisar a expansão portuguesa sob o olhar da documentação produzida na China, a fim de entender as peculiaridades e, assim, mostrar outras possibilidades de estudos sobre o mundo português moderno na Ásia.

Palavras-chave: Expansão Marítima – Império Português – Dinastia Ming.

Abstract: The maritime expansion undertaken by the Portuguese during the fifteenth and sixteenth centuries established new relationships that went beyond economic issues. When arriving in Asia the intention was the same, to create stations that would guarantee the control on the routes of spices and that, to assist the boats that followed in this way. However, the methods of occupation that have generated good fruit in regions such as America and Africa have proven ineffective in Southeast Asia. They created new perspectives so could conduct trade in the region. In this sense, the intention of this article is to analyze the Portuguese expansion from the perspective of the documentation produced in China, in order to understand the peculiarities and to show other possibilities of studies about the modern Portuguese world in Asia.

Keywords: Maritime Expansion – Portuguese Empire – Ming Dynasty.

¹ Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia sob a orientação da Professora Dra. Ana Paula Medicci. (Email: claraporto.lima@gmail.com).

Desde meados do século XX, falar em História Colonial já estava caindo em desuso, até porque novas abordagens e mudanças de paradigmas estavam surgindo. A história de Além-mar, segundo Hank Wesseling², desenvolveu-se como um campo de estudo muito mais amplo do que a história colonial. Ela abarcava não somente os sistemas coloniais e os encontros entre europeus e não europeus, mas também envolvia a história econômica, social, política e cultural dos povos nativos. Ainda segundo Wesseling, a história do além-mar trouxe para os historiadores a necessidade de se familiarizar com outras civilizações além de sua própria e de trabalhar com outras fontes de origens não europeias para conseguir construir um conhecimento preciso sobre o objeto de estudo.

Entretanto, ainda nos víamos dentro da perspectiva europeia de história. Em 2013 o historiador indiano Sanjay Subramanyam na sua aula inaugural³ no Collège de France, fez um resumo da genealogia do que ele chamou de História Global, trazendo exemplos de autores que desde a Antiguidade se debruçavam sobre sociedades que não as suas de origem, mostrando que a prática, mesmo que difícil, não era impossível. Ao longo de todo o texto vemos historiadores de todas as épocas fazendo o trabalho do que Subrahmanyam chama de “xenologia”, que seria uma escrita menos egoísta, na qual se fazia necessário o reconhecimento da existência do outro. Assim, como apontou Wesseling, estes homens das eras passadas procuraram sair da sua zona de conforto para estudar outros espaços e assim escrever, mesmo que a partir de referências de seu próprio povo, sobre outras civilizações.

Durante sua fala, Subrahmanyam cita a dívida que os historiadores têm com Fernand Braudel, o qual seu estudo sobre o Mediterrâneo serviu como ponto de referência para a produção científica posterior. Segundo ele, o francês ensinou aos pesquisadores como abordar a história dos Impérios e suas rivalidades na Idade Moderna, mas, em contrapartida, confundiu muitos historiadores que entenderam a “história global” como um sinônimo da “história total”, ou seja, tinha a intenção de cobrir todos os aspectos do objeto estudado, como o político, o social, o econômico e o cultural. O que o historiador indiano propõe com a “história global”, não é a

² WESSELING, Hank. História de além-mar. In.: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP. 1992. p.97-131.

³ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 30, nº 60, p.219-240. Jan-Ab 2017.

construção de uma “história total”, assim como era pregada no início do século XX, mas sim um processo de histórias conectadas, no qual nenhuma história seria ignorada.

Por isso ele cita a questão da prática da xenologia. O que para as ciências naturais seria o estudo das relações entre os parasitos e seus hospedeiros, para a história – e conseqüentemente para as ciências humanas em geral – seria o estudo de todos os grupos envolvidos nos acontecimentos históricos, que no caso do além-mar, por exemplo, seria tanto estudar o ponto de vista do europeu, quanto o do não europeu. Ele cita o exemplo do historiador e antropólogo francês Nathan Wachtel, especialista na história da América Latina, que ao escrever sobre o processo de conquista americana propõe fazer um estudo sob a “visão dos vencidos”, trazendo para a superfície a perspectiva do indígena sobre o processo. De certo que nem todas as civilizações estudadas podem ser colocadas como “vencidas”, mas quer dizer que a indiferença com relação a certas histórias precisava ser rapidamente substituída e que novas narrativas precisavam emergir.

Um grande exemplo da indiferença sobre “outras histórias” está na produção historiográfica sobre o Império Português na Ásia, que, durante muito tempo, ignorou o seu lado oriental. Subrahmanyam coloca que, diferente de outros povos, os ibéricos como um todo eram limitados por suas fraquezas em matéria de xenologia por sempre colocarem o “*contexto das suas explorações em uma narrativa que girasse em torno de sua pátria*”⁴. O lado lusitano foi tomado como o único ponto importante a ser discutido e ignorou-se, muitas vezes, a agência dos povos nativos, assim como seu acervo documental e sua historiografia.

Nessa questão concordo com Sumbramanyan⁵ quando na introdução do seu livro sobre o império lusitano, ele diz que “*para entender as ações portuguesas na Ásia [...] é preciso ir mais longe do que descrever o palco asiático no qual foram atores*”, é levar em consideração que a Ásia que os portugueses encontraram não era estática e nela já existia uma comunidade milenar com seus próprios costumes e meios de empreender a política e o comércio. Pensando dessa forma, me dedico a estudar documentos que ainda não foram analisados sob a perspectiva das relações

⁴ SUMBRAMANYAN, Sanjay. 2013. p.230.

⁵ SUMBRAMANYAN, Sanjay. **O império asiático português: 1500-1700.** Uma história política e econômica. São Paulo: DIFEL, 1995.

entre europeus e asiáticos, como as de origem chinesa e japonesa. A documentação é traduzida justamente para traçar um contraponto e observar as diferentes configurações socioculturais, privilegiando fenômenos aparentemente marginais ou negligenciáveis, como por exemplo o lado que narra a visão da China ou do Japão no processo de formação do Império Português na Ásia.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar outras possibilidades de estudo sobre o mundo português trazendo uma parte da documentação com a qual já venho trabalhando há dois anos, a fim de mostrar o comportamento lusitano sob os olhares da corte Ming delimitando suas ações à costa chinesa. A principal fonte utilizada neste estudo, é a coletânea dos anais de governo dos imperadores Ming (1368-1644), chamado de *Ming Shi Lu*⁶ ou *História da Dinastia Ming*.

Essa documentação apresenta uma visão ampla sobre a história política da China e do Sudeste Asiático durante os séculos XIV e XVII. O conjunto é dividido em 8 volumes, com um total de 40 mil manuscritos que abrangem assuntos ligados ao dia-a-dia do governo chinês, tais como: Diários de atividade e reposição, que trata das ações cotidianas do Imperador na corte; Registros Diários, que catalogavam todos os acontecimentos dentro e fora da corte; e, por último, "Outras fontes", este, por sua vez, tratava de tudo que não fosse registrado pelos dois primeiros, como memórias, assuntos de outras províncias ou outros países. Os três tópicos estão presentes em todos os volumes, mas, dependendo do período, é possível perceber o grau de importância dado a cada um. Estes documentos já foram traduzidos do chinês para o inglês pelo doutor em Filosofia pela *Universidade de Hong Kong*, *Geoffrey Wade*. A tradução faz parte da sua tese de doutorado na qual ele faz uso dos anais para entender as relações políticas e sociais no Sudeste Asiático usando a China dos Ming como ponto de partida.

Antes de entrarmos diretamente na discussão da fonte, é interessante frisar que, entre os séculos XV e XVII nascia uma política de intercâmbio com elementos importantes que transformariam as estruturas de vida do mundo moderno e marcaria

⁶ O Ming Shi-lu, ou História da Dinastia Ming, é um termo genérico usado para se referir à coleção shi-lu ou "registros verdadeiros", dos imperadores da dinastia Ming na China (1368-1644). Pode-se dizer que o Ming Shi-lu é os Anais da Dinastia Ming. Como uma fonte histórica externa, cronologicamente precisa e relativamente constante que se estende ao longo do período entre os séculos XIV e XVII, o Ming Shi-lu fornece uma fonte extremamente útil para estudar o Sudeste Asiático e a expansão chinesa. Em: WADE, Geoffrey. **The Ming Shi-lu (veritable records of the Ming Dynasty) as a source for Southeast Asian history, 14th to 17th centuries.** (Thesis). Hong Kong: University of Hong Kong. 1994.

o futuro, indo além do âmbito econômico, com a compra e venda de alimentos e bens de consumo. Os portugueses sendo os vanguardistas nessa empreitada mundial, substituíram o mundo islâmico pelo cristão colocando a Europa no centro da revolução espacial, que já no século XVI tinha sob o seu comando potentados comerciais nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

A expansão marítima elevou os portugueses à condição de Mensageiros do Mundo, pois eram eles os mais novos intermediários do planeta. Diferentes tipos de portugueses, dos mais diversos grupos sociais (navegadores, comerciantes, soldados, missionários, aventureiros), tornaram-se os veículos de contato da Europa na África, Ásia, América e Oceania (e vice-versa)⁷. As trocas entre o Ocidente e o Oriente influenciaram também as relações sociais dos povos envolvidos com a troca de costumes, livros e filosofias. Pierre Chaunu⁸ afirma, que diferente da América e da África, as quais tiveram suas histórias profundamente marcadas pela presença europeia, as sociedades asiáticas, continuaram com seus costumes e suas vidas, vendo diferenças somente na superfície de suas estruturas sociais.

O comércio de especiarias e outros itens de luxo oriundos da Ásia era bastante lucrativo, tanto que se fazia interessante possuir um potentado que lhes garantisse o monopólio sobre tal mercado. Seria ainda mais interessante se em meio a isso fosse possível expandir os domínios do Império português que, desde a conquista de Ceuta, em 1415, até a chegada ao Japão em 1543, conquistou uma grande rede de feitorias e fortalezas essencialmente marítimas, reforçadas pelas missões religiosas em terra, fazendo de Lisboa o grande "empório" da Europa.

Porém, não foi fácil adquirir tais espaços. Desde sua chegada em Goa, os navegantes portugueses usaram toda sua competência diplomática para conseguir o que queriam, mas quando sua tentativa "pacífica" era ignorada pelos poderes locais, rapidamente era substituída por uma violência desmedida⁹. Charles Boxer¹⁰ ainda coloca que os lusitanos sabiam usar a rivalidade local em benefício próprio, fator que

⁷ BARRETO, Luís Felipe. O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos XV-XVII). Lisboa: **Revista Administração**, n.º 36, vol. X. Faculdade de Letras de Lisboa, 1997-2.º, p.367-381.

⁸ CHAUNU, Pierre. **Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI**. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1984.

⁹ Diversos autores estudam a presença portuguesa na Índia, os que trago aqui como referência me ajudaram a entender não só a questão indiana, mas também o processo de dominação portuguesa na Ásia: AVELAR, Pedro. **História de Goa**: de Afonso Albuquerque a Vassalo e Silva. Portugal: Texto Editores, 2012. SANTOS, Catarina Madeira. **Goa é a chave de toda a Índia**: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1579). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

¹⁰ BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Edições 70, 2011.

os ajudou a conquistar pontos cruciais das rotas marítimas na Ásia. Ao chegarem na Índia e em Malaca, por exemplo, os portugueses procuraram apoiar sultanatos rivais ajudando-os a tomar o poder, pedindo em troca o direito de estabelecer ali portos de assistência para a rota Lisboa-Ásia. Mas quando chegaram na China, foi necessário a formulação de outras estratégias para garantir sua permanência, o que gerou muitos problemas para os dois lados.

Os textos utilizados para essa análise mostram justamente isso. Presentes nos cadernos de *Wu-zong*, escrevem responsável por relatar tudo o que acontecia no reino do Imperador *Zheng-de* (1505-1521), o *Ming Shi Lu* mostra que os primeiros contatos não foram harmoniosos e o governo chinês sempre manteve uma certa prudência em relação a presença lusitana no Sudeste Asiático. Os portugueses só começam a ser citados nos anais Ming depois da invasão de Malaca¹¹ e até esse momento eram chamados na documentação de “yi distantes”. Após constantes encontros, o governo chinês encontrou no léxico árabe uma forma de se referir a estes “estrangeiros vindos do Sul” como *Fo-lang-ji* (佛郎機)¹².

No primeiro fragmento, portanto, escrito em 27 de junho de 1514¹³- três anos após a tomada de Malaca pelos lusitanos -, é possível ver a interação inicial entre portugueses e chineses e algumas das atribuições que passaram a fazer parte desta relação. Neste capítulo o comissário da Província de *Guang-dong* escreve à corte relatando problemas com vários *yi* dizendo que estes não traziam itens de primeira necessidade como roupa, seda, vegetais e grãos, mas pimenta, madeira aromática e cascos de tartaruga. Todavia, estes não eram os únicos produtos trazidos:

Recentemente, a administração foi autorizada a cobrar impostos proporcionais com as cargas dos navios, abrindo, assim, o comércio. Isso resultou em milhares de pessoas ruins construindo enormes navios, comprando armas de forma particular, engajando-se em

¹¹ Sobre a questão portuguesa na Península Malaia: SUMBRAMANYAN, Sanjay. **O império asiático português: 1500-1700. Uma história política e econômica.** São Paulo: DIFEL, 1995. THOMAZ, Luis Filipe. **De Ceuta a Timor.** Lisboa: Difel, 1994. SILVA, Beatriz Basto da. **Malaca: redescobrir Portugal.** Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 1989.

¹² Os árabes chamavam os portugueses e os espanhóis de *Farangi* e os chineses adaptaram à sua língua, ficando *Fo-lang-ji*. A palavra ganhou diversas formas, mas foi a chinesa e a árabe que ficaram mais conhecidas. Além do *Fo-lang-ji*, os chineses também conheciam os portugueses por *Pu-li-du-jia*, termo que para George Wade pode ser relativo ao nome de Portugal.

¹³ A documentação apresenta duas datações a presente no calendário dinástico chinês e a ocidental, está última foi colocada como referência pelo autor da tradução. Assim, a data real do documento é 6º dia do 6º mês do 9º ano do reinado de *Zheng-de*.

atividades malignas nos mares, se ligando ilícitamente com os vários yi e trazendo grandes danos à região. (In. WADE, 1994. p. 1952)

O receio com a disseminação da arma de fogo no território chinês era grande, questão frequentemente sentida nos momentos os quais o estrangeiro português é citado na documentação. Principalmente porque estas preocupações estavam diretamente relacionadas aos constantes ataques empreendidos pelos chamados piratas japoneses¹⁴, que aterrorizavam a costa sino-coreana desde o século XII, dos quais os lusitanos eram acusados de serem aliados. Problemas como estes faziam com que o governo Ming fechasse sua costa diversas vezes a fim de dificultar a aproximação portuguesa de seus portos e consequentemente impedir os ataques.

Em 1515, após um ano do decreto de um dos banimentos costeiro, o chefe da Província de *Guang-dong* volta a salientar os problemas com os "yi distantes" que, por causa da proibição comercial, ficaram indignados e passaram a promover a pilhagem¹⁵. No mesmo documento vemos, também, a fragilidade do sistema Ming, quando o chefe reclama sobre as pessoas responsáveis em carregar as ordens imperiais, que, por sua vez, deixavam que calamidades como estas acontecessem e pedia ao governo que fosse tomada as devidas providência para pôr fim aos ataques.

Após este incidente anos se passaram até que os portugueses fossem novamente citados na documentação oficial chinesa. Em 11 de fevereiro de 1518, o escrivão relata uma recusa de tributo feita pela corte com o argumento de que não existia nenhum país chamado *Fo-lang-ji* e que seus mensageiros, por não possuírem documentos oficiais, não poderiam permanecer ali. Essa atitude tomada pelo governo chinês se devia ao fato de que a corte ainda estava ponderando as questões que envolviam os malaios e os portugueses. Na citação a seguir, apesar de ter sido escrita depois do período das invasões, um dos conselheiros presentes faz um questionamento sobre a conduta dos ibéricos e salienta a necessidade uma investigação sobre o ocorrido.

Eles tinham uma boa noção da situação [a administração local]. Eles devem esperar que um mensageiro de Malaca chegue para que, assim, juntos com um interprete oficial seja feito uma investigação do

¹⁵ Wu-zong capítulo 123.4b – 02 Mai 1515 (In. WADE, 1994. p. 1954).

porque os *Fo-lang-ji fan* invadiram os países vizinhos e trouxeram distúrbios para a região. (In. WADE, 1994. p. 1975)

Foi em 1521 que o embaixador de Portugal, Tomé Pires, agora com documentos oficiais de Malaca, recebeu a permissão de levar o tributo até a capital Pequim. E, mesmo sem o direito a uma audiência com o imperador, foi autorizado aos portugueses que permanecessem na capital até que fossem resolvidas as questões diplomáticas e o governo decidisse sobre as permissões comerciais na região. No documento, *Wu-zong* destaca a fala de um conselheiro que preocupado diz ao imperador que “os *Fo-lang-ji* são marcados pela sua crueldade e pela ganância, e suas armas são melhores que a de qualquer povo *yi*”¹⁶, mostrando o receio de que acontecesse com a China o mesmo que ocorria em Malaca. Até porque as armas de fogo estavam entrando no país sem nenhum tipo de controle e Pequim, agora capital, poderia não ser capaz de segurar uma revolta ou um ataque externo¹⁷.

Na época, a Dinastia Ming tinha se tornado um reino soberano e rico, o que fazia os outros povos quererem estar em bons termos políticos e comerciais com o país. O costume era que quando uma nova corte se formava, esta deveria pagar tributo para o governo chinês. Esse era o meio como os Ming formavam suas relações externas, no qual o sistema de tributos assumia o caráter de embaixadas e as trocas de presentes, em concessões de direitos comerciais¹⁸. Porém, essa estrutura começou a ruir no início do século XVI, porque com o estabelecimento dos portugueses em alguns portos da costa chinesa, as restrições do comércio externo eram constantemente violadas.

Os avisos e os cuidados não foram o suficiente para deixar os portugueses longe do sul da China. O texto escrito por *Wu-zong* em 1521, traz durante todo o tempo uma preocupação com a permanência portuguesa na região. Vale ressaltar que, um pouco antes disso, os lusitanos invadiram a cidade de *Guang-dong* e já se preparavam para expandir o território, chegando por fim em Macau. Na carta temos

¹⁶ **Wu-zong** capítulo 194.2b -3a - 13 Jan 1521 (In. WADE, 1994. p. 1973-1976). Tanto o *fan* quanto o *yi* eram sufixos mostrando que não eram povos Ming e sim estrangeiros.

¹⁷ A própria documentação mostra a constante preocupação do governo Ming em relação as possíveis invasões dos povos vizinhos tanto por terra quanto por mar. O escritor britânico Roberts, traça um perfil histórico completo dos conflitos entre os chineses e as civilizações que os cercavam. ROBERTS, J.A.G. **História da China**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Ltda. 2012.

¹⁸ Ver: ROBERTS, J.A.G. 2012.

uma descrição da imagem do que seria um prelúdio para o que aconteceu 30 anos depois:

Há pouco tempo, eles navegaram até aqui com grandes barcos e tomaram abruptamente a província de Guang-dong. O som das suas armas chocara a cidade e os subúrbios. As pessoas que ficaram nos postos violaram o banimento de comunicação, enquanto que os que vieram para a capital eram ferozes, imprudentes e ansiosos por supremacia. [...] Aqueles que ficaram começaram a sequestrar e comprar pessoas e erguer casas com a intenção de fixar residência (In. WADE, 1994. p.1973-76).

Em 1550, depois de muitas brigas e negociações, os portugueses obtiveram permissão para estabelecerem-se em Macau, mas sob a condição de que mantivessem distância do povo chinês. Entretanto, a relutância da corte de Pequim em comercializar com os lusitanos, ou como eram chamados pelos povos da região, os "nanban" (南蛮)¹⁹, era frequentemente ignorada pelos comerciantes chineses desejosos dos bens trazidos da Europa e da África²⁰. Ponto no qual reside a possível passividade da corte Ming com a tomada de Malaca.

Os produtos que os portugueses traziam despertavam profundo interesse nas elites locais e na própria corte do Imperador. Após a invasão portuguesa, o sultanato de Malaca enviou um pedido de ajuda ao governo Ming, mas nada foi feito. A corte se ateve, somente, a recusar em um primeiro momento os tributos dos lusitanos, dizendo que a questão seria investigada e uma decisão seria tomada. Mas a resolução nunca veio por parte dos chineses e aos portugueses fora permitido ficar na Península malaia e fazer dali seu mais lucrativo interposto comercial na Ásia.

Porém, mesmo que aos portugueses fosse permitido ficar na região do sul da China, seus movimentos eram constantemente vigiados e suas ações criticadas. A principal crítica era o constante contato dos ibéricos com os comerciantes japoneses, que eram comumente chamados de piratas pelos chineses porque, em determinados momentos, trocavam os meios pacíficos por violentos para obter o que queriam, empreendendo saques em alto mar e aterrorizando a costa sino-coreana. Como já mencionado antes, a China estava constantemente entre conflitos internos - com os

¹⁹ Traduzido como "Bárbaros do Sul". Os chineses empregavam o termo para se referir aos povos ao seu redor, algo como "cercar-se de bárbaros". A palavra foi empregada primeiro aos portugueses e, depois, a todos os europeus que chegavam na região, porque muitos vinham do sul. Em: YAMASHIRO, José. **Choque Luso no Japão dos séculos XVI-XVII**. São Paulo: BRASA, 1989.

²⁰ BOXER, C.1969.

mongóis ou manchus - e externos - principalmente com o Japão²¹. Este último era o que maior afligia a coroa chinesa e os problemas causados pelas suas embarcações são altamente citados nos anais.

A documentação trabalhada se refere a estes comerciantes como *wakôs* (倭寇), expressão que pode ser traduzida literalmente como "piratas japoneses". O ideograma *wa* (倭) é uma das formas antigas de se referir ao Japão e quando somado ao ideograma *kou* (寇) - que no chinês significa invasor - 倭寇 - podem ser traduzidos como "criminosos do país de *wa*". Estes agentes que ora eram comerciantes²² e ora praticavam a pirataria, tiveram o auge de suas atividades depois da chegada dos portugueses na região.

Diante disso, encontramos na documentação momentos de profundo repúdio aos portugueses, colocando-os como aqueles que trouxeram os japoneses para a costa chinesa e dificultavam as defesas costeiras, bem como, o ritual político na região. Isso porque com os constantes fechamentos dos portos, muitos reinos subordinados à coroa não conseguiam prestar tributos e honras²³. Segundo J. Roberts a questão de os portugueses estarem sempre em contato com os *wakôs* de fato aumentara o número de ataques na costa chinesa e em outras partes do Sudeste Asiático, irritando a corte Ming, mas eles não eram os únicos culpados.

É possível notar em *Wu-zong*, e mais tarde nos cadernos de outros escrivães, que a raiva não era puramente direcionada para os lusitanos. Muitos chineses financiavam as atitudes ilícitas ou simplesmente aceitavam subornos. Em 1517, uma nota é feita ao Imperador dizendo que a culpa dos portugueses estarem rapidamente se espalhando pela costa chinesa era da cobiça dos próprios chineses.

O comissário de administração da direita Wu Ting-ju, plausivelmente argumentou sobre os benefícios a serem obtidos e solicitou que

²¹ Sobre a pirataria no Mar da China, ver: KUNG, J. *Autarky and the Rise and Fall of Piracy in Ming China*. **The Journal of Economic History**, vol. 74 (2014), p.509-534. MATSUURA, Akira. Chinese Sea Merchants and Pirates. In: **A Selection of Essays on Oriental Studies of ICIS**. Kansai University Institutional Repository. 2011. p.63-84.

²² Sobre a diferenciação de pirata para corso, a historiadora e especialista em direito português Ana Maria Ferreira, afirma que a pirataria representava uma ação básica, não sendo legalmente justificada e não se subordinando a autoridade de nenhum tipo. O corso, por sua vez, era protegido por um documento oficial, que dava a liberdade para que tal prática fosse empreendida contra os inimigos do contratante, fosse este o Estado de origem ou um particular. Assim, para a autora é compreensível a dificuldade que temos em distinguir a pirataria e o corso, uma vez que os dois possuem quase a mesma origem etimológica e os seus reflexos no cotidiano, mostram a facilidade com que seus agentes trocavam de papéis. Em: FERREIRA, Ana Maria Pereira. **O essencial sobre o corso e a pirataria**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

²³ **Wu-zong** capítulo 149.9a-b - 15 Jun 1517 (In. WADE, 1994. p. 1965-1966).

todos os navios fossem recebidos. O grande coordenador regional e o inspetor do Ministério da Receita foram iludidos e a proposta foi aprovada. Não muitos anos depois, os problemas com os Fo-lang-ji começaram. (In. WADE, 1994. p.1966)

Mas tinham, também, aqueles que eram responsabilizados pela “incompetência” em defenderem a costa. Como mostra a ordem dada pelo conselheiro *Qi-dao Long*:

O grande defensor e coordenador deve mandar prender e punir os marinheiros e a administração dos três postos de Guang-dong, responsáveis por guardar a costa contra os piratas japoneses e que foram incapazes de prover uma defesa segura. (In. WADE, 1994. p. 1975)

A Corte japonesa era um dos principais clientes da seda chinesa, importando durante o ano grandes quantias do produto, com o qual eram feitos os mais caros quimonos que vestiam desde a imperatriz à cortesã²⁴. Porém, com os constantes banimentos decretados, sobretudo, durante os séculos XVI e XVII, vê-se a necessidade de comprar esse produto nas mãos de intermediários que tinham acesso aos mercados chineses, e é aí que entram os portugueses.

A Dinastia Ming, desde o século XV, controlou todo o tráfego marítimo que ia da Coréia até a Península de Malaca. Era ela que concedia o selo autenticador – o *kangô-fu* -, usado para identificar as embarcações autorizadas a realizar o comércio *kangô-boeki*²⁵ e diferenciar dos barcos pertencentes aos *wakôs*. Mais tarde os portugueses, já instalados em Macau, trouxeram para si o monopólio sobre o comércio chinês e japonês²⁶, tornando-se oficialmente os intermediários nos mares da China-Coréia-Japão. A nau saía de Goa cheia de mercadorias europeias e indianas e ia, a cada parada que fazia, trocando por produtos locais. Em Malaca, recebia especiarias, madeiras aromáticas, pele de veado e outros. Em Macau, embarcava a seda crua e, depois, seguia em direção a *Kyûshû* (Japão).

²⁴ YAMASHIRO, J. 1989.

²⁵ O *kangô-boeki* era um comércio bilateral estabelecido entre o Japão e a China durante o período do xogunato *Asshikaga*, também conhecido por *Muromachi Bakufu* (1338-1573). Foi extinto em 1547 devido a chegada dos portugueses, que tomaram para si a responsabilidade de serem os intermediários entre a China e o Japão (YAMASHIRO, 1989).

²⁶ José Yamashiro discute a exclusividade portuguesa nos mares da China-Japão, marcada pela abertura do porto em Macau em 1550, “[...] o comércio do Japão estava entregue a mercadores particulares portugueses, mas em 1556 foi nomeado um capitão-mor para a rota Macau-Nagasaki, submetendo-se ao controle direto do governo português.” (YAMASHIRO, 1989. p. 97).

Assim, até meados do século XVI, o comércio na região estava entregue a mercadores particulares, mas em 1557 o governo português tomou o controle direto sobre a rota Macau-Nagasaki, nomeando um capitão-mor para ajudar na administração e na fiscalização do trajeto²⁷. Controle este que seria entregue anualmente sob o regime de concessão. Neste mesmo período, Portugal se colocou como responsável para lidar com a pirataria e demais aventureiros que agissem nessa região, atitude que lhe renderia algum prestígio perante o governo chinês, o que talvez tenha ajudado na diminuição das acusações de pirataria e lhe rendessem algumas permissões para construir portos e sedes político-administrativas em outras regiões²⁸. Todavia, isso não significa que os conflitos entre os dois deixaram de existir, eles continuaram a fazer parte de todo o período no qual os ibéricos estiveram presentes no Sudeste Asiático.

Considerações finais

Assim como no século XV, o oriente, até os dias de hoje, desperta um grande fascínio, aflorando a curiosidade dos mais ávidos pesquisadores, num desejo em desbravá-lo. A região é tão desconhecida que, em diferentes momentos, nos pegamos encantados com os mistérios e as histórias desses povos de tradição tão antiga. Todavia, pouco sabemos da sua trajetória histórica, até porque a historiografia especializada desses países não é traduzida e quando o fazem, os textos são voltados para a discussão da intervenção ocidental na região. É interessante quando paramos para ler textos de historiadores que se voltaram completamente para este continente como, Subrahmanyam, Lindin²⁹, Wade, e tantos outros, e descobrimos coisas como, por exemplo, que espingarda, grande feito da época moderna, só foi possível porque os chineses criaram a pólvora e que muitas das descobertas tecnológicas que vieram para o novo mundo através dos europeus, surgiram desses povos.

²⁷ Sobre isso vem em: BOXER, C. 1979.

²⁸ O governo chinês permitiu aos portugueses que edificassem seus conclhos e casas de câmbio nas suas cidades portuárias, além de ceder cidades como Cantão e Macau e a Ilha de Lintin para servirem de potentes portugueses. O ato de "ceder" não quer dizer que não houve embate político e violento. A cidade de Cantão foi um exemplo do uso da violência pelos dois lados para resolver suas diferenças. Em: SÁ, Michele E. B. Primeiras relações comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choque de culturas. In: **Canoas**, n.13. Jan/Jun. 2006. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.49-55.

²⁹ LINDIN, Olof G. **Tanegashima: the arrival of Europe in Japan**. Denmark: Nordic Institute of Asian Studies. 2002.

A minha pesquisa se fundamenta na perspectiva de estudar as fontes produzidas pela China e pelo Japão, a fim de fazer o sentido inverso da história que normalmente estuda esse período. Ou seja, ao invés de partir de Portugal para o Oriente, partirei do Oriente para Portugal, para, assim, observar o que o outro lado da história do Império Português na Ásia tem a dizer. O desejo de trabalhar com fontes que fossem de fora da rota costumeira, veio da constante curiosidade sobre o tipo de voz que “o outro” poderia ter sobre o assunto.

Claro que assim como todo tipo de documentação, a chinesa não é passível de ser manipulada e de narrar somente um lado da história. Os anais foram escritos por uma instância política que tinha por objetivo descrever os acontecimentos relacionados com os seus súditos. Diversas expressões são usadas para diferenciar os chineses – ou súditos de regiões próximas – daqueles que não são chineses ou com os quais o governo Ming tinha algum tipo de disputa.

A questão ao se analisar uma documentação desse tipo é estar sempre ciente de que ali existe somente um lado do processo e que é preciso procurar por contrapontos para tentar chegar ao quadro geral do que poderia ter sido. Assim, longe de serem representações do real, os documentos permitem traçar sintomas, indícios e signos, que contribuem para esclarecer algumas questões sobre este momento da história do Império Português e, sobretudo, da história marítima asiática sob um viés outro que é o olhar do governo Ming. As fontes, mais do que peças concretas de um tempo, são, como coloca Carlo Ginzburg³⁰, fios de um tapete que vão sendo costurados e, aos poucos, se transformando “em uma trama densa e homogênea”. Ao historiador cabe a sensibilidade de ler os sinais individuais e únicos de cada fio a ser costurado e construir uma imagem detalhada do que acredita ter acontecido. Portanto, a intenção não é escrever uma história universal, mas propor peças de histórias conectadas que não se sobrepõem, simplesmente coexistem.

Referências

AVELAR, Pedro. **História de Goa**: de Afonso Albuquerque a Vassalo e Silva. Portugal: Texto Editores, 2012. SANTOS, Catarina Madeira. **Goa é a chave de toda a Índia**: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1579). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

³⁰ GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: ____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Companhia das Letras. São Paulo. 1989.

- BARRETO, Luís Felipe. O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos XV-XVII). Lisboa: **Revista Administração**, n.º 36, v. X. Faculdade de Letras de Lisboa, , p.367-381, 1997.
- BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CHAUNU, Pierre. **Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI**. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1984.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira. **O essencial sobre o corso e a pirataria**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In.:_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Companhia das Letras. São Paulo. 1989.
- KUNG, J. *Autarky and the Rise and Fall of Piracy in Ming China*. **The Journal of Economic History**, vol. 74, p.509-534, 2014.
- LINDIN, Olof G. **Tanegashima: the arrival of Europe in Japan**. Denmark: Nordic Institute of Asian Studies. 2002.
- MATSUURA, Akira. Chinese Sea Merchants and Pirates. In.: **A Selection of Essays on Oriental Studies of ICIS**. Kansai University Institutional Repository, p.63-84, 2011.
- ROBERTS, J.A.G. **História da China**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Ltda. 2012.
- SÁ, Michele E. B. Primeiras relações comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choque de culturas. In.: **Canoas**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n.13. Jan/Jun., p.49-55, 2006.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 30, nº 60, p.219-240. Jan-Ab 2017.
- SUMBRAMANYAN, Sanjay. **O império asiático português: 1500-1700**. Uma história política e económica. São Paulo: DIFEL, 1995.
- THOMAZ, Luis Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994. SILVA, Beatriz Basto da. **Malaca: redescobrir Portugal**. Macau: Direcção dos Serviços de Educação, 1989.
- WADE, Geoffrey. **The Ming Shi-lu (veritable records of the Ming Dynasty) as a source for Southeast Asian history, 14th to 17th centuries**. (Thesis). Hong Kong: University of Hong Kong. 1994.
- WESSELING, Hank. História de além-mar. In.: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP. 1992.
- YAMASHIRO, José. **Choque Luso no Japão dos séculos XVI-XVII**. São Paulo: BRASA, 1989.

Recebido em: 30/06/2018

Aprovado em: 19/07/2018

“[...] PALAVRAS DE CONSTITUIÇÃO E BRASILEIRISMO NA BOCA, [...] PORTUGUÊS E ABSOLUTO DE CORAÇÃO [...]”¹: O PROGNÓSTICO HISTÓRICO DE BARBACENA E A CRISE DO 7 DE ABRIL DE 1831

“[...] WORD OF CONSTITUTION AND BRAZILIANISM IN THE MOUTH, [...]” PORTUGUESE AND ABSOLUTE HEART [...]”: THE HISTORICAL PROGNOSIS OF BARBACENA AND THE CRISIS OF APRIL 7, 1831

Rafael Cupello Peixoto²

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ)

Resumo: O presente artigo visa debater a missiva de 15 de dezembro de 1830, escrita pelo marquês de Barbacena para o imperador D. Pedro I, indo para além do debate tradicional promovido sobre esse documento, isto é, de que a carta representava um símbolo da “nacionalidade brasileira” ultrajada pelo “português” D. Pedro I, bem como de que esta foi fruto de uma “profecia” de Barbacena como alardeado por seus biógrafos. Acreditamos que a missiva de Caldeira Brant serve como importante instrumento analítico que ajuda a elucidar as intrigas palacianas na corte de D. Pedro I e a identificar a disputa pela hegemonia do “campo político” imperial por parte das “facções”

Abstract: This article aims to discuss the missive of December 15, 1830, written by the Marquis of Barbacena to the emperor D. Pedro I, going beyond the traditional debate promoted on this document, that is, that the letter represented a symbol of the “Brazilian nationality” outraged by the “Portuguese” D. Pedro I, as well as that this was the fruit of a “prophecy” of Barbacena as boasted by his biographers. We believe that the Caldeira Brant missive serves as an important analytical tool that helps to elucidate the palace intrigues in the court of Dom Pedro I and to identify the dispute for the hegemony of the imperial “political field” by party

¹ Trecho da missiva de Barbacena para D. Pedro I em 15 de dezembro de 1830. Cf. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo Marquês de Barbacena. BR.AN, RIO.Q.1.0.COR.57, p. 23. Encontra-se a transcrição da referida carta na biografia produzida por Antônio Augusto da Costa Aguiar. AGUIAR, A. A. de. **A vida do marquês de Barbacena**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 810.

² Doutor em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rafael.cupello.peixoto@gmail.com. A pesquisa de doutorado contou com bolsa de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

partidárias que compunham o quadro político do Primeiro Reinado.

"factions" that composed the table of the First Kingdom.

Palavras-chave: Primeiro Reinado – Marquês de Barbacena – Abdicação.

Keywords: First Kingdom – Marquis of Barbacena – Abdication.

Uma carta “profética” ou símbolo da nacionalidade brasileira? Um exame sobre a missiva de Barbacena, de fins de 1830, para o Imperador D. Pedro I.

Escrita em 15 de dezembro de 1830, a carta do marquês de Barbacena para o Imperador D. Pedro I não detém, entre os trabalhos historiográficos que versam sobre a política imperial do Brasil do Primeiro Reinado, grande interesse. O referido documento pouco ou quase nenhum destaque mereceu nas pesquisas que procuram examinar os elementos que contribuíram para a abdicação do monarca em abril de 1831.³ José Honório Rodrigues utilizou a missiva de Barbacena para reforçar uma pretensa nacionalidade brasileira já configurada e estabelecida desde a independência do Brasil contra os nossos ex-colonizadores, reforçando tal aspecto no emprego das palavras redigidas pelo marquês contra o monarca ao atacar o coração “português” e “absoluto” de D. Pedro I, que o afastou da “maioria dos brasileiros” (RODRIGUES, 1972, p. 83).

Numa perspectiva crítica a essa interpretação, Gladys Sabina Ribeiro reproduziu trechos da carta de Barbacena para refutar essa abordagem historiográfica, que reeditou, segundo suas palavras, os “partidos” “português” e “brasileiro”, dando “[...] sentido às lutas contra as supostas “recolonização” e “restauração”, respectivamente em 1822 e em 1831” (RIBEIRO, G., 2002, p. 243). Para ela, tais noções ajudaram a explicar didaticamente a Independência e o Primeiro Reinado, mas “empobreceram a complexidade dos acontecimentos e obscureceram as possibilidades de novos estudos, que abrissem portas para um novo entendimento do período” (*ibidem*). Reforçando suas críticas a essa linha interpretativa, a autora em questão ressaltou que “a nacionalidade não era uma questão amadurecida no Sete de Setembro, nem mesmo um conceito cabalmente

³ Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira fizeram importante debate sobre a historiografia do Primeiro Reinado e a abdicação de D. Pedro I e em nenhum momento o papel de Barbacena, naquela conjuntura, foi mencionado. Cf. RIBEIRO, G. S.; PEREIRA, V. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 137-173.

delimitado em 1831” (*ibidem*). Assim, segundo Ribeiro, os estudos historiográficos que optaram por uma abordagem nativista – caso da pesquisa de José Honório Rodrigues – acabaram por serem “seduzidos” pela retórica discursiva dos próprios indivíduos daquela época⁴, inseridos em diferentes espaços de atuação – rua, imprensa e Parlamento –, não percebendo que o antilusitanismo e o liberal “patriotismo” dos fins da década de 1820 estavam inseridos nos diferentes projetos de uns e outros. Nesse sentido, Gladys S. Ribeiro, ao mencionar a carta de Barbacena, ressaltou a mobilidade das identidades “políticas” que homens, como o senador mineiro, portavam no mundo luso-brasileiro – desde a Independência do Brasil, passando pelo agitado contexto político do Primeiro Reinado, e que a Abdicação ia trazer à tona expondo a fragilidade de tais identidades:

Felisberto Caldeira Brandt [*sic*] Pontes, o Marquês de Barbacena, no seu conselho reproduziu uma crítica bastante em voga naquele momento: D. Pedro tinha um ‘coração português’ e tomava atitudes compatíveis com a sua antiga nacionalidade acobertando interesses escusos – ‘absolutistas’. Era somente ‘de boca’ que se proclamava tão ‘brasileiro’ e ‘constitucional’ quanto Barbacena ou Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que se consideravam ‘portugueses’, e que agora defendiam a ‘brasilidade’ para, mais adiante, trocarem este argumento pelo da moderação conservadora (RIBEIRO, G., 2002, p. 244).

A trajetória do marquês de Barbacena confirma as impressões de Ribeiro. Ele sempre se afirmou como um “fiel súdito” de Sua Majestade Fidelíssima, chegando a se declarar como “português, e [...] filho de uma Ilustre Pátria [Brasil] [...]” (ANRJ, BR AN, RIO Q.1.0. COR15, p. 3)⁵. A obediência e o respeito expressados pelo marquês à figura real portuguesa reproduzem um típico comportamento de súdito do Antigo Regime herdado de nossa tradição colonial (HOLANDA, 2003, t. 2, v. 3, p. 13-47). Todavia, tal fidelidade ao monarca não pode ser confundida com a defesa de um governo absoluto. Pelo contrário, o marquês de Barbacena era favorável ao governo constitucional desde que as mudanças partissem do soberano em consonância com

⁴ Sobre o uso da retórica como instrumento do discurso político, cf. Cf. CARVALHO, J. M. de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, jan./dez. 2000. p. 123-152.

⁵ No vocabulário da época, “a terra donde alguém é natural”. **Dicionário da Língua Portuguesa composto por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, quarta edição, reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem correcta, e enriquecida de grande numero de artigos novos e dos synonymos por Theotonio José de Oliveira Velho**. Tomo II, F-Z. Lisboa: Na Imprensa Regia, 1831. p. 429.

uma Assembleia, mas nunca emanadas pelo povo. Assim, explica-se por que ele não apoiou as Cortes lisboetas e se manteve fiel, seja ao rei de Portugal – enquanto o Brasil foi reino unido àquele governo –, seja ao Imperador do Brasil – nação independente desde 1822.⁶ Dessa forma, derruba-se o argumento em favor da existência de uma pretensa “identidade nacional” por qualquer sujeito que vivenciou o contexto de cisão do mundo luso-brasileiro. Naquele tempo, ainda não havia se consolidado um consenso sobre os elementos formadores de uma nacionalidade “brasileira”⁷. Esta estava em construção, experimentando inúmeros embates ao longo de todo o Primeiro Reinado na rua, na imprensa, no púlpito do Parlamento e em outros espaços de poder, reunindo “brasileiros” e “portugueses”, “estrangeiros” e “pardos”, “negros” e “africanos”, uma massa de gentes, como bem destacou Gladys S. Ribeiro (RIBEIRO, G., 2002). De fato, os “valores nacionais” eram muito frágeis, sendo usados muito mais como instrumento de conotação política, a fim de atacar rivais e projetos destoantes do que necessariamente representar um claro manifesto de “amor pátrio”.

Nessa perspectiva, se a carta do marquês de Barbacena não pode ser interpretada como símbolo da “nacionalidade brasileira” ultrajada pelo “absolutismo” de D. Pedro I, como ressaltado por Gladys S. Ribeiro, também não pode ser encarada como um documento “profético” como afirmaram seus principais biógrafos.⁸ O experiente político mineiro alertou o Imperador que se ele não mudasse sua conduta política frente ao Parlamento e não se afastasse da “facção clementina”⁹ (AGUIAR, 1896, p. 806) seu reinado não duraria mais de seis meses. Escrita em dezembro de 1830, isto é, pouco mais de três meses antes da Abdicação, a afirmativa de Barbacena foi usada por seus biógrafos como prova irrefutável de sua sagacidade política ao “profetizar” o sete de abril de 1831. Porém, a referida correspondência nada teve de

⁶ Para outras informações a respeito dos ideários do marquês de Barbacena no transcorrer do processo de independência do Brasil, cf. CUPELLO, R. **O marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil Imperial (1796-1841)**. 2018. 396f. Tese (Doutorado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

⁷ Sobre a origem e a difusão do nacionalismo, cf. ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Para uma abordagem distinta à de Anderson, cf. HOBBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁸ SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999. v. I, p. 83-100; AGUIAR, *op.cit.*, nota 01.; CALÓGERAS, P. **O marquês de Barbacena**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982; OTÁVIO FILHO, R. **Figuras do Império e da República**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1944.

⁹ Nomenclatura desenvolvida pelo marquês de Barbacena para se referir à existência do “Partido Português” instalado na corte palaciana de D. Pedro I sob a liderança de José Clemente Pereira, que contava com o apoio dos conselheiros João da Rocha Pinto e Francisco Gomes da Silva.

profética. Na verdade, ela foi produto de um sujeito influenciado por um pensamento moderno, que ressignificou o conceito de "história", surgido a partir das reflexões iluministas e dos adventos da Revolução Francesa e Industrial, e que permitiu o surgimento da filosofia da história inaugurando o que hoje compreendemos como "modernidade" (KOSELLECK, 2006).

Segundo Reinhart Koselleck (2006), dentro da filosofia da história, imiscuiu-se uma filosofia de progresso que se desligou de seu próprio passado por meio de um futuro inédito. Então, a "história" assumiu a noção de singularidade. Nesse ponto, ocorreu a supremacia da história como *Geschichte* (o acontecimento em si), isto é, passado e futuro jamais coincidem, os fatos não se repetem, assim como as circunstâncias históricas são sempre distintas uma das outras. O termo *Historie* – que significa predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido – foi destituído de seu objetivo de atuar imediatamente sobre a realidade, sua capacidade prognóstica, "entendida aqui como experiências instrutivas, do qual se podia extrair ensinamentos" (*idem*, p. 80), se desfez. Esse processo cessou as condições de existência de uma *Historia Magistra Vitae*, na qual era possível por meio de prognósticos racionais tornar o futuro um campo de possibilidades finitas conforme um grau maior ou menor de possibilidades. Isto é, mediante ensinamentos passados, era possível garantir ao homem um espaço de manobra onde ele poderia transitar em seu presente e, dessa forma, alterar o seu futuro. Portanto, entre os séculos XV e XVII, o futuro ainda não era algo imprevisível. Pelo contrário, era algo previsto racionalmente. No entanto, a filosofia da história tornou possível a superação desse paradigma ao fundar um imaginário de um futuro inédito, de progresso, imprevisível e desconhecido.

Logo, as asserções desenvolvidas pelo marquês de Barbacena em sua missiva de 15 de dezembro de 1830 para o Imperador D. Pedro I não podem ser catalogadas dentro de uma leitura de prognóstico de caráter político-didático, pautada em uma percepção setecentista de "história", isto é, numa característica tradicional de mestra, na qual o passado (o conhecimento histórico) possibilitava ensinar/modelar o presente, controlando o futuro. Assim, os argumentos expostos por Caldeira Brant não buscavam ensinar pelo exemplo e imitação do passado o caminho a ser traçado por D. Pedro I, que, repetindo os modelos anteriores, garantiria o sucesso de seu

governo. Na verdade, eram instruções de como reagir a um futuro que ainda estava por vir:

Poucos dias depois da minha demissão disse a comissão de fazenda daquela assembleia, que nenhuma das propostas sobre meio circulante devia ser discutida, nem fornecer-se coisa alguma ao governo, porque este havia perdido a confiança da nação, e ninguém houve que o defendesse, e nem a câmara deu providência alguma.

Um ataque direto como foi este, e de semelhante natureza, é quase sem exemplo. Assim como também o foi, andar um soberano por tantos dias de porta em porta, sem achar um só homem de merecimento e reputação, que aceitasse a pasta do tesouro, como aconteceu a V. M. e mais extraordinário ainda que tudo isto, foi a cegueira e precipitação com que V. M. I. mesmo, por conselhos da facção, promoveu e conseguiu a reunião das duas câmaras para votação promíscua, destruindo assim a única barreira que o poderia livrar de uma abdicação forçada, prisão ou patíbulo.

Estes fatos, senhor, jamais aparecem reunidos senão no momento ou nas vésperas de uma revolução (AGUIAR, 1896, p. 808, grifo nosso).

Nos escritos de Barbacena, estavam implícita a mudança de *topos* de uma história modelar para uma história singular, de um futuro incerto e imprevisível. O experiente senador mineiro, ao enumerar os fatos que conspiravam contra o Imperador e que reunidos indicavam “senão no momento ou nas vésperas de uma revolução” (AGUIAR, 1896, p. 808), identificavam os elementos que, a partir do hoje conhecidos – os maus conselhos de uma facção “absolutista” associada à “cegueira e precipitação” de Sua Majestade Imperial –, resultariam no amanhã possível – a abdicação –, pensando de maneira histórica, “transitando do diagnóstico ao prognóstico, nunca ao contrário” (KOSELLECK, 2006, p. 88). Logo, não se podia “[...] esperar conselho a partir do passado, mas sim apenas de um futuro que está por se constituir” (*idem*, p. 58). Barbacena já demonstrava possuir uma percepção moderna de história em outras correspondências, isso porque se evidencia nelas que ele possuía uma perspectiva progressista de tempo desenvolvida a partir do próprio espaço de experiência¹⁰ que viveu. Em carta endereçada a D. Pedro I, quando estava

¹⁰ Segundo Koselleck, “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” devem ser pensados como duas categorias históricas capazes de fundamentar a possibilidade de uma história, isto é, todas as histórias são construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuaram sobre os eventos históricos. Mas por que a utilização dos termos “espaço” e “horizonte” para falar de experiência e expectativa? Segundo o historiador alemão, o uso dos termos é para “mostrar que a presença do passado é diferente da presença do futuro” (p. 311). A experiência proveniente do passado é espacial, porque reúne muitos estratos de tempos anteriores simultaneamente formando um todo no presente de um indivíduo, enquanto o futuro projeta algo que ainda não pode ser contemplado como quando você busca visualizar a linha por traz do horizonte. Portanto, uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente de uma experiência. O que se espera para o futuro está claramente limitado a uma forma diferente do que foi experimentado no passado. cf. KOSELLECK, R. **Futuro**

em Londres a tratar dos assuntos ligados à causa de D. Maria II, Caldeira Brant apresentou em suas palavras alguns elementos fundadores da “modernidade”, em especial a noção da vivência da “história em si” ou “história de fato”, que possibilitou a categoria da temporalização:

Meus filhos e netos encontrarão muitos outros, cujos avós fossem grandes do império, senadores, e grã-cruzes, *mas nenhum que apresente os meus títulos, nas quatro épocas mais notáveis da nossa idade, a saber: a revolução de Portugal contra seu pai, o reconhecimento do império, o juramento da constituição dada por D. Pedro I, a abdicação de Pedro IV* (AGUIAR, 1896, p. 557, grifo nosso).

Desse modo, Barbacena manifestava a nova concepção trazida pela virada do *topos* da história: a percepção da singularidade dos eventos. Nessa mesma correspondência, outro elemento do novo *topos* da história fora revelado: uma dimensão temporal, refletida na incerteza e na impossibilidade de controlar ou manipular o futuro. Em conselho dado ao monarca, sobre os cuidados que deveria ter a fim de escapar das perfídias de Metternick e Wellington sobre o trono de D. Maria II e, assim, garantir a defesa de sua honra e dos direitos à coroa de sua filha, afirmou: “Quanto ao trono, *o capítulo dos acontecimentos humanos é muito vasto, e de um momento para o outro podem sobrevir um, ou muitos em favor ou contra* (AGUIAR, 1896, p. 557, p. 558, grifo nosso). Nota-se que o marquês tinha plena consciência da aceleração da história a tempos que se justapõem (KOSELLECK, 2006, p. 82). Por isso, o futuro da Coroa portuguesa era desconhecido. Medidas podiam ser tomadas, no presente, que visassem a proteger os direitos da rainha infante, mas não havia certezas de que suas ações resultariam certamente na conservação do trono de D. Maria da Glória.

Retornando à missiva de dezembro de 1830, em pleno ápice da crise política do Primeiro Reinado, o olhar de Barbacena sobre os fatos que vivenciou – enquanto esteve à frente do Ministério da Fazenda de Sua Majestade Imperial (4 dezembro de 1829 a 2 de outubro de 1830) –, o capacitaram a elaborar seu prognóstico histórico sobre o reinado de D. Pedro I e, assim, traçar as possíveis consequências que suas ações podiam resultar sobre o governo do Brasil, como inúmeras vezes fez, enquanto

esteve na Europa à frente da defesa pelo trono português da primogênita do imperador do Brasil. Nas palavras de Koselleck (2006, p. 86, grifos nossos) e suas observações a respeito dos prognósticos históricos proferidos por Lorenz Von Stein, economista e sociólogo alemão, no século XIX: “Suas predições continham, portanto, ensinamentos transmitidos pela história; tratava-se, porém, de ensinamentos capazes de atuar diretamente na prática, só porque colocavam em evidência aquilo que não se podia alterar, com o intuito de dar livre curso à ação”.

Dessa maneira, a análise política de Barbacena a respeito do governo de D. Pedro I se aproximava dos métodos praticados por Von Stein na Alemanha. Diferentemente de épocas antecedentes, os indivíduos praticavam esse julgamento condicionados exclusivamente pelo conhecimento histórico (KOSELLECK, 2006, p. 83). Curiosamente, foram os biógrafos de Barbacena, em especial Calógeras – que cunhou os termos “vidente” para o marquês e “carta profética” para o documento –, que direcionaram a interpretação da missiva de 15 de dezembro de 1830 a uma interpretação de espaço tradicional da experiência histórica.¹¹ Ao examinar a referida correspondência, os biógrafos do marquês recorreram a uma proposição teleológica de história, não observando os prognósticos de Barbacena a partir de sua própria experiência espacial-temporal, mas sim a realizaram a partir do fato consumado (a abdicação do monarca), fazendo uso de um julgamento anacrônico e recorrendo, então, a uma teoria da história típica da perspectiva *Magistra Vitae*, dando ao marquês de Barbacena um poder de análise que ele não possuía ao caracterizar seu texto como “profético”.

Na verdade, a redação daquele documento só foi possível graças ao espaço de experiência adquirido pelo próprio marquês junto ao “campo político” imperial, círculo onde atuou ao longo de todo o Primeiro Reinado. Foram as experiências políticas adquiridas nas disputas palacianas da corte do ex-imperador que possibilitaram ao marquês de Barbacena promover seu prognóstico histórico sobre o comportamento político de D. Pedro I. Logo, Barbacena possuía uma consciência histórica moderna, percebendo a subjetividade dos acontecimentos e aprendendo sobre eles, sendo capaz de esboçar estruturas de longa duração sem adentrar as

¹¹ No entanto, vale ressaltar que Calógeras fez uma leitura bastante precisa da conjuntura política do Primeiro Reinado à época da queda do marquês de Barbacena mapeando precisamente as “facções” políticas que disputavam a hegemonia do “campo político” imperial. Infelizmente, pouco uso dessa análise é levado em consideração pelos estudiosos do período. Cf. CALÓGERAS, P. *op. cit.*, nota 8, p. 79-87.

fronteiras da utopia, pois, ao marcar as ações de cálculo político a serem tomadas pelo imperador, não dava a elas uma condição de ordem natural (teleológica) das coisas. Portanto, a descrição e a identificação dos grupos políticos que circundavam D. Pedro I e a atuação deles sobre o monarca, especialmente a “facção antibrasileira”¹² (AGUIAR, 1896, p. 805)” liderada por José Clemente Pereira e Francisco Gomes da Silva, o “Chalaça”, possibilitaram os prognósticos promovidos pelo marquês. Na visão de Barbacena, eles eram os representantes do “Partido Português”, “facção” política que, na concepção do senador mineiro, defendia o “absolutismo”, a “recolonização” e o “autoritarismo”. Por isso, sua carta reproduzia o “espaço de experiência” adquirido pelo marquês dentro do “campo político” imperial, especialmente a partir das intrigas palacianas da corte de D. Pedro I. Foi por meio de tal experiência que ele realizou seu prognóstico destacando situações que poderiam acarretar na queda de Sua Majestade Imperial, fato que acabou por ocorrer em 7 de abril de 1831. Desse modo, nenhuma de suas proposições estavam circundadas de uma ação natural dos eventos (teleológica).

Ao criticar a postura de D. Pedro I, que se aproximara novamente da “ala clementina” (AGUIAR, 1896, p. 810), declarando que tal posição de “palavras de constituição e brasileiro na boca” (*ibidem*), mas com atitudes de “português e absoluto de coração” (*ibidem*) sua desgraça seria inevitável, aparecendo o resultado – abdicação – em “poucos meses, talvez não cheg[ando] a seis” (*ibidem*), o senador mineiro exprimia sua leitura do cenário político do conturbado reinado do primeiro Imperador, retornando a uma chave de leitura que ele próprio já havia declarado em outro documento – “Governo segundo a constituição” –, em que destacava a necessidade de exterminar o “Partido Português”, visto como inimigo do Império e do Imperador.¹³

Logo, o descompromisso com o “constitucionalismo” perpetrado por D. Pedro e a “ala clementina” levaria o País à catástrofe, entendida aqui como “desordem”, resultando num país de princípios “democráticos”, interpretado pelas lideranças “moderadas” e “conservadoras” como sinônimo de “anarquia”. Isso porque a “facção

¹² Outro termo utilizado por Barbacena em sua missiva para se referir ao grupo político ligado a José Clemente Pereira.

¹³ Sobre o referido documento, cf. CUPELLO, R. *Op.cit.*, nota 06. Em especial o cap. 3, p. 244-247.

republicana”,¹⁴ opositora ao governo do imperador, inspirada nas ideias de Rousseau, Montesquieu e Paine, defendia um alargamento do princípio de “liberdade”, conjugando princípios liberais com ideias democráticas e pleiteando reformas políticas e sociais profundas, como a extensão da cidadania civil e política a todos os segmentos livres da sociedade. A bandeira endossada pelos liberais “exaltados”¹⁵ encontrava eco nas ruas do Rio de Janeiro, bem como em outras províncias imperiais desde 1829, causada pela impopularidade de D. Pedro I e do ministério clementino (MOREL, 2011).¹⁶ Para políticos de postura moderada como Barbacena, a “liberdade” era compreendida como a garantia e o respeito às instituições monárquicas, aos direitos estabelecidos na Constituição e à divisão dos poderes entre o rei e os representantes do povo (parlamento). Não havia qualquer preceito social igualitário. baseando-se na tradicional visão excludente sobre o Povo e a plebe. O primeiro, com “P” maiúsculo, percebido como representante da “boa sociedade”, isto é, lócus dos homens pensantes e capacitados, responsáveis pela direção da nação e da plebe, essa última escrita com “p” minúsculo, pois era lida como uma massa de ignorantes e, portanto, deveria ser alijada de qualquer participação política.¹⁷ Daí, Barbacena

¹⁴ A expressão foi utilizada por Barbacena. Todavia, aqui, alargamos o significado original do termo, ampliando seu conceito ao associá-los aos liberais “exaltados”, isso porque eram os “**exaltados**” que defendiam os “programas” que eram criticados pelo marquês de Barbacena, ou seja, os princípios democráticos e o alargamento de direitos sociais aos segmentos livres da sociedade imperial. Sobre os “exaltados”, cf. BASILE, M. O. N. de. C. Os liberais exaltados: projeto e ação. In: _____. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial**. 2004. 490f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 129-292. Cf. tb. COSER, Ivo. O conceito de partido no debate político brasileiro (1820-1920). *Ler História*, v. 67, p. 25-45, 2015.

¹⁵ Gladys Sabina Ribeiro critica a perspectiva analítica de Marcello Basile sobre o espaço de atuação “da rua”, pois considera que ele limita a ação desses movimentos aos interesses das “facções” políticas daquela época. Segundo a autora em questão, defender tal conceito é reproduzir o discurso das elites políticas imperiais que viam o “populacho” como uma massa de ignorantes incapazes de se organizar politicamente. Cf. RIBEIRO, G. S. “A opinião pública tem sido o molho do pasteleiro”: o *Caramuru* e a conservação. In: CARVALHO, J. M.; CAMPOS, A. P. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 255-256. No entanto, não percebemos o estudo de Basile como mero “reprodutor” dos discursos políticos da elite política imperial sobre a “ação das ruas”. Na verdade, Basile destacou a autonomia daqueles movimentos, sublinhando que as lideranças “exaltadas” procuraram conquistar a simpatia “da plebe”, a partir do “programa partidário” que defendiam, a fim de apropriar-se de “capital” necessário para disputar o controle dos espaços tradicionais de poder – Parlamento e Corte – ocupados, majoritariamente, por “moderados” e “caramurus”. Os próprios “caramurus” também buscaram legitimar suas bandeiras políticas junto às camadas populares, sendo por elas aceitas ou rejeitadas, segundo o que estivesse de acordo com as reivindicações da “arraia miúda”. Logo, o autor não retirou a autonomia de ação dos movimentos de rua como argumentado por Gladys Ribeiro. Nesse sentido, nosso trabalho se aproxima da linha interpretativa de Marcello Basile. Cf. BASILE, *op. cit.*, nota 14.

¹⁶ Sobre as agitações do período regencial, cf. MOREL, M. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

¹⁷ Sobre as leituras a respeito dos conceitos de liberdade no período imperial, bem como a identificação política das principais “facções” que compunham o cenário político do final do Primeiro Reinado e início das regências, cf. BASILE, *op. cit.*, nota 14. Sobre uma perspectiva analítica diferente no que diz respeito à leitura de liberdade no mesmo período, cf. MATTOS, I. R. de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004; RIBEIRO, G. S. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

prezar a “Deus que não fosse geral” (AGUIAR, 1896, p. 810) a revolução que se avizinhava no Brasil, expondo o desconforto e o receio que a elite política imperial tinha para com o populacho, isto é, a “arraia miúda”.

Mas como o experiente político mineiro projetou um espaço de tempo tão preciso – “não ultrapassando a seis [meses]” – para a queda do monarca? Seria a prova irrefutável do caráter “profético” da carta e, portanto, a comprovação de que Barbacena partilhava de uma percepção tradicional de consciência histórica, dando ao conceito de história seu antigo *topos* de mestra e desconstruindo toda a nossa argumentação até aqui exposta? Evidentemente que não! No próprio documento, temos a resposta para a “profecia” do marquês:

Unindo-me eu à facção republicana, pouca dúvida poderia haver de sucesso, ao menos temporário; mas longe disso, cortei as comunicações com toda a gente, recusei entrar para as sociedades existentes, e se por desgraça do Brasil, e de V. M. sobrevier semelhante mudança, o que infalivelmente acontecerá se V. M. não operar em si uma reforma imediata de comportamento; sua ruína é certa, mas eu continuarei, sem ser molestado, a viver na mesma obscuridade a que ora me condenei, contemplado, porém, talvez, com desconfiança, como membro das antecedentes administrações, que serão todas confundidas pelos autores da revolução, militando ainda contra mim, o fato da minha recusa, agora de aceitar as doutrinas republicanas. (AGUIAR, 1896, p. 809-810)

Portanto, o próprio marquês de Barbacena confidenciou ao monarca que havia tomado parte pela “facção republicana”, ao ser convidado a “aceitar as doutrinas republicanas” (AGUIAR, 1896, p. 810), vivenciando o clima de insatisfação que existia contra o governo de D. Pedro I na Corte do Rio de Janeiro. Mais uma vez, é dentro de seu espaço de experiência que o experiente político mineiro realizou seu prognóstico sobre uma provável queda do ex-imperador. Se não mudasse sua postura a respeito de seu comportamento autoritário e não construísse um governo em harmonia com a Assembleia Geral, de acordo com os princípios constitucionais, seria derrubado, porque perderia o apoio até das lideranças políticas moderadas que receavam as agitações das ruas e suas possíveis consequências, e por isso mesmo ainda aguardavam uma postura verdadeiramente constitucional do imperador, como era o caso do próprio marquês. Mas a derrubada do Ministério Barbacena reacendeu a desconfiança e a descrença de que D. Pedro I ainda fosse capaz de respeitar a Carta

de 1824. Por temerem muito mais as ações do “Partido Português”, visto como ameaça para o retorno do “absolutismo” e da “recolonização” promovidos pela “ala clementina”, melhor seria se juntar à “facção republicana”, destronar o Imperador e controlar os anseios populares, dando ao 7 de abril um ar de “Revolução Gloriosa”, instituindo, assim, “novos tempos” e garantindo a “verdadeira” independência do Brasil. (MATTOS, 2017)

Como pudemos perceber até aqui, muitas outras conjunturas analíticas a respeito dos últimos atos do governo do ex-imperador são possíveis a partir da missiva de 15 de dezembro de 1830, indo para além do debate promovido até aqui, isto é, de que a carta representava um símbolo da “nacionalidade brasileira” ultrajada pelo “português” D. Pedro I, bem como de que esta foi fruto de uma “profecia” de Barbacena como alardeado por seus biógrafos. Acreditamos que conseguimos desconstruir tais chaves de leitura a respeito do referido documento. No entanto, defendemos que essas leituras tradicionais sobre a carta ajudaram a modelá-la como “caricata” e de tom “anedótico”. Por isso, o pouco valor historiográfico dado à missiva de Caldeira Brant como instrumento analítico que ajude a elucidar as intrigas palacianas na corte de D. Pedro I e a identificar a disputa pela hegemonia do “campo político” imperial por parte das “facções” partidárias que compunham o quadro político do Primeiro Reinado. Partamos, então, para o exame da conjuntura política dos últimos meses do governo do ex-imperador tendo na missiva de Barbacena nosso ponto de partida.

“Salvar a integridade do Império”:¹⁸ da demissão do marquês de Barbacena à crise da abdicação de D. Pedro I

A correspondência escrita por Barbacena ao Imperador em 15 dezembro de 1830 continha uma crítica bastante em voga naquela época: o antilusitanismo. Na redação de seu texto, o experiente político mineiro expôs toda sua reprovação para com as atitudes “portuguesas” de D. Pedro I e de parte de sua corte palaciana. Porém, devemos observar o uso do discurso antilusitano sob a ótica política, isto é, a carta não confirma a existência de “valores nacionais” consolidados por parte dos “brasileiros” contra os “portugueses” – como já discutimos no início deste artigo –,

¹⁸ AGUIAR, *Op.cit.*, nota 01.

mas sim a forte conotação política que a rivalidade luso-brasileira teve ao longo de todo o Primeiro Reinado.

O marquês de Barbacena relaciona a defesa do “constitucionalismo”, o respeito às instituições monárquicas (Câmara, Senado e Conselho de Estado) e um constante diálogo com a Câmara Baixa como características que representavam as supostas qualidades “brasileiras”. Procurando reforçar esses elementos como uma pretensa identidade dos “brasileiros”, o velho marquês relembra a D. Pedro I que

[...] identificando-se com os Brasileiros, proclamou a Independência, fundou o Império, e conseguiu o reconhecimento de todas as nações. Ainda mais dissolveu a Constituinte, e suplantou a Confederação do Equador.

Nem os ataques externos, nem as sublevações internas triunfaram de V. M. [inelegível], pelo contrário, *quer V. M. fosse, quer mandasse, a qualquer ponto do Império suas ordens foram respeitadas, a tranquilidade restabelecida, e o Nome de V. M. era respeitado pelos Chefes de Família como símbolo da integridade do Império, e felicidade Brasileira.* Apenas V. M. I. mudou de comportamentos voltando suas afeições Portuguesas, sua autoridade começou a diminuir, e em pouco mais de dois anos quase desapareceu. Tanto pode José Clemente, Francisco Gomes! (BR AN, RIO Q1.0.COR.57 p. 19-20, grifos nossos).¹⁹

Portanto, ao se identificar com os “brasileiros”, o imperador tinha sua autoridade respeitada como “símbolo da integridade do Império, e felicidade Brasileira”. Junto aos “brasileiros”, havia proclamado a Independência, fundado o Império e conseguido o reconhecimento de todas as nações. Na visão de Barbacena, até pontos polêmicos do seu governo, que desagradaram parte significativa dos cidadãos do Império, como a dissolução da Constituinte e a repressão à

¹⁹ É no mínimo curioso que este trecho da carta de Barbacena tenha sido bastante modificado na versão publicada por Costa Aguiar em sua biografia sobre o referido marquês. Na missiva transcrita na obra, algumas partes do documento foram suprimidas e outras modificadas do texto original que encontramos no Fundo Marquês de Barbacena no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (BR AN, RIO Q1.0. COR.57). No documento do Arquivo Nacional, é possível perceber algumas anotações a lápis em partes do texto, que acabam por se aproximar da versão encontrada no livro de Costa Aguiar. A fim de exibir as diferenças observadas por nós entre as duas versões, segue o mesmo trecho da carta, como transcrito na obra de Aguiar: “[...] identificando-se com os brasileiros, que proclamou a independência, fundou o Império, e conseguiu o seu reconhecimento pelas nações estrangeiras. Nessa época nem os ataques externos, nem as sublevações internas puderam triunfar de V. M. I, pelo contrário, quer fosse V. M. em pessoa, quer mandasse as suas ordens para qualquer ponto do Império, a sua autoridade foi sempre respeitada, e a tranquilidade restabelecida; ao passo que o nome de V. M. era repetido pelo que havia de melhor na nação, como o símbolo da integridade do Império, e felicidade geral do Brasil. Apenas V. M. I mudou de comportamento voltando às antigas afeições portuguesas, começou o seu prestígio a declinar e em pouco mais de dois anos, quase desapareceu de todo. Tanto puderam José Clemente Pereira e Francisco Gomes da Silva”. Cf. AGUIAR, *op. cit.*, nota 01, p. 809. Vale ressaltar que em outros trechos da carta tal fenômeno não se repete. Portanto, fizemos uso da publicação de Aguiar por ser ela mais acessível e divulgada do que o documento original.

Confederação do Equador, teriam contado com o apoio dos “brasileiros”. No entanto, não surpreende a posição do marquês com os referidos eventos. Para ele, ambos questionavam a soberania na figura do imperador e, por isso mesmo, combatê-los não era ir contra os princípios liberais e constitucionais da época. Barbacena aprovou a dissolução da Constituinte, porque via nas discussões que acabaram por prevalecer na referida assembleia um descaminho para a “democracia” quando parte dos deputados mais radicais propuseram a soberania da nação residindo na própria Câmara (CARVALHO *et al.*, 2014, p. 34). O marquês era a favor de um sistema bicameral, com a partilha da soberania entre monarca e Assembleia, mas com um Executivo forte, nas mãos do Imperador, dando a ele o poder de veto e dissolução da Câmara Baixa, a fim de evitar a “anarquia”. No caso da Confederação, os confederados ignoraram a autoridade do imperador sobre a província e o desafiaram ao proclamarem a autonomia do território pernambucano frente ao Império do Brasil.²⁰

No contraponto aos valores “constitucionais” dos “brasileiros”, o “despotismo”, o “absolutismo” e a “perfídia” são características vinculadas aos “portugueses”. Mas sobre os “portugueses” uma ressalva merece ser sublinhada nas descrições oferecidas por Barbacena. Não eram todos os lusitanos que mereciam a desaprovação do marquês, mas sim uma quadrilha de “criados [e] caixeiros Portugueses, que, aliás, constituem a escória do que há de mais vil, e ignorante na Europa civilizada” (AGUIAR, 1896, p. 809). A fim de confirmar sua simpatia pelos lusos, ou pelo menos pela maioria deles, afirmou:

Não faltará, senhor, quem diga a V. M. I. que a excessiva ambição, ou *inveterado ódio aos portugueses*, são os únicos agentes desta representação; derradeiro, [...] mas a verdade é *que nem tal ambição, nem tal ódio existem*.

No mesmo dia em que o tesouro declarar o resultado do exame das contas que dei, cuidarei de procurar navio para deixar o Brasil, e

²⁰ Sobre a Constituinte de 1823, cf. NEVES, L. M. B. P. das. **Corcundas e Constitucionais: A cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003; sobre as revoluções pernambucanas de 1817 e 1824, cf. MELLO, E. C. de. **Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. _____. **A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 e 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004. Cf. tb. MOTA, C. G. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. São Paulo: Perspectiva, 1972; VILLALTA, L. C. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 58-91, jun./ago. 2003 Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/33850/36583>>. Acesso em: 10 jan. 2018; BERNARDES, Denis A. de M. *O Patriotismo Constitucional*. Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec: Recife: UFPE, 2006.

preferirei Sintra a qualquer outro ponto da Europa para minha residência; si então já houver segurança de pessoa, e bens; tendo substituído ao atual tirânico governo do senhor D. Miguel, outro mais conforme as luzes do século, e às justas aspirações da humanidade (AGUIAR, 1896, p. 809, grifos nossos).

Logo, ao declarar que residiria em Sintra, cidade próxima a Lisboa, assim que o resultado do exame de suas contas (de Londres) fosse emitido pelo Tesouro Nacional, queria reforçar junto a D. Pedro I que o “inveterado ódio aos portugueses” (AGUIAR, 1896, p. 809) não existia. É bastante plausível que o julgamento produzido por Barbacena a respeito destes “criados e caixeiros portugueses” – que nada mais era do que outra forma de se remeter e atacar a “facção clementina” – estivesse sob influência direta dos acontecimentos que vivenciou na Europa quando ficou responsável por defender o trono de D. Maria da Glória dos miguelistas, isto é, dos partidários do absolutismo em Portugal. Assim, não espanta que ele tenha associado Clemente Pereira, Francisco Gomes e Rocha Pinto entre outros a “despóticos”, bem como carregasse nas tintas no temor da “recolonização”, porque via esses sujeitos como devotos do “absolutismo”, como também eram os miguelistas em Portugal. Daí, talvez a dicotomia que criou entre “liberdade” e “despotismo”, relacionando “brasileiros” e “portugueses”, respectivamente. Nessa ótica, outro ponto exposto pelo senador mineiro merece destaque.

Caldeira Brant fez uma reveladora exposição dos bastidores do seu Ministério (dez. 1829 a out. 1830) evidenciando intrigas e disputas políticas dentro da corte palaciana de D. Pedro I. Evidentemente que devemos ter o cuidado de avaliar tal descrição a partir do uso da retórica do “portuguesismo”²¹ por parte do experiente marquês em seu escrito. Tema, que acreditamos vem sendo bem sublinhado desde o início deste artigo. De qualquer forma, tal cuidado metodológico não invalida a possibilidade de defendermos que Barbacena apontou a existência de pelo menos

²¹ “Portuguesismo” pode ser entendido como a identidade que foi sendo convertida ao “ser português” ao longo do Primeiro Reinado percebida como representante do “absolutismo”, da “recolonização” e do “autoritarismo”. Cf. RIBEIRO, *op. cit.*, nota 17, p. 57-86.

duas tendências da “direita conservadora”²² dentro dos “áulicos do Primeiro Reinado”²³ que circundavam o Imperador.

Primeiramente, faz-se necessário definir o que entendemos por “direita conservadora” no oitocentos. Segundo Christian Edward Cyril Lynch, na primeira metade do século XIX, havia duas grandes tendências políticas: o liberalismo, que, por propor mudanças mais radicais na estrutura social daquela época, seria de “esquerda”, enquanto que “conservadorismo”, por se opor a essas mudanças, estaria à “direita”.²⁴ Todavia, Lynch destacou que havia duas espécies de discursos antiliberais: o “legitimismo” e o “conservadorismo” propriamente dito. Segundo o autor, por “legitimismo” ou “tradicionalismo”, entende-se todo sujeito que carregava uma ideologia reacionária, contrária ao liberalismo, pretendendo retornar “às matrizes organicistas e católicas do Antigo Regime” (LYNCH, 2014 p. 25). Assim, os “partidários” dessa corrente defendiam quatro objetivos principais: “adoção de um catolicismo integral e de uma cultura sociopolítica que não contrariasse os princípios da fé estatuídos pela Igreja romana, defesa do absolutismo monárquico e o restabelecimento da hierarquia social entre as três ordens (nobreza, clero e povo)” (LYNCH, 2014, p. 25).

Entretanto, Christian Lynch defendeu que, embora o “legitimismo” fosse considerado conservador, porque de direita, seu discurso não representava uma

²² Conceito desenvolvido por Christian Edward Cyril Lynch. Para uma melhor definição sobre o conceito de “conservadorismo” e suas várias interpretações, cf. LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014, p. 23-44.

²³ Segundo Nelson Ferreira Marques Júnior, os áulicos devem ser entendidos como o grupo político que apoiou o Imperador D. Pedro I e que tinha uma concepção de monarquia, na qual a soberania da nação repousava na cabeça da Coroa, como forma de resguardar os interesses nacionais, com o poder de “veto imperial sobre as decisões da Assembleia, a fim de garantir a ordem e a tranquilidade pública” (p. 26). De acordo com Marques Júnior, eles foram os principais articuladores do poder político do monarca, após a outorga da Constituição de 1824, procurando consolidar a percepção de monarquia que detinham, em que o Imperador era o legítimo e único representante da nação. Cf. MARQUES JÚNIOR, N. F. **Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias, soberania na corte fluminense (1824-1826)**. 2013. 121f. Dissertação (História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. p. 26.

²⁴ Para definir o que pensamos aqui sobre “direita” e “esquerda” no oitocentos, partimos da definição conceitual oferecida por Christian Lynch. Conforme o autor, para fins de análise do discurso político, a identificação de grupos de direita ou de esquerda não deve ser feita apenas pelo exame de seu conteúdo ideológico, “[...] que é demasiado subjetivo e mutável no tempo. Seria mais apropriado compreender a esquerda e a direita a partir de seus *lugares* do espectro político, ou seja, como programas contrapostos que traduzem contrastes de interesses e valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade. Enquanto lugares, direita e esquerda exprimem divergências inarredáveis por existirem em qualquer sociedade e que não tem como desaparecer. [...] é preciso frisar que direita e esquerda são posições que decorrem da própria natureza antagônica da atividade política. Enquanto espaço do entrelaço e da polêmica entre contrários, a política exige de seus atores que se definam em relação uns aos outros para legitimar sua aspiração de poder”. De acordo com Lynch, pela adoção do critério mais formal e intemporal, “torna-se possível identificar a presença de direitas e esquerdas desde o advento do sistema constitucional e representativo na passagem do século XVIII para o XIX [...]”. cf. LYNCH, *op. cit.*, nota 22, p. 24, grifo do autor.

ideologia de conservação, mas sim uma reação às mudanças provocadas pelo constitucionalismo que já havia tomado o poder com a derrocada das monarquias tradicionais na Europa oitocentista. De fato, os ideólogos do “legitimismo” reaprenderam a política do Antigo Regime para apresentá-lo como uma ideologia “tradicionalista”, a fim de reagir ao liberalismo (LYNCH, 2014, p. 25). Nessa visão, os “tradicionalistas” não se comportaram da mesma maneira na Europa e nas Américas, pois as condições sociopolíticas apresentadas em cada uma das regiões e a maneira pela qual a ideologia liberal adentrou a América foram distintas das europeias. No caso do Brasil, a influência legitimista foi de uma fraqueza surpreendente, uma vez que, por aqui, o liberalismo virou sinônimo de independência nacional. Porém, Lynch destacou que isso não inutilizou o discurso “tradicionalista” no País. Se no Brasil não atacavam a instituição da monarquia constitucional, ele se apresentou pela “defesa da monarquia legítima, da união entre Estado e Igreja e da oposição ao casamento civil” (*idem*, p. 29). Já os “conservadores”, propriamente ditos, não se opunham ao advento do governo constitucional representativo, “limitando-se a resistir às medidas ou concepções esposadas pelo liberalismo radical, que julgava exageradas” (*ibidem*). Segundo o autor em questão, os “conservadores” eram liberais e reconheciam que viviam em “tempos modernos”, mas não compactuavam com o “liberalismo de esquerda” entendido por Lynch como ligado

[...] ao racionalismo das Luzes francesas, politicamente calcado no jusnaturalismo contratualista, com sua otimista filosofia da história como progresso, que tomava o passado como sinônimo de trevas e propunha uma ruptura com a história pela via da razão (LYNCH, 2014, p. 29).

Por isso, os “conservadores” não estavam próximos dos “legitimistas”, mas acreditavam que “tão absurdo quanto defender a tese de que o poder decorria do direito divino era sustentar que o único governo legítimo era aquele derivado da eleição popular” (LYNCH, 2014, p. 29). Assim, o conservadorismo pode ser interpretado como uma “espécie de liberalismo – um liberalismo de direita, de caráter reformista e antirrevolucionário” (*idem*, p. 30).²⁵ A trajetória política de

²⁵ Para uma interpretação distinta da de Lynch sobre o conceito de Conservador, cf. ROMANO, R. O pensamento conservador. **Revista de sociologia**, n. 3, p. 21-31, 1994. Para uma história do conceito, cf. tb. BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998. p. 242-246.

Barbacena ajuda a exemplificar o tipo de “conservador” proposto por Lynch. O temor pelas agitações da “arraia miúda”, da interpretação que dava ao conceito de “democracia” confundida por ele como “anarquia”, reforça as premissas teóricas de que o experiente político mineiro era um constitucionalista de tendência liberal-moderada; portanto, um “conservador” na concepção desenvolvida por Christian Lynch.

Feita as explicações necessárias sobre o que entendemos como “conservadorismo de direita”, a existência de duas tendências ideológicas dentro dos “áulicos do Primeiro Reinado”, como apontada pelo marquês de Barbacena, demonstra a necessidade de ampliar a definição conceitual oferecida por Marcello Basile sobre essa “facção”. Para ele, os “áulicos” podem ser entendidos como um agrupamento político identificado a um liberalismo conservador, à maneira de Edmund Burke, calcado em valores aristocráticos, mas incorporando postulados liberais básicos (divisão de poderes, direitos de cidadania, constitucionalismo e representação política) (BASILE, 2011, p. 174). No entanto, outros trabalhos sobre os “áulicos” resultaram em interpretações que tenderam a homogeneizar o referido agrupamento. Um exemplo disso está na pesquisa de Nelson Ferreira Marques Júnior (2013).

Por mais que Marques Júnior procure apontar rivalidades “ideológicas” entre os “áulicos do Primeiro Reinado”, sua interpretação acaba, em muitos momentos, homogeneizando, excessivamente, o comportamento daquela “facção”, principalmente, quando defendeu que entre o fechamento da Assembleia Constituinte (1823) e a abertura dos trabalhos parlamentares em 1826, os “áulicos” se consolidaram como grupo político hegemônico e procuraram impor um “programa ideológico” em que o conceito de soberania estava depositada na figura do Imperador, sendo este visto como o legítimo e único representante da nação (MARQUES JÚNIOR, 2013). Além do mais, Marques Júnior ampliou em demasia a composição social dos “áulicos” de D. Pedro I, classificando como pertencentes daquela “facção” todos os sujeitos que ocuparam cargos em ministérios do monarca, ou foram senadores no Primeiro Reinado, ou, ainda, defenderam o monarca na imprensa (*idem*). Por mais que Marcello Basile tenha destacado que o grupo fosse formado por parlamentares, publicistas, comerciantes, aristocratas, cortesãos e

burocratas, a maioria de origem portuguesa, isso não quer dizer que todos os homens políticos que ocuparam os postos na estrutura administrativa do Império – em especial o Senado e os Ministérios – fossem “áulicos”. É fundamental compreender que esse indivíduo precisava circular, “fazer presença” na corte palaciana de D. Pedro I e conquistar a confiança pessoal do monarca, a fim de que pudesse angariar para si o “título” de “áulico”. Isso porque, quando procuramos a descrição do termo “áulico” nos dicionários de língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX, tanto em Antônio Moraes Silva (1813) quanto no escrito por Luiz Maria da Silva Pinto (1832), o vocábulo possui o mesmo significado: palaciano, cortesão.²⁶ Logo, é de suma importância conceber a corte palaciana do Imperador como principal locus de poder das decisões políticas: primeiramente, por sabermos que nossa cultura política herdou e preservou, mesmo no governo monárquico-constitucional de D. Pedro I, comportamentos típicos do Antigo Regime (HOLANDA, 2003, t. 2, v. 3, p. 13-47); em segundo lugar, não podemos nos esquecer da participação do denominado “Gabinete Secreto”²⁷ nas decisões do monarca, situação tão reclamada por opositores à sua existência, entre eles o próprio marquês de Barbacena.

Na verdade, a partir do estudo da trajetória do marquês de Barbacena e das estratégias que ele desenvolveu para alcançar o topo do “campo político” imperial,²⁸

²⁶ SILVA, A. M. **Dicionário da língua portuguesa – recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA.** Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 232. PINTO, L. M. da S. **Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz.** Na Typographia de Silva, 1832. Ambos os dicionários estão acessíveis na plataforma digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/áulico>>. Acesso em: 10 out. 2017.

²⁷ Segundo Octávio Tarquínio de Sousa, nada suscitou mais desconfiança entre brasileiros do que a preferência dada por D. Pedro I a portugueses em sua roda palaciana. Segundo o autor, seria natural que o primeiro monarca tivesse amigos e criados portugueses, tendo em vista que ele nascera em terras lusitanas. No entanto, a singularidade de nossa independência, faria com que esta discriminação aos “brasileiros adotivos, portugueses que adotaram o Brasil após a separação política, ocorresse, mas que nem sempre era justa. O biógrafo de D. Pedro I defendeu que muitos personagens colocaram enorme ênfase no papel do “Gabinete Secreto”, mas é verdade “que existiu algo de parecido”. Segundo Tarquínio de Sousa, o Gabinete pode ser definido como indivíduos que conheciam o imperador “[...] alguns desde a infância e, vivendo a seu lado, se haviam transformado em amigos dedicadíssimos. Seria o caso de João Carlota, de Plácido de Abreu, de [João da] Rocha Pinto, de [Francisco] Gomes da Silva, de Francisco Maria Godilho Veloso de Barbuda, feito barão de Pati de Alferes, Visconde de Lorena, Marquês de Jacarepaguá e senador do Império. Todos merecendo do imperador um tratamento cordial e com acesso diário junto dele, não se restringiam ao papel de criados do paço. Sem dúvida, subsistira no Brasil, entre os servidores diretos do monarca, certa indefinição acerca das incumbências que lhes tocavam, indo desde as mais relevantes até as mais rotineiras. Sobrevivências de épocas superadas, com todos os estigmas do absolutismo, as funções na corte e no paço apresentavam por vezes o que haveria de mais peculiar ao servilismo de meros lacaios”. Cf. SOUSA, O. T. de. **A vida de D. Pedro I.** t. III. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio Editores, 1972, p. 40.

²⁸ Nos capítulos 2 e 3 de minha Tese de Doutorado, retratei a maneira pela qual Barbacena usou os conselheiros de Estado, Inhambupe e Santo Amaro, além do próprio conselheiro pessoal de D. Pedro I, Francisco Gomes da Silva, o “Chalacha”, como estratégia para ganhar a confiança do Imperador e proteger-se de inimigos na corte, como José Clemente Pereira. A fim de reforçar, tal argumentativa, vale ressaltar que Barbacena casou sua filha Ana

bem como ao confrontar a missiva de dezembro de 1830 escrita pelo marquês com as *Memórias oferecidas a Nação Brasileira [...]*, publicada por Francisco Gomes da Silva, o “Chalaça”, em 1831, fica explícito que nunca houve uma “homogeneidade ideológica” entre os “áulicos”. Apesar de consideramos que a definição de Basile é correta no que consiste ao conceito de soberania partilhado pelos “áulicos”, defendemos que dentro do mesmo grupo havia uma ala “tradicionalista”, que, muitas vezes, misturou os valores monárquicos constitucionais aos preceitos tradicionais do Antigo Regime. Barbacena apontou essa dicotomia quando expôs os bastidores de seu Ministério (dez. 1829 /out. 1830). Logo, haveria entre os “áulicos” de D. Pedro I duas tendências da “direita conservadora”: a do “legitimismo” e a do “conservadorismo” propriamente dito. Assim, existiam duas maneiras de conceber a forma pela qual o Imperador deveria exercer a “soberania da nação”: uma “tradicionalista” ou “legitimista” e outra “conservadora” ou “liberal de direita”, para fazer uso dos conceitos de Christian Lynch.

Os “tradicionalistas” simpatizavam com um governo monárquico-constitucional de forte tendência centralizadora, dando excessiva ênfase ao Executivo e ao Poder Moderador. Percebiam a Câmara dos Deputados como “inimiga” do Imperador (SILVA, 1831, p. 151-152), porque esta procurava obter para si o posto de “soberana da nação”, entendida pelos “legitimistas” como exclusivo do monarca. Entre os “tradicionalistas”, podemos citar: José Clemente Pereira, Francisco Gomes da Silva, João da Rocha Pinto, “Carlota”²⁹, marquês de Jacarepaguá e o marquês de Jundiá.³⁰ Eles formavam o que Barbacena nomeou como “facção clementina”. Em comum, todos nasceram em Portugal e a maioria migrou para o Brasil quando da transferência da Corte Joanina para o Rio de Janeiro. Por isso, a rápida associação política que a “oposição liberal”³¹ – fossem eles, “moderados” ou “exaltados” – fez do uso do termo “corcunda” – destinado aos “portugueses” absolutistas na “guerra literária” da época da Independência – para se referir aos “áulicos” de uma forma em

Constança com José Carlos de Almeida, filho do segundo casamento do marquês de Santo Amaro. Cf. CUPELLO, R. *op.cit.*, nota 06.

²⁹ Criado português de D. Pedro I. Cf. AGUIAR, *op. cit.*, nota 01, p. 805.

³⁰ A identificação desses sujeitos como “tradicionalistas” foram possíveis a partir da missiva de 15 de dezembro de 1830 de Barbacena para D. Pedro I. Cf. BR, AN, RIO Q.1.0. COR.57, *op. cit.*, nota 19.

³¹ Esta expressão foi retirada de Jeffrey Needell, que classificou as facções partidárias, presentes na Assembleia Geral, contrárias às práticas autoritárias de D. Pedro I no Primeiro Reinado como formadoras de uma “oposição liberal”. Cf. NEEDELL, J. D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Brasileiro**, São Paulo, n.10, p. 5-22, nov. 2009.

geral, como bem apontou Nelson Ferreira Marques Júnior (2013, p. 43-44), não distinguindo as divergências internas entre eles. Tendo em vista que essa ala “tradicionalista” compunha o “Gabinete Secreto” do Imperador, não espanta que Barbacena usou a retórica do “portuguesismo” para atacar seus adversários políticos e cunhá-los de fazer parte do “Partido Português”, da “facção clementina”, dos “portugueses”, transformando essas palavras em sinônimos do grupo político que pretendia “recolonizar” o Brasil.

No campo oposto aos “tradicionalistas”, os “conservadores” propriamente ditos admitiam o diálogo com a Câmara dos Deputados, a fim de cooptar seu apoio político, conseguindo, assim, a “confiança pública” (AGUIAR, 1896, p. 804), isto é, conquistar a “opinião pública”.³² Na verdade, o Ministério Barbacena (dez. 1829/out. 1830) foi o único que procurou executar a distinção estabelecida na Constituição de 1824 entre as funções do Imperador, enquanto “chefe de Estado” e “chefe de Governo” (arts. 102, 132 e 142). Nas palavras de Lynch (2014a, p. 98, grifo do autor):

[...] o Poder Moderador era delegado privativamente ao imperador (art. 98) como chefe de Estado, que deveria exercê-lo ouvindo o Conselho de Estado (art. 142). Como chefe de Governo, por sua vez, o imperador era a cabeça do Executivo, exercendo-o por meio de seus ministros e da referenda deles (arts. 102 e 132) [...] Ao fazer do imperador chefe desse Poder Executivo, e não simplesmente seu titular (como havia sido o caso do Poder Moderador), a intenção de Caravelas havia sido a de distinguir entre as duas esferas de ação. Como *chefe de Estado*, o imperador decidiria direta e pessoalmente, auxiliado pelo Conselho de Estado, nas atribuições do Poder Moderador e naquelas do Poder Executivo, que versassem sobre política internacional – tradicional competência exclusiva dos monarcas. Como *chefe de Governo*, o monarca decidiria, por meio e com a sanção do Conselho de Ministros, as demais atribuições de política interna. Na prática, essa sutileza não foi observada pelo voluntarismo do imperador: não só todos os gabinetes do reinado de D. Pedro I contaram com políticos realistas, como nenhum deles – salvo a curta experiência do ministério do Marquês de Barbacena

³² Não utilizamos aqui a concepção moderna de “opinião pública”, isto é, um espaço no qual uma pluralidade de indivíduos se exprimem em termos de aprovação ou sustentação a uma ação, servindo de referencial a um projeto político definido, com o poder de alterar os rumos dos acontecimentos, mas sim como um campo legítimo de liberdade de pensamento visto, enquanto uma instância crítica, com certa autoridade para intervir nos acontecimentos políticos, comportando-se como “termômetro” de um governo liberal, pois já se constituía em uma reflexão privada sobre os negócios públicos, tornando possível sua discussão em público. Nesse sentido, a imprensa de início do século XIX e, especialmente, os letrados que atuavam nela manifestavam uma preocupação em dirigir essa opinião pública, de produzi-la. Sendo assim, os homens de letras tinham o cuidado de exprimirem-se em porta-vozes de uma evidência, e não em manipuladores de ideias. Para uma contextualização a respeito do conceito de opinião pública, cf. NEVES, L. M. B. P. das. Opinião Pública. In: FERES, J. (Org.). **Léxico da História dos Conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009. p. 181-202.

(1829/1830), do qual Carneiro de Campos participou – pediu o apoio da Câmara dos Deputados como condição para governar.

Logo, o gabinete de Barbacena, ao propor uma relação de diálogo com a Câmara dos Deputados para com o Ministério recém-empossado, nada mais fez do que executar as determinações da Constituição de 1824. Vale ressaltar que entre os ministros que compunham o ministério de Barbacena se encontrava o marquês de Caravelas, considerado o principal mentor da Constituição imperial (LYNCH, 2014, p. 98). Portanto, a soberania estava depositada na figura do monarca, mas era necessário que este soubesse exercê-la. Assim, precisava dar ouvidos aos Conselheiros de Estado, nomear ministros que atuassem de forma homogênea e solidária à sua figura, bem como exercer com sabedoria o uso do Poder Moderador, utilizando-se de sua prerrogativa e dissolvendo a Câmara Baixa em circunstâncias em que se

[...] tornasse inevitável, e o ministério pudesse também conseguir o apoio da nação, fazendo justiça imparcial, removendo imediatamente dos empregos, as pessoas indigitadas como partidistas do absolutismo, e sobretudo sustentando nas câmaras princípios constitucionais, e fazendo proposta de tão reconhecida utilidade, que a câmara fosse obrigada a aprová-las, ou perder a confiança pública (AGUIAR, 1896, p. 804).

Entre os “conservadores”, podemos identificar: José Joaquim Carneiro de Campos (marquês de Caravelas), Miguel Calmon Du Pin e Almeida (marquês de Abrantes), Diogo Martim de Sousa Teles de Meneses (conde do Rio Pardo), Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá) e o marquês de Barbacena.³³ Portanto, não

³³ Mais uma vez, conseguimos classificar tais sujeitos como “conservadores” a partir da missiva de Barbacena de 15 de dezembro de 1830. Devemos ressaltar que os homens que Barbacena qualificou como “constitucionais” foram por nós rotulados de “conservadores” seguindo a definição oferecida por Lynch. Todos aqueles sujeitos compuseram o 8º Gabinete de 4 de dezembro de 1829, comandado pelo referido marquês. Em sua carta, o senador mineiro informou ao Imperador que pediu para que os demais componentes do Ministério não pedissem demissão após a sua saída em fins de 1830. O gabinete durou até 18 de março de 1831. No entanto, daquela composição inicial, alguns ministros foram sendo substituídos com o transcorrer dos agitados bastidores das disputas políticas promovidas na corte de D. Pedro I. Na pasta do Império, Caravelas deu lugar, em 12 de agosto de 1830, ao visconde de Alcântara, que serviu interinamente até 4 de outubro, data em que foi nomeado José Antônio da Silva Maia, que por sua vez foi substituído em 24 de dezembro de 1830, novamente, pelo visconde de Alcântara; nos Estrangeiros, Miguel Calmon foi substituído interinamente pelo marquês de Paranaguá, em 23 de setembro de 1830 – data de seu pedido de demissão depois das pressões sofridas por ele na pasta, pela impaciência e certa implicância do Imperador para com sua pessoa. Cf. SOUSA, O. T. de. *Op.cit.* nota 26, t. III, p. 39-72. Em 9 de dezembro daquele ano, o ministério dos Estrangeiros foi ocupado por Francisco Carneiro de Campos; na Fazenda, o marquês de Barbacena foi substituído em 2 de outubro de 1829 por José Antônio Lisboa, que ficou no cargo até 3 de novembro daquele ano quando foi nomeado Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque; as pastas da Justiça, Guerra e Marinha não foram modificadas, permanecendo inalteradas até o fim do 8º Gabinete. Elas foram ocupadas por Alcântara, Rio Pardo e Paranaguá, respectivamente.

surpreende que parte desses “conservadores” tenha migrado para a ala “caramuru”³⁴, no início da Regência, caso de Caravelas, e outros para a ala “moderada”, como ocorreu com o marquês de Barbacena (BASILE, 2011).³⁵ A razão dos deslocamentos desses indivíduos entre os dois referidos “partidos” regenciais se dava pela proximidade de leitura que tinham do conceito de soberania, o que podia ora aproximar, ora afastar, “áulicos tradicionalistas” ou “conservadores”, em momentos de indefinição e reorganização política como nas Regências, principalmente quando um dos debates centrais foi a proposta de reforma constitucional (BASILE, 2017, p. 53-199). Aos “tradicionalistas”, a reforma era um despropósito. Não por acaso, praticamente todos os “legitimistas” tornaram-se “caramurus” na Regência. Todavia, para os “conservadores”, a reforma constitucional era encarada de forma dúbia. Alguns deles, caso de Barbacena, perceberam na reforma uma saída para evitar agitações populares e, assim, garantir a ordem social e a unidade territorial do Império; para outros componentes do “ex-grupo” de “áulicos conservadores”, como Caravelas, a mudança na Carta Constitucional por meio da reforma provocava uma insegurança jurídica ao não permitir a consolidação dos valores originários da Lei Fundamental do Império de 1824, colocando a monarquia constitucional sob ameaça

Vale salientar que as mudanças promovidas por D. Pedro I ao longo desse Ministério, bem como dos subsequentes misturaram “tradicionalistas” e “conservadores” com a predominância do primeiro grupo sobre o segundo, sendo, inclusive, uma das razões da queda do monarca em 7 de abril de 1831. cf. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. **Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império**. 3. ed. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979. p. 25-31.

³⁴ Segundo Marcello Basile, os “caramurus” podem ser tributados como partidários de uma percepção conservadora do liberalismo alinhado a Edmund Burke. Esse grupo pode ser visto como composto por figuras que circundaram de muito perto o Imperador durante o Primeiro Reinado. Não por acaso, “o ponto de identidade do grupo era o elogio saudosista a Pedro I e a crítica feroz ao 7 de abril e à Regência”. (BASILE, 2004, p. 345). O principal ponto do projeto “caramuru” era a recusa intransigente a qualquer mudança na Constituição de 1824, vista como suficientemente liberal. Eram, portanto, ferrenhos defensores de um modelo de monarquia constitucional fortemente centralizada, sendo opositores à extinção do Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado, onde tinham importante base de apoio; propostas que foram apresentadas na Câmara dos Deputados nos projetos de reforma constitucional do período Regencial. O federalismo pleiteado pelos “exaltados” era a principal reforma combatida pelos “caramurus”, “avessos a qualquer tipo de descentralização, inclusive a que os “moderados” passaram a aceitar após a Abdicação e foi adotada pelo Ato Adicional” (BASILE, 2004, p. 344). Suas principais lideranças foram Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (visconde de Albuquerque), Martim Francisco de Andrada, Miguel Calmon (marquês de Abrantes), Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda), José Clemente Pereira, José da Silva Lisboa (visconde de Cairu), Francisco Montezuma (visconde de Jequitinhonha), Antônio Rebouças e Lopes Gama. Cf. BASILE, *op. cit.*, nota 14, p. 337-447.

³⁵ Reforçando sua identidade como um político “moderado”, encontramos uma citação do jornal “caramuru” *O Esbarra*, em que o marquês é acusado, juntamente com outras lideranças do “partido” em questão, de “ladrões, incestuosos, moedeiros falsos, sevandijas, estúpidos, e mal-criados” e indagava com todo veneno: “Não é o Cellos-vascon [Vasconcellos] Chimango; e não vive ele com sua Irmã? O Sr. Car-len-a [José Martiniano de Alencar] não deflorou duas Primas, vivendo ultimamente com uma delas? Não são ladrões o mesmo Cellos-vascon, Vm. [Evaristo], o *Cena-barba* [marquês de Barbacena], o Republico [Borges da Fonseca], o Cezarino 500\$ rs. [?] e P. Feijó, o Pilar [João Silveira do Pillar] etc. etc.? Não são moedeiros falsos os Reg [regentes] todos?”. Cf. *O Esbarra*, n. 3, 22/11/1833 *apud* BASILE, *op. cit.*, nota 14, p. 351, grifos nossos.

e podendo dar margens às desordens sociais. Daí, terem os dois figurões políticos tomado caminhos opostos na Regência. Retornando em dezembro de 1830, apesar dos alertas de Barbacena, D. Pedro I adotou postura muito mais próxima aos “tradicionalistas” da “facção clementina” ajudando a consolidar sua imagem como “português e absoluto de coração” (*idem*, p. 810).

Após a demissão do marquês de Barbacena, em outubro de 1830, as animosidades entre “portugueses” e “brasileiros” ganharam novo fôlego³⁶, revivendo a “guerra literária” da época de Independência do Brasil (CARVALHO *et al.*, 2014, v. I-IV). Em seu prognóstico, Barbacena afirmou que aconselhou o Imperador a retardar sua demissão, sufocando nele “todos os sentimentos de amor próprio” (AGUIAR, 1896, p. 806), no “propósito de salvar o trono” (*ibidem*), pois “nenhum outro ministro poderia conseguir tanto da Câmara” (*idem*, p. 806-807) para aprovação de projetos essenciais para o funcionamento do império – como medidas salutareas que propunha para o melhoramento do meio circulante³⁷ –, os quais estavam em discussão naquela Casa. Declarava que, aprovados tais projetos, ele próprio pediria demissão, não arranhando a opinião e o juízo a respeito do Imperador que parte da oposição passara a ter sobre o monarca, a partir do zelo constitucional imprimido pelo Ministério liderado por Barbacena mesmo que já corresse notícias de sua reaproximação com a “facção clementina”. Em 13 de outubro de 1830, o *Aurora Fluminense* noticiava:

Diz-se que o Sr. Clemente Pereira está agora em plena atividade, e que não tem sido estranho as últimas mudanças que houveram na Administração. Nós não sabemos como possa isto ser: ele não ignora que espécie de celebridade o seu nome tem ganhado no Brasil, e que

³⁶ Segundo Gladys Sabina Ribeiro, as animosidades entre “brasileiros” e “portugueses” não ficaram reservadas a apenas os momentos-chave da política do Primeiro Reinado – Independência, sucessão do trono português e a “Noite das Garrafadas”. Conforme a autora, a tensão entre lusos e “nacionais” foi constante durante todo o Primeiro Reinado, sendo as ruas da corte do Rio de Janeiro palco de inúmeros embates entre os dois seguimentos. Cf. RIBEIRO, *op. cit.*, nota 17, p. 13-26 e p. 243-358.

³⁷ Barbacena realmente se preocupava com esse tema. Encontramos, em sessão dos Anais do Senado Imperial, proposta de Barbacena para o meio circulante. Cf. AS, 3 jun. 1833, p. 231. Além disso, em seu acervo pessoal, existem alguns documentos que versam sobre propostas para circulação de notas, giro de ouro e prata, resgate da moeda de cobre e organização de um banco nacional. Cf. ANRJ, Fundo Marquês de Barbacena. Série Atuação Parlamentar. BR AN, RIO.Q.1.0.APA.6; BR AN, RIO.Q.1.0.APA.10; BR AN, RIO.Q.1.0.APA.17; BR AN, RIO.Q.1.0.APA.18; BR AN, RIO.Q.1.0.APA.23; BR AN, RIO.Q.1.0.APA.24. A liquidação do Banco do Brasil, em 1829, aprofundou a crise monetária do Primeiro Reinado em virtude de o meio circulante nacional ser constituído dos bilhetes do dito banco, o que financiava o déficit orçamentário do governo. Uma das propostas do ministro da Fazenda, Barbacena, era de criar um novo banco para não só emitir um novo meio circulante nacional (não mais os bilhetes desvalorizados do primeiro Banco do Brasil), como também para administrar as rendas do Estado. Esse novo banco não seria estatal. Cf. CAVALCANTI, A. **O Meio Circulante Nacional**. Resenha e compilação chronologica de legislação e de factos. Primeiro Volume (de 1808 a 1835). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 103-104.

a sua ingerência bastará para deitar a perder a intriga mais habilmente tecida [...] (BN, *A Aurora Fluminense: jornal político e literário*, n. 399, 13 out. 1830, p. 1686).

Caldeira Brant alertou D. Pedro I que, se ele permanecesse na intenção de publicar sua demissão sobre a alegação de reexaminar as contas da Caixa de Londres, no período em que esteve à frente da questão do trono português na Europa, os projetos do governo em discussão na Câmara Baixa não seriam aprovados e que perderia a confiança da “opinião pública”, a qual o Ministério Barbacena havia reconquistado. Além disso, reacenderia as críticas de seus opositores às finanças do Império com relação aos custos da viagem de D. Maria II e ao suposto auxílio financeiro oferecido pelo Império do Brasil aos liberais portugueses na luta contra os miguelistas, pois confundiam gastos pessoais do monarca (2º casamento) e dívida do Império para com Portugal (Tratado de 29 de agosto de 1825) com o orçamento próprio do governo imperial.³⁸ O velho marquês ainda ironizou seus sucessores no Ministério da Fazenda ao declarar que Sua Majestade Imperial não “[...] acharia mais quem se encarregasse da pasta, a não ser homem perfeitamente nulo, e inepto [...] (AGUIAR, 1896, p. 807) como “[...] o resultado da minha demissão já tem provado a V. M. I. a exatidão de minhas opiniões” (*idem*, p. 808).

Barbacena ainda deu a entender que a principal razão para seu afastamento da Corte do Rio de Janeiro, pedindo licença ao monarca para ir tratar de suas moléstias no engenho de Gericinó³⁹ (ANRJ, BR AN RIO Q.1.0.COR.55), após sua demissão, não foi motivada realmente por motivos médicos, mas sim porque acreditava que sua vida corria perigo, pois seus inimigos não perderam:

[...] tão oportuna ocasião de excitar a cólera de V. M. contra mim, e a qual se manifesta por um modo ainda não praticado com outro, porquanto não só não me quis receber quando fui a S. Cristóvão, e declarou que consideraria como seu inimigo a todo aquele que viesse à minha casa, *mas repetia frequentemente que um rei de Inglaterra*

³⁸ Em ofício de Barbacena para “Chalaça”, de 01 de fevereiro de 1829, ele descreve os procedimentos empregados com os recursos enviados pelo Imperador para a realização do segundo casamento, bem como para a manutenção da rainha infanta e ressalta: “Tudo é verídico, tudo é exato, mas são contas entre Pai e filha das quais não pertence o conhecimento se não a s. m. i. e a mesma”. Cf. ANRJ, Casa Real e Imperial – Mordomia-mor. BR RJANRIO 2h.0.0.125, f. 1v.

³⁹ Uma das propriedades de Barbacena no Rio de Janeiro. O primeiro pedido para afastamento da Corte foi feito em 01 de dezembro de 1830. Um novo pedido foi feito em 20 de dezembro do mesmo ano. O Imperador só concedeu a licença em 22 de dezembro de 1830. Cf. ANRJ, Fundo Marquês de Barbacena. BR AN, RIO.Q.1.0.COR.55, BR AN, RIO.Q.1.0.COR.58 e BR AN, RIO.Q.1.0.COR.59.

achara um amigo, que o livrara do arcebispo de Cantuária⁴⁰, e que o imperador do Brasil não achava outro, que o livrasse do marquês de Barbacena (AGUIAR, 1896, p. 807, grifo nosso).

Provavelmente, a “ameaça” era retórica “pura”, a fim de reforçar o “absolutismo” dos “portugueses” “tradicionalistas” que apoiavam D. Pedro I, imprimindo a ideia de que eles não respeitavam a divergência das opiniões, num cenário (Império do Brasil) pautado por valores liberais, mesmo que saibamos que a liberdade de expressão, retratada nos debates a respeito da liberdade de imprensa no Parlamento, ainda não fosse um consenso entre a “elite política imperial” e que os críticos a esse direito não eram necessariamente “portugueses” ou “brasileiros adotivos”.⁴¹

De nada adiantaram os apelos e argumentos de Barbacena a seu favor. O orgulho ferido de um monarca autocrático falou mais alto, bem como as intrigas políticas plantadas pela “ala clementina”, da qual “Chalaça” era o principal articulador, na difamação do juízo que o imperador tinha pelo marquês de Barbacena (SOUSA, 1972, t. III, p. 39-73). Ele não teve sua demissão postergada a um momento mais oportuno como pedira, assim como D. Pedro I tornou públicas as razões de sua demissão,⁴² exatamente nos pontos em que o experiente político mineiro o aconselhava a não o fazer:

Convindo liquidar-se quanto antes a dívida de Portugal, contraída pelo Tratado de 29 de Agosto de 1825, o sendo necessário para esse fim tomarem-se primeiramente as contas da Caixa de Londres, *examinando-se as grandes despesas feitas pelo Marquês de Barbacena, do Meu Conselho de Estado, tanto com Sua Majestade Fidelíssima [...], como com os emigrados portugueses em Inglaterra, e*

⁴⁰ São Thomas Becket, Tomás de Cantuária ou Tomás de Londres (c.1118 – 29 dez. 1170), foi arcebispo de Cantuária entre 1162 e 1170. É venerado como santo e mártir pela Igreja Católica e pela Igreja Anglicana. Envolvido num conflito com o rei Henrique II da Inglaterra pelos direitos e privilégios da Igreja, foi assassinado por seguidores do rei na Catedral de Cantuária. Cf. <<http://www.acnsf.org.br/article/22300/Sao-Thomas-Becket--O-Arcebispo-martir-de-Canterbury.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

⁴¹ Sobre a liberdade de imprensa no Primeiro Reinado e Regências, cf. YOUSSEF, A. *Imprensa e escravidão: Política e tráfico negreiro no Império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1822-1850). 2010. 299 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; BASILE, M. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. das. **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 37-62.

⁴² Barbacena, em suas *Exposições*, argumentou que nunca pediu demissão ao Imperador. Por isso, foi necessária a produção de um segundo decreto corrigindo o primeiro, o qual informava que o marquês havia pedido demissão da pasta da Fazenda. Cf. *Exposição do Marquês de Barbacena em resposta das imputações, que lhe tem sido feitas por ocasião do Decreto de 30 de setembro deste ano, que o demitiu do Ministério da Fazenda*. Rio de Janeiro. Typografia Imperial e Nacional, 1830. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo Marquês de Barbacena, BR AN, RJ Q.1.0. MFA.8.

especialmente com o meu casamento; e não podendo estas verificarem legalmente, exercendo ao mesmo tempo o mencionado Marquês o lugar de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda: Hei por bem demiti-lo [...] (Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830 – Atos do Poder Executivo, 1876, p. 45-46, grifos nossos).

Como previu Barbacena, os projetos do governo foram reprovados, “[...] porque este havia perdido a confiança da nação, e ninguém houve que o defendesse, e nem a Câmara deu providência alguma” (AGUIAR, 1896, p. 808). D. Pedro I ainda tentou colocar a “opinião pública” contra a figura do marquês acusando-o de roubo.⁴³ Na sessão de 16 de outubro de 1830 da Câmara dos Deputados, o novo ministro da Fazenda, José Antônio Lisboa⁴⁴, apresentou proposta para a criação de uma comissão – composta por três membros –, a fim de examinar e “[...] ir imediatamente fechar e liquidar a caixa a cargo da Legação de Londres” (ACD, sessão de 16 out. 1830, p. 605). Barbacena havia sido exonerado do cargo por Decreto de 30 de setembro daquele ano.

Portanto, 16 dias após o afastamento de Caldeira Brant da pasta da Fazenda, o governo enviava uma proposta para a criação de uma comissão para examinar as contas da Caixa de Londres, atendendo a anseios da oposição, instalada na Câmara Baixa, que há muito criticava a existência e funcionamento da caixa londrina, sendo ela constantemente alvo de insinuações de desvios no erário público.⁴⁵ Mas a

⁴³ Segundo Isabel Lustosa, em sua célebre biografia sobre D. Pedro I, o monarca teria acusado Barbacena de ladrão e ainda disparado a Francisco Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, quando este pediu socorro pecuniário ao ex-monarca no navio *Warspite*, momentos antes de ele embarcar rumo à Europa: “Faça o que quiser, não é da minha conta: por que não roubou como Barbacena? Estaria bem agora”. Cf. LUSTOSA, I. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 288 e p. 17. As informações parecem proceder, pois o próprio marquês de Barbacena, na missiva de 15 de dezembro de 1830, afirmou que o monarca, sob influência da “facção clementina”, espalhava a notícia de grande roubo, tendo “[...] a fraqueza de proferir no tesouro várias expressões contra o meu crédito” cf. AGUIAR, *op. cit.*, nota 01, p. 807.

⁴⁴ “Estudou no Colégio dos Nobres, tendo concluído os estudos em Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra. Considerado suspeito de manter em casa um acervo de obras não ortodoxas pelo Tribunal da Inquisição, retornou ao Brasil. Foi nomeado lente da Aula de Comércio, criada em 1809, e encarregado de examinar as finanças do Banco do Brasil, o que deu origem ao trabalho *Reflexões sobre o Banco do Brasil*, oferecidas aos seus acionistas (1821). Nomeado deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (1824), acumulou ainda os cargos de secretário e inspetor das fábricas nacionais. Após a Independência, foi designado para diversos trabalhos como a realização de um censo (1822), a Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados, a elaboração do regimento das alfândegas (1828) e a elaboração do regulamento consular (1829)”. Foi ministro da Fazenda por apenas um mês e participou de outras comissões e projetos na Regência. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-imperio-primeiro-reinado-dom-pedro-i/pasta-imperio-primeiro-reinado-dom-pedro-i-ministros/jose-antonio-lisboa>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

⁴⁵ Na sessão de 18 de outubro de 1830 da Câmara dos Deputados, Bernardo Pereira de Vasconcellos, um dos líderes da oposição ao governo de D. Pedro I, afirmou que a Caixa de Londres era dispendiosa e inútil, e, portanto, era favorável à criação da comissão para que se desse “[...] conhecimento da matéria pela qual se tem despendido

estratégia do governo sofreu revés importante. A publicidade dos gastos do marquês em sua excursão à Europa acompanhando a infanta D. Maria e o início da exposição das contas de Londres tiveram um efeito contrário ao imaginado pelo Imperador e seu grupo político de apoio. Mesmo que o anúncio da demissão de Barbacena, sob a acusação de má administração dos recursos públicos tenha afetado em parte a imagem do marquês, as maiores críticas eram relacionadas ao desrespeito constitucional de D. Pedro I ao imprimir ordens de gastos sem o consentimento e consulta do Parlamento além de se intrometer nos “negócios de Portugal”. Na edição de nº 398, de 11 de outubro de 1830, do *Aurora Fluminense*, Evaristo da Veiga confirma que ele assim como os demais liberais – “moderados” (como ele) ou “exaltados” – portavam uma concepção de soberania diferente da entendida pelos “áulicos”, fossem eles “tradicionalistas” ou “conservadores”. Para ele e a “oposição liberal”, a soberania emanava da Assembleia Geral, pois os deputados eram os “representantes da nação” (BN, *A Aurora Fluminense: jornal político e literário*, n. 398, 11 out. 1830, p. 1681). Por isso, o escândalo provocado pelo decreto da demissão de Barbacena, bem como a exposição das despesas da Caixa de Londres provocaram forte reação aos opositores de D. Pedro I. O monarca despendeu “grandes despesas” (*ibidem*) – como assumiu no decreto de demissão do marquês –, mas não pediu “aprovação das Câmaras” (*ibidem*), nem mesmo tais despesas estavam “marcadas na Lei do Orçamento” (*ibidem*). Portanto, o governo e os “agentes do Poder” (*ibidem*) desrespeitavam a prática constitucional e tinham a “doutrina corrente” com “[...] o suprássumo da virtude e mérito o talento de mentir com impudência” (*ibidem*). Logo, as opiniões de Veiga revelam a enorme desconfiança com que o governo passou a conviver novamente a partir da saída de Barbacena do Ministério de D. Pedro I.

Desse modo, a estratégia do governo de arruinar a figura de Barbacena e ganhar a “confiança pública” parece não ter dado certo. Ao invés de ganhar a “opinião pública” e instituir a imagem de um imperador zeloso pelas finanças públicas, preocupado em identificar possíveis desvios de recursos de seu antigo ministro, como alarmado pela facção “áulica tradicionalista”, que procurava arruinar a trajetória política de Barbacena, as críticas dos periódicos liberais se concentraram

os dinheiros nacionais, a fim de indenizar a nação e responsabilizar os que tiveram abusado da confiança do governo”. (ACD, 18 out. 1830, p. 609).

em outro ponto de análise: o Brasil estava a sustentar os emigrados portugueses, instalados na Ilha Terceira, na luta contra o governo absolutista de d. Miguel, além de ter omitido e não ter pedido permissão de tais custos ao Parlamento brasileiro. O requerimento apresentado por José Lino Coutinho – opositor de D. Pedro I na Câmara Baixa⁴⁶ – na sessão de 26 de outubro de 1830, daquela Casa, pedindo para que fosse remetido à Comissão de Constituição da Câmara o impresso que foi distribuído como defesa do marquês de Barbacena,⁴⁷ a fim de examinar “[...] desde logo a acusação daqueles indivíduos que julgar complicados na delapidação da caixa de Londres” (ACD, 26 out. 1830, p. 623), confirma como a oposição desacreditava no governo do primeiro imperador.

Acreditamos que conseguimos demonstrar ao longo do artigo que a missiva enviada por Barbacena, em 15 de dezembro de 1830, para D. Pedro I estava para além de um documento “profético”. Na verdade, a carta contém um importante prognóstico histórico do marquês sobre os bastidores do “campo político” da corte palaciana do primeiro monarca e amplifica o debate para os efeitos provocadores do fim do Primeiro Reinado. Além disso, a partir dela podemos constatar que a rivalidade entre o Imperador e Barbacena, aberta a partir da demissão do último da pasta da Fazenda, teve consequências políticas para ambos. Sobre o primeiro, uma forte crise se abateu sobre seu governo, fortaleceu a “oposição liberal” e culminou em sua abdicação em 7 de abril de 1831. Sobre o segundo, um desgastante processo de exame sobre suas contas de Londres, no período em que esteve a serviço de D. Maria da Glória (1827-1829), foi perpetrado e precisou ser enfrentado por ele por seis anos seguidos (período que durou todo o processo). Além disso, Barbacena procurou se realojar no “campo político” imperial, onde se afastou dos grupos identificados com o ex-imperador e passou a defender algumas “bandeiras” dos “moderados”, como a reforma da Constituição de 1824, mesmo que não concordasse completamente com as propostas apresentadas por aquela “facção” para a dita reforma. Mas, a atuação do marquês de Barbacena durante os conturbados anos da Regência é assunto para outra hora.

⁴⁶ Sobre as composições políticas no Primeiro Reinado, no que compete à Câmara dos Deputados, cf. PEREIRA, V. **Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. São Paulo: Alameda, 2010.

⁴⁷ Cf. nota 42.

Referências

- AGUIAR, A. A. de. **A vida do marquês de Barbacena**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 810.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BASILE, M. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). *In*: GRINBERG, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 53-120.
- _____. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. *In*: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. das. **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 37-62.
- _____. Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro. *In*: CARVALHO, J. M de; PEREIRA, M. H; RIBEIRO, G. S.; VAZ, M. J. **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011. p. 172-185.
- _____. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. 2004. 490f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- BERNARDES, Denis A. de M. **O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec: Recife: UFPE, 2006.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998. p. 242-246.
- CALÓGERAS, P. **O marquês de Barbacena**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.
- CARVALHO, J. M. de; BASTOS L.; BASILE M (Org.). **Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014. v. 1-4.
- _____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, jan./dez. 2000. p. 123-152.
- CAVALCANTI, A. **O Meio Circulante Nacional**. Resenha e compilação chronologica de legislação e de factos. Primeiro Volume (de 1808 a 1835). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 103-104.
- COSER, I. O conceito de partido no debate político brasileiro (1820-1920). *Ler História*, v. 67, p. 25-45, 2015.
- CUPELLO, R. **O marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil Imperial (1796-1841)**. 2018. 396f. Tese (Doutorado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- HOBBSAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, S. B. de H. A herança colonial: sua desagregação. In: _____ (Org.). **O Brasil monárquico, Tomo II: o processo de emancipação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 4, p. 13-47.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. da PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

LUSTOSA, I. D. **Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

MARQUES JÚNIOR, N. F. **Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias, soberania na corte fluminense (1824-1826)**. 2013. 121f. Dissertação (História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. p. 26.

MATTOS, I. R. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 13-52.

_____. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

Memórias oferecidas a Nação Brasileira pelo conselheiro Francisco Gomes da Silva. Londres: Impresso por L. Thompson, 19, Great St. Helens, 1831. Sala de Leitura Geral. H.G. 34613 V. Disponível em: <http://purl.pt/24757/4/hg-34613-v_PDF/hg-34613-v_PDF_24-C-R0150/hg-34613-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017

MELLO, E. C. de. **Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. **A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 e 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. **Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império**. 3. ed. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979. p. 25-31.

MOREL, M. Vestimentas patrióticas: identidade nacional e radicalismo político no Brasil em torno de 1831. In: CARVALHO, J. M de; PEREIRA, M. H; RIBEIRO, G. S.; VAZ, M. J. **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011. p. 155-171.

_____. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MOTA, C. G. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NEEDELL, J. D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.10, p. 5-22, nov. 2009.

NEVES, L. M. B. P. das. **Corcundas e Constitucionais: A cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

_____. Opinião Pública. In: FERES, J. (Org.). **Léxico da História dos Conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009. p. 181-202.

OTÁVIO FILHO, R. **Figuras do Império e da República**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1944.

PEREIRA, V. **Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. São Paulo: Alameda, 2010.

PINTO, L. M. da S. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

RIBEIRO, G. S. "A opinião pública tem sido o molho do pasteleiro": o *Caramuru* e a conservação. In: CARVALHO, J. M.; CAMPOS, A. P. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 255-256.

RIBEIRO, G. S. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

_____; PEREIRA, V. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 137-173.

RODRIGUES, J. H. **O Parlamento e a evolução histórica**. Brasília: Senado Federal, 1972. v. 2, tomo I.

ROMANO, R. O pensamento conservador. **Revista de sociologia**, n. 3, p. 21-31, 1994.

SILVA, A. M. **Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999. v. I, p. 83-100.

SOUSA, O. T. de. **A vida de D. Pedro I**. t. III. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio Editores, 1972.

VILLALTA, L. C. Pernambuco, 1817, "encruzilhada de desencontros" do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 58-91, jun./ago. 2003

YOUSSEF, A. **Imprensa e escravidão: Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)**. 2010. 299 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Recebido em: 25/06/2018

Aprovado em: 22/07/2018

TEORIAS SOBRE NACIONALISMO: UM DEBATE CONCEITUAL E TEÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE NAÇÃO E HISTÓRIA

THEORIES ABOUT NATIONALISM: A CONCEPTUAL AND THEORETICAL DEBATE ON THE RELATIONSHIP BETWEEN NATION AND HISTORY

Rafael Macedo da Rocha Santos¹

Doutorando em História Comparada (PPGH-UFRJ)

Resumo: A ideia de nação permeia os estudos de ciências humanas como um dos conceitos mais desafiadores da atualidade. A particularidade do *nacional* na História permitiu que a formação do Estado-Nação planificasse as ações humanas em um sistema racional-burocrático em conexão com outras vertentes sociais e culturais até mesmo fora da alçada *tradicional* do político. O artigo pretende oferecer um amplo debate teórico entre as origens do conceito de nacionalismo concomitante com a própria trajetória do conhecimento histórico com enfoque a partir do século XIX.

Palavras-chave: nação – nacionalidades – nacionalismo – Estado-Nação.

Abstract: The idea of nation permeates the studies of human sciences as one of the most challenging concepts today. The particularity of the national in history allowed the formation of the nation-state to plan human actions in a rational-bureaucratic system in connection with other social and cultural aspects even outside the traditional domain of the politician. The article intends to offer a wide theoretical debate between the origins of the concept of nationalism concomitant with the own trajectory of historical knowledge with focus from the nineteenth century.

Keywords: nation – nationalities – nationalism – State-Nation.

¹ Contato: rafaelmrsantos@yahoo.com.br.

Introdução

O objetivo desse artigo é debater teoricamente os conceitos clássicos de nação e nacionalismo, alguns dos componentes conceituais mais interessantes e desafiadores da pós-modernidade. Pretende-se associar o conceito de nação como algo particular, que não compartilha peculiaridades com nenhuma corrente ideológica como o marxismo ou o liberalismo.

A História, enquanto análise das ações humanas, se insere na compreensão de fenômenos constituídos culturalmente ao longo do tempo como o nacionalismo. Trata-se de pesquisar movimentos de longa duração, cujas variantes de época para época são determinantes para apontar vestígios de condicionalidades em uma dada sociedade. O conceito de Estado-Nação se confunde com a trajetória percorrida pelo próprio conhecimento histórico. Ambas as suas origens remontam ao século XIX, estão amparadas na noção de identidade e se debatem com a repetição de fenômenos: a continuação do passado sobre o presente em torno da ideia de nação.

O historicismo cientificista do século XIX se pautou pela busca de leis constantes que traduzissem as regularidades do processo histórico. A memória nacional é umas maiores matérias-primas da História, sobretudo, de viés político. A historicização de fenômenos nacionais considerados *míticos* e *imemoriais* é relevantíssimo para a compreensão de suas origens. Ao datá-los, o historiador pode analisar casualidades e movimentos coletivos.

O olhar do historiador é prejudicado pela ausência de uma teoria específica sobre como tratar a complexidade do "nacional". Nesse sentido, o historiador de "formações nacionais" prescinde da análise de movimentos coletivos gerais (principalmente àqueles relacionados à política contemporânea) e permanentes de construção de memória.

Antecedentes históricos

A concepção que prevalecia antes do século XVIII era o Estado como uma variante de "Pátria" ou algo que se refere ao território natal e ao lugar de nascimento. Tal

expressão é oriunda da palavra *Patter*, que significa Pai, ou seja, remetia a ideia de poder Pátrio (relacionado muitas vezes ao poder monárquico) ou “o que pertence ao Patrimônio” sem tantas conotações territoriais ou culturais.

A palavra *nação*, embora já existisse no século XVI, era designada somente para apontar grupos sociais com descendência cultural em comum, mas ainda sem conotação territorial: tratava-se apenas como uma forma de se referir à minorias étnicas.

Durante o processo de nivelamento político, jurídico e financeiro do Estado e da sociedade, na transição entre Idade Média e Idade Moderna estimulou-se a ação do mercado. Levantava-se assim um poder soberano e legítimo monárquico sobre os privilégios feudais diante de uma sociedade fragmentada e dividida.

As práticas de acumulação de riquezas pelo Estado (metalismo) passaram a serem compreendidas como de interesse público, criando uma incipiente noção de coletividade.

Até o século XVIII, a ideia de Estado ainda conotava uma ligação intrínseca com o poder absolutista: baseava-se na ideia de territorialismo, ou seja, quanto maior for seu território, maior serão seus poderes, riquezas e capacidade de subjugar outros Estados.

O Estado moderno, embrião oriundo da Revolução Francesa (1789), compreende-se desde então como uma utopia coletiva, acima de toda e qualquer classe social, contribuindo para a união comum de interesses coletivos e um compromisso que todos adquirem desde o nascimento. Ao legitimar uma nova ordem, instaurou noções como igualdade de direitos civis e universais e separação/independência entre os poderes.

O advento do liberalismo na França pós-1789 eliminou uma lógica patrimonialista sobre as ações do Estado, havendo uma ênfase no individualismo e no racionalismo desde então. Essas características serão essenciais, por exemplo para a formação de um conceito de nacionalidade moderno, sem estar atrelado à noções tão abstratas como outrora.

A palavra nação vem de um verbo latino, *nascor* (nascer), (...) por extensão, os indivíduos nascidos de uma mesma mãe, e posteriormente, os nascidos no mesmo lugar.

O conceito de nação leva mais em conta fatores culturais do que propriamente territoriais, apesar de ambos necessitarem de uma sustentação convergente entre si. Enquanto o Estado atravessasse turbulências que evitassem sua preponderância e hegemonia, poderia apropriar-se da coletividade para alcançar tais objetivos.

Nesse sentido, o nacionalismo também se relaciona diretamente à História por ambas serem focos de construção de memória coletiva. As ideias nacionalistas são o ponto de junção entre as ações políticas promovidas pelos Estados e a identidade cultural da população. Concebe-se que o século XIX consolidou a ideia de “Estado-nação” no âmbito político, enquanto no século seguinte esse conceito se consolidaria culturalmente.

Embora o surgimento da nação seja atribuído à datas imemoriais, seu ano de nascimento ocorreu por volta de 1830, momento de apogeu das revoluções liberais na Europa, e atingiu seu ápice no começo do século XX. O Estado nacional abriu o caminho para o capitalismo com a criação do mercado, mediante o estabelecimento de espaços territoriais submetidos a autoridades impessoais e regras homogêneas.

O século XIX viu as massas adquirirem conscientização de classe e o surgimento de novas ideologias que colocaram as populações como novas definidoras das políticas estatais. Os Estados europeus precisavam do consentimento dos novos cidadãos e de seu engajamento para ações de contenção contra as outras potências.

Esses Estados também precisavam incluir todos os seus habitantes em territórios sob o seu domínio, como os casos de unificações europeias tardias como Itália e Alemanha em fins do século XIX. Esse tipo de nacionalismo foi um dos biombos justificadores originários dos dois conflitos mundiais de massa no século XX.

Os movimentos intelectuais mundiais de fins do século XIX e início do século XX articulavam noções como positivismo e xenofobia na formação das nacionalida-

des. Essas inclinações foram essenciais para a reafirmação de uma identidade nacional extremista.

As representações de nacionalismo oferecem uma gama de representações de realidade que alimentam as ideias de formação nacional. As ideologias são componentes essenciais para a construção imaginária das nações: a necessidade de materializar essas representações em torno de símbolos como monumentos e locais de veneração. Nesse sentido, adquire uma estreita relação com a ideia de memória.

Como componentes claros de uma época moderna, os nacionalismos possuem ligação incontestável com a História Contemporânea, visto que o nacionalismo é um produto direto da Revolução Francesa (1789): a ideia de que o Estado deixa de ser uma entidade essencialmente patrimonialista para se tornar algo de interesse cultural comum.

Ideia de nacionalismo para marxistas, freudianos e liberais

Para os marxistas, o Estado não é uma entidade natural, mas sim histórica, construída pelos homens e de natureza intrinsecamente arbitrária. Os marxistas relacionam os nacionalismos, assim como a religião, com o controle ideológico das elites sobre o proletariado como se as fronteiras nacionais representassem o raio de atuação de uma determinada burguesia local em detrimento de outra.

A ideia de nação surgiu como uma tentativa de incluir os habitantes no território da administração estatal e de obter lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que esta disputava a hegemonia dos trabalhadores com o marxismo (CHAUÍ, 2000: p. 17). O próprio conceito de nação é considerado como uma "anomalia" para o marxismo, visto que a luta internacionalista da *revolução proletária* não concebe fronteiras nacionais.

Para os marxistas, os indivíduos enquanto agentes políticos desempenhariam uma função primordial na manutenção de uma ordem econômica alheia a seus desejos: a insegurança gerada pelas experiências burguesas no século XIX e pelo choque entre os Estados (imperialismo) precipitou o aceleração do culto à nação. A maio-

ria dos nacionalismos não engloba questões de diversidades, mas questões homogeneizadoras. Estas “tradições” seriam inventadas por elites para justificar a importância de suas nações.

Para Sigmund Freud, o Estado-Nação seria um instrumento intrínseco de repressão dos impulsos humanos. O papel do inconsciente, da libido e das pulsões sexuais sobre o Estado-Nação exerceria grande responsabilidade pelos comportamentos dos homens do poder, ocultando a ambição e o apetite do poder próprio do “político”.

A questão das nacionalidades, na acepção freudiana, surge como um impulso à perpetuação de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede o cidadão de lidar com ela. A tradição montada sobre um passado mítico e glorioso é erguida em uma razão única, capaz de dar sentido ao vazio de identidade vivido por cada um dentro de uma sociedade racionalista (SILVA, 2001: p.79)

Freud, que fora contemporâneo dos autores que discorriam sobre nacionalismo entre os séculos XIX e XX, utiliza-se da terminologia “mal-estar” para caracterizar a existência de uma sociedade que naturaliza a repressão contra o indivíduo. A exaltação da frieza e do distanciamento em relação ao outro em favor de um coletivo anônimo consolidou-se como uma das heranças perpetuadas a partir do advento de sociedades pós-modernas.

Há sem dúvida um medo real, concreto, ligado às garantias de trabalho, de velhice, de aceitação profissional e do sucesso na sociedade moderna em não ser um “perdedor”. Isso permite a intensificação dos medos reais e a busca ansiosa de garantias, normalmente encontradas na figura de um líder carismático. É a libido, reprimida face aos medos interiores, que surge como argamassa da identificação da massa com o seu líder. (SILVA, 2001: p.92)

Para os liberais, as nações eram objetos da ação da natureza e eram necessárias para relacionar a terra (o território) às questões culturais de cada povo. Nesse sentido, as nações poderiam coexistir sem a necessidade da guerra para regular suas

relações embora a existência do Estado sem a existência da nação fosse considerado artificial e arbitrário (por não englobar fatores culturais em sua constituição).

O nacionalismo também ataca a própria ideologia liberal, já que concebe a atuação do Estado como uma força de atuação constante e máxima sobre a sociedade, distante do conceito clássico de "laissez faire", onde o mercado se sobrepõe sobre o Estado-Nação. Na realidade, ao longo da História, o que vimos foi uma sobreposição dos conceitos economicistas nacionalistas como o desenvolvimentismo sobre a ideia de livre-mercado.

Debate Bibliográfico

Segundo Benedict Anderson (1994), o conceito de nacionalismo pode ser compreendido mais como uma construção do senso comum do que como uma doutrina perpetuada pelos Estados. Os nacionalismos possuem legitimidade emocional profunda a ponto de se tornarem entidades históricas inquestionáveis, mais antigas do que realmente são, pois impõe um vínculo com o passado *mítico* como origem em comum.

Anderson (1994) relacionava o capitalismo como condição *sine qua non* para o êxito desse nacionalismo, pois esse tipo de organização social fazia com que as ideias circulassem com maior rapidez, promovendo uma unidade linguística intencional.

Nesse sentido, o desenvolvimento da imprensa atuou como um fator inconsciente para a popularização e propagação do conceito de nacionalismo no senso comum.

A criação imaginária da nação para Anderson (1994) buscava ser um instrumento raro de unificação social em questões que não encontraram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade, fazendo com que todos os cidadãos se conhecessem e interagissem indiretamente por meio de sentimentos coletivos.

O nacionalismo trata de uma necessidade sociológica difícil de ser atingida em épocas pré-modernas devido à dificuldade de homogeneização cultural. Em eras contemporâneas ou pós-modernas, a necessidade de comunicação impessoal articu-

lada com um alto grau de padronização cultural passa a prevalecer na sociedade. O individualismo e o racionalismo seriam condicionantes essenciais para essa formação.

A invocação do passado em relação à nação "constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente, daí a incerteza se o passado é de fato passado ou se persiste sobre outras formas" (SAID, 2000: p. 33). Nesse sentido, as Malvinas adquiriram um caráter permanente de *mito fundador*², apesar da datação *imemorial* desse culto ser passível de questionamentos por ser algo imaginário.

Os elementos de imperialismo designavam as atitudes coercitivas de um centro metropolitano dominante governando um outro território distante: o colonialismo. Edward Said (2000) relaciona essa prática ao controle da soberania política de um Estado por outro alcançado por meio da violência e da dependência econômica, social e cultural.

Para Mancini (1995), os nacionalismos são construções culturais imaginárias, que não são tão antigos quanto a História. A fundação da nação tornou-se um processo permanente de constante reciclagem e modelamento, que acabou se transformando em um poderoso instrumento de submissão da população em favor de governos.

Mancini (1995) afirma que a nação é um assunto necessário e original que nunca foi criado: não teve um começo e não terá fim. As nações são uma dimensão natural e necessária da história humana, cuja vitalidade histórica depende de sua liberdade: "Não foi criado em um pacto entre homens. A nação sempre existiu, mesmo que na consciência dos homens: é um componente necessário". O autor relaciona a existência de uma nação como algo atrelado à existência do próprio Estado, portanto, com viés político:

A nação existe na natureza, mas apenas como corpo inerte e inanimado: precisa de leis e instituições. O homem não cria ou destrói uma nação, mas é somente através da intervenção do homem que a nação é dada a leis e instituições para se afirmar como um sujeito histórica-

² A ideia de *mito fundador* estabelece uma conexão com o passado que sempre encontrar maneiras de se reciclar e permanecer constante. A expressão *mito* se constitui como algo de origem inquestionável, que independe das vontades humanas e são alimentadas em função de representações alternativas de realidade. Pretende-se na pesquisa datar esses movimentos e tirá-los do campo do *imaginário* ou do *imemorial*.

mente dinâmico. A nação não é mero conjunto de fatores naturais e históricos, mas um órgão político que tem governo, vontade legal e suas próprias leis.³

Enquanto vários autores definiram a nação por critérios objetivos, como uma raça ou grupo étnico “compartilhando características comuns”, Ernest Renan (1997) definiu-a pelo desejo de um povo de viver em conjunto. A nação tornou-se constantemente peregrina por depender de um “plebiscito diário”. Esse conceito seria composto por duas vertentes:

(...) uma alma e um princípio espiritual. Duas coisas, que na verdade são uma só, constituem essa alma ou princípio espiritual. Uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a posse em comum de um rico legado de memórias; outra é o consentimento diário, o desejo de viver junto, a vontade de perpetuar o valor de uma herança recebida de forma indivisa ... pressupõe um passado; mas ela é sintetizada no presente como um fato concreto, o consentimento, o desejo expresso e claro de continuar uma vida em comum. A experiência de uma nação é um plebiscito diário, tanto quanto uma existência individual é uma perpétua afirmação da vida (CASTRO, 2012: pp. 62-63).

Esse autor acredita que as pessoas se unem em suas memórias de sofrimento porque aliviar o sofrimento requer um “esforço comum” que sirva de base para a unidade.

Renan (1997) sugere o esquecimento como característica comum entre todas as nações: “verdades indesejadas” são prejudiciais ao ideário nacional, no sentido de que escancara ações de violência e alteridade quanto à formação enquanto nação.

Renan (1997) ainda relaciona a nacionalidade com um exercício de autodeterminação comum, independente de escolhas ou vontades políticas. Por fim, Renan discorda da fala de Mancini sobre a falta de final do movimento ao defender que o nacionalismo pode sim ter um caminho finito, como por exemplo, sendo substituído por uma comunidade de nações regionais que a substitua em termos de soberania.

³ Disponível na Internet via <http://www.associazionemancinivicum.org/base.asp?http_request=home>. Consultado em agosto de 2017.

De acordo com Ernest Gellner (1997), a ideia de nacionalismo está intimamente ligada à uma típica criação da era moderna, dada à necessidade de elementos morais e sociais presentes apenas em sociedades seculares, racionais e individualistas.

Gellner (1997) trata o nacionalismo como uma necessidade de sociedades pós-modernas ou contemporâneas, haja vista que era a nação era um conceito indispensável em um meio de cunho racionalista e individualista.

A formação do nacionalismo moderno, por exemplo, jamais se faria com base apenas em preceitos religiosos, por exemplo: apenas sociedades seculares poderiam reclamar para si uma forma de nacionalismo contemporâneo.

Eric Hobsbawn (1991) corrobora a tese de “invenção de tradições” e afirma que os nacionalismos eram o elo entre as políticas domésticas e internacionais, principalmente em períodos de turbulência interna. Nesse sentido, a pressão nacional era fator decisivo que corroborava os argumentos usados pelos argentinos em foros internacionais.

Hobsbawn afirma que os nacionalismos criaram visões de alteridade de uma nação para outra: “o nacionalismo se tornou uma ideologia manejável dentro da estrutura do liberalismo burguês e compatível com ele. Um mundo de nações viria a ser um mundo liberal e um mundo liberal seria feito de nações” (HOBSBAWN, 1991: p.113).

Eric Hobsbawn (1988) destaca as especificidades desse fenômeno: “O nacionalismo ataca a democracia, demole o anti-clericalismo, luta contra o socialismo e solapa o pacifismo, o humanismo, o internacionalismo e o liberalismo” (p.203).

Conclusão

A grande convergência de opiniões entre os autores especialistas considera que a ideia de nação, como sendo um fenômeno dotado de grande historicidade construído pelo imaginário, precisou da História para se legitimar e para fazer acreditar que a identidade dos países estava assentada em um passado muitas vezes anterior à própria existência cronológica do Estado-Nação enquanto unidade política.

Os autores em geral são unânimes em afirmar que o nacionalismo é uma ponte de ligação entre o passado e o presente. Nesse sentido, a História se torna sempre presente, no momento em que a veneração à simbologia dos Estados Nacionais não encontra barreiras físicas, espaciais e nem mesmo temporais.

A alteridade social e individual relacionada ao nacionalismo se baseia em uma resposta que se impõe como uma verdade, para o qual não há escolha. As bases das diferenças sociais são abolidas frente a instituições homogeneizadoras como o Estado-Nação com vistas a promover uma unidade “imaginária” em torno de causas comuns.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. Londres: Verso, 1994.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: USP, 2007.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 2001.
- CASTRO, Fernando. Um projeto de Diplomacia Cultural para a República: a Revista Americana e a construção de uma nova visão continental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 32, nº 63, p. 301-324, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. São Paulo: Gradiva, 1997.
- HECKER, Alexander. A História política e seu historiador. In: **Entre o passado e o Futuro**. São Paulo: Revista da USP, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MANCINI, Pasquale. **Sobre la nacionalidad**. Madrid: Tecnos, 1985.
- POLANY, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- RAMONET, Ignacio. **As guerras do século XXI**. Petrópolis, Vozes: 2003

- REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** Rio de Janeiro: Cadernos de Pós da UERJ, 1997.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; COSTA, Darc (org.). **Mundo Latino e Mundialização**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WHELING, Arno. **A invenção da História**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

Recebido em: 03/06/2018

Aprovado em: 21/07/2018

A ESTAÇÃO COMO LUGAR DA SENSIBILIDADE NA CANÇÃO DE ROBERT JOHNSON

THE STATION AS A PLACE OF SENSITIVITY IN THE SONG OF ROBERT JOHNSON

Rui Gonçalves Santos Júnior¹

Universidade Federal de Goiás Regional Catalão

Resumo: O objetivo deste artigo é tratar da relação entre o *blues* e a modernidade, a partir da ferrovia, por meio das canções de Robert Johnson no início do século XX. Este cantor é uma das mais celebradas figuras na história do *blues*. Não considerando o fato de que ele morreu quando tinha apenas 27 anos, o seu impacto na cultura do *blues* e na própria mitologia deste gênero musical, tanto quanto a sua influência no desenvolvimento no estilo da guitarra do *blues*, foi no mínimo substancial para inscrever este estilo musical como um dos mais importantes ao longo do tempo. Pretendo, por meio de suas canções, revelar que a relação entre o *blues* e a ferrovia é ampla, complexa e de uma profunda sensibilidade. Assim o *blues* e os trilhos ferroviários se fundem em um aspecto único e próprio. Esta relação pode também ser vista como uma metáfora da modernidade, pois a ferrovia possibilita às pessoas, no período, começarem a se deslocar, umas partindo, indo embora e outras

Abstract: The purpose of this article is to deal with the relationship between blues and modernity, from the railroad, through the songs of Robert Johnson in the early twentieth century. This singer is one of the most celebrated figures in blues history. Not considering the fact that he died when he was only 27 years old, his impact on blues culture and the very mythology of this genre, as well as its influence on blues guitar-style development, was at least substantial to inscribe this musical style as one of the most important over time. By means of his songs, I intend to reveal that the relationship between the blues and the railway is broad, complex and of a deep sensibility. So the blues and the railway tracks merge into a unique and proper aspect. This relationship can also be seen as a metaphor for modernity, since the railway allows people, in the period, to begin to move, some leaving, leaving and others arriving, thus increasing the practice of a social life and consequently an increase in intensity

¹ Graduação e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Goiás Regional Catalão. Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás Regional Catalão. E-mail: ruigoncalves34@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0620006091967626>.

chegando, aumentando assim a prática de uma vida social e conseqüentemente um aumento na intensidade e na efemeridade das relações humanas.

Palavras-chave: *Blues* – Ferrovia – Modernidade.

and in the ephemerality of human relations.

Keywords: *Blues* – Railroad – Modernity.

Love In Vain

"I wanna go with our next one myself."

And I followed her to the station with a suitcase in my hand
And I followed her to the station with a suitcase in my hand
Well, it's hard to tell, it's hard to tell when all your love's in vain

All my love's in vain

When the train rolled up to the station I looked her in the eye
When the train rolled up to the station and I looked her in the eye
Well, I was lonesome, I felt so lonesome and I could not help but cry

All my love's in vain

When the train, it left the station with two lights on behind
When the train, it left the station with two lights on behind
Well, the blue light was my blues and the red light was my mind

All my love's in vain

Ou hou ou ou ou hoo, Willie Mae Oh oh oh oh oh hey hoo, Willie Mae

Ou ou ou ou ou ou hee vee oh woe All my love's in vain²

Gravada em julho de 1937 num depósito em Dallas, este clássico do blues foi uma das últimas gravações deste fantástico *bluesman* nascido e batizado como Robert Spencer e fruto de um caso extraconjugal provavelmente no ano de 1911 (na cidade de Hazlehurst, no estado do Mississípi (documentos escolares, certidões de

² Disponível em: <http://www.lettras.mus.br/Blues/Robert_Johnson_/Love_in_Vain.html>. Acesso em: 1 dez. 2014. Segue a tradução: Amor em vão: "Eu quero ir a próxima só comigo"/Eu a segui até a estação/ Com uma maleta em minha mão/Eu a segui a estação/Com uma maleta em minha mão/Bem,é duro dizer,é duro dizer/Quando todo seu amor é em vão,/Todo meu amor em vão/Quando o trem rolou até a estação/Eu olhei-a no olho/Quando o trem rolou até a estação/Eu olhei-a no olho/Bem, eu era solitário, me senti assim solitário/E eu não pude fazer nada, a não ser chorar/Todo meu amor em vão/Quando o trem saiu da estação/Com duas luzes atrás de mim/Quando o trem saiu da estação/Com duas luzes atrás de mim/Bem, a luz azul era meu Blues/E a luz vermelha era minha mente/Todo meu amor em vão!/Ou hou ou ou ou hoo, Willie Mae/Oh oh oh oh oh hey/Hoo, Willie Mae/Ou ou ou ou ou ou hee vee oh woe Todo meu amor em vão.

casamento e certidão de óbito sugerem diferentes datas entre 1909 e 1912), morto dias depois da sessão de gravação que deu origem a música presente no segundo de seus apenas dois discos gravados e que continham 29 canções que bastaram pra ele se tornar um dos mais influentes da história do *blues*.

Aliás, todas as músicas desta sessão foram gravadas em um só *take*, sem *overdubs*, ou seja, de uma tacada só no estúdio. Somente Jimi Hendrix, para muitos o sucessor ou "*reencarnação do mestre do blues*" conseguiu causar tanto impacto e deixar tantas promessas não cumpridas quanto Robert Johnson.

Apesar de ter sido um dos últimos a aparecer, Robert Johnson foi o maior criador do blues do Delta e sua vida tornou-se a lenda mais famosa da História do blues. Ele seguiu o mesmo caminho do pai e casou-se quando tinha 16 ou 17 anos. Depois da morte de sua mulher enquanto tentava dar à luz, sua vida mudou completamente. Johnson se entregou ao *blues*, primeiro tocando gaita e depois, violão. Ele logo começou a viajar pela região do Delta apresentando-se em todo tipo de lugar. Quando sua fama começou a crescer o *bluesman* sumiu por seis meses. Há quem diga que ele viajou pelo país em busca de seu pai. Mas a lenda conta que, nesta época, Johnson estava fechando seu acordo com o Diabo. O negócio era simples: em troca de sua alma, Johnson tornaria-se o maior *bluesman* da área. O próprio músico alimentava a lenda compondo canções como "Crossroads" e "Devil Blues". De fato, ele gravaria suas músicas e viveria um breve período de sucesso. O mito eternizou-se. Desde então Robert Johnson passou a ser venerado por todas as gerações de músicos de *blues*. Seus discos são item obrigatório em qualquer coleção do estilo e suas músicas foram regravadas incontáveis vezes" (SHOWBIZZ; 1999, p. 7-8)

Após perambular pelo Delta, Robert Johnson chega em Grewwood, Mississipi, onde foi envenenado com estriquinina misturada com Whisky, depois de flertar com uma mulher que era esposa de um comediante local. Após 3 dias, Robert Johnson morre em intensa agonia, sem ninguém para socorrê-lo. Johnson tinha um show marcado para o Carnegie Hall, em Nova York, onde seria apresentado ao público branco dos EUA em grande estilo, quando bebeu o uísque envenenado que ganhou de presente de um dos muitos maridos que chifrou.

Robert Johnson é uma das mais celebradas figuras na história do Blues. Não considerando o fato de que ele morreu quando tinha apenas 27 anos, o seu impacto na cultura do *blues* e na própria mitologia deste gênero musical, tão bem quanto a sua influência no desenvolvimento no estilo da guitarra do blues, foi no mínimo substancial.

O mito de Robert Johnson, entretanto é somente um adendo dentro de uma obra musical fundamental para a compreensão da música negra americana e da evolução do *rock'n'roll*. Em vida ele gravou somente 29 canções, lançadas alternadamente em discos de 78 rotações e em dois LPs: The King Of The Delta Blues Singers Volumes 1 & 2. Essas gravações não apenas apresentam-se como o único documento do talento de Johnson como tornaram-se a base para a formação de sucessivas gerações de músicos de rock. (BIZZ; 1991, p.19)

A relação entre o *blues* e a ferrovia é ampla, complexa e de uma profunda sentimentalidade assim o *blues* e os trilhos ferroviários se fundem em um sentimento único próprio e sem muitas alternativas de ser cientificamente explicado. Mas que pode ser entendido como uma metáfora da modernidade devido ao fato da ferrovia trazer a possibilidade das pessoas neste período começarem a se deslocar umas partindo, indo embora e outras chegando aumentando assim a prática de uma vida social e conseqüentemente um aumento na intensidade das relações humanas.

A ferrovia norte - americana começou a ser construída em 1827 e um dos maiores objetivos de sua construção era o de escoar com maior rapidez e eficiência a produção agrícola proveniente do sul, que essencialmente era uma região composta por negros escravos que devido a esta atividade agrícola estavam em contato direto com a ferrovia, e não só por isso, com o dinamismo proporcionado pelo advento da ferrovia os negros escravizados podiam ser transportados de localidades distantes e de difícil acesso até então, e isso somado ao fato de toda questão sentimental envolvendo a traumática saída da África e a penosa adaptação em terras americanas.

Mesmo com muitas diferenças e distintas particularidades existem fortes semelhanças quanto a utilização dos negros usados maioritariamente nas plantações e zonas rurais, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos e essa característica marcada pela ligação com a prática do cultivo da terra junto com a forte carga

sentimental expressada através da música traz a possibilidade de se fazer um paralelo entre as realidades vividas pelos negros em solo norte-americano e brasileiro.

Tais cantos originalmente ligados ao trabalho rural, nos eitos e nas áreas de mineração (onde chegariam ao século XX nesses chamados vissungos de Minas), iam praticamente desaparecer ante as mudanças de composição étnica provocadas no campo pelo advento do trabalho livre, principalmente após a chegada das levas de imigrantes estrangeiros na segunda metade do século XIX. Nas cidades porém, onde a divisão do trabalho continuou a reservar para os escravos e seus descendentes crioulos os serviços mais humildes, sujos e pesados, um outro tipo de canto menos bucólico ia ser cultivado a partir do século XVIII, florescendo durante todo o século XIX e chegando mesmo, em algumas capitais, à década de 1930, como marca característica de certas profissões. Era o canto ritmado, que se destinava a manter a cadência dos carregadores do pesado. Transportados para as possessões portuguesas e espanholas – e logo holandesas, inglesas e francesas nas Américas –, os negros africanos transformados em trabalhadores de engenhos, minas e fazendas no Brasil, de minas e *ganaderías* nas colônias espanholas e de *plantations* no sul dos Estados Unidos, viam romper-se os laços familiares em que repousavam sua antiga estrutura de vida comunitária. E, separados, irmãos, maridos, mulheres e filhos, cada um se via conduzido à condição de trabalhador isolado dentro de uma divisão de tarefas que quase sempre nada tinha a ver com a sua atividade anterior. É possível que nos primeiros tempos, cada nova leva de africanos recém-chegados ainda tentasse salvar – como fizeram na área da religião – os restos de sua cultura e seus costumes desarticulados, continuando todos a lembrar suas canções originais enquanto trabalhavam. (TINHORÃO, 2008, passim pgs.124,130-131)

Conforme Tinhorão, podemos compreender que a música é um dos traços da cultura negra que marca sua existência para além de sua condição de escravo.

A música tem em elevado grau, a faculdade de esparecer o espírito dos negros, e naturalmente que ninguém lhes pretenderia negar o direito de suavizar sua dura sorte cantando essas toadas que lhes são tão caras. Consta que certa vez se pretendeu proibir que os negros cantassem para não perturbar o sossego público. Diminuiu, porém, de tal forma a sua capacidade de trabalho que a medida foi logo suspensa. Em compensação exibem agora seus dotes vocais cantando e gritando de um para o outro enquanto trotam, ou apregoando aos artigos que oferecem à venda. Não é fácil ao forasteiro esquecer a

impressão que lhe causa o alarido confuso de centenas de vozes simultâneas. (KIDDER, 1940, p.47)

Pode-se traçar um paralelo, mesmo que se tratando de uma situação com características diferentes mas, vivida sobre a égide da escravidão e vivenciado em outro país no caso em terras brasileiras ocupadas por holandeses. José Ramos Tinhorão narra em seu livro *Os sons dos negros no Brasil* uma eventual manifestação musical dos negros trazidos da África e que originou o termo até hoje utilizado e que se denomina *batuque*.

No Pernambuco ocupado pelos holandeses da terceira década dos anos seiscentos os escravos africanos conseguiam em certas ocasiões, exercitar seus ritmos e danças (e, quase certamente, embora de forma dissimulada, também seus rituais religiosos), através de manifestações à base de ruidosa percussão, que os portugueses definiam genericamente sob o nome de *batuques*. (TINHORÃO, 2008, p.35-36)

Além do fato de estarem sujeitos a maus-tratos a todos os tipos de opressão por seus senhores resultou, no caso do negro africano em solo norte-americano, numa manifestação através da música e o que ficou conhecido por *blues*, que na verdade era uma gíria para tristeza, é um lamento do negro africano em terras americanas. A perseguição a essas manifestações assim como acontecia no caso do *blues* era também no Brasil praticada de maneira severa restando aos adeptos praticarem sua cultura de uma maneira sigilosa e secreta. "O batuque irrompera exatamente na hora do maior silêncio, ou seja, depois do cair da noite, quando tudo parecia, enfim, quieto e morto" (TINHORÃO, 2008, p.37).

Proibidos de tocar seus instrumentos nativos tiveram que adaptar os instrumentos dos brancos para expressar sua música.

Esse impulso sedicioso, essa disposição subversiva é deflagrada pela dor, aflição e revolta de corpos que se sentem em desacordo, num mundo que perdeu sua conectividade com os outros seres, com a natureza, com os fluxos eróticos e com o gozo sensorial da vida. (SEVCENKO, 2001, p.121)

Neste conflituoso processo do qual faz parte a criação artística a realidade e as percepções são alteradas para conceber o que chamamos de arte. O que está escrito por Nicolau Sevcenko na citação anterior foi vivenciado de maneira bem peculiar pelos negros escravizados em terras brasileiras de acordo com as palavras de José Ramos Tinhorão:

A consequência desse divórcio entre a tradição africana e as inesperadas condições de trabalho impostas pelos colonizadores levou os escravos a uma espécie de adaptação do seu antigo costume: ao invés de se dirigirem aos antigos poderes ocultos da natureza, passaram a usar os versos de seus cantos para conversar entre si enquanto trabalhavam, o que descobriram ser possível fazer através não apenas do emprego de seu quase dialeto, mas da inteligente ocultação do sentido que diziam pelo jogo metafórico das imagens, os escravos africanos e seus descendentes crioulos iam desenvolver ainda uma grande variedade de cantos de trabalho de tipo universal, ou seja, as pequenas expressões repetidas ou os versos que os trabalhadores entoavam em coro para concentrar forças ou dar cadência gestos coletivos, nessas conversas cantadas durante o trabalho, podiam às vezes desenvolver-se verdadeiros diálogos à distância. (TINHORÃO, 2008, p.125-126,128)

O estilo musical exprimido pelo *blues* na verdade tem ramificadas origens e este estilo, originalmente praticado no continente africano, tinha um caráter de celebração ao contrário da tristeza e melancolia expressada pelos primórdios do *blues* tocados por negros em solo americano.

Parece, porém, que só adquiriu seu nome no início do nosso século. O ponto importante a respeito do blues é que ele marca uma evolução não apenas musical, mas também social: o aparecimento de uma forma particular de canção individual, comentando a vida cotidiana. (HOBSBAWM; 1989, p.66)

Toda esta questão conflituosa cercando a escravidão dos EUA fez com que os negros escravos expressassem sua cultura principalmente em forma de música e a ferrovia trouxe uma nova dimensão a todo este processo encurtando as distâncias e fazendo com que os negros e, conseqüentemente, sua cultura se modificassem ganhando assim novas facetas ao serem expressas.

O final da primeira guerra mundial marcou também o estouro dos gramofones – o tataravô do CD player – e a consolidação do mercado de discos. Gravadoras como Victor, Decca, Paramount e Columbia expandiram seus bem-sucedidos negócios do norte para o sul dos Estados Unidos. Os primeiros alvos eram Chicago e Nova York, principalmente no bairro do Harlem. A partir de 1921, todas as grandes gravadoras americanas passaram a ter suas “race series”, subdivisões que lançavam discos de músicos negros para o consumo da população dos guetos urbanos do sul. Em 1925 começa uma regionalização que marcaria o blues nas décadas seguintes. Nasceram o blues do Delta (do rio Mississípi), de Chicago, de Memphis, do Texas, de Saint-Louis, de Nova Orleans e da Costa Leste. Até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mais importante celeiro de Blues era a região do delta do Mississípi. Ali surgiram bluesman fundamentais como Charlie Patton, Tommy Johnson, Son House, Skip James, Big Joe Williams e o lendário Robert Johnson. Para alguns historiadores o que fazia o blues do Delta ser único era a forte influência africana, com um ritmo sincopado, marcado pelos pés, o uso do falsete nos vocais, repetições de um mesmo acorde e o uso de um truque que viraria uma marca registrada do gênero, o slide. Deslizando o gargalo de uma garrafa ou um pedaço de osso - mais tarde, tubos de metal também seriam usados - sobre as cordas do violão, o músico conseguia um efeito inédito no instrumento. (SHOWBIZZ; 1999, p.6)

O fluxo gerado pelo deslocamento possibilitado pela viabilidade proporcionada pela malha ferroviária em solo norte-americano proporcionou o surgimento de uma nova estrutura social “A constante expansão da rede ferroviária...acelerava o tráfego e o aumento da população da cidade” (BENJAMIN, 1975, p.21) causando um impacto monstruoso nas manifestações culturais assim como escreveu Nicolau Sevcenko:

O eixo Detroit-Chicago concentrou um grande parque industrial, relacionado principalmente com a indústria automobilística. Por essa razão, foi ao longo do século XX uma fonte constante de demanda de mão-de-obra, atraindo grandes contingentes da população empobrecida do Sul, em especial negros. Nenhuma surpresa, portanto, que essas duas cidades tenham se tornado importantes centros de produção musical relacionados ao jazz e ao blues, mas também ao soul e ao funk. (SEVCENKO, 2001, p.115)

O êxodo rural que fez com que os negros em solo americano se deslocassem para os grandes centros repercutindo de uma maneira expressiva na vida social e mais ainda na vida cultural através de diferentes manifestações artísticas ocorrendo de maneira semelhante mesmo que no caso norte-americano, duzentos anos após do Brasil onde este mesmo êxodo, por diferentes motivos trouxe profundas mudanças na vida urbana e despertou no meio artístico-cultural várias manifestações até então nunca presenciadas.

Com a desmobilização progressiva do trabalho nas lavras quase exauridas, milhares de antigos mineradores e seus escravos, pequenos comerciantes, mascates, trabalhadores livres, aventureiros, padres e prostitutas deslocaram-se para as cidades e vilas mais próximas, fazendo praticamente explodir o acanhado quadro social urbano colonial. É evidente que, na área dos costumes, isso ia se traduzir numa quebra de padrões morais e, por exemplo, no aparecimento de uma série de novos hábitos sociais destinados a provocar, no campo do lazer, o surgimento de formas até então desconhecidas de diversão. No âmbito das camadas mais baixas, essas novidades seriam representadas – nada por coincidência – pela criação de danças derivadas dos batuques, como o lundu (que no Nordeste chegaria com o nome de baiano) e a fofa (logo levada do Brasil para Portugal, onde passaria por dança nacional), chegando ainda a enriquecer a linguagem com neologismos. (TINHORÃO, 2008, p.49)

Este impacto causado nas manifestações culturais repercutiu em várias formas de expressões artísticas ocasionando o surgimento de linguagens que até então não haviam surgido, desencadeadas por um processo cultural tendo assim a música como tema de partida para que essas expressões viessem à tona.

Esse percurso pela fascinante energia criativa que tem animado a produção musical nos indica uma das sendas mais inspiradas para o florescimento de uma nova sensibilidade, rica de memória, de densidade humana espiritual, do impulso do gozo da vida e do reconhecimento de nossa ligação, por meio da pulsação do corpo, com as energias fundamentais da natureza. (SEVCENKO, 2001, p.119)

Este grandioso fluxo composto principalmente por negros pertencentes as classes menos favorecidas intensificou ainda mais o preconceito e a segregação já existentes e presentes na cultura americana e mesmo a música sendo um campo onde é forte o caráter libertário originado principalmente pela busca de liberdade através de sua prática fez-se sentir de maneira contundente esta segregação explicitada através do preconceito praticado até mesmo por negros e direcionado principalmente ao blues por ter se originado de camadas menos favorecidas e portanto não possuir a pretensa fineza da música apreciada pelos círculos do qual fazem parte a elite cultural. À cerca deste panorama François Billard em seu livro *No mundo do Jazz* nos escreve da seguinte maneira:

Em geral o caipira, o negro que chagava do interior, era objeto de zombarias. Desse ponto de vista os bluesman, e mais particularmente os representantes do blues rural, ocupavam o nível mais baixo na escala de valores da música negra americana. Os negros bem-pensantes, com frequência bastante carolas, consideravam o blues uma encarnação musical do Demônio ou, pelo menos um objeto de perdição. Tais preconceitos perduraram por muito tempo e não desapareceram de todo nos dias de hoje. No entanto, o blues acabou conquistando uma posição privilegiada entre os valores ligados ao jazz. (BILLARD; 1990, p. 224-225)

Este ruidoso impacto causado pelo meio artístico principalmente em localidades suburbanas afetou o ritmo e as características destas cidades originando, portanto, profundas mudanças no cotidiano dessas grandes cidades.

A situação começou a mudar quando a ampliação da rede ferroviária deu um golpe severo no tráfico fluvial. A cidade permanecia um lugar de licenciosidade, aberto aos prazeres de todos os tipos. A criminalidade era elevadíssima, a prostituição reinava soberana, o álcool e a droga faziam estragos. (BILLARD; 1990, p.15)

Quando Robert Johnson escreveu esta canção em 1937, portanto 74 anos após a abolição da escravatura americana, a situação do negro pouco mudou, pois de escravo passou a ser assalariado nas fazendas, num sistema onde que na maioria das

vezes o negro na verdade pagava para trabalhar, ou seja, por mais que trabalhasse ele ainda ficava devendo a seu patrão. "O *rhythm-and-blues*, como foi desenvolvido depois da Segunda Guerra Mundial, era a música *folk* dos negros urbanos nos anos 1940, quando um milhão e meio de negros deixaram o sul em direção ao norte e aos guetos do oeste". (HOBBSAWM; 1989, p.16)

Justamente pelo fato do blues ter se originado em comunidades rurais e em sua forma mais primitiva ter sido praticado por pessoas simples ligadas ao cultivo da terra tornou-se desde minha infância uma influência musical, principalmente por ser uma realidade muito similar à vivida pelos meus antepassados.

O *blues*, e principalmente a figura do *bluesman*, reflete muito a imagem que tenho de meu avô paterno, mesmo que provavelmente não tenha conhecido e muito menos tocado um blues norte-americano, ele viveu muito do que os primeiros *bluesman* viveram, arriscando-se a viver uma vida incerta, sem grandes pretensões, mas com uma garra e uma força grandiosa.

Descendente de índios e negros, meu avô nasceu em data e local desconhecidos oficialmente, segundo relatos de familiares seu nascimento ocorreu em Paracatu, município de Minas Gerais, segundo esses mesmos relatos viveu sua infância e adolescência na região de Paracatu provavelmente a serviço de fazendeiros locais trabalhando como agricultor.

Deslocando-se pela região chega a uma fazenda no município de Pires Belo, próximo a cidade de Catalão no estado de Goiás onde conhece minha avó e após algum tempo se casam continuando no serviço de lavrador e sem uma residência fixa, somente algum tempo depois residiu de uma maneira estável em uma fazenda no município de Ipameri também no estado de Goiás e nesta localidade após alguns anos constituiu assim uma família e tendo no total 13 filhos.

A letra desta canção retrata uma cena corriqueira em que Johnson relata, na primeira pessoa, uma situação em que a sua amante o abandona e decide ir embora da cidade em que vivia.

Curiosamente isto retrata o aspecto romântico que as estações ferroviárias adquiriram com o passar dos tempos onde casais se encontravam e se despediam às vezes de maneira cordial, mas muitas vezes de maneira conflituosa como a retratada na letra e todo este enredo contracenado nas estações ferroviárias combinado à carga sentimental nele vivido foi uma temática amplamente propícia para o *blues*, sentimental por natureza. Mas uma realidade oposta a essa era vivida nestas mesmas estações povoadas também por elementos movidos por sentimentos distintos dos vividos por casais e suas questões amorosas. Esse grande centro comercial, importantíssimo entroncamento ferroviário e ponto de encontros, não era o pequeno paraíso urbano que se poderia sugerir, ao contrário ele apresentava todos os sintomas da corrupção. (BILLARD; 1990, p.35)

A construção da ferrovia, das estações ferroviárias e toda a estrutura que dela fazia parte trouxe novos locais onde as pessoas estabeleceriam diferentes tipos de relações sociais e esta situação é assim descrita por Zygmunt Bauman:

Esse 'lugar sem lugar' auto-cercado, diferentemente de todos os lugares ocupados ou cruzados diariamente, é também um espaço *purificado*. Não que tenha sido limpo da variedade e da diferença, que constantemente ameaçam outros lugares com poluição e confusão e deixam a limpeza e a transparência fora do alcance dos que os usam; ao contrário, os lugares de compra/consumo devem muito de sua atração magnética à colorida e caleidoscópica variedade de sensações em oferta. Eles são, podemos dizer, lugares que 'sobram' depois da reestruturação de espaços realmente importantes: devem sua presença fantasmagórica à falta de superposição entre a elegância da estrutura e a confusão do mundo (qualquer mundo, inclusive o mundo desenhado propositalmente), notório por fugir a classificações cabais. Mas a família dos espaços vazios não se limita às sobras dos projetos arquitetônicos e às margens negligenciadas das visões do urbanista. Muitos espaços vazios são, de fato, não apenas resíduos inevitáveis, mas ingredientes necessários de outro processo: o de mapear o espaço partilhado por muitos usuários diferentes. (BAUMAN, 2001, p.116)

Provavelmente Johnson deseja ir com ela como diz nos versos: *Eu a segui a estação com uma maleta em minha mão*. Este verso transmite a ideia de que, ao

seguí-la, ele estava sendo movido por um ou mais interesses, e o fato de estar perseguindo-a mostra que a mulher já não está interessada em estar em sua companhia tudo isso tendo como cenário a rua e todo o trajeto até a estação.

O que é evidente aqui é a transição rápida do fato mundano de que as pessoas na rua lotada são desconhecidas para o observador – embora hoje esqueçamos como esta experiência deve ter sido nova para pessoas acostumadas a pequenos povoados tradicionais – para a interpretação característica do estranhamento como “mistério”. Modos costumeiros de perceber os outros são vistos como obscurecidos pelo colapso das relações humanas normais e suas leis: uma perda do “lastro da vida familiar”. As outras pessoas são então vistas como se por um “segundo olhar”, ou crucialmente, como em sonhos: um ponto de referência importante para muitas técnicas artísticas modernas subsequentes. (WILLIAMS, 2011, p.13)

Todo este caos urbano citado acima por Raymond Williams constante na percepção que as pessoas têm umas das outras assim como a forma como reagimos e interagimos a essas percepções vem de encontro ao que de maneira muito semelhante nos descreve Marshall Berman:

Porque a rua é agora animada por necessidades reais diretas e intensas: sexo, dinheiro, amor; são essas as correntes involuntárias de intenção no ar; os aspectos fragmentados agora se resolvem em pessoas reais, na medida em que estas procuram avidamente outras para satisfazerem suas necessidades. Por outro lado, a própria profundidade e a intensidade desses desejos distorcem as percepções que as pessoas têm umas das outras, bem como as apresentações de si mesmas. Tanto o eu como os outros são ampliados pela luz mágica, mas sua grandeza é tão evanescente quanto as sombras das paredes. (BERMAN, 2007, p.233)

Seu arrependimento pela perda da amada fica evidenciado nos versos: *Bem, é duro dizer, é duro dizer quando todo seu amor é em vão*. Este verso indica que mesmo apaixonado Johnson já havia se desiludido com suas expectativas em relação à sua companheira.

Ela é bela e, mais que bela, é surpreendente. Nela o negror é abundante: e tudo o que ela inspira é noturno e profundo. Seus olhos

são duas cavernas onde cintila, vagamente, o mistério, e seu olhar ilumina como um relâmpago; é uma explosão nas trevas. (BAUDELAIRE, 1937 p.45)

E isso acompanhado de toda gama de sensações acarretadas por esta situação desde o fator sentimental combinado à influência de um mundo convulsionado por grandes mudanças gera um verdadeiro conflito no sujeito histórico e isto se evidencia no verso *Quando o trem rolou até a estação eu olhei-a no olho bem* e que pode ser compreendido de acordo com as palavras de Marshall Berman:

Talvez ele odeie essa mulher porque os olhos dela lhe revelaram uma parte de si mesmo que ele se recusa a se enfrentar. Talvez a maior divisão não se dê entre o narrador e sua amante, mas dentro do próprio homem. Se assim é, isso nos mostra como as contradições que animam a cidade moderna ressoam na vida interior do homem da rua. (BERMAN, 2007, p.185)

Mas o ápice do drama vivido por Johnson nesta canção é descrito nestas linhas: *eu era solitário, me senti assim solitário e eu não pude fazer nada, a não ser chorar*, esta passagem faz com que se torne possível imaginar o vazio, a perda e a desolação deste indivíduo e de como se sentiria em relação a si e com o ambiente a sua volta. "Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos." (BAUMAN, 2001, p.122)

Intimamente relacionado a esse primeiro tema da multidão de estranhos há um segundo tema de importância vital, o tema do indivíduo solitário e isolado dentro da multidão. Podemos notar alguma continuidade em cada um desses temas estendendo-se a partir de motivos românticos mais gerais: a apreensão geral do mistério e de formas de consciência extremas e precárias e a intensidade de uma autorrealização paradoxal no isolamento. (WILLIAMS, 2011, p.13)

Com a figura do trem se distanciando e levando sua companheira, Johnson vê-se ao redor de sua infalível confidente, a música, ou seja, o *blues* como é retratado nesta parte da canção: *Quando o trem saiu da estação com duas luzes atrás de mim*

bem, a luz azul era meu Blues. Já possuído pelo sentimento do blues, Johnson evoca o nome de sua companheira: *Hoo, Willie Mae.*

Referências

BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa (Spleen de Paris)**. Tradução: Dorothée de Bruchard. Rio de Janeiro: Ed. Athena, 1937.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro, 1975.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BILLARD, François. **No mundo do Jazz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BIZZ. São Paulo: Ed. Abril, jan.1991.

HOBBSAWN, Eric J. **História social do jazz**. São Paulo: Ed.Paz e Terra,1989.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e província de São Paulo)**, tradução de Moacyr N. Vasconcelos, São Paulo, Martins, 1940.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: No loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHOWBIZZ. **Showbizz Especial Lendas e Mitos do Blues**. São Paulo: Ed.Abril, n.10, fev. 1999.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil**. São Paulo: Ed.34, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Política do Modernismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Recebido em: 31/05/2018

Aprovado em: 20/07/2018

NOTICIÁRIO CRIMINAL: A REPRESENTAÇÃO DO MORRO DA FAVELA NAS PÁGINAS DOS IMPRESSOS CARIOCAS NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

CRIMINAL NEWS: THE REPRESENTATION OF THE MORRO DA FAVELA IN THE PAGES OF CARIOCA PRINTED IN THE FIRST DECADE OF THE 20TH CENTURY

Thiago Torres Medeiros da Silva¹

Doutorando em História Social pela UFRJ

Resumo: No presente artigo, analisaremos como o Morro da Favela era representado pelos jornais da cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Desse modo, veremos como as grandes empresas jornalísticas se harmonizavam na maneira de descrever os habitantes da Favela. Independentemente das distintas orientações políticas, todos os periódicos da capital federal destacaram esta região como reduto da malandragem carioca. Especialmente, essa particularidade da imprensa tornava-se mais evidente quando os repórteres construía as narrativas sobre os crimes cometidos na Favela.

Palavras-chave: Morro da Favela; Imprensa; Rio de Janeiro.

Abstract: In the present article, we will analyze how the Morro da Favela was represented by the newspapers of the city of Rio de Janeiro in the first decade of the twentieth century. In this way, we will see how the big newspapers companies harmonized in the way of describing the population of Favela. Independently of the different political orientations, all the newspapers of the federal capital emphasized this region like redoubt of the marginality carioca. Especially, this particularity of the press became more evident when reporters constructed the narratives on the crimes committed in Favela.

Keywords: Morro da Favela; Press; Rio de Janeiro.

Os jornais da cidade do Rio de Janeiro nitidamente absolviam os maridos que assassinavam as esposas supostamente adúlteras. No entanto, quando havia um assassinato nos morros cariocas, sobretudo no Morro da Favela, a maneira de descrever o homicida era diametralmente oposta. De uma maneira geral, os

¹ E-mail: torres_ufrj@hotmail.com.

impressos caracterizavam os protagonistas como indivíduos extremamente perigosos. No jornal *A Notícia* de 10 de janeiro de 1906, temos a seguinte descrição:

Serviu de teatro a essa sanguinolenta cena o tão celebre morro da Providência, onde inúmeros crimes têm sido cometidos, por servir ele de coito a indivíduos da pior espécie. Assim esse fato não trouxe o natural abalo aos moradores no morro citado, o que se produziria profundamente em qualquer outro bairro, por já estar a população dali afeita a casos idênticos e muitos até mais horripilantes.²

Através deste trecho, torna-se manifesto que o articulista tem por objetivo caracterizar o Morro da Favela como um local predisposto a abrigar criminosos e onde as cenas de sangue aconteciam com grande frequência. Além disso, o jornalista ressalta que os crimes ali perpetrados não chegavam a comover os moradores, pois a violência seria parte constitutiva do cotidiano da localidade. Por conseguinte, neste artigo pretendemos analisar como o Morro da Favela era representado pelos jornais da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

Segundo Ana Ottoni, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, o Morro da Favela era, entre os morros da cidade, o lugar que mais atraía a atenção da imprensa.³ A assertiva da autora está em conformidade com os resultados obtidos na presente pesquisa, pois, ao rastreamos o homicídio e a sua divulgação na imprensa, encontramos inúmeros casos que desabrocharam no referido morro.

Era principalmente no noticiário criminal que os jornais da cidade retratavam o Morro da Favela. No período inicial, quando estreou nas páginas impressas, este morro era visto mais como “um problema de segurança pública do que, propriamente, a expressão de um problema habitacional”.⁴ Em outras palavras, através de um estilo moralizador, os jornalistas se preocupavam mais em destacar os

² “Ódio incontido”, **A Notícia**, 10/01/1906, p.2.

³ Segundo Ottoni, o morro da Favela teve uma representatividade de 16 notícias, cerca de 53,4 % das notícias criminais consultadas. OTTONI, Ana Vasconcelos. **“O paraíso dos ladrões”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)**. Tese de Doutorado em História, PPGH/UFF, 2012, p.116.

⁴ MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. Tese de Doutorado em História, PPGH/UFF, 2008, p. 129.

crimes ocorridos nesta região do que problematizar os fatores que fomentavam o novo tipo de vivenda que ali se tornava característica.

Romulo Mattos aponta que essa forma de habitação poderia ser percebida apenas como construções provisórias na paisagem urbana da Capital Federal. Até porque neste momento o governo estava mais preocupado em combater outro tipo de morada característica das classes populares, isto é, as habitações coletivas. As casas de cômodos, cortiços e estalagens situadas nas ruas centrais representavam "formas mais antigas e emblemáticas de um Rio de Janeiro imperial".⁵ Em consequência, essas construções foram vorazmente destruídas no alvorecer da recente República.

A condenação destas instalações escondia um ressentimento das classes dominantes. Isso porque nos tempos do Império, os cortiços⁶ eram habitados por uma parcela da população escrava. Ali os escravos estabeleciam relações de solidariedade que possibilitavam muitas vezes "realizar o sonho de comprar a alforria a seus senhores; e, é claro, misturar-se à população variada de um cortiço podia ser um ótimo esconderijo, caso houvesse a opção pela fuga".⁷ É provável que a luta dos negros pela liberdade, segundo Chalhoub, "teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores".⁸

A partir do início do século XX, o Morro da Favela, juntamente com o Morro de Santo Antônio, se tornou central no debate em torno da discussão da pobreza na imprensa. Se no século XIX havia uma forte tendência dos periódicos em condenar as instalações precárias dos cortiços encravados nas ruas principais, na alvorada da centúria seguinte, os morros da cidade haviam catalisado a atenção das folhas cariocas.⁹

⁵ Idem.

⁶ De acordo com Chalhoub, cortiço era o "termo que as autoridades sanitárias passaram a utilizar quando desejavam estigmatizar em definitivo determinada habitação coletiva". CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.40.

⁷ Ibidem, p.28-29.

⁸ Idem.

⁹ MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p. 143-144.

Após a demolição do cortiço mais famoso deste período, o *Cabeça de Porco*, em 1893, os seus moradores, segundo nos informa Chalhoub, de posse do material retirado dos escombros, ergueram algumas casinhas precárias no morro que existia nos fundos do cortiço e que já era povoado neste período. Coincidentemente, esta era a colina que vulgarmente ficou conhecida como o Morro da Favela. Inclusive, Chalhoub observa que “uma das proprietárias possuía lotes naquelas encostas, podendo assim até manter alguns de seus inquilinos”.¹⁰ Vemos que este processo de estigmatização da Favela foi um desdobramento do processo de combate aos cortiços de final do século XIX.

De qualquer forma, o noticiário criminal foi o principal veículo de elaboração de um discurso sobre o Morro da Favela nos jornais.¹¹ O vocabulário utilizado na confecção dos relatos nos permite vislumbrar que os jornalistas enxergavam esta localidade como um ambiente intensamente povoado pelas “classes perigosas” da capital federal.¹²

Ao contrário do que imaginava anteriormente, esse morro não foi o primeiro a ser condenado pelos impressos. Isso porque a crítica à existência de habitações precárias nas encostas da cidade teve como “alvo inicial o Morro de Santo Antônio”.¹³ Contudo, gradativamente o Morro da Favela alcançou o protagonismo ao se destacar nas matérias dos jornais da Capital Federal. Em especial, encontramos uma notícia que estimava a sua população no período subsequente às reformas urbanas. Segundo o repórter do *Jornal do Brasil* não seria “exagero dar ao Morro da Favela uma população de 2.000 almas”.¹⁴

Os morros de Santo Antônio e da Favela, eram compreendidos, segundo entendiam os responsáveis pelas reportagens, como os piores locais para se habitarem na capital da recente República. As moradias eram descritas de forma

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Op., Cit., p.17.

¹¹ Em pesquisa realizada na hemeroteca digital do sítio eletrônico da Biblioteca Nacional, encontramos a palavra *Morro da Favella* (sic.) principalmente no noticiário criminal. Entre os anos de 1900 a 1909, em 57% das ocorrências os periódicos da capital federal mencionaram este morro nas reportagens criminais.

¹² De acordo com Sydney Chalhoub, “classes perigosas” seria para os legisladores brasileiros uma expressão equivalente para as “classes pobres”. Ou seja, “o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade”. CHALHOUB, **Trabalho, Lar e Botequim**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.76.

¹³ MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p.15.

¹⁴ “Uma visita ao morro da Favela”, *Jornal do Brasil*, 12/06/1907, p.3.

semelhante ao que tinha sido pintado pelos cronistas e escritores que avaliaram o estado das habitações coletivas no final do século XIX. Contudo, há uma sensível diferença na maneira de descrever estes dois morros, pois ao passo que a Favela era compreendido pelos jornalistas como “o território por excelência das ‘classes perigosas’”, o Morro de Santo Antônio, por estar situado em pleno centro da cidade, era um alvo mais visado pelo governo no seu plano de remoção desse cenário da paisagem urbana da cidade.¹⁵

Apesar disso, no decorrer da primeira década do século XX, o Morro da Favela igualmente sofreria com as ameaças de despejo impostas pela prefeitura. A administração Pereira Passos foi marcada pela intensificação do discurso que criminalizava os habitantes deste morro. A partir desse momento, além de ser representado como um reduto clássico das “classes perigosas”, as narrativas presentes nos jornais cariocas passaram a dialogar “fartamente com a retórica sanitarista”.¹⁶

Além disso, outros acontecimentos contribuíram incisivamente para o vertiginoso aumento da repressão ao Morro da Favela nas páginas dos impressos. Romulo Mattos adverte que após a Revolta da Vacina os jornais da grande imprensa amplificaram as matérias sobre essa localidade e seus moradores.¹⁷ Cabe frisar que esse morro estava localizado muito próximo à região portuária e que os bairros da Gamboa e Saúde haviam se notabilizado por abrigar grande número de populares que tenazmente se opuseram à campanha da vacinação obrigatória. Dito isto, nota-se que os jornais não conseguiram ocultar o ressentimento criado por estes episódios, sendo mais tarde empregada uma série de adjetivos que desqualificavam os habitantes dessas áreas.

De acordo com Romulo Mattos, no início do século XX a região portuária era mais mencionada pelos escritores brasileiros do que o Morro da Favela.¹⁸ Contudo,

¹⁵ MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p.144.

¹⁶ MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal. O Morro da Favela e a construção social das favelas na Primeira República.** Dissertação de Mestrado em História, 2004, p. 58.

¹⁷ *Ibidem*, p. 225.

¹⁸ *Idem*.

no transcorrer da primeira década, a Favela passou a monopolizar o noticiário criminal da cidade. Vale ressaltar que até mesmo quando a cena de sangue não tinha sido perpetrada nesta localidade os jornalistas mencionavam o Morro da Favela no momento da composição da notícia. Trago este relato como exemplo:

O morro do salgueiro, no Andaraí Grande, é uma espécie de Morro da Favela. Raro é o dia em que aquele local não forneça, pelo menos, um fato à polícia da 13ª circunscrição urbana. Apesar de ter-se tornado tenebroso aquele morro, a polícia o deixa em completo abandono. É um perigo passar-se por ali: ninguém está salvo de ser agredido nas desertas e mal iluminadas ruas que cortam o morro.¹⁹

Ao estabelecer uma analogia entre estes morros, o repórter do *Correio da Manhã* reforça o argumento de que a Favela era um ambiente marcado pela criminalidade, onde a segurança e a lei não encontravam amparo. Em particular, o mais interessante nesta matéria é que os assassinatos não necessitavam ter o seu desfecho nesse morro para que discursos similares a esses emergissem nos jornais. Este fato revela o quanto a Favela esteve constantemente representada nas páginas dos principais periódicos, sobretudo nas matérias que versavam sobre os acontecimentos criminais da cidade.

Essa passagem também ilustra o início do longo processo que culminou na substantivação do vocábulo "favela", ou seja, o instante em que essa palavra deixou de se referir exclusivamente ao Morro da Favela e passou também a abarcar os demais morros que abrigavam em sua extensão casebres e barrocões construídos precariamente. De acordo com Romulo Mattos, o uso do termo favela se generalizou na década de 1920,²⁰ porém, como podemos perceber, os jornalistas estabeleceram algumas conexões entre estas distintas localidades ainda nos primeiros anos do século XX.

Em determinadas circunstâncias, segundo Ana Ottoni, a imprensa caracterizava os habitantes do Morro da Favela como extremamente perniciosos para o ambiente

¹⁹ "Namorado sanguinário", *Correio da Manhã*, 07/07/1906, p.4.

²⁰ MATTOS, Rômulo. **A aldeia do mal**. Op., Cit., p. 13.

social e detentores de um comportamento agressivo simplesmente por residirem nesse morro. Assim sendo, os moradores da localidade que haviam cometido delitos de pequena gravidade eram descritos de forma similar aos que haviam perpetrados crimes horrendos.²¹ Além disso, a estigmatização dos habitantes do Morro da Favela se estendia até mesmo aos indivíduos que não haviam cometido qualquer infração penal.

Uma matéria em especial dá conta de ilustrar o que estamos sugerindo. Trata-se de um caso típico de disputa amorosa, algo muito presente nas páginas dos periódicos do período. Entretanto, ao contrário dos conflitos amorosos envolvendo os moradores de outros bairros da cidade, o repórter descreveu este episódio carregado de conotações negativas.

Segundo o jornalista, dois homens disputavam o coração da mesma mulher. A luta se desenrolara de forma tão agressiva que dificilmente um dos litigantes sairia com vida da batalha. Enquanto os rivais se digladiavam, a mulher assistia ao desenlace do conflito. Neste momento, poderíamos imaginar que ela estivesse apreensiva e aterrorizada com tamanha brutalidade. Contudo, o jornalista defende um ponto de vista inverso: "Amélia viu a luta acostada à parede rebocada do seu casebre da Favela, com aquele sorriso canalha, peculiar a gente de sua 'nobre estirpe'".²²

Ao que nos parece, muito possivelmente o repórter não esteve presente no momento da contenda. Com o fito de criar o efeito sensacional, os jornalistas, segundo nos informa Ana Porto, frequentemente imaginavam atos e faziam referência a algo que podia ter acontecido a um personagem.²³ Neste caso em específico, o repórter se aproveitou deste recurso para estigmatizar o comportamento dos participantes da cena de sangue. Em especial, isso se torna mais evidente na parte em que o jornalista descreve a reação da mulher ao ser disputada pelos dois amantes. Isso nos revela que os jornais construía seus relatos sobre o

²¹ OTTONI, Ana Vasconcelos. "**O paraíso dos ladrões**". Op., Cit., p. 123-124.

²² "A cavalaria na Favela", **O Paiz**, 09/11/10, p.6.

²³ PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil, (1870-1920)**. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2009, p.165.

morro da Favela levando em consideração ideias preconcebidas sobre seus habitantes não se preocupando em averiguar as diferentes possibilidades de interpretação de um determinado episódio. Dessa forma, mesmo que a imprensa pretendesse informar a população sobre os fatos criminais ocorridos na cidade, era justamente nestas reportagens que os jornalistas destacavam sua opinião em relação aos mesmos acontecimentos.²⁴

Com a divulgação de julgamentos similares aos mencionados; os periódicos, como indicou Lucas Pereira, desempenhavam um “papel importante na formação e consolidação de representações de mundo e, ao mesmo tempo, na criação de efeitos de verdade, estimulando a atenção da população ao criar acontecimentos”.²⁵ Por conseguinte, acreditamos que o grande destaque dado pelos jornais aos crimes ocorridos no Morro da Favela fazia parte da estratégia adotada pelos grupos que visivelmente ambicionavam maiores interferências nesta localidade.²⁶

Nesse sentido, os jornalistas seriam disseminadores desses ideais, sendo a eles incumbida a tarefa de legitimação destas propostas em um círculo social mais amplo. Em parte, isso explicaria o fato dos jornalistas elegerem algumas medidas, antes mesmo de narrarem o crime, que objetivavam dirimir o desenvolvimento da marginalidade nesta região, tais como pedidos de melhorias no policiamento e, conseqüentemente, a intensificação da repressão ao morro da Favela.

Wanderson Bispo de Souza apresentou semelhante assertiva ao analisar a imprensa soteropolitana entre as décadas de 1940 e 1960. De acordo com o autor, o acréscimo nos pedidos de policiamento e coerção às camadas populares desnudava a intenção dos periódicos em difundir o medo na sociedade baiana. Deste modo, ao instituir o terror com a divulgação dos crimes, os periódicos angariavam o respaldo

²⁴ OTTONI, Ana Vasconcelos. “**O paraíso dos ladrões**”. Op., Cit., p. 33-34.

²⁵ PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **Sociabilidades e moralização dos costumes: os guardas civis e a experiência do policiamento do meretrício em Belo Horizonte. (1928-1934)**. História e Perspectivas, Uberlândia (49):41-68, Jul./Dez., 2013. p.62.

²⁶ Não podemos subestimar o poder de atração dessas narrativas para o público leitor e ouvinte. Deste modo, o destaque dado aos crimes na Favela poderia ser um reflexo da demanda imposta pelos próprios populares. Contudo, a maneira de abordar essa localidade sugere que os jornais representavam os interesses daqueles que clamavam por interferência governamental.

necessário para legitimar as "intervenções urbanas contra os criminosos, cujo objetivo era manter distante e sob controle aqueles considerados os indesejáveis".²⁷

Nota-se que a tentativa de imposição de uma ordem social era sedimentada por diferentes agentes e foi gestada em distintas épocas nos principais centros urbanos brasileiros. No que se refere à cidade do Rio de Janeiro, esse processo se intensificou ainda nos primeiros anos do século XX e, como podemos perceber, a imprensa carioca foi um importante veículo de divulgação do projeto de reforma orquestrado pela prefeitura.

A introdução de uma reportagem sobre um assassinato ocorrido no Morro da Favela dimensiona bem esta faceta da imprensa carioca,

É forçoso dizer-se, porém, que o pessoal que ali reside, na sua maioria indivíduos de má nota e positivamente vagabundos e desordeiros, tem-se mantido sempre em atitude ameaçadora contra qualquer autoridade que ousa andar por lá. Isso aconteceu não há muito tempo, por ocasião de um despejo que ali pretendeu executar a higiene. Os moradores do morro, esses temíveis facínoras da Favela, insurgiram-se contra os mandatários do despejo, obrigando-os a não terminar a diligência. Nessa ocasião propalou-se o boato de que o morro da Favela seria evacuado, entrando em função a higiene com os poderosos corrosivos e desinfetantes e simultaneamente a Prefeitura, com a picareta aguçada das demolições. Não se realizou esse importante melhoramento. O colosso da Favela lá está, gigantesco, à margem da Estrada de Ferro Central do Brasil. Como ele, estão bem firmes, as celebres palhoças e espeluncas. Da malandragem nem se fala: o pessoal, ao contrário, está aumentando em gênero e número.²⁸

Este fragmento retirado de uma notícia sobre um assassinato ocorrido no Morro da Favela é bastante ilustrativo dos relatos que divulgavam os crimes desabrochados na localidade. Ao analisarmos o noticiário referente ao homicídio nessa morro percebemos que as matérias apresentavam algumas características similares. Note-se que a semelhança existente entre os relatos tornava-se mais evidente no momento em que os repórteres iniciavam as narrativas.

²⁷ SOUZA, Wanderson Bispo de. **Nos labirintos da criminalidade: práticas de homicídios no cotidiano dos grupos subalternizados em Salvador (1940-1960)**. Dissertação de Mestrado, UNEB, 2010, p.115.

²⁸ "O samba da morte", **O Paiz**, 05/07/1909, p.3.

A partir do trecho selecionado, podemos observar que o jornalista já na primeiras linhas da reportagem articulou algumas considerações sobre o Morro da Favela. Segundo o repórter, a prefeitura não executou o plano de desapropriação e arrasamento deste morro. Dessa maneira, esta localidade permaneceu, ao longo da década, acumulando um montante expressivo de notícias de crimes sanguinolentos, tendo inclusive aumentado o recrutamento de criminosos ao longo do período.

Nota-se que o periodista insiste em representar o Morro da Favela como um território excessivamente povoado pelos indivíduos oriundos das chamadas “classes perigosas”. A parte da matéria que era responsável por transmitir este enunciado ao leitor era comumente conhecida como a “cabeça” da notícia. De acordo com Sidney Chalhoub, “cabeça” era definida como as considerações que precediam os relatos sobre os crimes.²⁹

Esta estratégia redacional se singularizava por um filosofar marcadamente moralizante e que se contrapunha fortemente aos hábitos adquiridos pelos populares. Portanto, não caberia somente ao jornalista registrar a ocorrência que acarretou no homicídio, isto é, ele não se dedicava somente em relatar as prováveis motivações do assassino com a prática do crime, o estado da vítima e as diligências efetuadas pelas autoridades policiais para a captura do criminoso. Muitas vezes, o caráter sensacional destas narrativas já se manifestava ainda nessas linhas introdutórias.

No que diz respeito ao Morro da Favela, Romulo Mattos assegura que a primeira vez que a “cabeça” foi utilizada pelos jornalistas na composição do noticiário criminal foi no mês de maio de 1902.³⁰ Assim sendo, a partir dessa época, as reportagens sobre este morro foram editadas com a incorporação das extensas introduções moralizadoras que brutalizavam os indivíduos ali residentes.

Importante assinalar que esta forma de principiar os relatos posteriormente se articulava ao modo de retratar os acontecimentos que davam origem aos assassinatos. Em outras palavras, o estilo adotado na elaboração das “cabeças” se

²⁹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Op., Cit., p. 27.

³⁰ MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal**. Op., Cit., p. 36.

conservava inalterável no transcorrer dessas narrativas. Em geral, os repórteres desejavam que os consumidores dos periódicos adotassem o ponto de vista dessas matérias, ou seja, que estes visualizassem o quanto este morro estava envolvido com a marginalidade carioca ao se opor a qualquer tipo de intromissão externa.

Como já mencionamos, havia uma característica que predominava nos relatos envolvendo os crimes praticados no Morro da Favela. Em geral, antes de apresentar os pormenores dos crimes, os jornalistas construía uma exposição topográfica do morro. Com o fito de exemplificarmos a semelhança no modo de narrar os crimes cometidos na Favela, apresentaremos um outro periódico que também divulgou esse mesmo assassinato. O repórter, assim como o antecedente, antes de se dedicar a narrar a cena de sangue, teceu algumas considerações sobre a paisagem social da localidade:

A Favela, o reduto dos temerosos desordeiros e vagabundos, acaba, mais uma vez, de dar a nota assombrosa de um crime terrível e que para se chegar a um resultado proveitoso para a justiça, demandará de muita argúcia por parte da autoridade policial do 8º distrito. Como é sabido o morro da Favela é habitado, em sua quase totalidade, por indivíduos desordeiros e mulheres de vida alegre, da mais baixa espécie. É uma verdadeira Bastilha de bandidos.³¹

Esse jornalista também destacou os criminosos como sendo os principais moradores da localidade. Assim como no relato predecessor, o periodista descreve os habitantes da Favela empregando adjetivos que o desqualificavam enquanto cidadãos probos. Os homens eram em sua maioria vadios e desordeiros. Por sua vez, as mulheres seriam todas meretrizes. Ao ressaltarem que esta região era reduto da malandragem carioca, os repórteres utilizavam essas categorias na tentativa de influenciar o governo a adotar medidas repressoras contra o crime e, logo, sobre a Favela.

É bem verdade que essas mesmas medidas eram bem quistas pelo Poder Público e iam de encontro ao plano de modernização urbana introduzido na Capital Federal na primeira década do século XX. Dessa forma, não seria fantasioso

³¹ "O samba da morte", **A Imprensa**, 05/07/1909, p.2.

acreditarmos que a estigmatização do Morro da Favela nas páginas dos jornais seria uma faceta desse projeto político. Isso nos indica que, em sua grande maioria, os interesses dos governantes eram compartilhados pelos jornalistas. Especialmente, essa particularidade da imprensa tornava-se mais evidente quando os repórteres construía as narrativas sobre os homicídios cometidos na Favela.

Uma medida interessante para combater o crime nesta localidade, segundo acreditavam alguns jornalistas, seria a utilização das “picaretas aguçadas” da prefeitura. Por meio da atuação destas, a capital da recente República poderia finalmente ficar livre dos habitantes da Favela e dos conflitos sangrentos que ali se desfechavam corriqueiramente. Assim sendo, nota-se que os periódicos não abordavam outros tipos de relações estabelecidas entre os habitantes deste morro, tais como as relações de sociabilidade, solidariedade e afetividade. Sobre esses laços construídos pouca atenção foi dispensada. Muito pelo contrário, os jornais se interessavam mais em destacar as práticas de crimes violentos e o expressivo aumento da criminalidade nessa região da cidade. Este fato evidencia um objetivo claro dos jornais cariocas do período: “transformar a sociedade, idealizando novos sujeitos tomando aqueles que fugiam desta idealização criminosos bárbaros e sanguinários e, não por acaso, a maioria estava entre as classes pobres da sociedade”³².

No início do século XX, O Morro da Favela foi uma alternativa encontrada pelos trabalhadores desalojados de suas moradias durante a reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos³³. De acordo com Claudia Míriam Quelhas Paixão, nos primeiros anos do século XX este morro logrou frustrar as pretensões do governo de controlar a totalidade do espaço urbano carioca. Isso quer dizer que a existência da Favela era uma afronta ao projeto urbanístico proposto, tendo inclusive

³² PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2003, p.155.

³³ Antes disso, no final do século XIX, o Morro da Favela foi uma opção para os moradores dos cortiços que foram demolidos. Assim sendo, o desaparecimento dos cortiços, sobretudo o “cabeça de porco”, foi determinante para a vertiginosa ocupação do Morro da Favela. Sobre este processo ver: Chalhoub, Sidney. **A Cidade Febril**. Op., Cit.

se transmutado em um símbolo daquilo “que se pretendeu erradicar da cidade”³⁴. Isso porque com a expulsão dos moradores de suas habitações situadas nas ruas centrais da Capital Federal, estes encontraram no Morro da Favela um local acessível para se reestabelecerem.

Vale lembrar que a ocupação desse morro se iniciou ainda no final do século XIX, e a escolha por habitarem essa localidade fazia parte de uma tática³⁵ de sobrevivência dos indivíduos que não possuíam os recursos necessários para se instalarem nas escassas e dispendiosas moradias situadas próximas ao centro econômico da cidade. Entretanto, foi sobretudo na primeira década do século XX que o Morro da Favela passou a acolher uma maior parcela dos indivíduos desalojados, alavancando consideravelmente o seu número de moradores. Segundo Cláudia Paixão, “a ocupação das encostas dos morros próximos ao centro, um espaço que ainda não havia sido alvo de controle, foi a resposta dos populares frente à ação interventora do governo”.³⁶

De acordo com Oswaldo Porto Rocha, a origem deste tipo de ocupação se deu em virtude da confluência de alguns fatores. Em primeiro lugar, como já foi lembrada, a reforma de Pereira Passos que demoliu um número expressivo de habitações. Em consequência disso, a crescente valorização das residências que não foram derrubadas dificultava o acesso a uma nova moradia para os mais necessitados. Além disso, e não menos importante, a ineficácia dos transportes coletivos urbanos. Mesmo que os bondes já existissem, as tarifas eram muito elevadas, o que contribuía

³⁴ PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vidas e hierarquias sociais (1904-1922)**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2008. p. 41.

³⁵ Chamo de tática, no sentido proposto por Michel de Certeau, uma “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [campo de atuação]. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de precisão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia Von Bullow, e no espaço por ele controlado”. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.100.

³⁶ PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. Op., cit., p. 41.

diretamente para que se elevasse o custo de vida do trabalhador caso eles optassem residir nas regiões mais afastadas do centro da cidade.³⁷

Dessa forma, com a apresentação de tais fatores, podemos captar os reais motivos pelos quais uma parcela dos indivíduos desalojados elegeu o Morro da Favela como o sítio propício para o estabelecimento de sua moradia. Sendo assim, frente às muitas incertezas da época, estes moradores manejaram todos os recursos disponíveis para aumentarem a sua margem de segurança. Ou seja, em um período marcado por profundas transformações no organismo social, onde as dúvidas se multiplicavam, a escolha pela fixação da residência neste morro se apresentava como a solução mais ajustada ao seu meio de vida, além de permitir aos moradores um maior controle sobre o seu futuro.

Por seu turno, o governo, pretendendo obstruir a expansão da ocupação na localidade, mirou suas picaretas em direção ao Morro da Favela. É possível supor, pela pesquisa realizada, que a imprensa objetivava consolidar o projeto de reforma urbana empreendido nesse momento. Para alcançar essa meta seria imprescindível apresentar os moradores envolvidos nos conflitos sob uma óptica depreciativa.

Dessa maneira, o morro da Favela seria a antítese da clássica concepção que se tinha de uma cidade civilizada. Em grosso modo, um dos fatores que demarcaram o advento da civilização foi a introdução de um cabedal técnico-científico que pretendia racionalizar e planejar a forma de ocupação da cidade. Assim sendo, uma cidade civilizada seria aquela em que toda a sua extensão estivesse plenamente em conformidade com os preceitos higiênicos. Por sua vez, a Favela era vista como um dos lugares que mais contribuía para a existência das moléstias que assolavam a sociedade carioca. Além disso, essa área, como defendiam os periódicos, era predominantemente habitada por "indivíduos de má nota, sempre aptos para promover desordens".³⁸

³⁷ ROCHA, Oswaldo Porto. e, CARVALHO, Lia Aquino de. **A era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro. 1870-1920/ Contribuição ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro 1886-1900.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1995. p.95.

³⁸ "Cena de sangue", **O Paiz**, 27/01/1906, p.2.

Isso nos mostra, como asseverou Robert Pechman, que “sem a barbárie, a civilização não faz sentido”.³⁹ Ou seja, em seu processo de significação estas categorias foram concebidas como antagônicas. Por conseguinte, a compreensão do que constitui a civilização torna-se inteligível quando se relaciona ao significado de barbárie. Uma “dialética amarra ambas as representações, definindo as condições sociais de sua constituição, isto é, o processo de construção das representações sobre a civilidade é a contraface do processo de construção do imaginário sobre a barbárie”.⁴⁰

Tendo em vista esta lógica de funcionamento, a ferrenha crítica ao morro da Favela e aos habitantes que ali residiam alimentava o próprio projeto de reforma urbana arquitetada pelas classes dominantes. E a imprensa contribuía igualmente para atingir este objetivo com a divulgação dos assassinatos desenlaçados no morro.⁴¹

Além disso, vale ressaltar que os propositores do plano de remodelação da cidade procuraram se desvencilhar do caráter estritamente político contidos em tais mudanças. Para os governantes, mais benéfico seria que essas se apresentassem somente como um desdobramento do progresso científico. Isto é, as transformações urbanas seriam proporcionadas, sobretudo, pelo avanço verificado no campo científico com a descoberta e com o aprimoramento de novas formas de conhecimento e o incremento de tecnologias mais adiantadas.

No entanto, como adverte Robert Pechman, o “urbanismo como campo científico e, portanto, apolítico, é verdadeiramente um lugar de política, embora seus ‘inventores’ construam esse saber, justamente, no movimento de desfazer a política”.⁴² Nesse sentido, sob a capa de uma suposta “neutralidade” o governo

³⁹ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**, Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 1999, p. 15.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Romulo Mattos também destacou esse caráter dos jornais, pois, segundo o autor, no contexto das reformas urbanas ficou “evidente o objetivo da grande imprensa ao dar ênfase aos conflitos ocorridos na Favela”. MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres!** Op., Cit., p.99.

⁴² PECHMAN, Robert Moses. Op., cit., p. 371.

interferiu bruscamente na vida de um número expressivo de pessoas situadas nas camadas menos favorecidas da sociedade carioca.

A nosso ver, esta conjuntura apresentada na primeira década do século XX contribuiu incisivamente para a publicação de uma grande quantidade de matérias envolvendo os assassinatos ocorridos na Favela. Até meados da primeira década, o Morro da Favela não tinha passado por nenhum tipo de intervenção do Poder Público. As picaretas demolidoras não entraram em cena neste palco da cidade. Não obstante, esse era um desejo sedimentado pelos jornalistas e eles não se preocupavam em ocultá-los.

Deste modo, em um dos fragmentos extraídos de uma reportagem sobre homicídio no Morro da Favela, nota-se que o periodista dedicou um espaço no noticiário criminal para a apresentação e divulgação de argumentos que objetivavam validar a ingerência do Poder Público nesse morro. Poderíamos supor que essa característica seria apenas uma especificidade trazida por esta reportagem. Contudo, rastreamos inúmeras matérias que corroboram o que estamos sublinhando. Isto é, a presença maciça desses relatos nos impressos nos evidencia que os governos, tanto o municipal quanto o federal, sondaram expurgar esse morro da paisagem urbana carioca.⁴³

Cabe frisar que a condenação das habitações da Favela era compartilhada por diferentes agentes. Inclusive, encontramos críticas ao morro no relatório do delegado de Santana. Em dezembro de 1903, Alfredo Santiago concluiu as investigações sobre um assassinato ocorrido na Favela. Neste relatório, a autoridade policial deveria sintetizar os acontecimentos que deram ensejo ao crime. Vejamos, no entanto, como o delegado introduziu a exposição dos fatos:

Um agrupamento de pardieiros infectos, sem condições higiênicas, vivendo em promiscuidade abjeta homens e mulheres da mais baixa estirpe, em ambiente de crime – é o Morro denominado da “Favela”. Ali naquele morro de difícil ascensão, cuja topografia do terreno

⁴³ “Operários despedidos”, *Correio da Manhã*, 05/06/1907, p.1; “Uma visita ao morro da Favela”, *Jornal do Brasil*, 12/06/1907, p.3; “Choupanas e choças”, *O Paiz*, 17/06/1907, p.2; “Nos bairros da pobreza”, *Correio da Manhã*, 26/08/1907, p.3.

torna-se impraticável um completo policiamento, cometem-se crimes frustrando, por vezes, a vigilância da autoridade, como este que ora vê-se nos presentes autos.⁴⁴

Vemos que o delegado de Santana iniciou o relatório expondo sua opinião sobre o Morro da Favela. Assim, essa autoridade não se concentrou apenas em registrar a ocorrência, uma vez que ele denunciou o estado precário das instalações e o comportamento dos habitantes da localidade. Vale notar que essa maneira de introduzir a narrativa tinha estreita correlação com a imprensa carioca. Isso nos permite evidenciar uma interconexão entre o processo criminal e os jornais cariocas. Neste caso em especial, a autoridade policial compartilhou da mesma opinião que os repórteres policiais, isto é, ambos criminalizaram o comportamento dos moradores da Favela e denunciaram o estado das casas precariamente construídas.

Em conclusão, neste artigo analisamos as notícias dos crimes cometidos no afamado Morro da Favela durante a primeira década do século XX. Independente das distintas orientações políticas, vimos que os jornais cariocas representavam os moradores de maneira bastante similar, ou seja, todos eles descreviam os habitantes da localidade como sendo oriundos das "classes perigosas".

Referências

Fontes

Processo criminal:

Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Réu: Francisco Honorato Bandeira, Ação: Homicídio; Ano: 1903.

Jornais

A Imprensa, A Notícia, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, O Paiz.

Bibliografia

CERTEAU, Michel de. *"A beleza do morto"*, in: **Culturas no plural**. Campinas, Papyrus: 1995. pp 55-85.

⁴⁴ Arquivo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Réu: Francisco Honorato Bandeira, Ação: Homicídio; Ano: 1903. f.17.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

MATTOS, Romulo Costa. **A aldeia do mal. O Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História, PPGH-UFF, 2004.

_____. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. Tese de Doutorado em História, PPGH-UFF, 2008.

OTTONI, Ana Vasconcelos. **"O paraíso dos ladrões": crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)**. Tese de Doutorado em História, PPGH/UFF, 2012.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vidas e hierarquias sociais (1904-1922)**. Dissertação de Mestrado em História, PPGH/UFF, 2008.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Tese de Doutorado em História, FFCH/UNICAMP, 1999.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **Sociabilidades e moralização dos costumes: os guardas civis e a experiência do policiamento do meretrício em Belo Horizonte. (1928-1934)**. História e Perspectivas, Uberlândia (49):41-68, Jul./Dez., 2013.

PORTO, Ana Gomes. **Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2003.

_____. **Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil, (1870- 1920)**. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2009.

ROCHA, Oswaldo Porto. e, CARVALHO, Lia Aquino de. **A era das demolições. Cidade do Rio de Janeiro. 1870-1920 / Contribuição ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro 1886-1900**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1995.

SOUZA, Wanderson Bispo de. **Nos labirintos da criminalidade: práticas de homicídios no cotidiano dos grupos subalternizados em Salvador (1940-1960)**. Dissertação de Mestrado, UNEB, 2010.

Recebido em: 17/07/2017

Aprovado em: 20/08/2017

NEGÓCIOS & CLIENTELA: A TRAJETÓRIA DE UM COMERCIANTE DA ILHÉUS OITOCENTISTA¹

BUSINESS AND CLIENTELE: THE TRAJECTORY OF A MERCHANT FROM ILHÉUS IN THE 19TH CENTURY

Zidelmar Alves Santos²

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a composição do capital de Joaquim José da Costa Seabra e sua atuação como comerciante em Ilhéus na primeira metade do século XIX. Fundamentado nos registros notariais daquela vila e no seu testamento e inventário, pretendemos identificar os seus bens e suas práticas comerciais e creditícias, para entendermos suas estratégias de preservação e expansão do patrimônio e de manutenção da sua estirpe.

Abstract: This work aims to analyze the composition of the capital of Joaquim José da Costa Seabra and his performance as a merchant in Ilheus in the first half of the nineteenth century. Based on the notary records of that village and its testament and inventory, we intend to identify its assets and its commercial and credit practices, to understand its strategies of preservation and expansion of the patrimony and maintenance of its stock.

Keywords: Businessman; Village of Ilheus,

Palavras-chave: Comerciante; Vila de Ilhéus, Joaquim José da Costa Seabra.

Introdução

A Capitania de Ilhéus era uma das mais lucrativas capitanias hereditárias quando do início da exploração da monocultura açucareira no período colonial,

¹ Este artigo tem origem na monografia "Negócios & Clientela: a trajetória de um comerciante de Ilhéus na primeira metade do séc. XIX", defendida, em 2014, junto ao Programa de Pós-graduação (*latu sensu*) em História do Brasil da UESC, Ilhéus, Bahia. A pesquisa foi orientada pelo prof. Dr. Marcelo Henrique Dias, a quem agradeço a orientação deste e de outros trabalhos.

² Mestrando em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, Bahia. E-mail: zid175@hotmail.com.

conforme Coelho Filho (2000). Todavia, a historiografia de Ilhéus priorizou durante muito tempo estudos que versam sobre a lavoura cacaueteira e temas com recorte posterior a primeira metade do século XIX, o que criou um hiato entre o período que compreende o declínio da monocultura da cana-de-açúcar e o apogeu da monocultura do cacau, na região, respectivamente (fins do século XVI e segunda metade do século XIX).

Para esse período um quadro de miséria e decadência foi criado, principalmente a pós a publicação da obra "Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus" (1947), de autoria do historiador baiano João da Silva Campos, principal expoente dessa corrente historiográfica sobre Ilhéus. O autor aponta que a vila de Ilhéus estava em ruínas e que era constantemente assolada por indígenas no período após a troca "da sede do governo da colônia da Bahia para o Rio de Janeiro" (CAMPOS, 2006, p. 306).

Esse quadro de decadência aliado à parca documentação sobre a Ilhéus do período colonial pode ter afastado os historiadores de estudos sobre o período que antecede o "boom" da lavoura cacaueteira no sul da Bahia. Tais premissas foram construídas e consolidadas por trabalhos que se sustentaram em pesquisas ou essencialmente bibliográficas ou sob relatos de naturalistas estrangeiros que estiveram em Ilhéus de passagem, como Spix e Martius (1981) e Maximiliano de Wied-Neuwied (1989).

Por outro lado, a pesquisa em fontes seriais (escrituras de compra e venda) está demonstrando uma constante movimentação de "dinheiro de contado" o que, de certa forma, ajuda a desmistificar a imagem de uma Ilhéus completamente descapitalizada e miserável, como se pensava até então. Pesquisas recentes estão demonstrando que a capitania e, posteriormente, comarca de Ilhéus possuía características de zona de abastecimento interno (DIAS, 2007; 2009).

De acordo com Linhares e Silva, regiões com tais características foram de grande relevância, embora o governo colonial só as valorizasse em momentos de tensão. Para esses autores, isto explica o descaso dos pesquisadores no que diz respeito "à agricultura de subsistência e aos mecanismos de formação de mercados internos" (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 1981, p. 117).

A questão do mercado no Brasil escravista

Ao longo de mais de 300 anos a colônia brasileira produziu mercadorias voltadas para o abastecimento do mercado externo. Durante muito tempo a historiografia brasileira consolidou a imagem de que a produção em larga escala de produtos tropicais para o comércio com o exterior era o que dava um sentido para a evolução da sociedade brasileira.

A existência de um mercado interno que atendesse as necessidades dos colonos foi praticamente desconsiderada. Historiadores como Caio Prado Júnior (1970) entendiam que o mercado interno era insuficiente, que não tinha condição de dar conta da demanda por produtos de primeira necessidade, por exemplo, visto que estes eram produzidos quase que exclusivamente para autossustentação.

Com passar dos anos as ideias de Caio Prado Júnior, publicadas nos anos 1940 no livro "Formação do Brasil Contemporâneo", foram reforçadas pelos trabalhos de importantes pesquisadores, como o economista Celso Furtado, que publicou em 1959 a obra "Formação Econômica do Brasil", e o historiador Fernando Novais, autor de "Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial", publicada em 1979.

Nestes trabalhos, os autores acabaram fortalecendo a concepção caiopradiana de que Portugal e Brasil estavam intrinsecamente envolvidos no que seria o "antigo sistema colonial". Esta concepção demonstrava as relações de dominação e subordinação envolvendo metrópole e colônia de modo a constituir uma espécie de monopólio comercial que geraria lucro considerável a metrópole por meio das mais variadas atividades econômicas implementadas na colônia. Assim, a ideia da existência de um "pacto colonial" entre metrópole e colônia foi corroborada. A colônia só manteria relações comerciais com a metrópole, a exemplo da exportação e importação de produtos.

Sobre este monopólio, Celso Furtado aponta que a indústria açucareira, em fins do século XVI, era tão rentável que poderia ser duplicada a cada dois anos, desde que houvesse um autofinanciamento por parte dos proprietários de engenho. De acordo com Furtado, "aparentemente o ritmo de crescimento foi dessa ordem, nas etapas mais favoráveis" (FURTADO, 1987, p. 46). Todavia, o autor questiona o fato da capacidade de autofinanciamento da indústria açucareira não ser utilizada, salientando que:

A explicação mais plausível para este fato talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes. Sendo assim, uma parte da renda, que antes atribuímos à classe dos proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não-residentes, e permanecia fora da colônia. (FURTADO, 1987, p. 46)

O monopólio funcionava, então, de maneira a reprimir, de certa forma, a possibilidade de investimento na colônia visto que os lucros do monopólio ficavam retidos nas mãos dos grandes negociantes portugueses, que financiavam a empresa agrícola na colônia.

Segundo Fernando Novais, "o chamado 'monopólio colonial', ou mais corretamente e usando um termo da própria época, o regime de *'exclusivo' metropolitano*³ constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema" (NOVAIS, 1995, p. 72). Novais, inclusive, percebia a colonização enquanto um "desdobramento da expansão comercial e marítima dos Tempos Modernos que significava a produção de mercadorias para a Europa" (NOVAIS, 1995, p. 73).

Não obstante, Novais, ao enquadrar as relações entre Portugal e Brasil no contexto do capitalismo comercial europeu, vai ressaltar que o antigo sistema colonial entrou em colapso principalmente por que a expansão da economia mercantil ia de encontro aos laços de subordinação que configuravam a existência do exclusivo metropolitano.

Dessa maneira, o sistema colonial entrou em crise devido às tendências políticas e econômicas que buscavam desatar tais laços de subordinação:

Com o desdobramento da expansão comercial, a colonização se insere no processo de superação das barreiras que se antepuseram, no fim da Idade Média, ao desenvolvimento da economia mercantil, e ao fortalecimento das camadas urbanas e burguesas (NOVAIS, 1968, p. 56).

A questão do comércio com o exterior, nesses autores, se mostrou como elemento principal no que diz respeito à formação da sociedade brasileira.

Ao longo dos anos 1990 e 2000, porém, surgiram importantes pesquisas sobre a dinâmica dos mercados internos, as relações sociais, o tráfico negreiro, a família

³ Grifo do autor.

colonial, por exemplo. Os trabalhos de Manolo Florentino (Em Costas Negras, 1997), João Fragoso (Homens de Grossa Aventura, 1998), Sheila de Castro Faria (A Colônia em Movimento, 1998), para o rio de janeiro; e Júnia Furtado (Homens de Negócio, 1996) e Angelo Carrara (Minas e Currais, 2007), para Minas Gerais, são exemplos de obras que se destacaram.

O livro "O Arcaísmo Como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro 1790-1840", publicada no início dos anos 1990 por João Fragoso e Manolo Florentino, se tornou uma das principais referências para os estudiosos do mercado no Brasil escravista.

Nesta obra, os autores, ao buscarem entender as desigualdades no Brasil por meio de seus nexos com a história colonial tardia (séculos XVII e XIX), vão demonstrar um novo modelo explicativo para o processo de formação da sociedade brasileira, onde a estrutura da sociedade portuguesa faria de tudo para desestabilizar o avanço do capital mercantil por meio da reprodução de uma hierarquia excludente.

É importante salientar que, na sociedade escravista, os escravos eram produtores; não obstante, eram cativos de outras pessoas. Desta forma, os produtores (escravos) ficavam à margem da sociedade, por conta deste padrão excludente. Para os autores, "o poder, expresso em uma hierarquia excludente e fundada na ordem privada era, portanto, a condição *sine qua non* para a concretização do processo produtivo" (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 19).

Segundo os autores:

(...) o núcleo da formação colonial tardia era constituído por um tipo específico de reprodução, no qual os próprios mecanismos de ascensão social implicavam recriar o padrão excludente. Assumir semelhante ótica impõe um distanciamento profundo em relação aos principais paradigmas da historiografia nacional. O resultado mais palpável deste distanciamento é a redefinição do papel de mercado, que passa a subordinar-se a consecução da diferenciação perversa. (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 19)

O mercado, desse modo, estaria subordinado à manutenção da sociedade excludente. "Assim, o objetivo da colonização Ibérica não era o fortalecimento da burguesia metropolitana, mas a própria supressão dessa classe, visando, portanto, à manutenção da hegemonia da nobreza" (SOUZA, 2008, p. 188). Eis aí o "arcaísmo" que dá título à obra.

O trabalho de Bert Barickman sobre o Recôncavo baiano (2003) sugere que os mercados interno e externo se complementavam, diferentemente do que indicava a perspectiva caiopradiana sobre o "sentido da colonização". Esta ótica é evidenciada principalmente se considerarmos que os grandes centros produtores não poderiam abrir mão de seus escravos para a agricultura de subsistência sob pena de diminuição da produção para exportação. Barickman aponta que:

(...) o uso generalizado do trabalho escravo não impediu que surgisse no Recôncavo um mercado urbano e rural bem desenvolvido para víveres básicos. Pelo contrário, a expansão da economia de exportação promoveu, e até exigiu, o crescimento de um mercado interno. (BARICKIMAN, 2003, p. 30)

Isto posto, fica evidente que estes mercados andavam lado a lado. Os senhores de engenho e fazendas de cana-de-açúcar dependiam da produção de víveres do interior para manutenção da *plantation* em tempo integral, visando maximizar sua produção. Não obstante, devido as recorrentes crises de abastecimento em Salvador e seu Recôncavo, as tropas sediadas na cidade e, posteriormente, a população dependiam cada vez mais da produção de farinha das chamadas "vilas de baixo":

(...) o papel de zona de abastecimento das chamadas "vilas de baixo" – Cairu, Camamu e Boipeba – ganhou reforço com vários acordos que passaram a regulamentar a quantidade e os preços que deveriam ser praticados no comércio da farinha, destinada ao abastecimento das tropas. Estes acordos ficaram conhecidos como "conchavo das farinhas. (DIAS, 2009, p. 64)

Neste "conchavo" a administração da colônia obrigava os lavradores de várias vilas da capitania de Ilhéus a reservar parte considerável de sua produção para o comércio na Cidade da Bahia, isso a partir da segunda metade do século XVII (DIAS, 2009).

Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, a crise de abastecimento e a fome, no final do século XVII, geraram um clima de desespero em Salvador, onde autoridades locais fizeram "desfile pelas ruas da cidade, com grilhões, negociantes considerados "açambarcadores" e oficiais das câmaras de Cayrú, Boipeba e Camamú, acusados de desviar farinha do abastecimento da cidade" (TEIXEIRA DA SILVA, 1990,

p. 14-15). Segundo Teixeira da Silva, a crise também se fez presente no Rio de Janeiro.

Para o Rio de Janeiro, Antonio Carlos Jucá de Sampaio ressalta o surgimento da elite dos homens de negócio, “apartada em sua maioria da antiga nobreza da terra” (SAMPAIO, 2007, p. 253). Para a praça de Minas Gerais, a descoberta “oficial” do ouro a partir de 1729 impulsionou o surgimento de negociantes. De acordo com Júnia Furtado, após o terremoto que devastou Lisboa em 1755, foram os grandes negociantes que “emprestaram dinheiro à Coroa e a nobreza em dificuldades, se aliando ao Estado na reconstrução da cidade” (FURTADO, 2011, p. 5).

Com o declínio da atividade mineradora a partir do final do século XVIII e início do século XIX, contudo, o sistema escravista passou a ser mantido pelas atividades que eram voltadas para o abastecimento interno (SILVA, 2002, p. 66). Segundo Carlos Malaquias, “a economia do ouro criou um mercado interno, articulado em torno dos centros urbanos e das zonas de garimpo, particularmente propício para os produtos agropecuários”. (MALAQUIAS, 2010, p. 24)

A atividade mineradora fazia emergir um forte comércio em Minas Gerais. Júnia Furtado aponta que:

A distância, a dificuldade dos meios de transporte, os inúmeros intermediários e a cobrança de vários impostos eram alguns dos motivos que faziam com que os preços das mercadorias atingissem nas Minas preços nunca vistos, tornando-a um mercado muito atrativo para o comércio. (FURTADO, 1999, p. 198-199)

A atividade comercial lucrativa, voltada para o mercado interno, fez com que surgissem em Minas “redes de abastecimento de produtos, não só de primeira necessidade, como de luxo” (FURTADO, 1999, p. 199). Na Bahia, a crise de abastecimento em Salvador fez o governo local tomar as medidas protecionistas, que impediam a comercialização da farinha produzida em várias vilas da província “para outras capitanias, medida que mais tarde vai estender-se a diversos outros alimentos”. (SOUSA, 2005, p. 4)

Assim, a crise de abastecimento em Salvador, como citado anteriormente, fez com que as demais vilas da província da Bahia fossem atuantes no comércio interno, abastecendo Salvador e seu Recôncavo. Neste contexto, é de se questionar como o

comerciante Joaquim José da Costa Seabra conseguiu prosperar em Ilhéus, numa suposta realidade de abandono, descaso, miséria e decadência, quadro que vinha sendo reproduzido pela historiografia durante décadas. Quais motivos o fizeram estabelecer negócios numa vila supostamente isolada e decadente? Como sua ascensão foi possível? Será que Seabra era uma exceção entre os outros moradores da vila São Jorge dos Ilhéus?

Estas e outras perguntas se tornam pertinentes, principalmente se levarmos em consideração que esse quadro de estagnação e isolamento não permitiria que negociantes pudessem movimentar o mercado local, tampouco participar de redes mercantis. Deve ser levado em consideração o fato de que Seabra levantou um patrimônio considerável com uma quantidade relativamente baixa de escravos (possuía 7 quando de sua morte), em sua maioria, domésticos. Isto traz à tona a possibilidade de acumulação no período colonial ou imperial pela via do comércio, quebrando a ideia de que só era possível ascender socialmente por meio do latifúndio, da *plantation* escravista.

Um comerciante da Ilhéus oitocentista: Joaquim José da Costa Seabra

Joaquim José da Costa Seabra foi um comerciante que passou despercebido na "história oficial" de Ilhéus. Em seu testamento, escrito em 1856, ele declara que era natural da "Freguesia de S. Cosme do Bispado do Porto do reino de Portugal" e se declarava "súbdito brasileiro". Até o momento não se sabe os motivos que o fizeram vir para o Brasil, tampouco quando ele chegou nessas terras. Dado curioso, é que seu inventário e testamento não informam sua idade quando de sua morte, tampouco a data de seu nascimento, o que nos impede, a princípio, de saber este dado tão importante para a reconstrução de sua trajetória. Os motivos que o fizeram desembarcar no Brasil e a data de sua chegada também são um mistério, pois a documentação que dispomos no momento não revela tais dados.

Entretanto, de acordo com Faria, a busca por fortuna era um dos motivos que impulsionavam a vinda de migrantes portugueses (e europeus) para a colônia brasileira, todavia, a mesma percebe a "fortuna" nem sempre sob o viés econômico, posto que muitos vieram, além da busca de enriquecimento, à procura de liberdade,

fugindo da justiça ou visando preservar suas práticas religiosas (FARIA, 1998, p. 161-162).

Com o rompimento do exclusivo colonial em 1808 o mercado interno se solidificou. Várias vilas da comarca de Ilhéus, no período que antecede o apogeu da monocultura do cacau, se mostraram atuantes neste mercado (DIAS, 2009). O aumento no número de engenhos de um em 1768 para nove algumas décadas depois demonstra que a lavoura açucareira estava crescendo novamente no termo da vila de Ilhéus. (SANTOS, 2014, p. 32)

Katia Mattoso, inclusive, questionou o crescimento do plantio de cana-de-açúcar no Recôncavo neste período, visto que, segundo a historiadora, havia uma escassez de terras virgens naquela região. Concluiu, assim, que foi “pelo restante do território da Província que a cultura da cana-de-açúcar se expandiu” (MATTOSO, 1992, p 462). Ilhéus, desta maneira, está inserida neste contexto.

Partindo da hipótese do crescimento econômico e populacional da vila em questão, podemos inferir que a demanda gerada por esse crescimento tenha atraído Joaquim José da Costa Seabra a investir em negócios, levando em consideração que uma região decadente e isolada não teria atrativos para chamar a atenção de empreendedores que buscavam prosperar por meio da atividade comercial. Na Ilhéus oitocentista a oferta de crédito também seria essencial para aquisição de imóveis rurais e urbanos, para a agricultura e outros negócios. (SANTOS, L., 2014)

Vários eram os fatores que impulsionavam as pessoas a obter crédito. A “compra de cargos venais, o uso de mães viúvas para adquirir a tutoria dos bens dos filhos e a empresa agrícola” se destacaram como algumas das principais finalidades do recurso ao crédito em Ilhéus, na primeira metade do Oitocentos. (SANTOS; SANTOS; DIAS, 2012, p. 3-4)

De acordo com Barickman, a produção historiográfica recente “demonstrou que a agricultura de exportação não dominava todo o Brasil rural e que as maiores cidades brasileiras possuíam vigorosa vida social e econômica”. Destarte, aponta que “extensas redes de comércio abasteciam essas cidades de provisões essenciais, tecidos e outras manufaturas, tudo produzido no Brasil” (BARICKMAN, 2003, p. 27-28).

Analisando a composição dos bens de Joaquim José da Costa Seabra, percebemos que o fato deste ser comerciante de fazendas e demais gêneros, além de possuir embarcações e ter residência e/ou parentes na Cidade da Bahia, dão margem a esta interpretação.

Filho legítimo de Antonio Pereira Santos e sua mulher Maria Rosa, Joaquim José da Costa Seabra casou-se com Anna Rosa de Azevedo Seabra, esta natural da vila de Ilhéus, e com ela teve cinco filhas, dentre as quais:

(...) quatro se achão cazadas⁴ sendo: a de nome Roza, com Manoel José Corrêa, a de nome Maria, com Manoel José Espinola de Bittecourt, a de nome Romana, com Antonio Peixoto de Freitas Guimarães, e finalmente a de nome Anna, com João Caetano d'Araujo Gama; todos residentes nesta Cidade,; e solteira, a de nome Luiza, em companhia de minha filha e meo genro em primeiro lugar nomeados.⁵

O testamento deixado por Seabra, além de revelar que este era comerciante de "fazendas e gêneros", apresenta os principais bens que ele se lembrava na ocasião em que escreveu seu testamento: um sobrado, cinco casas, dois chãos, na vila de Ilhéus; uma sorte de terras em Mamoã e uma embarcação chamada "Oriente". Apresenta também seis escravos, três de usos domésticos e dois marinheiros, e um que pertencia a sua mulher, "o moleque Ricardo, nação Angola".

Cruzando os dados de seu testamento com algumas informações extraídas de seu inventário, também de 1856, obtemos mais informações sobre a composição de seu capital. Seus bens foram avaliados pelo Capitão Joaquim Ferreira de Paiva e por Conrado Gomes da Silva, e foram classificados por estes em: móveis, fazendas, escravos e bens de raiz.

A composição de seus bens

De acordo com Faria, "a quantidade de coisas listadas [nos inventários anteriores ao século XX] abarcava quase todos os bens materiais dos indivíduos" (FARIA, 1998, p. 224). O de Joaquim José da Costa Seabra não foge a essa regra,

⁴ Optamos por preservar a grafia das fontes primárias para não alterar a escrita e abreviaturas utilizadas pelos escrivães.

⁵ APEB, Seção Judiciária. Testamento de Joaquim José da Costa Seabra, Salvador, 1856.

posto que foram listadas entre seus bens desde pequenas cadeiras, colheres e candeeiros, a bens de maior valor, como escravos e casas de morada.

Entre os móveis encontram-se, principalmente, mesas e cadeiras produzidas em madeiras de lei, tais como Jacarandá e Vinhático. Todavia, o móvel de maior valor era o "Barco denominado Oriente [...] com todos os seus utensílios" avaliado em três contos de réis. Todos os móveis avaliados montam a quantia de 3:438\$640 (três contos, quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta reis).

A vasta oferta de fazendas e gêneros revela detalhes sobre a dinâmica da Vila. Eram oferecidos tecidos finos de "chita, alparca, olanda, franceses, setim, cambrinha, duraque", dentre outros. A diferença nos preços das fazendas pode discriminar a oferta para diferentes seguimentos da sociedade. Um côvado de "paninho amarello", por exemplo, custava 200 reis; um côvado de lã de seda, por outro lado, custava 800 reis, uma diferença de 600 reis. Só o fato de Seabra comercializar garrafas de "Serveja" (500 reis cada) e Vinho do Porto (800 reis cada) demonstra a existência de uma elite local que justificava a demanda por estes e outros produtos de relativo luxo.

Ainda na parte do inventário destinada as fazendas, encontravam-se bebidas e materiais de construção. A grande oferta de "pregos para batel", fechaduras, serrote, "missagras de porta", por exemplo, demonstra um aquecimento da construção naval e civil. A venda do Seabra também oferecia pólvora e chumbo, provavelmente usados para a caça e pesca, montando, junto com as outras fazendas, 1:834\$135 (um conto, oitocentos e trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reis).

No que diz respeito à escravaria de nosso personagem, seu testamento discrimina a existência de seis escravos, já mencionados. No entanto, seu inventário apresenta-nos sete, demonstrando que o mesmo adquiriu mais um escravo no período entre a escritura do testamento, 26 de junho, e a data de seu óbito, em 23 de agosto de 1856, na "Cidade da Bahia".

Além dos nomes, os avaliadores mencionaram detalhes sobre a origem, o estado de saúde e os ofícios dos respectivos escravos. O escravo "pardo, moço de nome Candido", por exemplo, era "sem officio, e quebrado". Este foi avaliado em 900 mil reis. O fato do escravo ser classificado como "pardo" ou "criôlo", normalmente determinava seu local de origem, neste caso, o escravo nasceu no Brasil. Os escravos

de origem africana normalmente eram designados como “pretos” ou tinham sua etnia ou origem declarada após o nome. Um exemplo é o escravo Ricardo que, no testamento, é classificado como “nação Angola”; já no inventário, o mesmo escravo é descrito como “Africano”. Este, por sinal, fora avaliado em 1:000\$000 (um conto de reis), e era “do serviço de caza”.

Já o “criôlo de nome Pedro”, tinha 35 anos e era marinheiro. Foi avaliado em 1:200\$000 (um conto e duzentos mil reis). Além dos escravos mencionados, havia também Antonio, escravo “sadio”, 28 anos, marinheiro, avaliado em 1:000\$000 (um conto de reis); Manoel, africano, 55 anos “pouco mais ou menos”, do “serviço de roça”, 400 mil reis; Rita, crioula, 45 anos, “doente de gemas”, cozinheira, 450 mil reis; e uma “escrava parda de idade de cinco annos de nome Adelia”, avaliada em 300 mil reis.

Percebe-se que os preços variavam conforme o estado de saúde do escravo, a idade e sua “profissão”. Muito embora Candido não tivesse ofício e fosse “quebrado”, um provável sinal de doença naquele momento, o fato de ser “moço” parecia justificar o alto valor que lhe foi dado. Pedro era marinheiro, não apresentava doença, provavelmente trabalhava nas embarcações de Joaquim José da Costa Seabra e era o seu mais valorizado escravo. Apesar de trabalhar no “serviço de roça”, a idade elevada de Manoel, 55 anos, devia ser o fator determinante para que ele valesse apenas 100 mil reis a mais do que uma escrava de cinco anos de idade.

No que diz respeito aos bens de raiz, seu inventário aponta a existência de um sobrado, quatro moradas de casas e três terrenos, todos, provavelmente, na vila de Ilhéus, o que demonstra que uma de suas casas foi vendida antes de sua morte. Os registros do notariado e os documentos anexados ao inventário que ainda não foram transcritos poderão revelar o destino da sorte de terras que Seabra afirmou possuir em Mamoã, termo da vila de Ilhéus.

Dado relevante é que os bens de raiz eram, em 1856, mais baratos que os escravos, o que revela o alto valor de venda do escravo em um período em que o tráfico negreiro estava legalmente proibido no país pela Lei Eusébio de Queiroz, de 1850. Em 24 de julho de 1840, Joaquim José da Costa Seabra comprou um “escravo crioulo de nome Mathias” a Fernando José de Paiva, pela quantia de 300 mil reis⁶. Em

⁶ CEDOC, UESC. Livro IX de notas de Ilhéus, f. 090/002.

1856, uma escrava de apenas 5 anos foi avaliada pelos mesmos 300 mil reis e um escravo de serviços domésticos avaliado em um conto de reis, enquanto as casas de morada de J. J. da Costa Seabra custavam em média 800 mil reis.

O preço dos escravos no decorrer do século XIX esteve “diretamente ligado ao tráfico atlântico de cativos”, conforme Victor Gonçalves (2014, p. 88). Gonçalves aponta também que:

Para a região de Ilhéus, é possível notar que a escravidão se instituiu de maneira convincente, pois até os cativos foram se tornando mais caros, com pequenas variações para idade ou sexo. Tais argumentos servem para revalidar que a posse escrava foi exigindo compradores com maior poder aquisitivo. A elevação do preço dos escravos indica que os senhores com maiores rendas foram aqueles que compraram cada vez mais escravos. (GONÇALVES, 2017, p. 91)

A aquisição de escravos traficados, inclusive, pode ter sido um dos mecanismos para obtenção de crédito por parte de senhores de engenho e fazendeiros da região de Ilhéus, visto que a posse de escravos era algo imprescindível para o estabelecimento de relações contratuais entre plantadores e negociantes (MAHONY, 2001, p. 116).

Ter escravos, ainda que poucos, na vila de Ilhéus oitocentista, era sinal de que o indivíduo possuidor tinha bens e/ou maiores possibilidades de sucesso em seus empreendimentos. No caso de Seabra, o montante do valor de seus escravos se equiparava com o valor total de seus bens de raiz.

Individualmente, o bem de maior valor no inventário de Seabra era, justamente, a casa de morada que continha a “armação e balcão de venda do caçal”, avaliadas em 2:340\$000 (dois contos, trezentos e quarenta mil reis). Ao todo, os imóveis de nosso personagem montavam a quantia de 5:240\$400 (cinco contos, duzentos e quarenta mil e quatrocentos reis). Já sua escravaria estava estimada em 5:250\$000 (cinco contos, duzentos e cinquenta mil reis). Outro bem discriminado nas avaliações bens de seu inventário foi “úm Cavallo manco ja idozo”, avaliado em 85 mil reis.

TABELA 1:
COMPOSIÇÃO DOS BENS DE JOAQUIM JOSÉ DA COSTA SEABRA

Bens avaliados	Valor
Móveis	3:438\$640
Fazendas ⁷	1:919\$135
Escravos	5:250\$000
Bens de Raiz	5:240\$400
Total	15:848\$175

Fonte: APEB, Seção Judiciária. Inventário de Joaquim José da Costa Seabra, Salvador, 1856.

Casa de negócios e clientela

No inventário de Joaquim José da Costa Seabra é avaliada uma casa na quantia de 3:340\$000 (três contos, trezentos e quarenta mil reis). Era neste bem de raiz que funcionava a “casa de negócios” de Seabra, visto que nele se encontrava a “armação e balcão de venda do casal” do inventariado⁸. Seabra, aliás, era proprietário de quatro casas, três terrenos e um sobrado na vila de Ilhéus, além de uma propriedade rural em Mamoã, o que revela a possibilidade ter utilizado outros imóveis para realizar os mais variados negócios. O aluguel de casas era outra prática realizada por Seabra, o que amplia ainda mais o horizonte de seus negócios.

Joaquim José da Costa Seabra possuía grande importância e posição privilegiada na sociedade ilheense da primeira metade do século XIX. Sua atividade diversificada, destarte, garantia que ele transitasse entre todos os seguimentos da comunidade local, interagindo com as elites agrária e urbana, principalmente os detentores de cargos da justiça local. Também incorporou a sua rede clientelar as parcelas mais carentes da vila, que não tinham o prestígio e as posses das elites locais, sejam eles índios, escravos, pessoas que residiam nas imediações da vila, mas que recorriam a ele quando necessário. Muitas dessas pessoas vinham do sertão, da vila de Olivença, Una e outras localidades.

⁷ Incluindo um cavalo e seus arreios.

⁸ APEB, Seção Judiciária. Inventário de Joaquim José da Costa Seabra, 1856, f 27.

O fato de Seabra ser comerciante, com uma casa de negócios na vila, promovia o trânsito das mais variadas pessoas em sua loja, para as quais vendia fazendas secas e molhadas e demais artigos, desde tecidos dos mais variados tipos, linhas, varas de pescar, chumbo, pólvora, vinho, até os gêneros alimentícios. Pio Xavier de Noronha, juiz municipal de órfãos, devia 46\$400 reis, “produto de vinte nove canoas de capim para cavalo” que havia comprado a Seabra. Isso nos dá mais indícios de que sua atuação como comerciante e sua clientela eram bem diversificadas.

Joaquim José da Costa Seabra, destarte, se enquadra no segundo tipo de comerciante levando em consideração a classificação proposta por Sheila de Castro Faria⁹ na obra “A Colônia em Movimento”, embora a região de Ilhéus seja distinta da de Campos dos Goitacases. O que há de peculiar em Joaquim José da Costa Seabra, no que tange a tipologia utilizada por Sheila Faria, é que ele atuou no circuito de cabotagem da região utilizando embarcações, levando em consideração que uma embarcação sua esteve nas imediações de Porto Seguro¹⁰ e que Seabra possuía credores na praça de Salvador e devedores em várias vilas litorâneas, como Olivença, Una, Belmonte, dentre outras localidades. Isso demonstra que o raio de ação do negociante compreendia todo o litoral da província da Bahia.

Outra peculiaridade é que Seabra não buscou o enriquecimento por meio da empresa agrícola. Segundo Sheila Faria, muitos comerciantes, na busca de status social, tornavam-se também produtores rurais, muito embora essa mudança fosse desvantajosa financeiramente (FARIA, 1998, p. 163). As fontes indicam que Seabra, embora tenha adquirido uma propriedade rural em Mamoã, termo da vila de Ilhéus, e possuíse uma pequena escravaria composta por alguns escravos domésticos e marinheiros, não buscou fortuna por meio do tripé monocultura-latifúndio-escavidão. Segundo Faria, os comerciantes que se casavam buscavam estabilidade. Em sua maioria “transmutavam-se em senhores de engenho e de vasta escravaria” (FARIA, 1998, p. 169). Joaquim José da Costa Seabra não buscou prestígio sob esta

⁹ Sheila de Castro Faria, ao analisar testamentos e inventários *post-mortem* da região de Campos dos Goitacases, no Norte Fluminense, identificou a presença de três tipos de comerciantes naquela região: o “pequeno comerciante”, reunindo-se nesta categoria vendedores, mascates, caixeiros, o negociante de roupas usadas, enfim, comerciantes de miudezas; o “comerciante de fazendas e usurário”, aquele que além de comercializar tecidos, miudezas e outras fazendas, fazia vezes de usurário, emprestando dinheiro a juros eventualmente; e o “usurário” propriamente dito, aquele que, diferentemente dos outros dois tipos, comercializa apenas dinheiro (FARIA, 1998, p. 178-186).

¹⁰ CEDOC, UESC. Livro VII de notas de Ilhéus, f. 008/002.

ótica, muito embora fosse irmão e genro de senhores de engenho, o que já lhe garantia certa notoriedade. Eram eles Manoel Pereira dos Santos e Luiz Antonio de Azevedo, devedor e credor de nosso personagem, respectivamente.

Parceiro comerciais: credores e devedores

O inventário de Joaquim José da Costa Seabra traz à luz uma grande quantidade de devedores. Com os altos empréstimos tomados a seus genros e outros prováveis negociantes da capital, fica claro que Joaquim José da Costa Seabra financiava as camadas mais abastadas da vila de São Jorge dos Ilhéus e as parcelas mais carentes da comunidade, incluído aí, possivelmente, outros comerciantes.

Eis o traço característico da veia creditícia de Joaquim José da Costa Seabra: ele não financiava apenas as elites. Os valores discriminados no inventário apontam desde pequenas dívidas (que não chegavam sequer a 200 reis, por exemplo) a dívidas com altos valores, ultrapassando a margem de um conto de reis.

Outra peculiaridade do sistema de crédito local foi a concessão de crédito aos escravos. A inserção de escravos no sistema de crédito pode revelar que estes utilizavam empréstimos para financiar a compra da alforria. Pedro, escravo de Cerqueira Lima, proprietário da Fazenda Almada, por exemplo, devia 1\$520 reis a Seabra, uma quantia relativamente pequena. Não se sabe qual uso Pedro fez dessa quantia, mas há várias possibilidades para o uso desse dinheiro, como a própria compra da liberdade, ou a compra de mercadorias, etc.. É possível que o recurso do fiado tenha sido a forma de obtenção deste crédito por conta do pequeno valor.

Muitas dívidas pertencentes a Joaquim José da Costa Seabra podem ter sido contraídas através das compras realizadas em sua loja. Comprar fiado com certeza era um recurso muito utilizado na vila, visto que, conforme Mascarenhas, a prática do crédito "atingia todos os níveis sociais" (MASCARENHAS, 2002, p. 20), muito embora houvesse uma boa circulação de "dinheiro de contado" na vila de Ilhéus.

As dívidas ativas ultrapassam o montante de 17 contos de reis. Ao todo se somaram 384 dívidas que abarcam os devedores vivos, falecidos, escravos, dinheiros recebidos pela inventariante e os recebidos pelo testamenteiro do casal inventariado, Manoel José Correia, genro de J. J. da Costa Seabra. Existem, dentro desses valores,

algumas dívidas referentes à compra de mercadorias em sua loja, como linhas, varas de madraço, um garrafão de aguardente e a outro ramo da atividade comercial de nosso personagem: a viúva inventariante declarou que Carlos Cordier devia 10 mil reis ao seu casal referentes a alugueis de casas.

Joaquim José da Costa Seabra, portanto, não limitava sua oferta de crédito aos setores privilegiados da comunidade local. Ao que tudo indica, concedeu crédito para quem podia e quem não podia pagar, o que revela que sua credibilidade estava em alta na década de 1850, e que ele não fazia vista grossa a origem social de seus devedores, pois assumia os riscos de possíveis prejuízos. Prova disso é que deviam para ele escravos, como Alexandre, escravo do avaliador Capitão Joaquim Ferreira de Paiva, devedor de 23\$140 reis; alforriados, como o “crioulo forro João Antonio Calafatte”, que lhe devia apenas 200 reis; ciganos, como Manoel Gordo, 7 mil reis; índios, como Manoel Umbuca, 4\$800 reis; e sertanejos, como Manoel Fernandes, devedor de 5\$440. Devia-lhe também “Manoel José, moço do Oriente” a quantia de 4\$940 reis. Este, por sinal, pode ter sido funcionário de Seabra, visto que o empreendedor possuía uma embarcação denominada “Oriente”.

As fontes, deste modo, indicam que Joaquim José da Costa Seabra emprestava e/ou concedia crédito mesmo sem a certeza do pagamento, pelo menos no que diz respeito às dívidas pequenas. Todavia, o empréstimo para pessoas que moravam no “Certão”, por exemplo, considerando o fato de que o sertão podia ser qualquer lugar inóspito, “um mato distante da costa marítima” (PINTO, 1832), ou nas vilas mais afastadas da sede da comarca de Ilhéus revela a necessidade da nomeação de procuradores nas mais variadas localidades visando a garantia do pagamento.

Há casos de devedores que são descritos pela viúva inventariante Anna Roza de acordo com algumas peculiaridades, que podem ser características físicas ou psicológicas. É o caso de “Leocádia, a silvestre”, que devia 5\$280 reis. Por que será que ela era “silvestre”? Isso não é evidenciado na declaração da inventariante. Por que será que um comerciante respeitado daria crédito para Francisco da Cunha, descrito no inventário como “doido”? Outro caso que chama a atenção é o de uma dívida pequena, apenas 320 reis, endereçada ao “mudo, e surdo, da Lagoa”. Seabra não sabia o nome do devedor, apenas sua característica “marcante” e o local de

residência; as proximidades da “Lagoa” que, provavelmente, tratava-se da Lagoa Encantada do rio Itahipe.

Uma leitura superficial dos documentos não deixa transparecer evidências que revelem por que J. J. da Costa Seabra concedia crédito para estes seguimentos, aparentemente, menos abastados da comunidade local. Mas ao ampliar sua rede creditícia, seu prestígio na comunidade crescia, o que o tornou um proeminente morador da vila. Nem mesmo uma mancha em sua trajetória fazia sua credibilidade cair. Em 20 de agosto de 1835 o “Reo Joaquim José da Costa Seabra” assinava em cartório uma escritura de hipoteca e fiança, onde dava os bens que possuía na vila de São Jorge como fiança:

(...) na qual hipotecava suas propriedades citas nesta Villa a saberem as seus sobrados hua casa terrea em chãos proprios ambas e outros chaos vagos que possui livres e desembargados cujos bens afiancava a quantia de duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e doze reis que lhes fora arbitrado e julgado pelo juizo de paz desse Primeiro Districto desta [parochia] afim de solto tractar de seus livramento da culpa que lhe resultou do summario ex officio extahido pelo mesmo juízo.¹¹

O “sumário ex officio” foi “extraído” na novena de Nossa Senhora da Vitória na noite de primeiro de agosto do mesmo ano. A extração do livro da paróquia não passou despercebida. O alto valor da fiança imposta pelo Juiz de Paz, 245\$512 reis, comprova a gravidade do delito. Entretanto, em liberdade, Joaquim José da Costa Seabra pagou a fiança sem maiores problemas visto que estava sob pena de perder suas casas e demais bens em caso de não pagamento. Alguns anos depois devia-lhe 55\$320 reis o vigário da vila de Olivença, José Gomes de Castro e Aguiar, o que comprova que não havia mais rugas entre Seabra e o clero local. Segundo Ayalla Silva, Seabra solicitou à Presidência da Província da Bahia, em 1840, armas e munição para os índios Camacãs aldeados, isso na condição de juiz de paz do município de Ilhéus (SILVA, 2013, p. 7). Joaquim José da Costa Seabra, deste modo, ascendeu de réu a juiz de paz, o que demonstra que gozava de muito prestígio.

As 384 dívidas ativas inventariadas comprovam que Joaquim José da Costa Seabra foi peça central no sistema de crédito em Ilhéus. Deviam pra ele vários detentores de cargos da justiça local, como o capitão Pascoal Gonçalves de Paiva

¹¹ CEDOC, UESC, Livro VIII de Notas de Ilhéus f. 027/002.

(1:452\$207 - um conto, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sete reis), e importantes líderes políticos do município de São Jorge dos Ilhéus, como o tenente-coronel Christiano Manoel de Sá (341\$770 - trezentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta reis). A família extensa Sá, inclusive, dominou o cenário político ilheense durante quase todo o século XIX (RIBEIRO, 2001). Foram inventariadas dívidas de majores, cabos da policia, dentre outros detentores de cargos da justiça. O escrivão e o juiz de órfãos do município de Ilhéus também figuravam nos “livros e borradores” de Joaquim José da Costa Seabra.

Das 384 dívidas ativas, 353 eram de devedores livres e 31 de escravos. Entre as maiores dívidas estavam as de Manoel Pereira dos Santos, 3:378\$855 (três contos, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reis), irmão de Seabra e dono do engenho Conceição, a do Capitão Pascoal Gonçalves de Paiva, 1:452\$207 (um conto, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sete reis), Candido Narciso Soares, 843\$842 (oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e dois reis), a do escrivão de órfãos Antonio Mendes de Castro, 790\$750 (setecentos e noventa mil, setecentos e cinquenta reis), Manoel Francisco [Avaris], 672\$370 (seicentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta reis), e Honório Mariano Pacheco, devedor de 542\$ 510 (quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e dez reis). As demais dívidas eram inferiores a meio conto de reis. Joaquim José da Costa Seabra conseguiu construir um patrimônio, entre dívidas e bens, superior a trinta contos de reis, talvez uma das maiores fortunas da vila de Ilhéus nos anos 1850.

Tabela 2:
Dívidas ativas de Joaquim José da Costa Seabra

DÍVIDAS	QUANTIDADE	VALOR
Devedores vivos	292	15:704\$856
Escravos	31	113\$940
Devedores mortos	19	824\$940
Recebidas pela Inventariante	29	365\$220
Recebidas pelo Testamenteiro	13	718\$300
TOTAL	384	17:727\$256

Fonte: APEB, Seção Judiciária. Inventário de Joaquim José da Costa Seabra, Salvador, 1856.

O quadro das dívidas de Joaquim José da Costa Seabra ainda incluía os créditos tomados. Entre seus credores, de um total de 26, destacam-se Manoel Jose Corrêa, Manoel José Espínola de Bittencourt e Antonio Peixoto de Freitas Guimarães, três de seus genros e seus maiores emprestadores. João Caetano de Araujo Gama também figura entre os credores, muito embora com um crédito bem abaixo dos empréstimos ofertados pelos demais genros de Seabra. Luiz Antonio de Azevedo, sogro de Seabra e dono do engenho Santo Antonio do Juramento, também aparece entre seus credores, com uma quantia de aproximadamente um conto de reis.

A presença de José Joaquim da Costa Seabra entre os seus credores também chama a atenção devido a semelhança entre os seus nomes. Tratava-se de um sobrinho de Joaquim Seabra e de Manoel Pereira dos Santos, o que revela que outros parentes de nosso personagem ainda encontram-se anônimos. O valor das dívidas passivas ultrapassava o valor das dívidas ativas e bens inventariados com uma diferença cerca de 13 contos de reis. Não obstante, o capital circulava no seio familiar, o que revela uma estratégia de proteção aos seus principais parceiros comerciais, visto que estes eram seus parentes. Só para Manoel José Correia, seu genro, Seabra devia quase 23 contos de reis. Isto criou um problema inusitado quando da morte de nosso personagem em 1856: seus genros eram seus maiores credores e, ao mesmo tempo, herdeiros de seu espólio, o que apimentou o “bolo da partilha”, visto que Luiza, filha caçula de Seabra, solteira, se sentiu em prejuízo no processo da partilha dos bens de seu finado pai.

TABELA 3:
Dívidas passivas de Joaquim José da Costa Seabra

RELAÇÃO DE CREDITORES NÃO PRIVILEGIADOS	DÍVIDAS PROVADAS	RATEIADAS
Manoel J.e Correia (genro)	22: 996\$805	20:930\$622
A Irmandade das Almas	31\$000	28\$214
Carlos Eduardo Fahming	192\$040	174\$785
[Pedro] Belizário de Souza	115\$000	104\$667
Os [filhos] menores do finº Cordier	639\$610	582\$143
Luiz Joze de Carvalho	114\$140	103\$884
Antonio Affonço Xavier	37\$580	34\$203

Manoel Joze de Castro	24\$099	21\$933
D. Virginia Stepham	28\$210	25\$675
Joze de Oliveira Neves	51\$000	46\$417
Manoel Jacinto Coelho	193\$082	175\$734
Antonio Luiz de Carvalho	468\$504	426\$410
Manoel J.e Spinola Bith.e (genro)	7: 231\$737	6: 581\$990
Antonio Peixoto de Fr.tas Guim.es (genro)	2: 600\$812	2: 367\$138
João Caetano d' Ar ^o Gama (genro)	573\$278	521\$770
Luiz Ant. ^o de Sz. ^a R. ^a e C. ^a	1: 643\$750	1: 496\$264
Antonio Teixeira Lemos e C. ^a	1: 230\$664	1: 120\$093
Antonio Maxado Frr. ^a Br.am	869\$054	790\$972
Luiz Antonio de Azevedo	986\$675	898\$025
D. Anna Constança Pinto	1: 328\$155	1: 208\$824
Joze Joaq.m da Cta. Seabra	1:941\$192	1:766\$782
Joaq.m Miz.Roiz. da S ^a	870\$294	792\$101
Lima, Irmãos e C. ^a	304\$723	277\$344
Bazília Maria da Silva	542\$470	493\$730
Manoel Glz. Barreiros	1:709\$548	1: 555\$951
Guim.es e Costa	200\$455	182\$444
TOTAL	46:923\$877	42:708\$115

Fonte: APEB, Seção Judiciária. Inventário de Joaquim José da Costa Seabra. Salvador, 1856.

No que diz respeito à existência de outros parentes de Seabra em Ilhéus, a investigação em registros de batismos referentes ao período estudado seria essencial para confirmação desta hipótese, todavia, não dispomos de tal documentação. Manoel Pereira dos Santos, a quem Seabra chamou de “meo mano” em seu testamento, o devia uma “quantia superior a três contos de reis”. Fica notório o grau de intimidade entre os dois, levando em consideração o sentido que a palavra tinha na primeira metade do século XIX: “termo de carinho de que usam os irmão e cunhados uns com os outros” (PINTO, 1832).

Levi (2000), ao analisar o mercado de terras do Piemonte, na Itália de fins do século XVII, constatou que o mercado de terras local estava à mercê de estratégias de proteção e solidariedade da comunidade por núcleos parentais e vizinhos, apontando indícios de que, naquela região, mais especificamente em Santena, haveria um mercado personalizado, que não obedecia às leis de oferta e procura.

Considerando que Joaquim José da Costa Seabra atuou como testemunha em muitas escrituras de compra e venda de imóveis rurais e urbanos, além de estabelecer uma rede de crédito onde os principais beneficiados eram seus parentes, verificamos indícios de que o mercado de imóveis da vila de Ilhéus estava permeado

de forte conteúdo personalista. A participação de Seabra como testemunha em diversos registros, inclusive, assinando a rogo de quem não sabia escrever, revela que, como este tinha posses, as transações testemunhadas por pessoas de sua estirpe davam credibilidade e ratificavam o negócio, assim como aquelas transações que envolviam pessoas com cargos de governança e da justiça local.

Considerações finais

Joaquim José da Costa Seabra, embora não possuísse grandes faixas de terra, engenhos ou grande escravaria, foi umas das figuras mais importantes de Ilhéus na primeira metade do século XIX. Em sua loja transitavam pessoas dos mais variados seguimentos da sociedade ilheense, desde grandes proprietários de terras, senhores de escravos, pessoas que possuíam de cargos na administração local, e também os despossuídos, pessoas que não tinham muitas posses ou cargos, mas que o procuravam sempre que precisavam.

Embora fosse comerciante de fazendas, sua atividade como negociante era bastante diversificada. Além da venda de fazendas secas e molhadas em sua loja, Seabra era um agente do crédito, atuava no comercio de cabotagem utilizando embarcações como a "denominada Oriente". Muitos produtos eram trazidos de Salvador por meio da navegação, visto que havia uma demanda que justificava a buscas por mercadorias na capital da província e que seus genros eram negociantes daquela praça.

A existência, em Ilhéus, de um negociante com um perfil arrojado vai de encontros aos discursos de decadência, miséria e isolamento que foram construídos desde o final do século XVIII e primeira metade do século XIX. Seabra foi, portanto, uma figura diferenciada pois sua atuação como comerciante contrasta com qualquer estigma de isolamento.

A continuação dos trabalhos de pesquisa e análise aprofundada de novas fontes, como correspondências provinciais e registros de batismo do período em foco, por exemplo, podem trazer à luz mais informações sobre a família e negócios de Joaquim José da Costa Seabra, sobre o cotidiano, a economia e as relações sociais dos moradores da comarca e vila de São Jorge dos Ilhéus no período que imediatamente antecede o apogeu da lavoura cacaueteira.

Fontes

APEB, Seção Judiciária. **Testamento de Joaquim José da Costa Seabra**, Salvador, 1856.

APEB, Seção Judiciária. **Inventário de Joaquim José da Costa Seabra**, Salvador, 1856.

CEDOC, UESC. **Livros (V, VI, VII, VIII e IX) de Notas do Tabelionato de Ilhéus (1810-1841)**, documentos digitalizados.

Referências

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3ª ed., Ilhéus: Editus, 2003.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

COELHO FILHO, Luiz Walter. **A Capitania de Ilhéus e a Década do Açúcar (1541-1550)**. Salvador: Vila Velha, 2000.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial**. Tese de doutorado apresentada ao PPGH-UFF, Niterói, 2007.

_____. A farinha de pau da capitania de ilhéus: produção estratégica e circulação vigiada, séculos XVII e XVIII. In: **História Econômica & História de Empresas**, v. XII, p. 63-91, 2009.

FARIA, Sheila S. de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo Como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FRAGOSO, João L. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22ª Ed. São Paulo: Nacional, 1987.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999. (coleção Estudos Históricos).

_____. Nobilitação dos Homens de Negócio no Ultramar Português: Pombal e os contratadores dos diamantes. In: **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Instituto de Investigação Científica Tropical - IICT, Lisboa, 2011, p. 1-23.

GONÇALVES, Victor Santos. **Escravos e Senhores na Terra do Cacau**: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888). Ibicaraí: Via Litterarum, 2017.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução: Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAHONY, Mary Ann. Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. In: **Afro-Ásia**: 25-26, Bahia, 2001, pp. 95-139.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Trabalho, Família e Escravidão**: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do século XIX. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

MASCARENHAS, M. J. R.. Dinheiro de Contado e Crédito na Bahia do Século XVIII. In: I Encontro Regional de História, Ilhéus. **Anais do I Encontro Regional de História ANPUH-BAHIA**. UESC, Ilhéus, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX**: uma província no Império. 2. Ed. Tradução de Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**: (1777-1808). 6ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

_____. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: Cardoso, Fernando Henrique (Dir.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario>. Acesso em março de 2018.

PRADO JÚNIOR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** (colônia). 10ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, Poder e Mito**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Família e Negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: FRAGOSO, João L.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de.; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores & Negociantes**: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 225-264.

SANTOS, Leandro Dias dos. **Credores e Devedores**: práticas creditícias na vila de Ilhéus na primeira metade do século XIX. Monografia de Especialização. Programa de Pós-graduação em História do Brasil, UESC, Ilhéus, 2014.

SANTOS, Zidelmar Alves. **Negócios & Clientela**: a trajetória de um comerciante de Ilhéus na primeira metade do séc. XIX. Monografia de Especialização. Programa de Pós-graduação em História do Brasil, UESC, Ilhéus, 2014.

_____; SANTOS, Leandro Dias dos; DIAS, Marcelo Henrique. Mecanismos de Acesso ao Crédito na Vila de Ilhéus na Primeira Metade do Século XIX: o caso Joaquim José

da Costa Seabra. In: **HEERA - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Volume 7, Nº 12, Janeiro - Junho de 2012.

SILVA, Ayalla Oliveira. Ocupação Territorial de Itabuna-BA: uma análise das correspondências provinciais, décadas 1840-1850. In: **Anais Eletrônicos – VI Encontro Estadual de História – ANPUH/BA**. Ilhéus, UESC, 2013, p. 1-8.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e Poder**: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

SOUSA, Avanete Pereira. Cidade, Poder Local e Atividades Econômicas: Bahia, século XVIII. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, Londrina, 2005.

SOUZA, João Paulo A. de. Entre o Sentido da Colonização e o Arcaísmo como Projeto: A Superação de um Dilema através do Conceito de Capital Escravista-Mercantil. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo. Vol. 38, nº 1. Janeiro-março de 2008, p. 173-203.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Viagem Pelo Brasil: 1817-1820**, Vol. 2. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **A morfologia da escassez**: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

WIED, Maximilian, Prinz Von. **Viagem ao Brasil**. Tradução de Edgar Sösekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil. 2. Série; v. 156).

Recebido em: 27/04/2017

Aprovado em: 28/06/2018

COMO PRODUZIR ILUMINAÇÕES PARA CRIANÇAS? FILOSOFIA DA HISTÓRIA E AS NARRATIVAS RADIOFÔNICAS DE WALTER BENJAMIN

Resenha: BENJAMIN, Walter. **A hora das crianças. Narrativas radiofônicas de Walter Benjamin.** Rio de Janeiro, Nau Editora, 2016, 292p.

Leopoldo Guilherme Pio¹
UFRJ/IFCS/LAARES/UNIRIO/DSC

O filósofo Ernst Bloch comparou a obra de Walter Benjamin a um espetáculo de cabaré, um 'caleidoscópio' que unia novas questões a fragmentos da tradição cultural. Seguindo o olhar sutil de Bloch, interpreto o livro *A hora das crianças - narrativas radiofônicas de Walter Benjamin* (Nau Editora) como um conjunto de crônicas narradas por um andarilho que, estando em uma loja de doces, resgata antigas experiências e novos gostos, elaborados especialmente para as crianças.

Esta coletânea de textos reúne parte do material que Benjamin produziu para programas de rádio Berlim e Frankfurt, entre 1927 e 1932. Benjamin nunca deixou de refletir a respeito do mundo infantil, diante das transformações culturais produzidas pela modernidade, e constituiu um legado que contribui para a compreensão histórica do conceito de infância, reforçando a ideia de que não se trata de uma categoria isolada, mas fruto de condicionantes sociais e culturais. Textos como "Experiência" (1913), "Livros infantis antigos e esquecidos" (1924) ou "Infância em Berlim por volta de 1900" (escrito entre 1932 e 1934) demonstram como a infância e a juventude eram temas recorrentes em seu pensamento. O livro analisado aqui demonstra que, além de refletir a respeito da pedagogia infantil, o autor foi também precursor no uso da mídia radiofônica voltada para crianças.

Mas, apesar desse pioneirismo, muitos poderiam perguntar qual a atualidade deste trabalho, ou mesmo a validade destes relatos para a compreensão da filosofia

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UERJ/PPCIS. Pesquisador do Laboratório de Antropologia do Espaço e Lugares (LAARES) do Instituto de filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Professor da UNIRIO/DSC. Email: leoguipio@gmail.com.

benjaminiana. Diga-se de passagem, que o próprio Benjamin não tinha grande apreço por este trabalho de "encomenda". Seriam então obras secundárias na constelação teórica e filosófica do autor?

Acredito que não. Em primeiro lugar, porque a leitura desses textos evoca duas questões centrais da obra de Benjamin: remetem à filosofia da história do autor (e ao seu olhar revolucionário sobre o passado) e à importância que atribui aos conceitos de narrativa e experiência, a partir dos quais surge a possibilidade de identificação com outros seres humanos. Nesta coletânea, Benjamin nos dá exemplos de como sua concepção original de história (em que se articulam temas do romantismo alemão, do messianismo judeu e do marxismo) é aplicada às narrativas radiofônicas, referindo-se a diversas temáticas que encontramos em suas obras mais conhecidas: a descrição arqueológica e etnográfica das cidades (presente em *A Paris do segundo Império em Baudelaire e Rua de mão única*); a revisão dos fatos históricos (proposta nas teses *Sobre o conceito de história*), a reflexão a partir da análise de outros autores (em suas obras a respeito de Baudelaire, Proust e Kafka) ou seus questionamentos a respeito dos modos de transmissão de experiência (em textos como *O Narrador e Experiência e Pobreza*).

Os temas históricos abordados (o processo contra bruxas durante a Inquisição ou a destruição das cidades de Herculano e Pompéia) deixam entrever a concepção de história de Benjamin, e seu chamado a escrever a história "a contrapelo". Benjamin cumpre este objetivo ao falar dos sujeitos escondidos pela historiografia (ciganos, bruxas, trapeiros), bem como das formas culturais geralmente desprezadas pela academia (a filatelia ou o ato de brincar). Estão presentes também a preocupação com as injustiças históricas e abuso do poder (termo que aparece na obra de Benjamin ao jogar com o termo *gewalt*, que pode ser traduzido tanto como "poder" quanto "violência"), quando são descritos os processos contra bruxas durante a Idade Média ou o cotidiano na Bastilha.

O interesse pelas experiências proporcionadas pela vida nas cidades modernas está presente em textos sobre Berlim e Nápoles, e a reflexão a respeito de Fausto de Goethe e Caspar Hauser demonstra a rica relação entre narração e imaginação defendida pelo autor. Todos estes exemplos sinalizam que *A hora das crianças* não é uma obra desconectada dos grandes interesses filosóficos e sociológicos de

Benjamin. Não é por outra razão que a obra do filósofo, embora possa parecer por vezes assistemática, possui temas fundamentais recorrentes: o conceito de experiência (*erfahrung*), as relações entre o antigo e o moderno e a sua filosofia da história e da memória. O interesse pelas galerias e novas formas de comércio nas grandes cidades ou pela historicidade dos brinquedos demonstram uma das teorias mais conhecidas de Benjamin, apresentada em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. com o advento da reprodutibilidade técnica, as obras de arte que antes apresentavam um valor de culto por sua unicidade, passam a possuir um "valor de exposição", perdendo, portanto, seu caráter "aurático", singular. Os conceitos benjaminianos permitem compreender o surgimento de um novo modo do público de se relacionar com bens culturais. Esses bens, por sua vez, estão modificando sua natureza por conta do desenvolvimento da reprodução técnica.

Todas essas questões estão contidas, de maneira sutil e reveladora, em suas narrativas radiofônicas. Revela-se, portanto um pedagogo sutil, que se aproveita de uma nova mídia para reconfigurar a possibilidade de transmitir experiências diante dos desafios culturais da modernidade. Da mesma forma, uma leitura mais atenta de "hora das crianças" deixa claro o equívoco de dissociar a obra de juventude "idealista" e teológica da "materialista" e revolucionária da maturidade. Cabe lembrar também que sua apropriação de temas marxistas data dos anos 20, especialmente a partir de 1924 (quando lê *História e consciência de classe*, de Gyorg Lukács), anterior portanto à produção dos textos presentes nesta coletânea.

Por outro lado, sua crítica à visão linear e progressista de história, cristalizado no texto clássico sobre o conceito de história (1940) já era esboçada em "A Vida dos Estudantes, de 1914, em que apresenta as principais linhas de força de sua filosofia messiânica da história (sem evidentemente o tom marxista que assumiria anos depois). A recomposição da memória e da experiência pela narrativa seria o caminho para o sentimento de pertencimento à história que, para ele, é feita das microscopias do cotidiano. Benjamin fala dos mercados populares, da história cultural de livros e brinquedos, da cultura dos ciganos e bandoleiros que circulavam por Berlim, do contrabando de bebidas alcoólicas, da bruxaria. Falar destes temas "ordinários" é, para o autor, um modo de reagir à concepção que reduz a linguagem ao mero ato de

“informar” (uma obsessão contemporânea) e à visão linear e conformista da história, baseada nos acontecimentos narrados pelo ponto de vista dos “vencedores”.

Esta profissão de fé se expressa na intenção de Benjamin de sensibilizar as crianças (ou qualquer outro ouvinte/leitor) em direção a uma nova sensibilidade com relação ao mundo cultural e à história. Cabe notar que o título em português (“A hora das crianças”) não dá conta da intenção do autor. No original, a obra intitula-se *Aufklärung für Kinder*² (“Iluminações para crianças” em tradução literal), título mais adequado do que o utilizado na tradução brasileira. Penso que a intenção de Benjamin tenha sido estimular “iluminações profanas” em seus ouvintes. Na obra de Benjamin, a noção se refere a uma forma de percepção que transcende a lógica linear e a linguagem instrumental, capaz de provocar uma experiência singular e transformadora. Como ele afirma em suas reflexões sobre o surrealismo, o homem que lê, que pensa, que espera, que se dedica à *flânerie*, pertence, do mesmo modo que o sonhador ou o ébrio, à galeria dos iluminados profanos. Assim como o poeta ou o *flâneur*, a criança tem também suas iluminações profanas, ao “roubar” comida da geladeira durante a madrugada ou ao ressignificar os objetos do mundo adulto, para brincar com eles.

Esta questão nos leva a uma segunda motivação para a leitura: suas narrativas para o rádio refletem não só as principais questões que caracterizam sua filosofia, mas igualmente seu método de escrita. A caracterização minuciosa dos fenômenos sociais, típica de trabalhos mais conhecidos de Benjamin, está presente nas crônicas a respeito do sotaque dos berlinenses, do desaparecimento dos livreiros-ambulantes de Berlin, ou dos “cromos” que passaram a apresentar as imagens dos personagens históricos no lugar do texto escrito. Tais narrativas deixam diversos rastros que podemos seguir, e múltiplas ideias para o leitor que queira se aventurar como interprete das fisionomias do cotidiano e da modernidade.

Há, entretanto um último motivo, mais prosaico, para ler *A hora das crianças*: trata-se de um livro divertido. Como lembra o próprio autor em “Passeio pelos brinquedos em Berlin”, quanto mais uma pessoa entende de um assunto e a quantidade de coisas belas que existem em uma categoria (sejam flores, brinquedos ou livros), tanto maior será o prazer em descobrir mais e se encantar mais por este

² BENJAMIN, Walter. **Aufklärung für Kinder: Runfunkvorträge**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

assunto, e menos se preocupará em possuir, dar ou comprar estas mesmas coisas. A obra de Benjamin é capaz de proporcionar este sentimento e essa disposição. E, ainda segundo o autor, há livros que não são para decorar, basta lê-los. Este é um desses livros. Durante a leitura, é possível imaginar os ritmos e entonações utilizadas por Benjamin durante os programas, e seria uma experiência interessante apresentar suas narrativas em algum programa de rádio atual. Seu olhar irônico, poético e etnográfico faria bem aos nossos olhos e ouvidos contemporâneos.

Não sei se convenci você, caro leitor. Mas de qualquer forma, quis evidenciar o encanto proporcionado por estas crônicas, e a capacidade de Benjamin para elaborar uma experiência que, embora seja um relâmpago do passado, continua a dizer algo ao nosso presente.

Recebido em: 23/05/2018

Aprovado em: 20/07/2018